Nº 40
2019

Revista do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional

ISSN 0102-2571



Dimensão turística no Brasil e Região Sul

Oportunidades e desafios para a gestão patrimonial

IPHAN

Revista do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional



Brasília | Iphan | 2019



Revista do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional Nº 40 / 2019
ISSN 0102-2571

Dimensão turística no Brasil e Região Sul

Oportunidades e desafios para a gestão patrimonial

Organização: *Marcelo Brito*



Presidente da República do Brasil
Jair Bolsonaro

Ministro da Cidadania
Osmar Terra

Secretário Especial da Cultura
Ricardo Braga

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Kátia Bogéa

Diretores do Iphan
Andrey Rosenthal Schlee
Hermano Queiroz
Marcelo Brito
Marcos José Silva Rêgo
Robson Antônio de Almeida

Superintendente do Iphan no Paraná
José Luiz Desordi Lautert

Superintendente do Iphan no Rio Grande do Sul
Renata Galbinski Horowitz

Superintendente do Iphan em Santa Catarina
Liliane Janine Nizzola

Revista do Patrimônio do Iphan nº 40

Organização
Marcelo Brito

Coordenação Editorial
André Vilaron

Produção Editorial
Isabella Atayde Henrique

Direção de Arte e Diagramação
Cristiane Dias (a partir do projeto gráfico de Victor Burton)

Pesquisa Iconográfica
André Lippmann
Bruna da Silva Ferreira
Bruna Machado Ferreira
Isabella Atayde Henrique
Oscar Liberal
Ronaldo Nogueira

Edição de Imagens
Bruna Machado Ferreira
Ronaldo Nogueira

Pesquisa e Edição de textos literários
Bruna da Silva Ferreira

Edição e Copidesque
Mariana Moura

Revisão e Preparação dos Textos
Gabriel Guimarães
Lucia Leiria

Versão para o inglês
Aline Lorena Tolosa

Versão para o espanhol
Julieta Sueldo Boedo

Divisão de Editoração e Publicações - Iphan (apoio)
Amarildo Machado Martins
Luciano Barbosa da Silva
Silvana Lobato Silva Marra

Fotos
Luva: *Sem título,* série Sudário, Carlos Vergara, São Miguel das Missões (RS), 2006.

Capa: Gaúcho tomando chimarrão, pampas gaúchos (RS), final da década de 1950. Foto: Léo Guerreiro. Acervo: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Contracapa: Projeto Caminho das Tropas, Coxilha Rica, Lages (SC), 2003. Foto: Ricardo Almeida. Acervo: Iphan.

Falsa folha de rosto: Metalurgia Abramo Eberle & Cia., Caxias do Sul (RS), 1906. Fonte: Pedro Karp Vasquez, *Postaes do Brazil*: 1893-1930, 2002.

Folha de rosto: Salto Manduri, Recanto Rickli, Prudentópolis (PR). Foto: Augusto Weiss. Acervo: Instituto Moreira Salles. Cuia e bomba pequenas. Foto: Ricardo da Silva Mayer. Acervo: Museu Paranaense.

Página de créditos: Cavalhadas em Ponta Grossa (PR), 1911. Foto: Luiz Bianchi. Acervo: Casa da Memória de Ponta Grossa (PR).

A equipe da *Revista do Patrimônio* agradece aos servidores do Iphan que se empenharam para que a nossa publicação fosse produzida da melhor forma possível. Agradecemos também as parcerias estabelecidas com fotógrafos e instituições, públicas e privadas, e as respectivas equipes, que com dedicação contribuíram para a realização deste número.

A *Revista do Patrimônio* é publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1937.

Os artigos são autorais e não refletem necessariamente a posição do Iphan e do organizador deste número, Marcelo Brito.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SEPS 713/913, Bloco D, Edifício Iphan.
70.390-135 - Brasília (DF)
www.iphan.gov.br
publicacoes@iphan.gov.br



Revista do Patrimônio nº 40/2019

Kátia Bogéa
Apresentação 07

Vale
Apresentação 14

Marcelo Brito
Apresentação 17

Marcelo Brito
A certificação de destinos patrimoniais na qualificação do turismo cultural no Brasil 31

Márcia Sant'Anna
A cidade-atração: o patrimônio como insumo para o turismo 57

Cláudia Sousa Leitão e Luciana Lima Guilherme
Patrimônio cultural e economia criativa nas cidades brasileiras 73

Margarita Barretto
Legado cultural, museus e turismo 95

Equipe BNDES
Turismo cultural: desenvolvimento em cidades históricas 125

Christiana de Saldanha da Gama de Moura
Patrocínio e turismo cultural: uma conexão 149

Ivane Maria Remus Fávero
O Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha: uma paisagem cultural por reconhecer 171

Margareth de Castro Afeche Pimenta
Santa Catarina: entre regiões e paisagens culturais 191

Adonai Aires de Arruda Filho
A Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba: uma experiência inesquecível 219

José Roberto de Oliveira
A região missioneira: patrimônio e turismo cultural 237

Edson Humberto Néspolo
Patrimônio cultural e turismo rural em Gramado 261

Susana Gastal e Ana Maria Costa Beber
Modos de vida e comida: tramas da italianidade em Antônio Prado 275

Jakeline Zampieri
Santa Felicidade: território para o turismo cultural 303

Betina Adams
Territórios patrimoniais como atrativos turísticos: freguesias de Santo Antônio de Lisboa e do Ribeirão da Ilha 319

Beatriz Araujo e Paula Schild Mascarenhas
Turismo de base comunitária: tradição doceira de Pelotas 341

Gladys Dinah Sievert
Rota do Enxaimel: patrimônio e turismo em Pomerode 359

Notas biográficas 374



Kátia Bogéa

Apresentação

Introduction
presentación

Três meses depois, quando os exércitos dos Sete Povos já haviam sido completamente desbaratados numa batalha campal, e os habitantes do povo de Alonzo, desesperados, prendiam fogo à catedral e às casas, para que elas não caíssem intatas nas mãos do inimigo vitorioso que se aproximava – Pedro montou um cavalo baio e, levando consigo apenas a roupa do corpo, a chirimia e o punhal de prata, fugiu a todo galope na direção do grande rio...

Erico Verissimo[1]

Mágica, mística, misteriosa, solene. A bruma envolve completamente o viajante ao entrar no sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, que, juntamente com as Missões de San Ignacio Miní, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa María La Mayor, na Argentina, foi declarado Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1983. Paira um silêncio solene, mas, ao olharmos para a vastidão da paisagem, para o edifício principal – a imponente catedral de São Miguel – e para cada pedra, sentimos como se pudéssemos escutar vozes, tocar o passado, imaginar a utopia da construção de um novo mundo. Toda a carga simbólica que envolve o visitante em Missões resulta em uma experiência inesquecível.

1. Trecho de *O tempo e o vento* (parte I: O Continente. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 87).

É sobre as Missões jesuíticas, construídas em território habitado pelos Guarani durante os séculos XVII e XVIII, que nos fala Erico Verissimo, gaúcho de Cruz Alta, um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos. Por meio de seus personagens, como Ana Terra, Pedro Missioneiro e capitão Rodrigo, é possível conhecer as paisagens e os costumes locais, acompanhando a saga que foi a formação do Rio Grande do Sul. Pedro Missioneiro, como o nome diz, é um índio da região dos Sete Povos das Missões.

A experiência única do viajante em Missões é um exemplo do enorme potencial do Brasil nas áreas do patrimônio cultural e do turismo. Os sítios arqueológicos e as cidades históricas brasileiras, repletas de tradições culturais que revelam a construção de uma nação plural, são espaços nos quais é possível vivenciar as dinâmicas sociais cotidianas e os diferentes processos de transformação do país.

Como presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), tenho orgulho de apresentar a edição de número 40 da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, cujo tema é justamente a interação entre essas duas grandes áreas, patrimônio e turismo, que, ao caminharem juntas, propõem ao Brasil a valorização da sua cultura e diversidade, na perspectiva da promoção do legado cultural como vetor de transformação social, desenvolvimento e sustentabilidade.

Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, São Miguel das Missões (RS), 2019.
Foto: Cassio Zanetti.

Quando falamos em cultura, a experiência do turismo é ampliada, com a inserção de conhecimentos e vivências sobre história, literatura, cinema, música... sons, ritmos, sabores, cantares e saberes que fazem da viagem a países como o Brasil uma oportunidade inesquecível. Lembro-me de uma frase do próprio Verissimo: "Na minha opinião existem duas categorias principais de viajantes: os que viajam para fugir e os que viajam para buscar"[2]. Aquele que vai em busca de conhecimento e experiências é o turista cultural, que se destaca pela capacidade de agregar valor à prática turística, além de ter um perfil responsável, voltado à valorização e preservação do patrimônio cultural.

Na perspectiva de aliar essas duas áreas, esta edição da revista é especialmente dedicada ao patrimônio cultural do Sul do Brasil. A primeira parte da publicação apresenta questões gerais, como as oportunidades de desenvolvimento em cidades históricas a partir do turismo, ao passo que a segunda traz artigos sobre temas do Sul, como a tradição doceira de Pelotas; o bairro italiano de Curitiba, Santa Felicidade; e a saga dos imigrantes na formação de Santa Catarina. Em 2018, a publicação celebrou a Amazônia e o Norte do país. Este ano, dedica-se ao legado sulista, em artigos que apresentam reflexões sobre a gestão dos bens culturais na perspectiva do turismo.

Lançada em conjunto com o número 39, em Porto Alegre, durante o Seminário Internacional sobre o Potencial do Patrimônio em sua Dimensão Turística e o VI Encontro Brasileiro das Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial, esta é a sexta edição que tenho a honra de apresentar. Esta publicação, que nasceu junto com o Iphan, em 1937, foi idealizada por Mário de Andrade e era considerada a menina dos olhos do nosso primeiro presidente, o heroico Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Como sabem todos os que me acompanham, é uma honra, para mim, presidir o Iphan, casa à qual pertenço e na qual me formei como profissional e pessoa. Como afirmei na apresentação das duas edições comemorativas dos nossos 80 anos, o instituto tem uma vocação genuinamente pública e republicana, atuando, há décadas, na defesa do patrimônio cultural do Brasil, que é de todos nós e nos identifica como nação.

É a partir dessa perspectiva que gostaria de mencionar o momento atual, no qual, em que pese a crise política e econômica dos últimos anos, o Iphan abriu suas portas para a chegada de novos servidores, aprovados em concurso público cujo processo liderei, mesmo com todas as dificuldades. Em todas as regiões do Brasil, esses novos servidores, formados em diversos campos do conhecimento e, em sua maioria, jovens, chegam com a disposição de enfrentar os enormes desafios que se apresentam para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. E o farão com a mesma grandeza que tem marcado, há décadas, a atuação de diversos homens e mulheres em dar credibilidade e respeito ao instituto. Sabedora da capacidade que tem a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, há mais de 82 anos, de despertar a consciência patrimonial e difundir os temas do patrimônio cultural, é aos novos servidores que dedico estas duas novas edições da nossa principal publicação.

Kátia Bogéa
Presidente do Iphan

2. Citação extraída do capítulo IV de *Solo de clarineta* (São Paulo: Companhia das Letras, 2005. v. 2).

Three months after the armies of the Seven Peoples were completely wiped out in a field battle, the desperate villagers of Alonzo set fire to their cathedral and homes so they wouldn't come unscathed into the hands of the victorious incoming enemy – Pedro then mounted a bay horse taking only the clothes on his back, the chirimia flute and the silver dagger, and fled at full gallop towards the great river...

Erico Verissimo[3]

Magical, mystical, mysterious, solemn. The mists engulf tourists as they arrive at the archaeological site of San Ignacio Miní and at the Jesuit Missions of Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto and Santa María La Mayor, in Argentina, all of which were listed as World Heritage Sites by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) in 1983. A solemn silence abides, but as we consider the immensity of the landscape, its main building - the towering cathedral of San Miguel - and each individual stone, it seems as if we might hear their voices, tap into the past and imagine the utopia of building a new world. All the symbolic energy that surrounds visitors to the Missions leads to an unforgettable experience.

Erico Verissimo, a gaucho *from Cruz Alta, one of the greatest Brazilian writers of all times, describes the Jesuit Missions that were built in the lands of the Guaraní people during the 17th and 18th centuries. The literary characters of Ana Terra, Pedro Missioneiro and Captain Rodrigo offer the opportunity to explore local landscapes and traditions in the wake of a saga encompassing the founding of Rio Grande do Sul. Pedro Missioneiro (freely translated as "Pedro from the Jesuit Missions"), as his name suggests, is an Amerindian from the Seven Peoples of the Missions lands.*

The visitor's unique experience in the Missions is an example of Brazil's enormous potential for cultural heritage and tourism. Brazilian archaeological sites and historical cities teem with cultural traditions that illustrate how a multifaceted nation emerges: they are sites where everyday social dynamics and a range of transformative national processes can be experienced.

As president of the National Historical and Artistic Heritage Institute (Iphan), I am proud to present the 40th edition of the National Historical and Artistic Heritage Magazine, *which centers on the interaction between heritage and tourism. By coming together, these two major areas offer people in Brazil the opportunity to celebrate their culture and diversity as a catalyst of social transformation, development and sustainability.*

Tourism experience broadens whenever culture comes to the fore. Knowledge and insights into history, literature, cinema and music merge with sounds, rhythms, flavors, songs and customs to make a trip to a country like Brazil an unforgettable opportunity. This brings another line from Verissimo to mind: "I believe there are two types of tourists: those who travel to flee and those who travel to seek"[4]*. The person who seeks understanding and experiences is a Cultural Tourist. This individual adds value to tourism, possesses a responsible profile and is dedicated to the appreciation and preservation of cultural heritage.*

3. Excerpt from O tempo e o vento, parte I: O Continente, *3. ed., 2004, p. 87.*

4. Excerpt from chapter IV of Solo de clarineta, *2005, v. 2.*

The present edition meshes both perspectives by focusing on the cultural heritage of Southern Brazil. The first section discusses broad issues, such as development opportunities brought by tourism in historical cities, whereas the second section features studies on Southern cultural issues, for example the confectionery tradition of Pelotas, the Santa Felicidade Italian district of Curitiba and the immigrant saga that shaped the state of Santa Catarina. In 2018, this magazine celebrated the Amazon and Northern Brazil. This year, it addresses the Southern legacy in essays that discuss the management of cultural assets from the viewpoint of tourism.

The current issue was released jointly with issue 39 during the International Seminar on the Potential of Heritage from a Tourism Standpoint and the VI Brazilian Meeting of Historical, Tourism and World Heritage Cities in Porto Alegre. It is the sixth edition that I have had the privilege to present. This magazine was founded alongside Iphan in 1937: conceived by Mário de Andrade, it was the apple of our first president's eye, the titan Rodrigo Melo Franco de Andrade.

All those who keep abreast of my career trajectory are aware of the fact that presiding over Iphan is truly an honor for me. This is the institution to which I belong, where I was nurtured professionally and personally. As I said in the keynote presentation for the two editions celebrating our 80th anniversary, Iphan has endorsed its genuinely public and republican commitment to upholding Brazilian cultural heritage for many decades. This patrimony belongs to us all and defines us as a nation.

From that standpoint, I must mention the current juncture where in spite of recent political and economic crises Iphan welcomed the arrival of new civil servants, all of whom were approved in a civil service examination - a process that I spearheaded, notwithstanding its inherent difficulties. These new and mostly young civil servants are qualified in very diverse areas of knowledge, ready to face the vast challenge of protecting Brazilian cultural heritage throughout our country. They will do so with the same high standards that have guided the decades of work contributed by many men and women, lending us credibility and recognition.

Acknowledging that the National Historical and Artistic Heritage Magazine *has an 82-year history of raising awareness and disseminating cultural heritage issues, I dedicate these two new editions of our flagship publication to our new staff members.*

Kátia Bogéa
President of Iphan



Tres meses después, cuando los ejércitos de los Siete Pueblos ya habían sido desbaratados por completo en una batalla campal, y los habitantes del pueblo de Alonzo, desesperados, prendían fuego a la catedral y a las casas para que no cayeran intactas en manos del enemigo victorioso que se acercaba, Pedro montó un caballo bayo y, llevándose consigo solo la ropa del cuerpo, la chirimía y el puñal de plata, se escapó a todo galope hacia el gran río...

Erico Verissimo[5]

Mágica, mística, misteriosa, solemne. La niebla envuelve al viajero completamente cuando entra al sitio arqueológico de São Miguel Arcanjo, que, junto con las Misiones de San Ignacio Miní, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto y Santa María La Mayor, en Argentina, fue declarado Patrimonio Mundial de la Humanidad por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) en 1983. Se cierne un silencio solemne, pero si miramos hacia la inmensidad del paisaje, el edificio principal –la imponente Catedral de San Miguel–, y cada piedra, sentimos como si pudiéramos escuchar voces, tocar el pasado, imaginar la utopía de construir un mundo nuevo. Toda la carga simbólica que rodea al visitante en las Misiones nos lleva a tener una experiencia inolvidable.

Es de las Misiones Jesuitas, construidas en un territorio habitado por los guaraníes durante los siglos XVII y XVIII, que nos habla Erico Verissimo, oriundo de Cruz Alta, en Rio Grande do Sul, y uno de los escritores brasileños más importantes de todos los tiempos. A través de sus personajes, como Ana Terra, Pedro Missioneiro y el Capitán Rodrigo, podemos conocer los paisajes y las costumbres locales, siguiendo la saga que fue la formación del estado de Rio Grande do Sul. Pedro Missioneiro, como su nombre lo indica, es un indio de la región de los Siete Pueblos de las Misiones.

La experiencia única del viajero en las Misiones es un ejemplo del enorme potencial de Brasil en las áreas de patrimonio cultural y turismo. Los sitios arqueológicos y las ciudades históricas brasileñas, repletas de tradiciones culturales que revelan la construcción de una nación plural, son espacios en los que podemos experimentar las dinámicas sociales cotidianas y los distintos procesos de transformación del país.

Como presidente del Instituto de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (Iphan), me enorgullece presentar el número 40 de la Revista del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional, *cuyo tema es precisamente la interacción entre estas dos grandes áreas, patrimonio y turismo, que, al caminar juntas, le proponen a Brasil valorizar su cultura y diversidad, desde la perspectiva de promover el legado cultural como un vector de transformación social, desarrollo y sostenibilidad.*

Cuando hablamos de cultura, la experiencia del turismo se expande, con la inserción de conocimientos y experiencias sobre historia, literatura, cine, música... sonidos, ritmos, sabores, cantares y saberes que hacen que viajar a países como Brasil sea una oportunidad inolvidable. Recuerdo una frase del mismo Verissimo: "En mi opinión, hay dos categorías principales de viajeros: los que viajan para escapar y los que viajan para buscar"[6]*. El que busca conocimiento y experiencias es el turista*

5. Cita de O tempo e o vento, parte I: O Continente, *3. ed., 2004, p. 87.*

6. Cita del Capítulo IV de Solo de clarineta, 2005, v. 2.

Bomba em prata, com filtro esférico e ornamento de influência andina, 20 cm de comprimento.
Foto: Ricardo da Silva Mayer. Acervo: Museu Paranaense.


SOCIEDADE POLONEZA
19 DOM LUDOWY 18.

cultural, que sobresale por su capacidad de agregar valor a la práctica turística, además de tener un perfil responsable, volcado a valorar y preservar el patrimonio cultural.

Desde la perspectiva de combinar estas dos áreas, esta edición de la revista está especialmente dedicada al patrimonio cultural del Sur de Brasil. La primera parte de la publicación plantea temas generales, como las oportunidades de desarrollo en ciudades históricas a partir del turismo, mientras que la segunda presenta artículos sobre temas del Sur, como la tradición de la fabricación de dulces de Pelotas; el barrio italiano de Curitiba, Santa Felicidade; y la saga de los inmigrantes en la formación del estado de Santa Catarina. En 2018, la publicación celebró la Amazonía y el Norte del país. Este año se dedica al legado del Sur, en artículos que presentan reflexiones sobre la gestión de los bienes culturales desde la perspectiva del turismo.

Lanzada en conjunto con el número 39, en Porto Alegre, durante el Seminario internacional sobre el Potencial del Patrimonio en su Dimensión Turística y el VI Encuentro Brasileño de Ciudades Históricas, Turísticas y Patrimonio Mundial, esta es la sexta edición que tengo el honor de presentar. Esta publicación, que nació junto con el Iphan en 1937, fue idealizada por Mário de Andrade, y para el heroico Rodrigo Melo Franco de Andrade, nuestro primer presidente, era la niña de sus ojos.

Como saben todos los que me siguen, es un honor para mí presidir el Iphan, casa a la que pertenezco y en la que me gradué como profesional y persona. Como afirmé en la presentación de las dos ediciones conmemorativas de nuestro 80 aniversario, el instituto tiene una vocación genuinamente pública y republicana, y actúa desde hace décadas para defender el patrimonio cultural de Brasil, que nos pertenece a todos y nos identifica como nación.

Es desde esta perspectiva que me gustaría mencionar el momento actual, en el que, a pesar de la crisis política y económica de los últimos años, el Iphan abrió sus puertas para la llegada de nuevos funcionarios, aprobados en un concurso público cuyo proceso gestioné, aun con todas las dificultades. En todas las regiones de Brasil, estos nuevos funcionarios, formados en diversos campos del conocimiento y en su mayoría jóvenes, llegan con la voluntad de enfrentar los enormes retos que se presentan para la preservación del patrimonio cultural brasileño. Y lo harán con la misma grandeza que ha representado, desde hace décadas, la actuación de diversos hombres y mujeres para darle credibilidad y respeto al instituto. Conociendo la capacidad de la Revista del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional, *desde hace más de 82 años, de despertar la conciencia patrimonial y difundir los temas del patrimonio cultural, les dedico a los nuevos funcionarios estas dos nuevas ediciones de nuestra publicación principal.*

Kátia Bogéa
Presidente del Iphan

Sociedade Polonesa Dom Ludowy, Araucária (PR), 1918.
Foto: Augusto Weiss. Acervo: Instituto Moreira Salles.

Vale

Apresentação

Introduction
Presentación

Por acreditar no potencial transformador da cultura, a Vale apoia a valorização, preservação e divulgação do patrimônio, contribuindo para o crescimento das comunidades. Para a empresa, o legado cultural representa a identidade de um povo, sua história, sua capacidade de transformação.

O Sul do Brasil possui bens arquitetônicos e artísticos admiráveis, que conservam as características herdadas das populações que lá se estabeleceram, enriquecendo o país com suas tradições, sabores e ritmos. Quando utiliza essa herança como insumo, o turismo ajuda a salvaguardá-la e desempenha um papel essencial para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Ao patrocinar esta edição da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, a mineradora colabora para a disseminação do conhecimento sobre a diversidade da região e do povo brasileiro.



Sítio de Hitoshi Sanada, Londrina (PR), 1955.
Foto: Haruo Ohara.
Acervo: Instituto Moreira Salles.

Vale believes in the transformative potential of culture and supports the promotion, conservation and dissemination of our heritage, contributing to local community growth. From our point of view these cultural heritages embody a people' identity, their history and their ability to evolve.

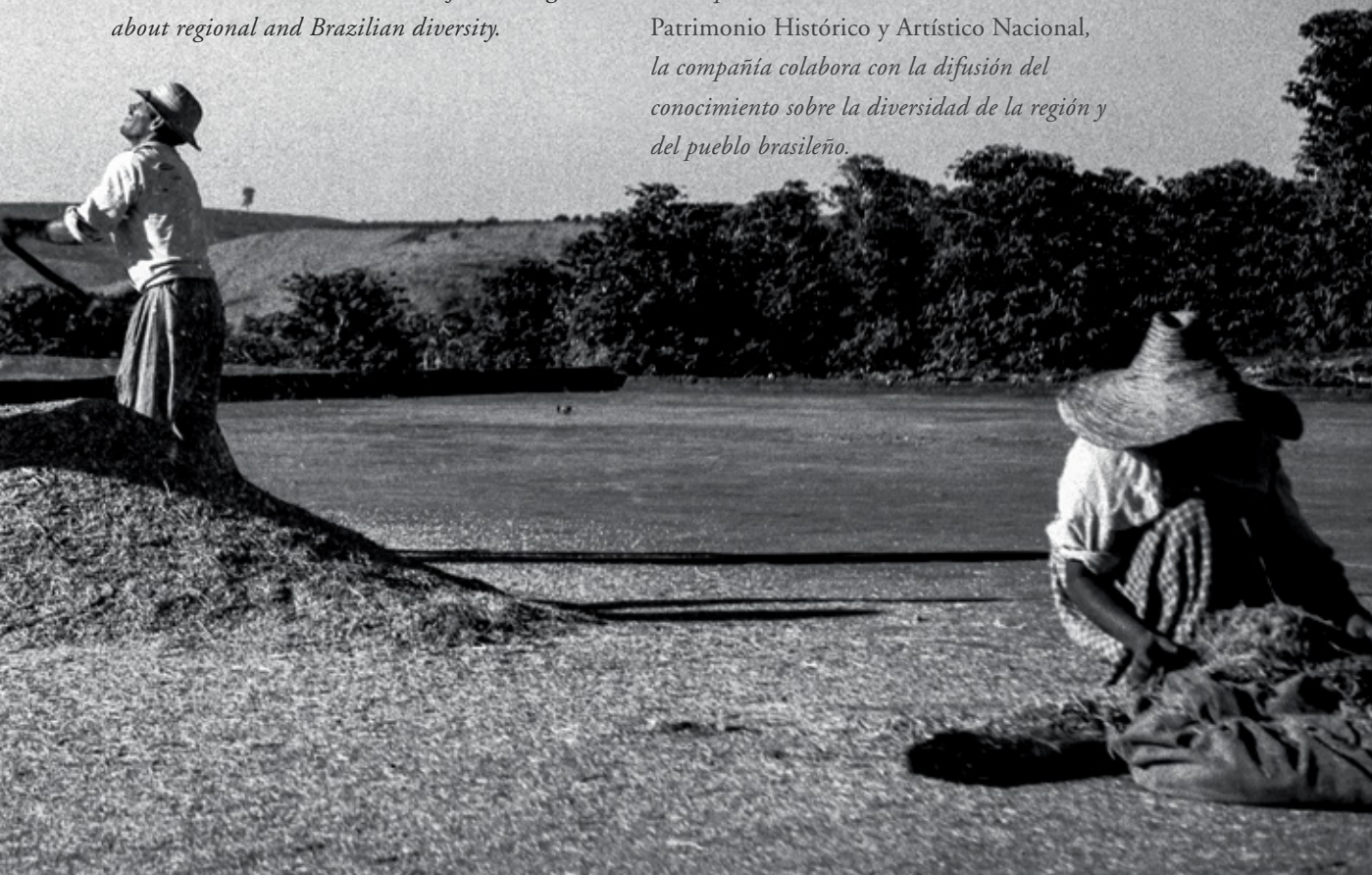
The Brazilian South has remarkable architectural and artistic assets that conserve traits inherited from its settlers, who bequeathed their rich traditions, flavors and rhythms to Brazil as a whole. When this heritage is used as an input, tourism can bolster its protection and play an essential role in local sustainable development.

As the sponsor of this edition of National Historical and Artistic Magazine, *Vale contributes to the dissemination of knowledge about regional and Brazilian diversity.*

Por creer en el potencial transformador de la cultura, la compañía Vale apoya la valorización, preservación y difusión del patrimonio, contribuyendo con el crecimiento de las comunidades. Para la compañía, el legado cultural representa la identidad de un pueblo, su historia, su capacidad de transformación.

El sur de Brasil cuenta con bienes arquitectónicos y artísticos admirables, que conservan las características heredadas de las poblaciones que se establecieron allí, enriqueciendo el país con sus tradiciones, sabores y ritmos. Cuando el turismo usufructúa de esa herencia como insumo, ayuda a salvaguardarla y juega un papel esencial en el desarrollo sostenible de los territorios.

Al patrocinar esta edición de la Revista del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional, *la compañía colabora con la difusión del conocimiento sobre la diversidad de la región y del pueblo brasileño.*





Marcelo Brito

Apresentação

Introduction
Presentación

Trazer à luz o tema do turismo na perspectiva do patrimônio foi um interessante desafio. O objetivo central desta edição é abordar essa relação, favorecendo uma leitura instigante tanto para aqueles que se debruçam sobre a gestão patrimonial quanto para profissionais do turismo.

No Brasil, diante das incipientes iniciativas de promoção do turismo cultural a partir do nosso acervo patrimonial, ainda se vê a necessidade de estabelecer uma aliança efetiva entre os campos da preservação e da atividade turística, de entendimentos distintos. Busca-se, assim, construir parâmetros comuns que orientem o setor, potencializando dinâmicas que articulem aspectos econômicos, sociais, territoriais e culturais, de modo a resultar em uma experiência agradável, prazerosa e enriquecedora para o visitante, sem provocar danos no bem preservado.

Nesse sentido, os artigos aqui publicados oferecem olhares diversos. Por um lado, sob um prisma abrangente, trazem fundamentos para a construção de um diálogo inteligente entre ambas as áreas, destacando não somente os conceitos, práticas e princípios que podem oportunizar essa aliança, mas também os cuidados a serem tomados para o desenvolvimento do turismo cultural no Brasil. Por outro lado, sob um ângulo direcionado para a Região Sul, sobre a qual o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) dedica suas atenções nesta edição, são expostos variados exemplos, com abordagens apresentadas por profissionais dos dois campos, ensejando leituras que motivam a apreensão de registros e percepções complementares.

Este número da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* constitui-se, portanto, em uma contribuição para o debate em face das oportunidades propiciadas pela relação entre patrimônio e turismo. A Região Sul do país apresenta-se como amostra para esse exercício.

Destaco os esforços de toda a equipe editorial, que se dedicou à preparação desta publicação.

Museu Comunitário Casa Schimitt-Presser, um dos mais antigos exemplares de arquitetura enxaimel, Novo Hamburgo (RS), 2007.
Acervo: Iphan.

Exploring the issue of tourism from the point of view of heritage conservation was an interesting challenge. This connection is our main concern in this issue, which offers an inspiring approach to both heritage management and tourism professionals. Given the emerging cultural tourism initiatives in Brazil based on our heritage portfolio, we have yet to establish a genuine partnership between conservation and tourism that takes their different perspectives into account. We endeavor to achieve common guidelines for the industry and strengthen dynamics which tie economic, social, territorial and cultural aspects, resulting in an enjoyable, satisfying and enriching experience for the visitor that does not inflict damage to the conservation asset.

The following studies give us different insights. On the one hand, from a broader perspective, they introduce principles for a well-informed dialogue between these two sectors, outlining concepts, practices and principles that can forge an opportune partnership as well as the necessary measures for cultural tourism development in Brazil. On the other hand, the essays discuss Southern Brazil, chosen by the Institute of National Historical and Artistic Heritage (Iphan) as the leitmotif for this issue. Different examples are given by professionals from both fields, producing interpretations that stimulate awareness of complementary impressions and perceptions.

Consequently, the present number of the National Historical and Artistic Heritage Magazine *contributes to the ongoing discussion on the possibilities afforded by cultivating a link between heritage and tourism. The Southern Region of Brazil represents an opportunity to investigate this potential.*

I wish to commend the efforts of the entire editorial team, who have committed all their talents to this publication.





Sacar a relucir el tema del turismo desde la perspectiva del patrimonio fue un reto interesante. El objetivo central de esta edición es abordar esta relación, favoreciendo una lectura inspiradora tanto para quienes se dedican a la gestión patrimonial, como para los profesionales del turismo.

En Brasil, frente a las iniciativas incipientes para promover el turismo cultural a partir de nuestro acervo patrimonial, todavía vemos la necesidad de establecer una alianza efectiva entre los campos de la preservación y de la actividad turística, con distintos entendimientos. Buscamos, por ende, construir parámetros comunes que orienten al sector, potenciando dinámicas que articulen aspectos económicos, sociales, territoriales y culturales, con el fin de brindarle una experiencia agradable, placentera y enriquecedora al visitante, sin causar daños a los bienes preservados.

En este sentido, los artículos publicados aquí ofrecen distintas perspectivas. Por un lado, desde una perspectiva amplia, traen fundamentos para construir un diálogo inteligente entre ambas áreas, destacando no solo los conceptos, prácticas y principios que pueden hacer posible esta alianza, sino también el cuidado que se debe tomar para el desarrollo del turismo cultural en Brasil. Por otro lado, desde un ángulo dirigido a la Región Sur, sobre la que el Instituto de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (Iphan) dedica su atención en esta edición, se presentan variados ejemplos, con enfoques presentados por profesionales de los dos campos, lo que resulta en lecturas que motivan la aprehensión de registros y percepciones complementarias.

Este número de la Revista del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional *constituye, por lo tanto, un aporte para el debate en vista de las oportunidades que ofrece la relación entre patrimonio y turismo. La Región Sur del país se presenta como una muestra para este ejercicio.*

Destaco los esfuerzos de todo el equipo editorial, que se dedicó a la preparación de esta publicación.

Igreja Ruthena, Colônia Rio Claro (atual Colônia Fluviópolis), São Mateus do Sul (PR).
Foto: Augusto Weiss.
Acervo: Instituto Moreira Salles.

Pêssanki, Curitiba (PR).
Foto: Orlando Azevedo.





Batuque no Rio Grande do Sul. Pai Xandeco de Xangô (sentado) em vivência dos orixás com crianças do projeto no Morro da Polícia, Porto Alegre (RS), 2010.
Foto: Minan Fichtner.





Estátua de Iemanjá na Praia de Tramandaí (RS).
Foto: Mirian Fichtner.

Rainha da Congada da Lapa, Etelvina Gelbert, Lapa (PR), 1951.
Foto: Vladimir Kozák.
Acervo: Museu Paranaense.



Dalton Trevisan

Em busca da Curitiba perdida[1]

Curitiba, que não tem pinheiros, esta Curitiba eu viajo. Curitiba, onde o céu azul não é azul, Curitiba que viajo. Não a Curitiba para inglês ver, Curitiba me viaja. Curitiba cedo chegam as carrocinhas com as polacas de lenço colorido na cabeça – galiii-nha-óóó-vos – não é a protofonia do Guarani? Um aluno de avental discursa para a estátua do Tiradentes.

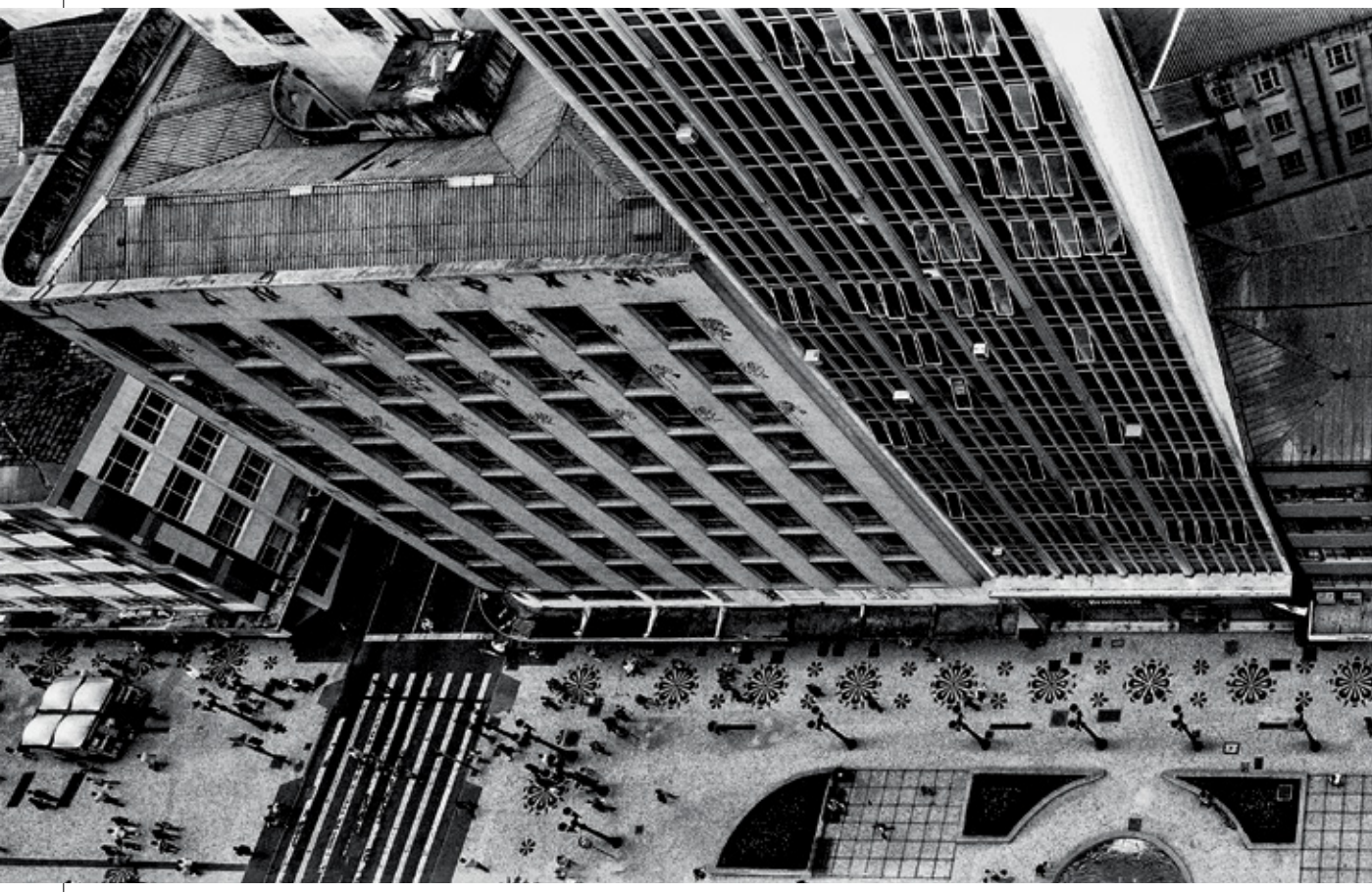
Viajo Curitiba dos conquistadores de coco e bengalinha na esquina da Escola Normal; do Jegue, que é o maior pidão e nada não ganha (a mãe aflita suplica pelo jornal: *Não dê dinheiro ao Gigi*); com as filas de ônibus, às seis da tarde, ao crepúsculo você e eu somos dois rufiões de François Villon. Curitiba, não a da Academia Paranaense de Letras, com seus trezentos milhões de imortais, mas a dos bailes no 14, que é a Sociedade Operária Internacional Beneficente O 14 De Janeiro; das meninas de subúrbio pálidas, pálidas que envelhecem de pé no balcão, mais gostariam de chupar bala Zequinha e bater palmas ao palhaço Chic-Chic; dos Chás de Engenharia, onde as donzelas aprendem de tudo, menos a tomar chá; das normalistas de gravatinha que nos verdes mares bravios são as naus Santa Maria, Pinta e Nina, viajo que me viaja. Curitiba das ruas de barro com mil e uma janeleiras e seus gatinhos brancos de fita encarnada no pescoço; da zona da Estação em que à noite um povo ergue a pedra do túmulo, bebe amor no prostíbulo e se envenena com dor de cotovelo; a Curitiba dos cafetões – com seu rei Candinho – e da sociedade secreta dos Tulipas Negras eu viajo. Não a do Museu Paranaense com o esqueleto do Pithecanthropus Erectus, mas do Templo das Musas, com os versos dourados de Pitágoras, desde o Sócrates II até os Sócrates III, IV e V; do expresso de Xangai que apita na estação, último trenzinho da Revolução de 30, Curitiba que me viaja.

Dos bailes familiares de várzea, o mestre-sala interrompe a marchinha se você dança aconchegado; do pavilhão Carlos Gomes onde será HOJE! só HOJE! apresentado o maior drama de todos os tempos – A Ré Misteriosa; dos varredores na madrugada com longas vassouras de pó que nem os viralatas da lua.

Curitiba em passinho floreado de tango que gira nos braços do grande Ney Traple e das pensões familiares de estudantes, ah! que

1. Conto publicado na quarta edição revista de *Mistérios de Curitiba,* em 1979.

Templo das Musas, Instituto Neo-Pitagórico, Curitiba (PR).
Acervo: Museu da Imagem e do Som do Paraná. Coleção: Dario Vellozo.

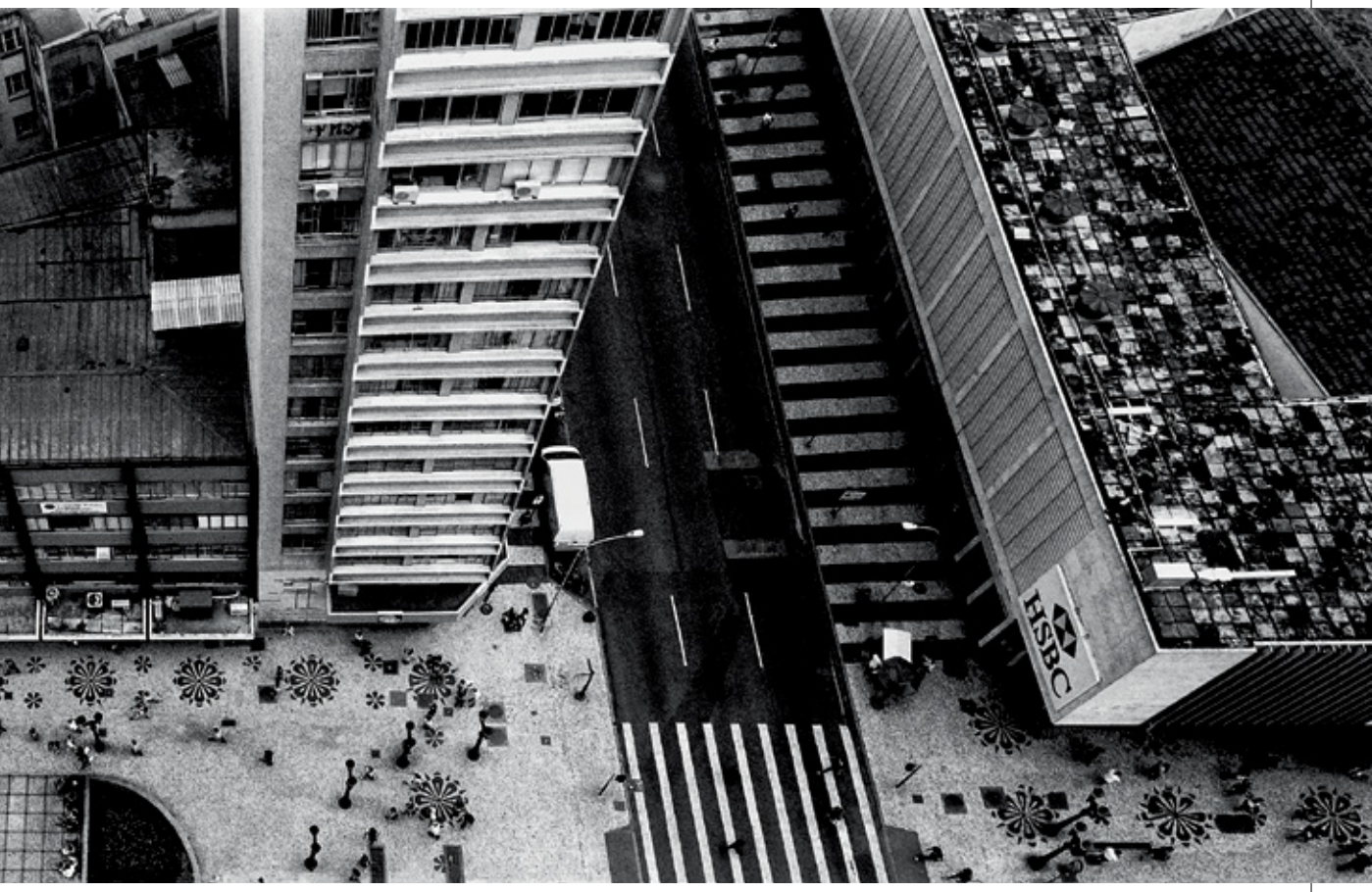


se incendeie o resto de Curitiba porque uma pensão é maior que a República de Platão, eu viajo.

Curitiba da briosa bandinha do Tiro Rio Branco que desfila aos domingos na Rua 15, de volta da Guerra do Paraguai, esta Curitiba ao som da valsinha Sobre as Ondas do Iapó, do maestro Mossurunga, eu viajo.

Não viajo todas as Curitibas, a de Emiliano, onde o pinheiro é uma taça de luz; de Alberto de Oliveira do céu azulíssimo; a de Romário Martins em que o índio caraíba puro bate a matraca, barquilhas duas por um tostão; essa Curitiba não é a que viajo. Eu sou da outra, do relógio na Praça Osório que marca implacável seis horas em ponto; dos sinos da igreja dos Polacos, lá vem o crepúsculo nas asas de um morcego; do bebedouro na pracinha da Ordem, onde os cavalos de sonho dos piás vão beber água.

Viajo Curitiba das conferências positivistas, eles são onze em Curitiba há treze no mundo inteiro; do tocador de realejo que não roda a manivela desde que o macaquinho morreu; dos bravos soldados do fogo que



Rua XV de Novembro, Curitiba (PR), 2013.
Foto: Vilma Slomp.

passam chispando no carro vermelho atrás do incêndio que ninguém não viu, esta Curitiba e a do cachorro-quente com chope duplo no Buraco do Tatu eu viajo.

Curitiba, aquela do Burro Brabo, um cidadão misterioso morreu nos braços da Rosicler, quem foi? quem não foi? foi o reizinho do Sião; da Ponte Preta da estação, a única ponte da cidade, sem rio por baixo, esta Curitiba viajo.

Curitiba sem pinheiro ou céu azul pelo que vosmecê é – província, cárcere, lar – esta Curitiba, e não a outra para inglês ver, com amor eu viajo, viajo, viajo.



Curitiba (PR), 1981.
Foto: Orlando Azevedo.



Praça Osório, Curitiba (PR), 2019.
Foto: André Vilaron.
Acervo: Iphan.



Marcelo Brito

A certificação de destinos patrimoniais na qualificação do turismo cultural no Brasil

Certification of heritage destinations empowers cultural tourism in Brazil

La certificación de destinos patrimoniales en la cualificación del turismo cultural en Brasil

Resumo

Partindo das cidades históricas como local turístico cuja motivação central é o patrimônio cultural, discute-se como estruturar produtos para desenvolver o turismo. É necessário, nesse sentido, estabelecer uma estratégia de qualificação da atividade a partir de um sistema de certificação de destinos patrimoniais. Busca-se, assim, explicar os fundamentos centrais que devem orientar o segmento, de modo a articular o patrimônio e o turismo como integrantes de uma mesma plataforma.

Para tanto, é preciso esclarecer o que significa destino patrimonial, destacando seus principais aspectos. As razões pelas quais se torna essencial certificá-lo são justificadas, por meio de um processo de qualificação que garanta determinados requisitos, de modo a assegurar a experiência turística desejada.

Por último, é apresentada uma série de parâmetros, a fim de tornar a proposta factível e precisa, considerando algumas variáveis de análise e referenciais específicos. Levando em conta a caracterização do objeto de avaliação, é possível, dessa forma, qualificá-lo como destino patrimonial.

Summary

We will discuss how to design products to foster tourism in the framework of historical cities where cultural heritage is the predominant tourism driver. To this end, we should first devise a strategy that qualifies tourism activities through a certification system for heritage destinations. As such, efforts to explain the underlying principles that should steer tourism are important to connect heritage and tourism under the same aegis.

Clarification on what constitutes a heritage destination by outlining its main features is important for this purpose. A qualification process that will guarantee certain requirements are met to ensure the desired tourist experience is vital for certification.

Finally, we discuss a series of parameters to ensure the proposal is feasible and detailed, using some analysis variables and specific benchmarks. An understanding of the unique features of the object under evaluation can support its classification as a heritage destination.

Escultura do Profeta Ezequiel, de Aleijadinho, Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas (MG), 1938.
Foto: Erich Hess. Acervo: Iphan.

Resumen

Partiendo de las ciudades históricas como un lugar turístico cuya motivación central es el patrimonio cultural, discutimos cómo estructurar productos para desarrollar el turismo. En este sentido, hay que establecer una estrategia de cualificación de la actividad a partir de un sistema de certificación de destinos patrimoniales. Se procura, por lo tanto, explicar los fundamentos centrales que deberían orientar el sector para articular el patrimonio y el turismo como integrantes de una misma plataforma.

Para ello hay que aclarar qué significa destino patrimonial, destacando sus aspectos principales. Las razones por las cuales la certificación es esencial se justifican por medio de un proceso de cualificación que garantiza determinados requisitos para asegurar la experiencia turística que se desea.

Por último, se presentan una serie de parámetros para que la propuesta sea factible y precisa, considerando algunas variables de análisis y referentes específicos. Teniendo en cuenta la caracterización del objeto de valoración, de esa forma se lo puede calificar como un destino patrimonial.



Introdução

Um assunto recorrente na gestão do patrimônio cultural, especialmente em sítios históricos urbanos, é o modo de desenvolver uma atividade turística aproveitando o bem existente, sem provocar a sua destruição ou descaracterização. Além disso, discute-se como essa atividade pode proporcionar bem-estar para a população residente nessas localidades e, ao mesmo tempo, contribuir, por um lado, para a sua dinamização funcional e econômica mediante a reutilização de bens culturais e a geração de emprego associado, direta ou indiretamente, e, por outro, para a valorização das identidades culturais locais e a promoção da cidadania em função de seus valores culturais. Nesse sentido, deve-se destacar algumas questões: como qualificar essa atividade turística e qual estratégia pode ser adotada para construir um diálogo inteligente entre campos setoriais da política pública – patrimônio e turismo – que têm espaços até então próprios de atuação?

Diante desse desafio, é necessária a construção de entendimentos consensuais que permitam o trânsito, entre os setores mencionados, de ideias, conceitos, princípios e práticas que favoreçam o desenvolvimento e a consolidação de um campo transversal que articule o patrimônio e o turismo como partes de uma mesma plataforma, o chamado turismo cultural. Nesse sentido, os seguintes pontos devem ser assegurados (Icomos, 1999, p. 3-6): o intercâmbio cultural, de modo que se ofereçam aos membros das comunidades de acolhimento e aos visitantes oportunidades responsáveis e bem geridas de fruir e compreender o patrimônio e a cultura local; a dinâmica entre o patrimônio e o turismo, que deve ser administrada em benefício das gerações atuais e futuras e ultrapassar os conflitos de valores que atravessam os dois conceitos; a valorização do patrimônio; a participação das comunidades de acolhimento e das populações locais; os benefícios da atividade turística para a proteção do patrimônio cultural e das comunidades de acolhimento; e a promoção turística, protegendo e valorizando as características do patrimônio cultural e natural.

Desse modo, cabe enfatizar que qualquer lugar que pretenda desenvolver o turismo cultural, a partir da promoção de seu patrimônio cultural, necessita gerar as condições necessárias para apresentar, acondicionar e interpretar de maneira adequada esse bem. Assim, este se mantém preservado e salvaguardado, acessível fisicamente e compreensível desde uma linguagem que comunique, de modo claro e direto, a narrativa que se pretenda transmitir.

Ter um patrimônio não é suficiente para promovê-lo turisticamente. Se não forem realizadas as ações preparatórias mencionadas, qualquer esforço de alçar os recursos patrimoniais como atrativos de uma localidade estará fadado ao fracasso. Fomentar o turismo cultural pressupõe, antes de tudo, definir objetivamente seu significado e escopo. Isso porque, apesar de ser um conceito já bastante divulgado, enseja diversas controvérsias e suscita entendimentos nem sempre convergentes.

O denominado turismo cultural, uma das atividades turísticas cuja demanda

Estudantes do Colégio Nossa Senhora das Dores com o Passadiço da Glória ao fundo, Diamantina (MG), 1938.
Foto: Erich Hess. Acervo: Iphan.

global cresce mais rápido (Esteban Curiel, 2007), é um fenômeno em expansão (García Hernández, 2003)[1] e consiste em viagens de motivação essencialmente cultural, seja para estudar, seja para realizar qualquer outra atividade ligada ao conhecimento durante férias ou viagens de negócios (Robinson e Evans, 1996). Esse segmento do turismo demanda conhecimentos específicos e uma gestão adequada ao contexto em que se desenvolve.

Nesse sentido, como bem explicita Troitiño Vinuesa (2005, p. 83-88), o atrativo central do turismo cultural é, por excelência, o patrimônio cultural, insumo indispensável para a promoção de produtos turísticos. As ações de desenvolvimento com vistas ao consumo de bens e serviços culturais devem ser baseadas em critérios de sustentabilidade que permitam seu uso e desfrute, a difusão e o intercâmbio de conhecimento, a manutenção e a ampliação de valores simbólicos e de sua essência física, bem como as respectivas condições de realização. Enfim, para o autor, há que se estabelecer uma gestão criativa para enfrentar a complexidade dos diversos âmbitos implicados.

Assim, atuar nesse campo pressupõe investir em conhecimento, em geração de informações que permitam, previamente ao desenvolvimento da própria atividade, criar as condições adequadas para não pôr em risco a integridade do patrimônio que se oferece.

1. García Hernández (2003, p. 334, tradução nossa), em seus estudos desde 2003, já apontava esse crescimento, ao destacar que "o turismo cultural é um dos segmentos de mercado em expansão, situando-se em uma taxa média de crescimento anual em torno de 6%".

Destinos patrimoniais: um conceito

Construir um diálogo inteligente pressupõe incorporar conceitos e dimensões cognitivas que favoreçam a comunicação e, portanto, a interação entre as partes, bem como a troca, o intercâmbio e a mútua compreensão sobre algo que se compartilha e que se torna senso comum. Nesse sentido, proporcionar uma melhor relação entre patrimônio e turismo não é só fundamental como também uma exigência nos dias atuais. A percepção da atividade turística como um fator de dinamização física, social, econômica e cultural vem se evidenciando, ao longo dos últimos anos, como uma questão recorrente e de importância não desprezível, especialmente, pelos gestores do patrimônio cultural (Brito, 2009).

Por sua vez, os destinos são o resultado de produtos turísticos dispostos em um determinado território (Valls, 2006), os quais devem manter uma relação objetiva, de ordem temática, com serviços e infraestruturas que propiciem um consumo adequado para os visitantes. Desse modo, destaca-se a necessidade de observar, caracterizar, estabelecer premissas e certificar, em termos qualitativos, destinos que se definam por sua dominância patrimonial, ou seja, que tenham nos seus atrativos culturais, como recurso turístico, a principal motivação geradora da atividade. Assim, a noção de destino patrimonial se apoia em uma base territorial definida e extrapola a dimensão de produto e serviço oferecido em uma localidade de interesse patrimonial, conjugando todos os elementos que o



estruturam e compõem: produtos turístico-culturais, serviços turísticos, ofertas culturais e infraestrutura turística. Tomando como referência as cidades históricas para o desenvolvimento de destinos patrimoniais, cabe retomar os seguintes aspectos, já destacados por Brito (2009, p. 160-163).

Para que uma cidade histórica esteja preparada para se constituir em destino patrimonial, deve-se avaliar até que ponto os seus atrativos suscitam fluxos de visitantes que justifiquem, em princípio, prepará-la para ser território de acolhida turística. É necessário também estabelecer uma análise situacional do destino, promovendo um reconhecimento do estado da questão, desde duas perspectivas: interna, com visão local, a partir dos diversos atores que compõem o sistema urbano (residentes, agentes locais, administração, setor empresarial local); e externa, com a visão dos demandantes forâneos (turistas, excursionistas, operadores de turismo etc.). Não se deve esquecer-se de preparar o local para a cidadania, por princípio e *a priori*, com a noção de que o visitante é "um cidadão a mais", constituindo-se, a partir disso, uma infraestrutura de hospitalidade – sinalização, centro de visitantes, centro de interpretação de monumentos, zonas de estacionamento etc. – para oferecer serviços e assistência complementares em apoio ao desenvolvimento da atividade turística. Por fim, é preciso tornar o patrimônio cultural acessível a todos, residentes e visitantes, desde uma lógica turístico-cultural que implique o despertar do interesse e o conhecimento, não só conforme os interesses e as motivações que embasam os diversos tipos de produtos turístico-culturais, mas também de acordo com as demandas de aprofundamento dos diversos segmentos sociais que interagem com a cidade – residentes, turistas, excursionistas,

Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, São Miguel das Missões (RS), 2018.
Foto: Pedro Mascaro. Acervo: Iphan.

pesquisadores, amantes da arte e da história –, permitindo, consequentemente, uma aproximação tanto superficial como pormenorizada dos atrativos.

Para que a cidade histórica esteja submetida a um planejamento urbano-turístico-cultural adequado, com vistas a se converter em destino patrimonial, devem ser combatidos e evitados os processos de musealização, a fim de que os espaços urbanos não correspondam a meros cenários onde se desenvolvem, quase exclusivamente, visitações; e de turistificação, resultante de transformações funcionais excessivas na localidade e nas suas estruturas edilícias, que geram o monocultivo turístico, reduzindo a vitalidade urbana genuína em benefício de funcionalidades turísticas enganosas e questionáveis.

Deve-se ainda evitar a saturação e o congestionamento da cidade. Isso é alcançado mediante a gestão de alguns fatores: uso e ocupação do solo em função do estímulo à diversificação das funções urbanas; fluxos de visitantes em percursos que estejam em conformidade com os recursos culturais existentes e, então, com a localização estratégica dos equipamentos turístico-culturais, evitando a concentração tanto de produtos como de serviços e de pessoas; e promoção de eventos, diminuindo a sazonalidade e ampliando o calendário de atividades ao longo do ano, definindo uma oferta de qualidade capaz de suscitar o interesse turístico.

Para que haja um processo sustentável de administração do destino patrimonial na cidade histórica, é necessário promover uma infraestrutura adequada que contemple os mecanismos de gestão compartilhada, intersetorial/transversal e de natureza tanto diretiva como executiva – na forma de entidades colegiadas, como consórcios, comissões interadministrativas, mesas de concertação, conselhos setoriais e comitês executivos, entre outras modalidades[2] –, possibilitando o domínio e o controle dos processos. Da mesma forma, devem ser considerados os instrumentos de caráter normativo, estratégico e operacional que possibilitem dotar a gestão desse território de ferramentas jurídicas, técnicas, fiscais e financeiras. Deve-se também sustentar articulações, negociações e decisões produzidas no marco de uma gestão sustentável, que envolva a administração e a sociedade civil organizada. É necessário, por fim, observar a logística necessária para a administração, configurada na provisão dos recursos humanos, tecnológicos e materiais (espaço próprio, mobiliário, equipamentos etc.) ajustada à complexidade da base territorial onde atua.

Assim, pode-se dizer que os pontos-chave para a conformação de destinos patrimoniais,

2. Na Espanha, são relevantes as experiências dos consórcios de cidades e dos consórcios turísticos, como são os casos de Santiago de Compostela e Toledo, com perfil institucional mais vinculado ao patrimônio e ao desenvolvimento urbano. Já o de Sevilha se encontra mais vinculado à gestão turística da cidade (Brito, 2009).



no caso das cidades históricas, são, respectivamente, a provisão de informação qualificada e analítica; o planejamento transversal baseado em alianças internas no âmbito do patrimônio, do urbanismo e do turismo; e o desenvolvimento de infraestruturas de gestão, alicerçadas na constituição de mecanismos e instrumentos de administração com uma logística apropriada aos fins a que deva atender.

Note-se que é a atividade turística que faz dos municípios históricos locais de visitação e que promove, por meio da concentração espacial das pessoas e dos usos turísticos associados, a seletividade espacial do tecido urbano. É esse o processo que institui o que Ashworth e Tunbridge (2003) denominaram cidade histórico-turística, cuja configuração é basilar e prévia ao estabelecimento de destinos patrimoniais. Esse entendimento é aqui adotado como necessário e essencial, de caráter conceitual e instrumental, para gerir destinos patrimoniais.

A cidade histórico-turística, que, em geral, representa e contém parte da cidade histórica, se conforma por um jogo de relações pautadas em três dimensões (Ashworth, 2003, p. 291-311): a primeira, de natureza espacial, é o contexto da própria localidade; a segunda, de natureza cultural, são as características do patrimônio cultural; e a terceira, de natureza comportamental, é a atividade turística desenvolvida em função das expectativas e das motivações dos visitantes.

Pode ser entendida, portanto, pelo esquema a seguir, desenvolvido a partir de Ashworth (2003), como a interseção dos âmbitos "cidade", "patrimônio cultural" e "turismo" (Figura 1).

Por que certificar destinos?

Há um ditado que diz: "O visitante recorda 10% do que ouve, 30% do que lê, 50% do que vê e 90% do que faz" (Camaredo Izquierdo e Garrido Samaniego, 2004, p. 93, tradução nossa). Em outras palavras, a atividade turística, em qualquer campo que se realize, cada vez mais, deve estar pautada na chamada "experiência", naquilo de que o turista se apropria a partir do que vivencia. Dessa forma, garantir requisitos que assegurem a experiência desejada pressupõe um processo de qualificação apto a certificar que o destino cumpre tudo aquilo que informa que poderá propiciar ao ser visitado.

Do ponto de vista mercadológico, quando vamos a algum estabelecimento turístico como clientes, esperamos ter a segurança de que o serviço prestado será o melhor e que os produtos oferecidos serão de qualidade. De igual modo, na perspectiva patrimonial, esperamos que se confirme o modo como esse patrimônio é apresentado, de acordo com a narrativa elaborada e a mensagem passada. Isso vai além das condições em que se dá a conhecer e, portanto, da forma como permite



Rua Portugal, Centro Histórico. São Luís (MA), 2012. Foto: Victor Hugo Mori. Acervo: Iphan.



a sua fruição e a satisfação de todos que vão conhecê-lo.

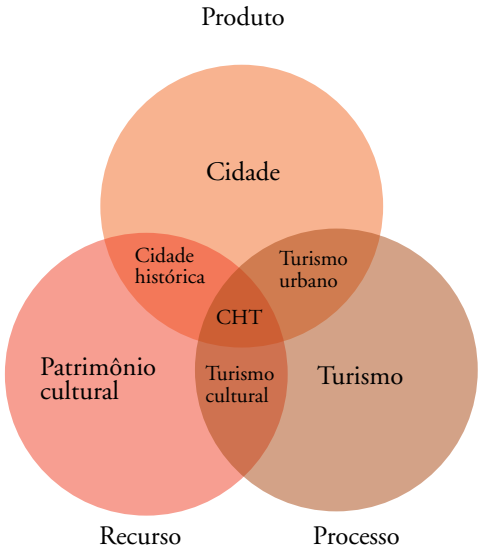
Para tanto, um processo de certificação de destinos patrimoniais é fundamental, pois busca um diálogo inteligente entre gestores do patrimônio e turísticos, ao considerar o potencial dos sítios para o setor e contemplar estratégias de consumo em uma perspectiva cultural, na qual o bem seja central, fator de motivação e recurso para o turismo. Além disso, gera parâmetros capazes de estabelecer a qualificação do destino como patrimonial, com vistas a alcançar determinados padrões do turismo cultural, como atividade divertida, prazerosa e enriquecedora. Nesse sentido, são definidas normas que devem consolidar marcos referenciais de sua dimensão material e imaterial, para medir as condições que cada localidade deve oferecer para se posicionar em relação à oferta turística.

Para isso, é necessário levar em consideração o objeto de certificação. O destino deve corresponder, de fato, ao lugar que gera um consumo turístico condizente com os elementos de referência cultural

destacados. Isso implica fomentar um sistema de qualidade, com parâmetros específicos que possibilitem o alcance do objetivo pretendido e a satisfação de todas as partes envolvidas.

Diante disso, deve-se destacar alguns pontos já levantados por Brito (2009, p. 62-75). O primeiro deles é que nem toda cidade histórica é turística ou pode se converter em cidade histórico-turística. Além disso, aquela não dispõe de todos os requisitos demandados pelo desenvolvimento da atividade turística, pois sua utilização se dá de modo concentrado e seletivo no espaço urbano (Calle Vaquero, 2002). Assim, não se deve conduzir as políticas de desenvolvimento local tendo em conta que o turismo é a única saída desses municípios. Nesse sentido, há de se evitar o "monocultivo" turístico gerado pela falta de planejamento, pela presença excessiva da atividade turística e por consequentes processos de ocupação e uso do solo pelo setor em cidades com atividade econômica frágil e dependente de seu entorno territorial.

As estruturas urbanas, arquitetônicas e sociais e o entorno ambiental são condicionantes na elaboração de iniciativas de desenvolvimento turístico em sítios históricos nas cidades. Isso deve ser feito para evitar que se chegue a situações extremas de enobrecimento de determinados espaços – não todos – a chamada gentrificação, por sua capacidade de absorver determinadas funções, incrementando processos de segregação socioespacial e de intensificação do que se poderia chamar de dicotomia entre a cidade turística e o resto da cidade. Nesse sentido, quando se fomenta o turismo a todo custo e a qualquer preço, as cidades sofrem



CHT: Cidade histórico-turística

todos os inconvenientes de um turismo mal planejado, a título de reconversão de áreas economicamente deprimidas e estagnadas, como justificativa de discursos políticos pouco comprometidos com o desenvolvimento sustentável, fato que deve ser evitado e combatido.

Outro ponto destacado por Brito (2009) é que o turismo cultural não é atividade exclusiva do meio citadino. Os interesses e as motivações dos responsáveis por essa atividade podem estar presentes em outros territórios não urbanos, como as zonas rurais, de montanha e arqueológicas, os parques naturais, entre outros, em função dos seus modos de vida ou dos elementos patrimoniais de destaque e do foco de atenção dos visitantes.

Na cidade, são desenvolvidas outras atividades inseridas no âmbito do turismo, denominadas genericamente de turismo

Rio de Janeiro (RJ), 2016.
Foto: Oscar Liberal.
Acervo: Iphan.

Figura 1 – Configuração da cidade histórico-turística.
Fonte: elaboração própria, a partir de Ashworth (2003).



urbano (Cazes, 1998; Marchena Gómez, 1998; Williams, 1998), associadas a serviços que podem oferecer ao visitante (independentemente do seu patrimônio cultural) e que se encontram, hoje, cada vez mais especializados, como a realização de convenções, congressos, encontros profissionais, ensino de idiomas, compras, tratamentos de saúde, lazer vinculado a atividades artísticas – como festivais de cinema, teatro e dança –, entretenimento em geral. A estreita vinculação do conceito de turismo cultural ao urbano está associada à densa carga patrimonial que têm, em geral, as cidades onde sua expressão é evidente, sem que isso signifique que sejam estritamente o mesmo, senão parte um do outro.

O desenvolvimento adequado do turismo cultural, aliado à presença grandiloquente do patrimônio cultural – em função da monumentalidade de suas construções e demais elementos urbanísticos e paisagísticos ou do reconhecimento de seu valor simbólico, como nas cidades declaradas Patrimônio Mundial – pressupõe considerar os recursos existentes, a sua disposição no espaço e a relação que pode ser construída entre eles. Esses nexos permitirão fornecer, *a priori*, um roteiro lógico e sugestivo para a visita turística, em contraposição à apresentação superficial das localidades, com frequência equivocadamente considerada suficiente, o que se constitui em um erro cândido de comunicação turística.

O patrimônio cultural como atrativo não se assenta em toda a cidade, com raras exceções. Ao contrário, seu valor e sua inclusão como patrimônio cultural são atribuídos a uma determinada coletividade e, portanto, pertence a um mercado particular, como objeto de cultura (Brito, 1992). Nesse sentido, ele é o testemunho da manifestação do conjunto de conhecimentos humanos de uma determinada sociedade em uma certa etapa física e temporal de sua cultura (Lopes Filho, 1990), o que engendra espaços urbanos privilegiados e socialmente segmentados (Milet, 1988).

Assim, a atividade turística pautada no patrimônio cultural costuma apontar um número reduzido de elementos – de configuração monumental no que se refere ao patrimônio cultural material (Calle Vaquero, 2002; García Hernández, 2003, p. 334) ou de expressão exótica quando se trata de patrimônio cultural imaterial –, cujo consumo, quando permitido e possível, corresponde a territórios exclusivos que se perfilam na cidade. Como atrativo turístico, o patrimônio cultural só é verdadeiramente consumido ao comunicar uma imagem pré-determinada, construída, com frequência, artificialmente pelos gestores turísticos, o que, no entanto, nem sempre se fundamenta nos valores culturais intrínsecos desse bem.

A ideia de valor patrimonial, hoje genericamente mais difundida e aceita, carece ainda de maior precisão. São necessárias ações educativas para que tanto residentes quanto visitantes valorizem não só os bens culturais herdados, mas também as manifestações culturais vivas e enraizadas na localidade, ressignificando-os como elementos importantes para a identidade cultural e para a compreensão do processo civilizatório da sociedade.

Acredita-se que o turismo possa auxiliar no cumprimento desse papel como via de

Passista de frevo no carnaval de rua, Recife (PE), 1957 (circa).
Foto: Marcel Gautherot.
Acervo: Instituto Moreira Salles.



acesso ao conhecimento, ao intercâmbio e à experimentação. Uma atividade turística bem conduzida pode constituir importante ferramenta para o desenvolvimento de ações de sensibilização e de educação para a valorização do patrimônio cultural. O turismo cultural é, nesse caso, uma maneira como tais ações podem, se bem estruturadas e planejadas, ser implementadas satisfatoriamente, embora existam outras vias de concretização.

Além disso, devidamente orientado, o turismo pode se converter em uma importante ferramenta para fomentar ações de desenvolvimento das cidades que tomem como marco de referência seu patrimônio cultural. Assim, pode-se promover ações de recuperação e revitalização de áreas com valor cultural agregado, mediante projetos de reabilitação urbana, restauração de monumentos, sinalização turístico-cultural, iluminação pública de marcos monumentais etc.

Nesse sentido, é certo afirmar que o turismo, sim, pode estar a serviço da preservação do patrimônio cultural material das cidades ao inserir-se na lógica de consumo da cidade histórico-turística. Esse segmento tem servido para justificar investimentos em áreas de um município histórico que, apesar de não ser turístico, apresenta potencial para sê-lo. Verifica-se tal fato quando se aplicam recursos financeiros na valorização de determinados marcos monumentais que constituem bens culturais centrais para as estratégias de desenvolvimento do turismo em cidades históricas que já se consolidaram como destino ou naquelas que apostam em sua dinamização como alternativa para seu próprio crescimento socioeconômico.

Quanto à salvaguarda do patrimônio cultual imaterial, trata-se de uma questão mais delicada, pelas características do bem cultural em si. As ações básicas, sob a ótica patrimonial, são aquelas que permitem assegurar as condições materiais de (re)produção e transmissão do bem, o que pode incluir:

1. Apoio à transmissão do conhecimento para as gerações mais jovens;
2. Promoção e divulgação do bem cultural;
3. Valorização de mestres e executantes;
4. Melhora das condições de acesso a matérias-primas e mercados consumidores; e
5. Organização de atividades comunitárias (Iphan, 2006, p. 25).

Considerando-se essas linhas de atuação, próprias dos planos de salvaguarda que estão



em processo de implementação no Brasil[3], acredita-se que o turismo pode, em alguns casos, ajudar a criar certas condições materiais para a permanência do bem cultural, assim como para sua difusão e comercialização como produto turístico-cultural.

A gastronomia, as danças e as músicas autóctones são, por exemplo, recursos culturais que podem, se devidamente trabalhados, ser considerados atrativos turístico-culturais de primeira ordem, junto com a oferta de museus, centros culturais, entre outros serviços. Dessa forma, é enriquecida a diversidade da oferta de um destino turístico de expressão cultural destacada.

De fato, as cidades histórico-turísticas são, *a priori*, territórios onde se concentram e se produzem práticas culturais coletivas e que, por isso, têm os atributos básicos para ser consideradas bens de natureza imaterial relevantes. São lugares expressivos, referências culturais que se encontram "espacializadas" e com conteúdos inter-relacionados que trazem consigo um importante potencial para a transmissão, tanto a residentes quanto a visitantes, de conhecimentos que permitam elucidar o processo civilizatório vivido pela sociedade.

Nesse sentido, o turismo pode ajudar a fomentar iniciativas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial ao auxiliar na promoção da identificação, do mapeamento e da documentação de referências culturais na cidade histórica, com vistas ao estabelecimento de políticas específicas para o seu desenvolvimento.

Essas iniciativas devem contemplar a adequada absorção de informações mais qualificadas, especializadas, em função da natureza do recurso cultural em questão, em contraposição a uma disposição cognitiva inicial mais superficial do visitante. Isso deve ser feito mediante uma mudança comportamental induzida pelos gestores tanto do patrimônio cultural quanto dos recursos turísticos, em um marco de aliança estratégica para a administração compartilhada do turismo cultural. Ademais, é necessária a pertinente difusão das manifestações locais, imprescindíveis para a aproximação adequada do visitante ao objeto de visita em termos ideais e compatíveis com sua própria natureza, culminando em uma

3. Fomentados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em suas políticas de apoio e fomento a bens culturais imateriais registrados como patrimônio cultural do Brasil, por excelência.

Vista panorâmica do Centro Histórico de São Luís (MA), 2012.
Foto: Victor Hugo Mori. Acervo: Iphan.



Villa Ricca. *Litografia, Alphonse Bichebois a partir de desenho de Johann Moritz Rugendas, século XIX.* *Acervo: Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.*

Vue D'Olinda. *Litografia, Sabatier a partir de desenho de Johann Moritz Rugendas, século XIX.* *Acervo: Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.*

experiência ao mesmo tempo efetivamente enriquecedora e prazerosa, como propugnam as recomendações internacionais (Icomos, 1999; OMT, 1995).

Segundo Calle Vaquero (2002, p. 272, tradução nossa), os visitantes (turistas e excursionistas) "se conformam com uma aproximação superficial às manifestações do patrimônio urbano local e estão mais interessados em uma experiência de viagem satisfatória dentro de um contexto de lazer em uma análise conscienciosa dos lugares que visitam". Entretanto, cabe avaliar que tipo de turismo é promovido como "cultural" e o que se oferece como produto em destinos turísticos dessa natureza. Daí se pode, em resumo, deduzir outra questão tão óbvia, porém de alegação não tão direta: faz-se turismo cultural só por visitar uma cidade histórica?

Se, por um lado, a motivação e o interesse do visitante são de cunho cultural, a resposta é positiva. Isso significa que, desde a intenção na origem, isto é, desde a demanda, quando as pessoas buscam e geram esse tipo de necessidade, que hoje se encontra cada vez mais presente e crescente, faz-se turismo cultural ao se visitar cidades históricas.

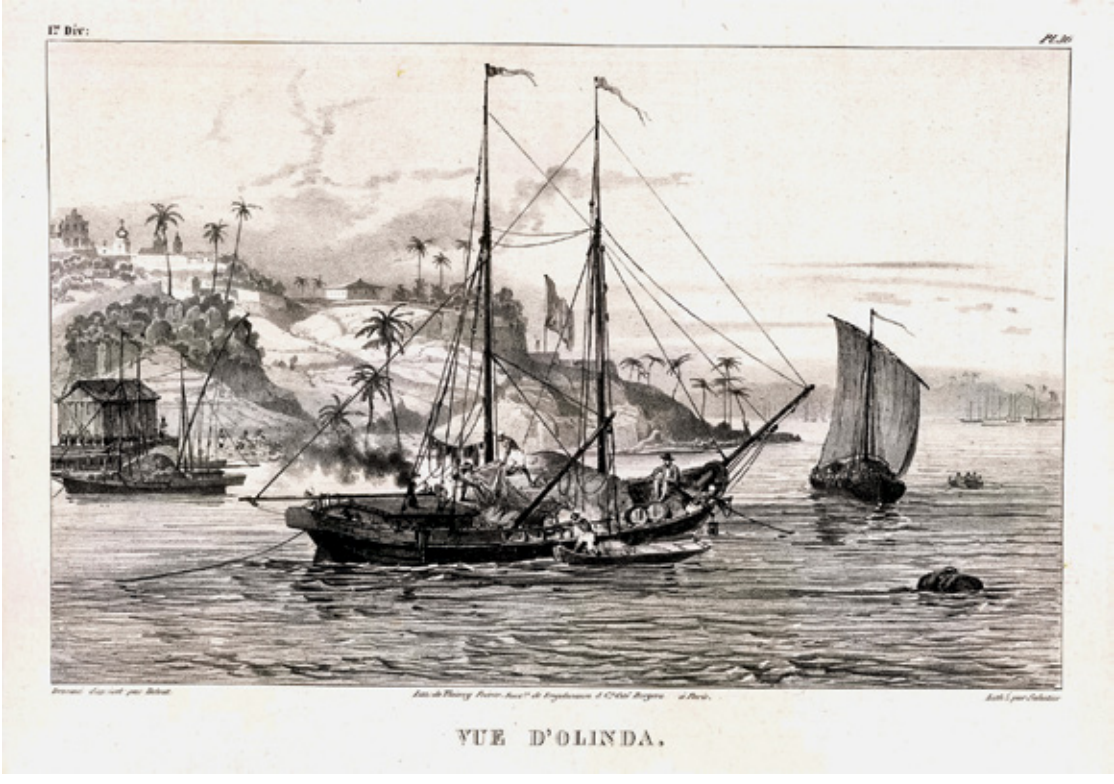
E, por outro lado, se a intenção dos gestores locais é a de apresentar uma oferta turístico-cultural adequada que propicie o turismo cultural, a resposta também é afirmativa. Significa dizer que, desde a intenção no destino, isto é, desde a oferta, quando os recursos culturais existentes nas localidades estão devidamente dispostos para propiciar uma visita adequada, está se facilitando o turismo cultural em cidades históricas.

O certo é que, atualmente, a concorrência entre destinos turísticos é cada vez mais acentuada. Por isso, verifica-se a necessidade de apostar na qualidade da oferta turístico-cultural, proporcionando ao visitante um produto cada vez mais diversificado, com informações mais especializadas e precisas, e fornecendo melhores condições de acessibilidade, para que desfrute, portanto, de experiências cada vez mais qualificadas de imersão cultural.

Parâmetros para certificação

Tornar factível e preciso um processo de certificação demanda estabelecer variáveis de análise apoiadas em referenciais específicos que, a partir da caracterização do objeto de avaliação, permitam qualificá-lo. No caso, significa gerar parâmetros capazes de instituir uma certificação de destinos, fundamental para alcançar padrões voltados ao turismo cultural, como uma atividade divertida, prazerosa e enriquecedora.

Diferentemente do que se costuma realizar em processos de certificação de serviços e produtos, a de destinos patrimoniais deve estar relacionada à base territorial onde a atividade do segmento se realiza, bem como contemplar os diversos





Vista do Museu Casa de Cora Coralina, Cidade de Goiás (GO). Foto: Cristiano Mascaro. Acervo: Iphan.

fatores que se destacam na localidade. Assim, esta deve corresponder, de fato, a um lugar com condições, ainda que potenciais, para gerar o consumo turístico correspondente.

Esses parâmetros devem consolidar marcos referenciais da dimensão material e imaterial do patrimônio, os quais, associados à qualidade da atividade turística pretendida, permitam medir as condições em que cada destino se encontra e qual deve ser a oferta aos visitantes.

Nesse sentido, os destinos patrimoniais, portanto, devem ser lugares de memória, de conhecimento, de difusão e de entretenimento, onde seja possível que o exercício de "conhecer e interpretar heranças culturais de tempos passados tenha, para a sociedade contemporânea, um valor que supere a simples curiosidade pelo diferente ou pelo exótico", pois "forma parte de nossa cultura a busca compreensiva de estruturas culturais que nos possibilitem entender nosso mundo" (Meneses, 2006, p. 30). Essa busca:

> É válida para atender aos prazeres intelectuais e as fruições de realidades distintas às nossas. Isto nos estimula, nos descansa, nos provoca abstrações que nos aliviam do cotidiano do trabalho. Isso nos leva à busca de prazeres no momento do lazer que contemplem o entendimento de culturas, de valores históricos, de manifestações da tradição construída, de heranças culturais (Meneses, 2006, p. 30).

Assim, são lugares de memória, pois neles se armazena informação acumulada, derivada de um processo histórico que segue seu próprio ritmo, em um eterno processo de recordar e esquecer fatos e experiências. São, também, locais de conhecimento e difusão porque reúnem informações resultantes de processos sociais, culturais, tecnológicos, econômicos etc. e podem transmiti-las a todos os que até eles vão. E, igualmente, são lugares de entretenimento porque podem permitir que sua fruição – ainda que meramente estética para aqueles interessados apenas no lazer e na contemplação passiva do ambiente que visitam – seja também intelectual e sensorial em razão do conjunto de informações e estímulos apresentado naqueles que o vivenciam, no ver, cheirar, saborear, ouvir e sentir o chamado "espírito do lugar", ou seja, a atmosfera do ambiente e de seus imaginários.

Considerando a realidade de sítios patrimoniais urbanos e a promoção do turismo cultural, as variáveis de análise para um sistema de certificação de destinos patrimoniais são as seguintes[4]: reconhecimento oficial; patrimônio cultural preservado; patrimônio cultural imaterial salvaguardado; infraestrutura de acolhida em pleno funcionamento; sistema de informação qualificada implantado; programa de promoção, difusão e marketing implementado; infraestrutura de gestão permanente adequada; e base logística turística de qualidade em pleno e adequado funcionamento em seu entorno. Assim, a seguir, com caráter propositivo, apresenta-se um sistema de certificação de destinos patrimoniais, denominado Sistema "P"[5] de Certificação de Destinos Patrimoniais, a partir dessas oito variáveis, com suas respectivas características e fontes de verificação.

1. Reconhecimento oficial: a existência de reconhecimento oficial do bem como um patrimônio cultural confere notoriedade e, em geral, interesse, que são, sem dúvida, elementos de importância na conformação de destinos turísticos de dominância patrimonial. Sua verificação pode ser confirmada por declaratória oficial de reconhecimento do bem, seja municipal, estadual, nacional, regional (Mercosul) ou mundial.

2. Patrimônio cultural preservado: a conservação dos bens culturais materiais é condição *sine qua non* para a valorização turística de recursos culturais e se relaciona, por um lado, com a integridade do bem, que indica as possibilidades da visita, e, por outro, com o seu desfrute adequado, ou seja, o modo como estão apresentados e acondicionados os recursos culturais como produtos turístico-culturais, de modo a favorecer a preservação do patrimônio. Sua fonte de verificação são informes de inspeção (vistorias) a bens culturais propostos ou objeto de visita turística.

4. As variáveis de análise foram elaboradas a partir de investigação de pós-doutoramento realizada junto com o Grupo de Investigação sobre Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento da Universidade Complutense de Madri, na Espanha, e de debates produzidos na condução do Comitê Técnico de Patrimônio e Turismo do Mercado Comum do Sul (Mercosul), no âmbito do Mercosul Cultural, no período de 2007 a 2017.

5. "P" de "Patrimônio".



Centro Histórico de Paraty (RJ), 2018.
Foto: Oscar Liberal.
Acervo: Iphan.



3. Patrimônio cultural imaterial salvaguardado: a sobrevivência das manifestações e práticas culturais autóctones associadas aos espaços onde se produz a atividade turística, possibilitando seu conhecimento, formas de transmissão e reprodução, é fundamental para assegurar a vivacidade e o dinamismo das relações socioculturais locais, o que imprime vitalidade e identidade próprias ao lugar. Isso confere autenticidade ao bem, assim como geração de interesse, motivação e curiosidade para o visitante, que faz uma aproximação mais ativa do local. A fonte de verificação dessa variável é o inventário de referências culturais e sua incidência na cidade histórico-turística, além de informes de análise de bens culturais imateriais integrantes do conjunto de produtos culturais locais para consumo turístico.

4. Infraestrutura de acolhida em pleno funcionamento: trata-se de equipamentos específicos que atendem às funcionalidades turísticas no destino, como um centro de acolhida de visitantes (ponto de chegada e recepção), um centro de interpretação do sítio (com um breve panorama do lugar, dos monumentos de destaque e sua associação à cidade e à região, sua história, evolução e marcos culturais), um serviço de restauração (alimentação) para visitantes e uma loja temática (com produtos associados, para adultos e crianças, promovendo a economia criativa do patrimônio do lugar). A fonte de verificação desse item é um informe de avaliação dos equipamentos existentes e pesquisas de satisfação de visitantes e residentes.

5. Sistema de informação qualificada implantado: do sítio, de seus monumentos (levando em consideração o seu entorno: a





Congresso Nacional, vista aérea, Brasília (DF), 1959.
Foto: Mário M. Fontenelle. Acervo: DePHA-GDF/ Coleção Joaquim Paiva.

cidade propriamente dita e seus recursos turístico-culturais) e da base logística, atendendo, por um lado, a aspectos de legalidade, visibilidade, legibilidade e segurança e, por outro, à percepção e à visualização dos monumentos, de seu entorno e da cidade onde se localiza, bem como de sua história, trajetória e valores culturais. A fonte de verificação desse sistema é um informe sobre o funcionamento dos diversos suportes de informação no sítio e seus monumentos, com atenção à sinalização urbano-turístico-cultural, aos conteúdos dos materiais informativos e a seus meios de comunicação, além de pesquisa de satisfação de visitantes e residentes.

6. Programa de promoção, difusão e marketing implementado: uma estratégia de marketing deve destacar os valores e recursos culturais existentes, devidamente apresentados e acondicionados à visita turística e seu desfrute, e promover um calendário da oferta turístico-cultural de alcance compatível a esses recursos. Dessa forma, os serviços culturais desenvolvidos geram, de modo efetivo, uma marca própria e uma fidelização do destino. A fonte de verificação dessa variável é um informe sobre os planos de marketing desenvolvidos e pesquisa de satisfação de visitantes e residentes.

7. Infraestrutura de gestão permanente e adequada: os requisitos de organização administrativa são não só o suporte político-institucional para o alcance das condições necessárias ao desenvolvimento do destino, mas também um imperativo para sua manutenção e progressiva melhora, de maneira que lhe confira competitividade sem a perda de atributos culturais essenciais – autenticidade e integridade, levando em conta os mecanismos e os instrumentos de gestão, bem como a logística administrativa correspondente. A fonte de verificação dessa infraestrutura são informes de progresso e de avaliação de desempenho da gestão do destino.

8. Base logística turística de qualidade em pleno e adequado funcionamento em seu entorno: devem ser oferecidos serviços turísticos no entorno para atender as necessidades de alojamento, alimentação, lazer, compras, entre outras, além de infraestruturas urbanísticas adequadas que facilitem tanto o acesso à zona de interesse turístico quanto a circulação nela. A fonte de verificação da existência dessa base são informes das condições funcionais das atividades inerentes aos serviços turísticos, informes de funcionamento das infraestruturas urbanísticas relacionadas e pesquisas de satisfação de visitantes e residentes.

Consideradas as variáveis descritas, é formulado um sistema de pontuação que permite sentenciar se o destino pode ser certificado ou não, ou, ainda, se apresenta condições para ser certificado no futuro, caso sejam atendidos determinados requisitos que o processo de avaliação venha a identificar.

A variável 1 considera que, quando o bem tiver várias declaratórias de reconhecimento oficial, será considerada para pontuação a de maior âmbito/nível; para as variáveis 2, 3 e 5, os informes de inspeção, análise (vistorias) e funcionamento devem ser de responsabilidade do organismo nacional de patrimônio; para as variáveis 4, 6 e 8, os informes de avaliação devem ser de responsabilidade do organismo nacional de turismo; e, para a variável 7, a responsabilidade deve ser compartilhada entre os organismos nacionais de patrimônio e de turismo.

Conclusão

Diante do atual decreto presidencial que estabelece a Política Nacional de Gestão Turística dos Sítios Patrimônio Mundial no Brasil (Brasil, 2019), novas perspectivas são abertas com vistas à implementação dessa iniciativa, que busca qualificar a experiência de visitantes nesses lugares a partir de um diálogo inteligente entre a gestão patrimonial e turística, constituindo-se como um instrumento de incentivo ao turismo naquelas localidades.

Para tanto, tendo em vista o grande desafio de articular o binômio patrimônio e turismo, é fundamental destacar a necessidade de gerar condições e implementar medidas urgentes para a promoção de uma gestão coordenada de competências nessas áreas. Embora o turismo seja uma atividade primordialmente de natureza privada, seu desenvolvimento em sítios patrimoniais deve acontecer de forma expressa sob a atenção e o estímulo do setor público, uma vez que interesses de natureza coletiva envolvem a valorização do patrimônio cultural.

Ainda que o tema da valorização turística de sítios patrimoniais já seja discutido em algumas localidades, não se pode dizer que sua compreensão seja universalmente compartilhada. Por isso, sem pretender esgotar todos os aspectos que abrangem o assunto, faço uma síntese das principais questões que dizem respeito à certificação desses destinos, tomando como base o caso das cidades históricas (Brito, 2007).

1. As iniciativas de adequação das cidades históricas ao consumo turístico devem ser uma premissa do desenvolvimento sustentável da atividade.

2. O processo de conhecimento prévio, durante e após a realização das ações empreendidas, é fundamental para alcançar respostas inovadoras e resultados adequados, estabelecidos conforme as possibilidades do patrimônio cultural em cada situação específica.

3. O desenvolvimento efetivo das ações desejadas, com vistas a promover o turismo cultural por excelência como atividade principal, e dos demais segmentos turísticos em caráter complementar, deve-se apoiar, sempre, em uma base territorial definida, pois é fundamental considerar as iniciativas necessárias em seu núcleo espacial, ou seja, a cidade histórico-turística, sem esquecer aquelas que são suplementares, porém não menos importantes, em função da visão de conjunto e da perspectiva do sistema turístico em questão.

4. O consumo de produtos turístico-culturais supõe uma ação interativa de maior ou menor grau entre visitantes e residentes e entre estes e os produtos em questão, o que demanda um processo contínuo e permanente de comunicação para tornar sustentável a atividade, conferir níveis aceitáveis de satisfação de ambas as partes e assegurar a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural.

5. Em um mundo competitivo, promover destinos turísticos exige criatividade, inovação e competência. Nesse sentido, a singularidade dos sítios patrimoniais é um fator distintivo que importa realçar, porém não é condição suficiente para torná-los exitosos.

6. O desenvolvimento planejado da atividade turística nessas localidades é um argumento para o desenvolvimento estratégico urbano, o que não pode ser tratado de modo isolado nem pontual.

7. Apostar na qualidade demanda conhecimento especializado e experiência no campo do patrimônio, pois exige, por parte dos gestores turísticos, mais interação com os gestores patrimoniais e, destes últimos, mais abertura conceitual para contribuir para o processo de valorização do patrimônio cultural.

8. Um bom projeto turístico em uma cidade histórica depende da existência de um bom projeto cultural e de um bom projeto urbano, o que pode se constituir em um oportuno elo para promovê-los, caso se apresentem como uma questão pendente para uma localidade específica.

9. Os conflitos, se forem evidenciados, podem ser reduzidos pela gestão urbana de sítios patrimoniais, caso se assuma como premissa para a sua permanência a necessidade de aliar as ações de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural à dinâmica da cidade, especialmente em relação às funcionalidades que a atividade turística demanda e suas repercussões no território onde se manifesta, tanto na área nuclear quanto em seu entorno imediato.

10. O turismo pode e, no caso em questão, deve aliar-se às estratégias de difusão do patrimônio, constituindo-se em uma via para a sensibilização, o descobrimento, o conhecimento e a defesa do patrimônio cultural. Ocorre exatamente o contrário quando se faz dele um mero instrumento de exploração econômica dos recursos culturais existentes, postura acusadamente insustentável, inaceitável e condenável.

11. O desenvolvimento de destinos patrimoniais exige uma informação qualificada, já existente ou por produzir; um planejamento transversal, essencialmente multissetorial, delimitado pelos âmbitos do patrimônio, do urbanismo e do turismo; e uma infraestrutura de gestão, compatível com a complexidade de cada caso e inerente à tipologia de bem cultural em questão.

12. O êxito na conformação de destinos patrimoniais depende de uma disposição real para o diálogo e da negociação entre as partes envolvidas, bem como de uma postura aberta à incorporação de contribuições que se somem ao compromisso de prover, tanto para os cidadãos locais quanto para os cidadãos do mundo, os turistas, o bem viver e a boa convivência nas cidades.

13. Por último, desde a perspectiva da preservação e da salvaguarda do patrimônio cultural, devemos avançar nas iniciativas que estão sendo empreendidas no país como uma oportunidade de possibilitar às cidades históricas políticas turísticas baseadas na sustentabilidade, na qualificação e no escrupuloso respeito aos valores do patrimônio cultural, à sua autenticidade e integridade, podendo, desse modo, se constituir em um importante motor para o desenvolvimento.

Referências

ASHWORTH, G. J. La Ciudad Histórico-Turística: desarrollo y sostenibilidad. *In*: PATRONATO PROVINCIAL DE TURISMO DE GRANADA. *Desarrollo turístico integral de ciudades monumentales*. Granada: Congreso Internacional, 2003. p. 291-311.

ASWORTH, G. J.; TUNBRIDGE, J. E. *Malta makeover*: prospects for the realignment of heritage, tourism and development. Report Malta Tourism Authority. Urban and Regional Studies Institute. Netherlands: University of Groningen, 2003.

BRASIL. Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019. Regulamenta o disposto no inciso XI do *caput* do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas

a desenvolver, ordenar e promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137356/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-763-de-11-de-abril-de-2019-71137346. Acesso em: 14 ago. 2019.

BRITO, Marcelo. *Ciudades históricas como destinos patrimoniales*. Una mirada comparada: España y Brasil. Sevilha: Junta de Andalucía; Consejería de Cultura, 2009.

BRITO, Marcelo. *Gestión de núcleos históricos*: un caso de administración, financiación y programación de la actuación urbanística. 1992. 580 f. Tesis (Doctoral en Gestión y Valoración Urbana) – Programa de Doctorado, Departament de Construccions Arquitectòiques I, Centre de Política de Sòl i Valoracions, Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 1992.

BRITO, Marcelo. *Las ciudades históricas como destinos patrimoniales*: potencialidades y requisitos. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Geografía e Historia, Departamiento de Geografía Humana, Grupo de Investigación Turismo, Patrimonio y Desarrollo, 2007.

CALLE VAQUERO, Manuel de la. *La ciudad histórica como destino turístico*. Barcelona: Ariel, 2002.

CAMAREDO IZQUIERDO, C.; GARRIDO SAMANIEGO, M. J. *Marketing del patrimonio cultural*. Madrid: Pirámide/Esic, 2004.

CAZES, Georges. La renovación del turismo urbano. Problemática de investigación. *In*: MARCHENA GÓMEZ, Manuel J. (Ed.) *Turismo urbano y patrimonio cultural*: una experiencia europea. Sevilla: Diputación Provincial-Patronato de Turismo, 1998.

ESTEBAN CURIEL, Javier de. *La demanda del turismo cultural y su vinculación con el medio ambiente urbano*: los casos de Madrid y Valencia. 2007. 539 f. Tesis (Doctoral en Urban Sociology) – Departamento de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2007.

GARCÍA HERNÁNDEZ, María. Gestión de flujos de visitantes en las ciudades monumentales: en Desarrollo Turístico Integral de Ciudades Monumentales. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL, 1, 2003, Granada. *Anais…* Granada: Patronato Provincial de Turismo de Granada, 2003. p. 333-354.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta internacional de turismo cultural*. 1999.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois*: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil, 1936/2006. Brasília: Iphan, 2006.

LOPES FILHO, H. P. *Uma visão sobre os bens culturais*. Do valor cultural. Recife: Fundarpe, 1990.

MARCHENA GÓMEZ, Manuel J. Patrimonio y ciudad: nuevos escenarios de promoción y gestión del Turismo Urbano Europeo. In: MARCHENA GÓMEZ, Manuel J. (Ed.). *Turismo urbano y patrimonio cultural*: una experiencia europea. Sevilla: Diputación Provincial-Patronato de Turismo, 1998.

MENESES, José Newton Coelho. *História & turismo cultural.* Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MILET, Vera. *A teimosia das pedras:* um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental do Brasil. Olinda: Prefeitura Municipal de Olinda, 1988.

OMT – Organização Mundial do Turismo. Carta de turismo Sostenible. *In*: CONFERENCIA MUNDIAL DE TURISMO SOSTENIBLE, 1, 1995, Lanzarote (España). *Anais*... Lanzarote, 1995. p. 1-5.

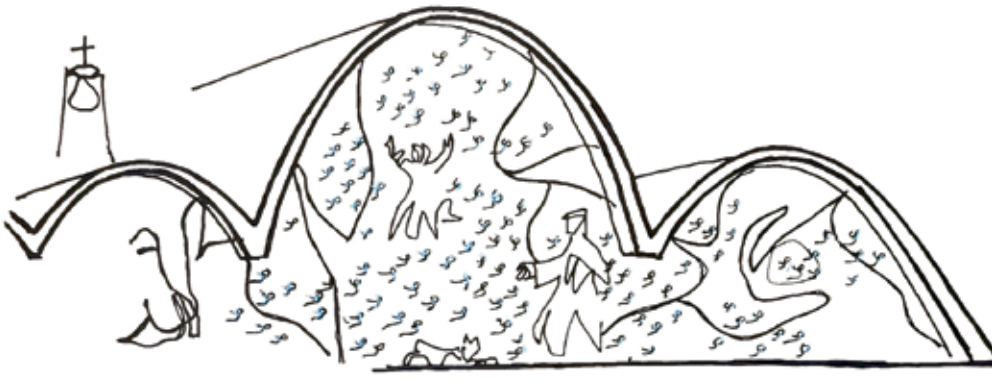
ROBINSON, M.; EVANS, N. (Eds.). *Tourism and culture*: image, identity and marketing. Sunderland: Centre for Travel and Tourism; University of Newscastle, 1996.

TROITIÑO VINUESA, Miguel Ángel. Potencialidades y límites en el uso turístico del patrimonio cultural. *In*: AZCÁRATE BANG, Tomás de; JIMÉNEZ HERRERO, Luis; MARÍN CABRERA, Cipriano (Coords.). *Diálogo sobre turismo, diversidad cultural y desarrollo sostenible*. Barcelona: Instituto de Turismo Responsable, 2005. p. 83-88.

VALLS, J. *Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis*. Tradução de Cristiano Vasques e Liana Wang. São Paulo: FGV, 2006.

WILLIAMS, A. M. Patrimonio y turismo urbano en el Reino Unido. In: MARCHENA GÓMEZ, Manuel J. (Ed.) *Turismo urbano y patrimonio cultural*. Una experiencia europea. Sevilla: Diputación Provincial-Patronato de Turismo, 1998.

Sem título *(Pampulha). Detalhe serigrafia, Oscar Niemeyer, 63 x 63 cm [com moldura].* *Acervo: Oto Reifschneider Galeria de Arte.*





Márcia Sant'Anna

A cidade-atração: o patrimônio como insumo para o turismo

The city as a tourist attraction: the heritage input in tourism
La ciudad-atracción: el patrimonio como insumo para el turismo

Resumo

Neste artigo realiza-se uma breve revisão das políticas de preservação que, a partir da década de 1970, articularam a conservação e o uso do patrimônio de cidades e sítios urbanos tombados ao desenvolvimento do turismo no Brasil. Os resultados dessas políticas são problematizados e criticados em face das dificuldades gerais e históricas de desenvolvimento dessa atividade no Brasil, relacionando as causas do seu fracasso aos problemas sociais, econômicos e de infraestrutura não equacionados e sempre presentes nos municípios brasileiros.

A despeito dessa realidade, aponta-se a longa permanência, no país, da ideia de que o turismo é a principal vocação dos meios e sítios urbanos considerados patrimônio e um motor de desenvolvimento econômico, o que se tem verificado, em particular, no Nordeste. Nessa região, diversos programas e intervenções trilharam esse caminho, não só apresentando resultados insuficientes, mas também implicando o abandono de outras vias mais seguras de sustentabilidade vinculadas ao uso habitacional, ao cotidiano das cidades e ao atendimento de demandas locais. Por fim, com base nas características gerais do turista contemporâneo e também nos números e fluxos atuais do turismo no Brasil, apresenta-se uma rápida reflexão sobre as condições que a atividade requer, atualmente, para florescer e sobre que tipo de papel o patrimônio pode desempenhar nesse desenvolvimento.

Summary

This article presents a brief review of the conservation policies that have aligned the conservation and use of listed heritage cities and urban sites to the development of tourism in Brazil since the 1970s. These policies' results are debated and questioned against the backdrop of the widespread and historical difficulties encountered for their pursuit in Brazil, correlating their failings to their inability to address social, economic and infrastructure problems that are not dealt with and which are pervasive in Brazilian municipalities.

In spite of this scenario, the notion that tourism is the main vocation of heritage urban environments and sites and an economic

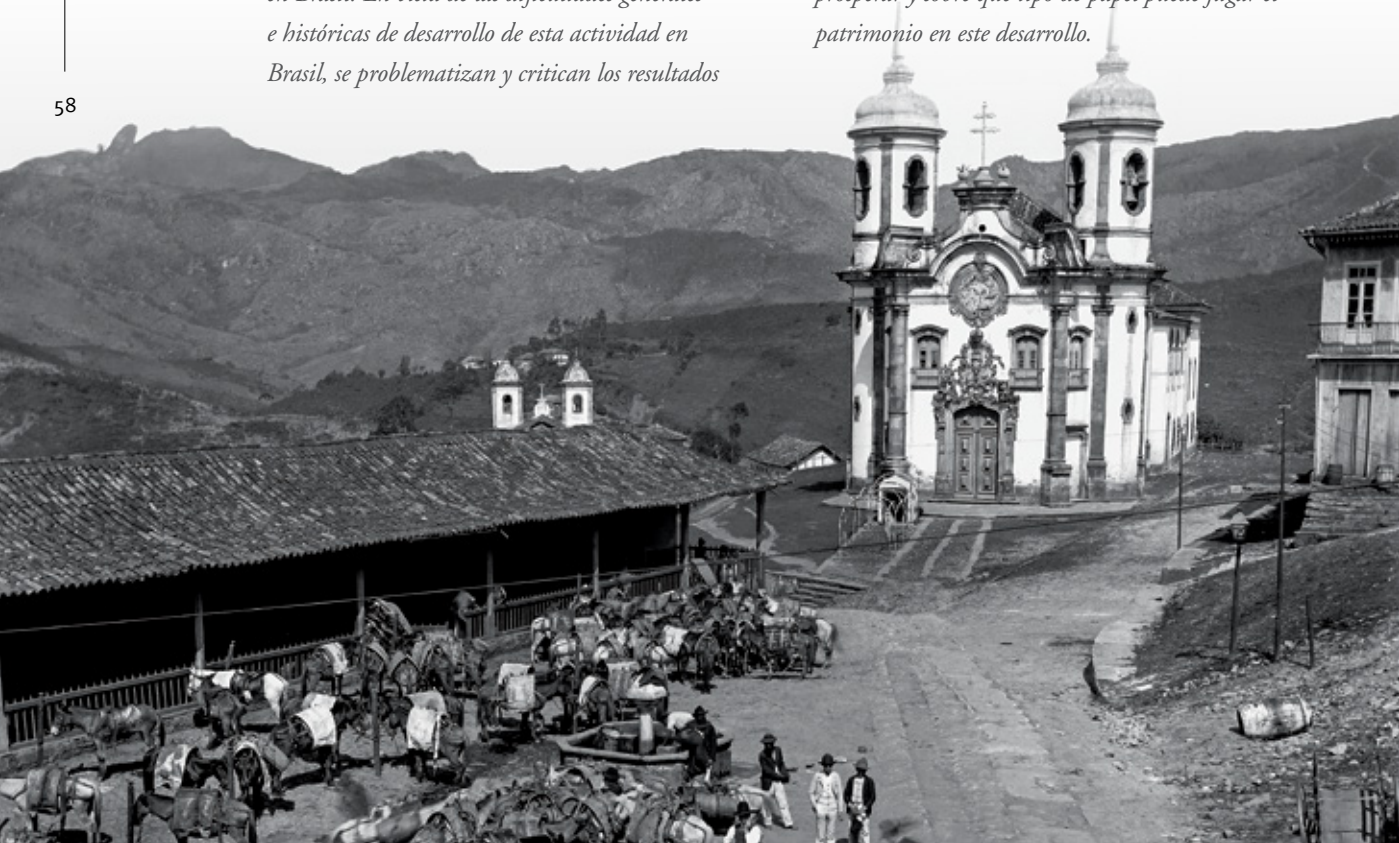
São João, Goiana (PE).
Foto: Luis Santos.
Acervo: Iphan.

development driver has been prevalent in Brazil for a long time, particularly in the Northeast. Many programs and interventions therein have followed this trend, yielding not only insufficient results, but also the neglect of other safer avenues of sustainability associated with residential uses, the day-to-day life of cities and meeting local demands. Lastly, drawing on the general profile of the modern tourist and on the current figures and tourism trends in Brazil, we present a brief analysis of the contemporary prerequisites for this activity to flourish and how patrimony might factor in.

Resumen

Este artículo presenta una breve revisión de las políticas de preservación que, a partir de la década de 1970, articularon la conservación y el uso del patrimonio de las ciudades y sitios declarados patrimonio con el desarrollo del turismo en Brasil. En vista de las dificultades generales e históricas de desarrollo de esta actividad en Brasil, se problematizan y critican los resultados de estas políticas, relacionando las causas de su fracaso con los problemas sociales, económicos y de infraestructura que siempre están presentes en los municipios brasileños.

A pesar de esta realidad, se señala la larga permanencia en el país de la idea de que el turismo es la principal vocación de los medios y sitios urbanos considerados patrimonio y un motor de desarrollo económico, lo que se ha verificado, en particular, en el Nordeste. En esa región, diversos programas e intervenciones han seguido este camino, lo que no solo ha presentado resultados insuficientes, sino también implicado el abandono de otras vías más seguras de sostenibilidad vinculadas al uso de la vivienda, la cotidianidad de las ciudades y la satisfacción de las demandas locales. Por último, en base a las características generales del turista contemporáneo y también a los números y flujos actuales de turismo en Brasil, presentamos una rápida reflexión sobre las condiciones que la actividad requiere actualmente para prosperar y sobre qué tipo de papel puede jugar el patrimonio en este desarrollo.



Introdução

No âmbito internacional, até a Segunda Guerra Mundial, as políticas de preservação do patrimônio mantiveram um foco quase exclusivo nos chamados monumentos históricos[1], obras de arte e sítios rurais pitorescos. A abordagem estética, paisagística e visual desse bem era patente e sua perspectiva de uso, marcadamente museológica (Choay, 1996, p. 93-124). As massivas destruições causadas por esse conflito armado e as necessidades de reconstrução e de produção habitacional propiciaram, na Europa, o estopim de uma crescente articulação do patrimônio edificado a políticas de desenvolvimento urbano e territorial e também às de produção habitacional. Embora, já nos anos 1930, o arquiteto e urbanista italiano Gustavo Giovannoni (1998) advogasse uma função habitacional para os núcleos históricos e sua articulação ao planejamento territorial, somente após a Segunda Guerra Mundial é que um aparato legal, fiscal, urbanístico, operacional e administrativo foi elaborado e implantado nos principais países europeus, dando consistência e eficácia a novas políticas de preservação.

Esse tipo de aproveitamento do legado urbano, entretanto, não foi o único, pois cidades e sítios históricos foram igualmente apropriados pelo turismo, o que, muitas vezes, incluiu também aspectos da cultura local como atrativos. Nos anos 1960, a concepção desse setor como atividade fundamental para a viabilização econômica da conservação de grandes monumentos e mesmo de núcleos urbanos inteiros constituiu um consenso em todo o mundo. Esse conceito, diferentemente daquele que privilegiava a inclusão da herança construída na vida e no cotidiano citadino, produziu uma ideia de patrimônio como algo imobilizado e à parte do devir histórico, em suma, como obras pertencentes ao passado destinadas, principalmente, a uma fruição estética e contemplativa (Sant'Anna, 2014, p. 149-202). Ao mesmo tempo, conferiu a essa herança cultural um papel econômico de impulsionadora de desenvolvimento, chamariz de novos usos e investimentos e geradora de riqueza. Em particular no meio urbano, esse conjunto de funções é o que conforma no campo do patrimônio o que se pode denominar de "cidade-atração" (Sant'Anna, 2017).

Diversos documentos internacionais da década de 1960, como as Normas de Quito (OEA, 1967) e a Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas (Unesco, 1968), tratam o turismo como a atividade capaz de promover um adequado aproveitamento econômico do patrimônio, o que impulsionou a formulação e a implementação de iniciativas como o Programa de Incremento do Turismo e de Recuperação de Recursos Naturais, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), uma das fontes de financiamento buscadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1966 (Correa, 2016, p. 82), quando esse ideário começou a ganhar força

1. O sentido dado aqui à expressão "monumento histórico" é o mesmo expresso na lei francesa de 1913 e também utilizado por Choay (1996), que designa não só monumentos comemorativos, mas também edificações reconhecidas como patrimônio histórico.

Mercado e Igreja de São Francisco de Assis, obra de Aleijadinho, Ouro Preto (MG), 1880.
Foto: Marc Ferrez. Acervo: Instituto Moreira Salles.

no Brasil. Missões de especialistas indicados pela Unesco, como a de Paul Coremans, em 1964 (Teixeira, 2015, p. 38-39), e a de Michel Parent, em 1966 e 1967 (Leal, 2008), certamente reforçaram essa tendência e, em grande parte, definiram o modo como, a partir daquela década, o fomento ao turismo começou a pautar as políticas do Iphan e dos governos estaduais para as cidades históricas.

A ideia de que o segmento é a principal vocação dos sítios históricos urbanos no Brasil vem, assim, de longa data e, sem dúvida, é a mais resiliente aqui, bem como em diversos países da periferia do capitalismo, a despeito de todas as críticas feitas a essa abordagem ao longo dos anos 1980 e 1990. Setores, zonas inteiras e até mesmo territórios abandonados, deteriorados ou esvaziados de população – devido a processos de expansão, obsolescência funcional ou produtiva, especulação imobiliária e/ou formação de novas centralidades – são quase automaticamente destinados ao turismo e a usos culturais como uma espécie de tábua de salvação.

As políticas europeias de preservação das cidades promoveram e estreitaram, a partir da década de 1970, o vínculo entre bens e planejamento urbano e habitacional, buscando a articulação entre poder público e populações locais, com vistas à ampliação da participação da herança construída e cultural na vida municipal. Ainda assim, o binômio patrimônio e turismo, substituído, mais recentemente, pelo trinômio patrimônio, turismo e lazer, é ainda o que dá o tom das políticas de preservação, notadamente no Nordeste do Brasil, apesar de algumas poucas exceções.



Desfile de tropeiros, Lapa (PR), 1998.
Acervo: Iphan.

Patrimônio, turismo e lazer no Brasil

O Brasil foi pioneiro no reconhecimento de cidades e setores urbanos como patrimônio, ação de preservação que se iniciou em 1938[2]. Esse pioneirismo, entretanto, não se traduziu na criação ou adaptação de instrumentos de gestão mais adequados à preservação desse tipo de bem, em face das demandas populacionais e da própria dinâmica urbana. Por longo tempo, pelo menos até os anos 1960, a cidade-patrimônio foi tratada como uma obra de arte que deveria ser conservada e restaurada de modo a corresponder o mais fielmente possível aos primórdios ou aos momentos emblemáticos da sua formação. À cidade era, então, dada uma função educativa e de representação da história e da arte brasileiras, ficando, em segundo plano, a sua função urbana propriamente dita. Essa visão começou a transformar-se na década de 1960, quando surtos de industrialização e de desenvolvimento começaram a colocar por terra essa abordagem e a indicar novos usos para esses núcleos protegidos.

Como já ressaltei em outras oportunidades (Sant'Anna, 2014, p. 203-260), o Iphan, a partir do final dos anos 1950, viu-se confrontado com duas situações difíceis na sua missão de preservar o legado urbano então tombado: o crescimento desordenado das cidades imersas em surtos de industrialização no Sudeste e a urgência de encontrar saídas econômicas para as do Nordeste, cujos setores históricos centrais estavam cada vez mais esvaziados e deteriorados em decorrência de expansões guiadas principalmente por interesses políticos e imobiliários. Em consonância com as recomendações dos especialistas estrangeiros que por aqui passaram na década de 1960, com o Programa dos Monumentos Históricos no Desenvolvimento Turístico da Unesco (1966) (Ramos e Matos, 2008) e, ainda, com as já citadas Normas de Quito, o Governo Federal criou, em 1973, o Programa de Cidades Históricas (PCH), que correspondeu à primeira política de âmbito nacional voltada para a conservação do patrimônio urbano por meio do desenvolvimento do turismo (Correa, 2016).

Extinto no começo da década de 1980, o PCH fracassou no seu principal intento, que era o de prover sustentabilidade à conservação dos municípios históricos brasileiros mediante o desenvolvimento do turismo. O balanço do programa mostra que apenas aproximadamente 20% das edificações recuperadas com seus recursos lograram uma conservação mais duradoura (Sant'Anna, 2014, p. 234) e nenhuma das cidades tombadas onde foi implementado teve a sua dinâmica econômica animada em decorrência de incrementos no segmento. Localidades como Cachoeira, na Bahia, o núcleo do Nordeste que recebeu, proporcionalmente, mais recursos do PCH, tiveram o seu patrimônio edificado novamente restaurado nos anos 2000 pelo Programa Monumenta, pois nada que o PCH recuperou obteve êxito em termos de conservação e utilização em bases mais permanentes. A principal conquista do programa foi impulsionar por algum

2. Em 1938, foram tombadas as cidades de Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei, Tiradentes, Diamantina e Serro, em Minas Gerais.



tempo o funcionamento de uma espécie de "sistema nacional de patrimônio" e firmar, especialmente no Nordeste, a noção de que o turismo seria de fato a principal vocação dos sítios históricos urbanos dessa região, para o que concorreriam também suas festas, artesanatos, gastronomias e belezas naturais. Em suma, o programa consolidou a noção de que esse bem urbano, natural, e essa rica cultura popular seriam mercadorias turísticas para exploração. Essa noção foi ainda mais reforçada pelos programas de desenvolvimento do setor que tiveram início nos anos 1960 a partir da criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), por meio do Decreto-Lei nº 55/1966.

Embora, já na década de 1970, essa abordagem da sustentabilidade do patrimônio urbano baseada no turismo tenha sido criticada e até alternativas tenham sido buscadas[3], ela ainda caracterizou o Programa Monumenta

3. Um exemplo notório é a experiência de aproveitamento habitacional do patrimônio edificado da cidade de Olinda nos anos 1980, com financiamento do antigo Banco Nacional da Habitação (Sant'Anna, 2014, p. 279-284).



quando de sua formulação e implantação, em 2000[4], permanecendo presente no atual Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PAC-CH), que tampouco introduziu novas formas de dinamização econômica desse legado. Os resultados frágeis dessa apropriação, contudo, ainda atingem negativamente vários sítios históricos urbanos e impedem que sejam aproveitados de modo socialmente mais inclusivo e diverso. Travam, também, o aproveitamento do potencial da cultura popular como elemento impulsionador de um desenvolvimento socioeconômico articulado à preservação do patrimônio urbano.

A despeito desses resultados insuficientes, as intervenções voltadas para o aproveitamento turístico patrimonial dos municípios no Nordeste do Brasil jamais foram superadas, e talvez o exemplo mais eloquente nesse sentido seja o do Programa

Pelourinho, Salvador (BA), 2005.
Foto: Vitor Hugo Mori. Acervo: Iphan.

4. O Programa Monumenta constituiu a política integrada de preservação do patrimônio urbano que sucedeu o PCH e foi fruto de contrato de financiamento firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1999, tendo sido oficialmente concluído por volta de 2010.

de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, deflagrado nos anos 1990. Buscou-se implantar um shopping turístico e de lazer a céu aberto no coração da capital baiana[5] – empreendimento que ainda funciona como uma espécie de vitrine do turismo e que jamais se sustentou sem o socorro constante de recursos públicos (Sant'Anna, 2017, p. 71-114). Mas o sucesso inicial dessa intervenção, em termos de público e de divulgação na mídia, acabou por criar um "modelo" funcional e visual que passou a ser replicado em várias outras capitais da região, como Recife, Fortaleza e Natal. Nessas áreas, o modelo apresentou problemas semelhantes, além de dificuldades de promover uma conservação sustentada do patrimônio edificado, o que, inclusive, fez com que algumas cidades, como Recife, buscassem outros caminhos.

As causas desses resultados insuficientes são diversas e, por vezes, específicas do lugar. Entre elas, destacam-se o voluntarismo governamental, a falta de coordenação entre as instâncias de governo e de participação de habitantes e operadores privados nas ações de recuperação/reabilitação, bem como a fixação no lazer e no turismo como as vocações primordiais em áreas onde esta última atividade é incipiente. Números recentes (Brasil, 2018) mostram que o total de visitantes estrangeiros, em 2017, foi de apenas 6,58 milhões em todo o Brasil, sendo que a maioria ficou concentrada nas regiões Sudeste (53,9%) e Sul (35,9%). Nos principais polos receptivos do Nordeste, esse número não passou de 342.159 pessoas, ou seja, 5,19% do fluxo total[6]. Se comparados esses dados com os dos principais países receptores de viajantes no mesmo ano, tem-se a França com 86,9 milhões, a Espanha com 81,8 milhões e os Estados Unidos com 75,9 milhões (Andrade, 2018). Neste último país, apenas o Empire State Building recebe 3,5 milhões de visitantes por ano (Empire, 2011). Percebe-se assim, clara e objetivamente, a dificuldade de tentar sustentar no Brasil a conservação de cidades inteiras ou mesmo de setores urbanos tendo essa atividade como a principal âncora.

A fixação nesse modelo de redinamização do patrimônio urbano via turismo, ao longo dos anos 1990, implicou a expulsão de moradores de baixa renda, a eliminação ou a perda de funções ligadas à vida cotidiana, a falta de relação do setor recuperado com a dinâmica da cidade e do seu entorno, a eventual criação de localidades "fantasmas", cujos moradores surgem apenas em períodos de férias ou em feriados prolongados, além de exclusão, deslocamento ou desvalorização de atividades econômicas e usos tradicionais para dar lugar a lojas que são voltadas para turistas ou que comercializam marcas do varejo fino e globalizado. A consequência tem sido a transformação das áreas assim apropriadas em parques temáticos de uma identidade local ou regional forçada ou em guetos gentrificados e desconectados da vida e da dinâmica urbana real. Fotografias que divulgam o Pelourinho, em Salvador; o Bairro do Recife, na cidade homônima; a Praia de Iracema, em Fortaleza;

5. Área que abrange o Largo do Pelourinho propriamente dito, os antigos bairros do Maciel de Cima e Maciel de Baixo, trechos do Carmo, Terreiro de Jesus, Praça da Sé e imediações das ruas Saldanha da Gama e de São Francisco.

6. Bahia: 157.913 visitantes; Ceará: 74.497; Pernambuco: 83.151; Rio Grande do Norte: 26.598 (Brasil, 2018).



ou o Bairro da Ribeira, em Natal, facilmente acessíveis na internet, mostram como os espaços criados tornaram-se semelhantes e homogêneos.

No centro antigo de Salvador, contudo, certas funções, usos e práticas tradicionais convivem com a dificuldade de sustentação local do trinômio patrimônio, turismo e lazer. Elas têm se provado resilientes e ainda funcionam como vínculos fortes da população com essa região. São exemplos o comércio popular muito dinâmico ao longo da Avenida Sete e, em especial, nas imediações da Estação da Lapa; o comércio tradicional de espumas e couros na Ladeira do Taboão, praticamente ao lado do Pelourinho; o de produtos eletroeletrônicos na Rua Saldanha da Gama, nas imediações da Praça da Sé; as papelarias especializadas do Bairro do Comércio e a venda de artigos relacionados à religião afro-brasileira, entre muitos outros, na Feira de São Joaquim. Cabe mencionar também as celebrações profano-religiosas que mobilizam a capital e levam população a essa área, como as Festas de Santa Bárbara e da Conceição da Praia, e o

Maculelê, Bembé do Mercado, Santo Amaro da Purificação (BA), 2018.
Foto: Zeza Maria. Acervo: Iphan.



Nicinha no Bairro, Bembé do Mercado, Santo Amaro da Purificação (BA), 2018.
Foto: Zeza Maria. Acervo: Iphan.

Feira de São Joaquim, Salvador (BA), 2004.
Foto: Francisco Moreira da Costa. Acervo: Iphan.

Carnaval. Por fim, e de grande importância, há a vida cotidiana, as práticas sociais e espaciais que decorrem do uso residencial que ainda impera em grande parte do centro antigo, a despeito da já conhecida ausência de políticas urbanas adequadas que fortaleçam esse tipo de uso. Na realidade, na opinião de todos os especialistas, inclusive estrangeiros (Rojas *et al.*, 2019), que examinam o centro histórico ou, mais amplamente, a porção central de Salvador, a necessidade dessas políticas é imperativa, bem como das relativas ao fomento às cadeias produtivas locais, à melhoria da acessibilidade e das conexões com outras partes da cidade, inclusive como forma de ampliar os fluxos do turismo.

Os programas habitacionais propostos ou iniciados em localidades como o centro histórico de Salvador, entretanto, ou não foram implementados ou o foram de modo incompleto e fragmentado[7]. Da mesma forma, os projetos atuais para a área central não indicam caminhos alternativos ao trinômio aqui discutido, exceto no que concerne à expansão da fronteira de investimentos imobiliários de alto luxo, que, presentemente, busca espraiar-se pela encosta que margeia a Avenida do Contorno e pela borda da Baía de Todos os Santos em

7. São exemplos o Projeto Rememorar da Caixa Econômica Federal e o projeto da sétima etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, financiado pelo Programa Monumenta.

direção à Cidade Baixa. Com isso, mais uma vez, potencialidades reais relacionadas aos usos residenciais e comerciais populares e às práticas culturais tradicionais que ainda se desenvolvem por lá estão sendo ignoradas.

Sustentabilidade do patrimônio urbano

A história da preservação do patrimônio urbano no Nordeste do Brasil, tal como se desenvolve há mais de 40 anos, mostra que a exploração do turismo como a principal fonte de sustentabilidade de cidades e sítios históricos não produziu qualquer resultado consistente em termos de conservação. A política de salvaguarda do bem cultural imaterial que o Iphan vem implementando há cerca de 15 anos, por seu turno, exibe fundamentos de sustentabilidade social e econômica bastante sólidos, o que pode contribuir positivamente para a revisão das bases das ações voltadas para a preservação do legado urbano (Brasil, 2010). Entre esses fundamentos, cabe enfatizar a mobilização e a participação social, o foco na integração de políticas públicas e na melhoria das bases materiais, econômicas e ambientais que dão sustentação a essa dimensão do patrimônio e, na realidade, à preservação de qualquer outra de suas dimensões.

No caso do patrimônio urbano, uma abordagem dessa natureza indicaria não só a necessidade de transformações nos procedimentos atuais de identificação, reconhecimento, normatização e gestão patrimonial, mas também uma concepção mais ampla das potencialidades, funções e vocações desse bem. Essas transformações implicam a inclusão do olhar e das demandas das populações locais relativamente ao que deve ser protegido e dinamizado;





Diamantina (MG), 2013.
Foto: Oscar Liberal.
Acervo: Iphan.

o entendimento conjunto a respeito dos problemas e das dificuldades que constituem entraves à preservação; o conhecimento compartilhado dos processos que fragilizam as áreas protegidas, assim como das necessidades habitacionais, de infraestrutura e de equipamentos que constituem obstáculos à sua reabilitação e dinamização. Por fim, além do envolvimento das populações locais, não menos necessária é a criação de mecanismos de governança capazes de integrar tanto atores públicos, suas políticas e projetos, quanto privados.

Algumas experiências de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais em sítios urbanos tombados, por parte do Iphan, têm demonstrado a importância do conhecimento dos valores atribuídos pela população a determinados espaços, edificações, lugares, expressões culturais e celebrações, inclusive para o trabalho de sensibilização de habitantes para a preservação dos aspectos materiais do patrimônio urbano[8]. Esse tipo de investigação pode não só orientar o estabelecimento de uma relação positiva e produtiva com populações locais, mas também atuar como um instrumento de compartilhamento do conhecimento sobre os problemas e as potencialidades de desenvolvimento do sítio tombado.

8. Experiências desse tipo foram desenvolvidas pelo Iphan em Alcântara e São Luís, no Maranhão; em Rio de Contas, na Bahia; na cidade da Lapa, no Paraná; e em Natividade, no Tocantins (Brasil, 2010).

Uma integração positiva das abordagens de salvaguarda relativas às dimensões material e imaterial passa, entretanto, pela avaliação rigorosa do impacto dos atuais programas de recuperação e requalificação urbana na vida das populações locais e nas atividades existentes e, sobretudo, pelo desenvolvimento e consolidação de uma perspectiva em que habitantes e usuários não sejam vistos como entraves, mas como sujeitos fundamentais e ativos da preservação. Em suma, a concepção da cidade como patrimônio deve ir além da que a vê como uma mera atração voltada principalmente para a sua fruição por parte de um público externo. Como sabem os que estudam o turismo na contemporaneidade, essa atividade apenas alcança toda a sua capacidade econômica se problemas de vulnerabilidade social, de infraestrutura e de transportes, de segurança pública e de acessibilidade estiverem devidamente solucionados ou equacionados nas áreas dotadas de potencial para o seu desenvolvimento. Em outras palavras, se, ao contrário de ser concebida apenas "para os turistas", a cidade ou o sítio de valor patrimonial destinarem-se primeiramente aos seus habitantes.

O turista contemporâneo não deseja estar em um gueto, por mais belo que seja. Ele quer, acima de tudo, uma experiência de vida real, o contato com outras culturas que sejam genuínas, e não especialmente montadas. O visitante atual rejeita, cada vez mais, os parques temáticos ou a cidade-atração preparados para o seu deleite, e isso, certamente, explica por que depois de tantos investimentos áreas como o Pelourinho, em Salvador, continuam vazias e dependentes de recursos públicos para se manter. Some-se a isso o fato de que, contemporaneamente, grande parte dos fluxos turísticos decorre do chamado "turismo de negócios", o que foi enormemente ampliado com a globalização econômica e com a integração dos fluxos de capitais. Isso fez surgir um novo tipo de turista, cujas necessidades e expectativas são distintas das do tradicional; mais ainda, cuja motivação para estar num determinado lugar depende mais de sua profissão e do conjunto de atividades econômicas que a cidade tem do que dos atrativos usuais, como as belezas naturais e o patrimônio cultural. Mas, se, de um lado, esses chamarizes perdem centralidade, de outro, não perdem importância, pois continuam sendo os predicados que, quando adequadamente tratados e integrados à vida cotidiana, fazem a pessoa permanecer no lugar por mais tempo.

O turismo pode ser definido, então, como uma atividade econômica de superestrutura que depende de outras para desenvolver-se adequadamente, e é por essa razão que países do chamado primeiro mundo são os que mais o movimentam. Mesmo no Brasil, conforme já assinalado anteriormente, são as regiões e os municípios mais desenvolvidos economicamente os que têm atividades variadas e melhor infraestrutura, os que mais concentram fluxos turísticos. Não é por outra razão que a capital do estado de São Paulo, já há alguns anos, é o principal receptor de viajantes no Brasil[9], em decorrência de sua dinâmica econômica e infraestrutura de

9. O estado de São Paulo recebeu, por vias aérea, terrestre, marítima e fluvial, 2.248.297 turistas em 2016 e 2.144.606 em 2017. O segundo colocado foi o estado do Rio de Janeiro com, respectivamente, 1.480.121 turistas em 2016 e 1.355.616 em 2017 (Brasil, 2018).



hospedagem e transporte, que o colocam como o nosso principal destino de negócios. Fica claro então que não basta a cidade ser bela, antiga ou dotada de belezas naturais excepcionais para que esta atividade seja importante para a sua economia. É preciso, certamente, ser muito mais do que uma mera atração.

Referências

ANDRADE, Artur Luiz. Conheça os países mais visitados do mundo em 2017. *Panrotas*, 28 ago. 2018. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/destinos/pesquisas-e-estatisticas/2018/08/conheca-os-paises-mais-visitados-do-mundo-em-2017_158279.html. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0055.htm. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Anuário Estatístico de Turismo – 2018*. Ano-base 2017. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05/item/366-anu%C3%A1rio-estat%C3%ADstico-de-turismo-2018-ano-base-2017/366-anu%C3%A1rio-estat%C3%ADstico-de-turismo-2018-ano-base-2017.html. Acesso em: 31 jul. 2019.

CHOAY, F. *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 15-58, abr. 2016.

EMPIRE State completa 80 anos neste domingo. *IG Turismo*, 28 abr. 2011. Disponível em: https://turismo.ig.com.br/noticia/2011/04/28/empire+state+completa+80+anos+neste+domingo+10410891.html. Acesso em: 31 jul. 2019.

GIOVANNONI, G. *L'Urbanisme face aux villes anciennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1998.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois*: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil (2003-2010). 2. ed. Brasília: Iphan, 2010.

LEAL, Claudia Feirabend Baeta (Org.). *As missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. Brasília: Iphan, 2008.

OEA – Organização dos Estados Americanos. *Normas de Quito*: reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. 1967. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

RAMOS, T. B.; MATOS, M. C. Viana de Lima e o Brasil: patrimônio e modernidade. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DO PATRIMÓNIO URBANO E ARQUITECTÓNICO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2008, Lisboa. *Anais*... Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2008.

ROJAS, Eduardo *et al*. *Strengthening the economic activities in Salvador's Old City*: an integrated approach. Salvador de Bahia Project 100RC. Filadélfia: University of Pennsylvania, 2019.

SANT'ANNA, Marcia. *A cidade-atração*: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EDUFBA, 2017.

SANT'ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento*: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1938-1990). Salvador: Editora Oiti, 2014.

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos. *Uma conjuntura de aparências*: a construção de um sistema municipal de planejamento urbano em Ouro Preto. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas*. 1968. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

Roda de capoeira, Pelourinho, Salvador (BA), 2007.
Foto: Edu Monteiro.



Cláudia Sousa Leitão e Luciana Lima Guilherme

Patrimônio cultural, turismo e economia criativa: uma oportunidade para as cidades brasileiras

Cultural heritage, tourism and the creative economy: an opportunity for Brazilian cities

Patrimonio cultural, turismo y economía creativa: una oportunidad para las ciudades brasileñas

Resumo

Este artigo identifica e analisa as conexões entre patrimônio cultural e turismo no Brasil, tomando como fio condutor a economia criativa, seus significados e desafios para o desenvolvimento das cidades. Inicialmente, são discutidas as transfigurações do capitalismo nas sociedades contemporâneas, alertando para o crescimento do consumo estético-turístico dos municípios, assim como para a ameaça à diversidade cultural e à sustentabilidade dos territórios. Em seguida, são apresentadas as origens da economia criativa, enfatizando a importância e o pioneirismo da Austrália na compreensão das dinâmicas econômicas dos setores culturais, criativos e turísticos como campos estratégicos. Nesse sentido, os Relatórios de Economia Criativa, produzidos pela Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), são destacados como documentos essenciais para a agenda de desenvolvimento sustentável dos países. As contribuições de Celso Furtado, na discussão sobre novos modelos de crescimento, geradores de autonomia e independência de países periféricos, também se fazem presentes para fundamentar a relação estreita entre cultura e desenvolvimento. Por fim, são enfatizados modelos de cidades que assumem a criatividade como processo de transformação. O conceito de cidade criativa é então descrito, analisado e criticado, jogando luz sobre a necessidade de formulação e articulação de políticas públicas multiníveis para o fortalecimento da economia criativa, por meio da construção de sinergias e transversalidades entre o turismo e a cultura nas cidades brasileiras. São garantidas, dessa forma, a valorização e a preservação do seu patrimônio e o desenvolvimento social e cultural de modo inclusivo e participativo.

Agostinho Gomes com instrumentos do Fandango Caiçara, 2005.
Foto: Felipe Varanda.

Boi de mamão, escultura em argila, Franklin Cascaes.
Foto: Hans Denis.
Acervo: Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral – Universidade Federal de Santa Catarina.



Summary

This paper delves into the connections between cultural heritage and tourism in Brazil by drawing on the meanings and challenges of creative economy for the development of cities. At the outset, we examine the transfigurations of capitalism in contemporary societies, pointing to the growth of aesthetic-tourism consumption in municipalities and to the threats to cultural diversity and territorial sustainability. We then discuss the background of creative economy, noting Australia's importance and pioneering spirit in interpreting the economic dynamics of the cultural, creative and tourist sectors as strategic forums. The United Nations Conference on Trade and Development's (Unctad) Creative Economy Reports are introduced as essential instruments for a sustainable country development agenda. Celso Furtado's contributions to the debate on new growth patterns that bring autonomy and independence to peripheral countries are also mentioned to underpin the strong relationship between culture and development. Finally, city models based on creativity as a transformative process are considered. The concept of a creative city is then described, analyzed and criticized, clarifying the need to design and coordinate multi-level public policies to strengthen the creative economy, building synergies and cross-cutting relationships between tourism and culture in Brazilian cities. This guarantees the recognition and conservation of their patrimony and an inclusive and participatory social and cultural development.

Resumen

Este artículo identifica y analiza las conexiones entre el patrimonio cultural y el turismo en Brasil, tomando como hilo conductor la economía creativa, sus significados y retos para el desarrollo de las ciudades. Inicialmente, se discuten las transfiguraciones del capitalismo en las sociedades contemporáneas, alertando sobre el crecimiento del consumo estético-turístico de los municipios, así como la amenaza a la diversidad cultural y la sostenibilidad de los territorios. A continuación, se presentan los orígenes de la economía creativa, enfatizando la importancia y el pionerismo de Australia en la comprensión de las dinámicas económicas de los sectores culturales, creativos y turísticos como campos estratégicos. En este sentido, los Informes de Economía Creativa producidos por la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (Unctad), destacan como documentos esenciales para la agenda de desarrollo sostenible de los países. Los aportes de Celso Furtado en la discusión sobre nuevos modelos de crecimiento, generadores de autonomía e independencia de los países periféricos, también están presentes para fundamentar la estrecha relación entre cultura y desarrollo. Por último, se enfatizan los modelos de ciudades que asumen la creatividad como un proceso de transformación. Luego, se describe, analiza y critica el concepto de ciudad creativa, arrojando luz sobre la necesidad de formular y articular políticas públicas multiniveles para fortalecer la economía creativa, por medio de la construcción de sinergias y transversalidades entre el turismo y la cultura en las ciudades brasileñas. De esta forma, se garantiza la valorización y la preservación de su patrimonio y el desarrollo social y cultural de manera inclusiva y participativa.



Século das cidades

Refletir sobre as conexões entre patrimônio cultural e turismo urbano continua a ser um exercício desafiador, ao mesmo tempo que constitui um estímulo essencial para a ampliação dos significados do desenvolvimento neste século. Parte significativa das frustrações sobre o desenvolvimento das cidades diz respeito às ações dos governos que, de um lado, rejeitaram sua responsabilidade em planejar e, de outro, quando o fizeram, produziram documentos muitas vezes ineficazes, pela dificuldade na implantação ou no monitoramento de suas políticas, programas e ações, com impactos desastrosos. Movidos por estruturas jurídico-políticas quase sempre anacrônicas, muitos vêm demonstrando impotência no enfrentamento dos grandes desafios sociais, econômicos, ambientais e culturais que afligem o planeta. Ainda assim, as populações, à revelia das organizações públicas, vêm reinventando seus modos de ser e de viver nos grandes centros. Nesse sentido, a criatividade e a cultura tornam-se ativos cada vez mais importantes para as vivências e sobrevivências nos territórios urbanos, especialmente, em tempos de transfiguração do próprio sistema capitalista, na economia mercantil liberal.

Segundo Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2014), vivemos em sociedades inflacionadas pela estética. Todos os setores da vida humana acabam sucumbindo às armadilhas do capitalismo do hiperconsumo, produzindo, segundo os sociólogos franceses, o consumo estético-turístico das urbes. Por isso, viver em cidades turísticas passa a ser um grande desafio para os seus anfitriões,

Turistas posam para foto à frente da Sagrada Família, Barcelona (Espanha), 2018.
Foto: Paola de Grenet.

já que a prioridade do capitalismo estético não é especialmente o bem viver, e sim o consumir mais. Nesse contexto, a cultura, o turismo e a economia criativa devem ser compreendidos de forma complexa, ou seja, como "partes de um tecido que junta o todo" (Morin *apud* Castro, 2006, p. 11), na busca de um desenvolvimento sustentável capaz de perceber os movimentos dialógicos (e não dialéticos) entre esses campos, que disputam a hegemonia dos discursos sobre o passado, o presente e o futuro dos centros urbanos. Não se trata de pensá-las a partir da busca de uma síntese harmônica entre interesses antagônicos sobre o território, mas do reconhecimento da tensão entre modelos citadinos.

Nas sociedades do capitalismo estético, o consumo se desmaterializa e culturaliza, e o estilo passa a ser um imperativo também no domínio econômico, expressando-se na hibridação de gêneros e na proliferação de bens e serviços culturais. O grande paradoxo desse capitalismo na era da globalização, segundo Lipovetsky e Serroy (2014), pode ser observado no consumo cada vez maior de produtos padronizados, esvaziados de significação e anêmicos de narrativas e de imaginários. O capitalismo estético é especialmente competente na construção de marcas para as cidades consideradas destinos turísticos, que vendem estilos e tendências por meio da oferta cada vez maior de bens e serviços turísticos e culturais. Desse modo, monumentos, centros comerciais, museus, parques temáticos, sítios históricos fundem-se e confundem-se na paisagem, transfigurando-se em cenários para o consumo *fast* de roteiros que, em muitos casos, anestesiam os sentidos, em vez de permitirem a experiência estética. Vale observar que a origem etimológica da palavra estética (*esthaisis*) é a mesma de anestesia, ou seja, a diferença entre as duas expressões está ora no compartilhamento, ora na privação dos sentidos. Essa constatação é reveladora de um *ethos* turístico antagônico à fruição cultural.

Nesse contexto, cidades turísticas encontram-se ameaçadas e podem se transfigurar em não lugares, espécie de cenários em que se pode ver sem viver, consumir sem contemplar, reconhecer sem conhecer. E, quanto mais crescem as filas de espera para exposições de artistas consagrados, menos se observa no público a capacidade de decodificação cultural. Eis aí outro paradoxo e o surgimento de um novo desafio: enquanto pesquisas quantitativas legitimam o sucesso de destinos turísticos pelo número de visitantes, outros indicadores e análises qualitativas são silenciados, pois seriam capazes de apontar a baixa qualidade da fruição cultural promovida pela indústria do turismo e da cultura.

Na perspectiva industrial, esses dois campos são percebidos como fenômenos econômicos responsáveis pela produção massificada de bens e serviços. Quanto mais turísticas, mais as cidades são espaços de consumo dos produtos de tais indústrias. Para Adorno e Marcuse (*apud* Benjamin, 2017, p. 36) arte e indústria da cultura são incoadunáveis, e a reprodutibilidade técnica da arte seria responsável por transformá-la em mercadoria, o que eliminaria o seu sentido de existir. A indústria cultural, no sistema capitalista, extinguiria, portanto, as possibilidades transformadoras da arte, esvaziando-a dos seus significados (Benjamin, 2017, p. 36). O pensamento crítico da

Escola de Frankfurt sobre as transformações ou mesmo a eliminação da arte, em face ao desenvolvimento tecnológico, continua provocador e oportuno. As transformações na recepção artística e nas lógicas produtivas das sociedades pós-modernas parecem conciliar o que a modernidade considerava inconciliável. Arte, cultura, mercado e turismo misturam-se, enfim, em nome da estetização da vida, produzindo dilemas e impasses no cotidiano das cidades. O consumo cultural e turístico massificado também contribui para a insustentabilidade urbana. Não é por acaso que, de acordo com Zygmunt Bauman (2007, p. 9), o maior problema das sociedades contemporâneas é o de remover/processar o próprio lixo, uma das consequências preocupantes da atividade turística. As toneladas de dejetos e de objetos descartáveis revelam as contradições do modelo de desenvolvimento dessa indústria. O mais dramático é perceber que ela também pode contribuir para o descarte das pessoas, das memórias comunitárias, enfim, da diversidade cultural dos territórios.

Se as políticas de turismo buscam transformar cidades em destinos, as políticas de cultura poderiam e deveriam contribuir para a reflexão acerca dos destinos das cidades. Afinal, as urbes não deveriam ser mercadorias a serem consumidas com sofreguidão por turistas vorazes, mas, sim, experiências existenciais memoráveis. Em 1786, Goethe, em uma jornada pela Itália, escreveu em seu diário que "uma viagem contemplativa a terras estranhas acarreta radicais mudanças éticas e estéticas nos viajantes" (Goethe, 1786 *apud* Costa, 2009, p. 23). Transpondo a afirmação do escritor alemão para os tempos atuais, inúmeras perguntas são suscitadas: em que medida a contemplação ainda pode ser considerada uma prática possível nas sociedades em que vivemos? De que modo as práticas turísticas podem ser, ao mesmo tempo, culturais? De que modo as cidades podem estimular uma nova ética oriunda da estética, capaz de garantir acolhimento, solidariedade e dignidade aos seus habitantes e visitantes?

Nas sociedades do conhecimento e das novas tecnologias, indivíduos, comunidades e organizações passam a se conectar diuturnamente, de forma cada vez mais fácil e rápida. Contudo, enquanto a comunicação avança, ligando culturas, ideologias nacionalistas reeditam velhos mitos étnicos e raciais marcados, sobretudo, pela intolerância à diversidade das expressões culturais. Nessa disputa entre pontes e muros, consideramos que o turismo cultural poderia representar não só uma categoria turística, mas também um modelo de desenvolvimento capaz de enfrentar as dimensões insustentáveis dessa indústria. Seu grande ativo nas cidades está na diversidade das expressões culturais dos seus habitantes, que assegura a produção de subjetividades em um contexto incessantemente ameaçado pela homogeneização de padrões éticos e estéticos.

Ainda assim, os modelos de desenvolvimento urbano são revelados através dos modos como suas políticas são formuladas, implantadas e avaliadas. Para que cidades turísticas sejam efetivamente culturais, seus programas e ações devem integrar políticas de cultura e turismo para garantir a sustentabilidade cultural de seus territórios e populações. Por sua vez,

as políticas públicas para o segmento não devem limitar-se a buscar riqueza econômica, mas, sobretudo, devem garantir o direito à cidade, ou seja, acesso dos indivíduos, como protagonistas, aos seus modos de viver, significar e reinventar o meio urbano.

O segmento vem ampliando o prestígio e os recursos das pastas de cultura no mundo. Lamentavelmente, o Brasil vive uma realidade inversa e adversa. Museus, centros culturais e demais expressões do patrimônio material e imaterial continuam subestimados, revelando a ausência de políticas públicas para a economia criativa e suas externalidades positivas para o setor.

Assim, este artigo propõe algumas perguntas estruturantes: é possível relacionar o crescimento das políticas públicas para a economia criativa com o crescimento turístico? Em que medida a economia criativa poderia contribuir para uma compreensão mais estratégica dos significados desse legado para o turismo no Brasil? A ampliação e o fortalecimento dos setores criativos poderiam contribuir para a sustentabilidade das cidades brasileiras, especialmente para o incremento do turismo cultural?

Impactos da economia criativa no turismo

A importância das dinâmicas econômicas dos setores criativos para o desenvolvimento foi reconhecida de forma estrutural, pela primeira vez, na Austrália. Nesse país, a economia criativa foi eleita, em 1994, como programa político-partidário, levando Paul Keating ao cargo de primeiro-ministro. Sua campanha *Australia, Creative Nation* [Austrália, nação criativa] assumiu a cultura e a criatividade como estratégias basilares para o desenvolvimento. Vale observar que o país vinha, nessa década, perdendo cineastas, músicos, artistas, atores, designers, *chefs*, entre outros profissionais, para ambientes mais receptivos ao desenvolvimento cultural, como os Estados Unidos e a Inglaterra. De repente, os australianos tinham deixado de valorizar sua identidade, sucumbindo aos apelos de um mundo global. O governo de Keating previa que a retomada dessas identidades culturais e artísticas abriria espaço para novos empreendimentos e oportunidades, empregos e profissões, com grande impacto no turismo.

O programa assumia um compromisso com as mentes criadoras australianas para que permanecessem e trabalhassem em prol da construção de um *softpower*[1] para o país. Por sua vez, o estabelecimento de uma forte economia cultural no âmbito internacional poderia promover um aumento do turismo, assim como das vendas internacionais dos seus produtos. Para Keating, valorizá-los equivaleria a uma ferramenta estratégica de política externa. Com a implantação do *Creative Nation*, o governo passou a promover a cultura e a arte australianas, a preservar de forma mais significativa seu patrimônio, apoiando profissionais do setor. Keating destacava que a política cultural que estava sendo criada era também um programa econômico:

> A Austrália, como o resto do mundo, está num momento crítico de sua história. Aqui, como em qualquer outro lugar, valores e

1. Poder suave, ou seja, capacidade de cidades/países serem reconhecidos por atuarem, de forma competente, em áreas essenciais para o planeta, como cultura, meio ambiente, educação, tecnologias, direitos humanos, entre outras.



ideologias tradicionais estão em fluxo e a rapidez da economia global e de mudanças tecnológicas têm gerado dúvidas e cinismo sobre a habilidade de governos nacionais confrontarem o futuro. O que é distintivamente australiano sobre a nossa cultura está em perigo pela cultura em massa homogeneizada internacional (Australia, 1994 *apud* Rodrigues, 2013, p. 3).

Para Keating, essa mudança de atitude iria, no longo prazo, destruir a identidade australiana e, com isso, afetar o seu desenvolvimento e crescimento:

Cultura gera riqueza. Em geral, nossas indústrias culturais geram 13 bilhões de dólares por ano. Cultura emprega. Cerca de 336.000

O artista Manuel Eudócio (1931-2016) faz o molde de bonecos de barro, Alto do Moura, Caruaru (PE), 1997.
Foto: André Vilaron.
Acervo: Iphan.

australianos são empregados em indústrias relacionadas à cultura. Cultura agrega valor, é uma contribuição essencial para a inovação. É um símbolo de nossa indústria. O nível da nossa criatividade determina substancialmente a nossa capacidade de adaptação a novos imperativos econômicos. É uma exportação valiosa em si mesma e um acompanhamento essencial para a exportação de outras mercadorias. Atrai turistas e estudantes. É essencial para o nosso sucesso econômico (Australia, 1994 *apud* Rodrigues, 2013, p. 41).

O êxito da experiência australiana despertou o interesse da Grã-Bretanha, que institucionalizou a criatividade como estratégia de desenvolvimento. Entretanto, na visão anglo-saxã, só devem constituir a economia criativa as áreas vinculadas a direito autoral, patentes, marcas registradas e design.

Apesar da sua performance econômica, as indústrias criativas não demonstram capacidade de produzir inclusão social. Essa constatação é importante para um país como o Brasil, onde o patrimônio imaterial mantém sua matriz comunitária (especialmente a que se refere às culturas tradicionais, como é o caso do artesanato, ou mesmo à digital, através do acesso aos *softwares* livres e às licenças *Creative Commons*). Isso serve de alerta para a tentação de adotar modelos exógenos de desenvolvimento. Nesse sentido, é necessário problematizar esse segmento, especialmente para os países do Cone Sul.

Desde a década de 1980, as organizações internacionais produziram inúmeros documentos voltados à discussão e à ampliação do conceito. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) definiu, em 1986, um primeiro escopo de categorias culturais, para a realização de pesquisas e análises estatísticas, *The Framework for Cultural Statistics* [Escopo de categorias culturais para análises estatísticas] (Brasil, 2011, p. 27), estruturado em duas macrocategorias: setores criativos nucleares (patrimônio natural e cultural, espetáculos e celebrações, artes visuais e artesanato, livros e periódicos, design e serviços criativos, audiovisual e mídias interativas) e relacionados (turismo, esporte e lazer). A primeira corresponde aos ramos de natureza essencialmente criativa; a segunda, àqueles que se relacionam com a cultura e por ela são impactados. A Unesco previu, ainda, áreas transversais, como educação e capacitação, registro, memória e preservação, equipamentos e materiais de apoio (Brasil, 2011, p. 26-27).

As discussões sobre as dinâmicas econômicas dos bens e serviços criativos também chegaram à Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), que produziu, em 2008, o primeiro Relatório de Economia Criativa, buscando aprofundar esse conceito e reunindo informações e dados sobre os setores vinculados a essa área em uma perspectiva mundial. Nesse primeiro relatório, as indústrias criativas compreendem um conjunto de atividades baseadas no conhecimento e que produzem bens tangíveis e intangíveis, intelectuais ou artísticos, com conteúdo criativo e valor econômico. A Unctad classifica os segmentos criativos em quatro grandes áreas: patrimônio (sítios culturais e manifestações tradicionais), artes (visuais e performáticas), mídias (audiovisual, publicações e mídias impressas) e criações funcionais (design,

serviços criativos e novas mídias) (Unctad, 2008 *apud* Brasil, 2011, p. 29). O relatório foi um marco no reconhecimento da relevância estratégica da economia criativa como vetor de desenvolvimento, demonstrando, especialmente, a força dessa indústria, que mantinha uma média de 10% de crescimento anual. Essa mensuração era fruto da compilação de dados produzidos por diversos países, sem a presença de indicadores e um tratamento estatístico comuns, o que fragiliza os resultados aferidos, capturando-se a produção de riqueza industrial e invisibilizando a participação de milhões de micro e pequenos empreendedores, formais e informais, na economia internacional. Em 2010, a Unctad buscou ampliar seu escopo de pesquisa, mas ainda se ateve aos fundamentos das indústrias criativas:

> Ciclos de criação, produção e distribuição de produtos e serviços que utilizam criatividade e capital intelectual como insumos primários […] constituem um conjunto de atividades baseadas em conhecimento, focadas, entre outros, nas artes, que potencialmente geram receitas de vendas e direitos de propriedade intelectual; constituem produtos tangíveis e serviços intelectuais ou artísticos intangíveis com conteúdo criativo, valor econômico e objetivos de mercado; posicionam-se no cruzamento entre os setores artísticos, de serviços e industriais; constituem um novo setor dinâmico no comércio mundial (Unctad, 2012, p. 8).

Esse relatório de 2010, publicado no Brasil em 2012, enfatiza o caráter dinâmico e transversal da economia criativa, assim como sua conexão com o turismo:

- A economia criativa é um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico.
- Pode estimular a geração de renda, a criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo que promove inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano.
- Abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo.
- É um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e interligações cruzadas em macro e microníveis para a economia em geral.
- É uma opção de desenvolvimento viável que demanda respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial (Unctad, 2012, p. 10).

Apesar do esforço de compilação de dados em âmbito mundial, persistem as dificuldades de mensuração desse setor em cada país. Um dos grandes desafios do legado cultural enquanto categoria da economia criativa diz respeito à produção de indicadores adequados à sua natureza. Afinal, se esse patrimônio é um fim em si mesmo, ele também constitui um ativo estratégico para o turismo, sobretudo, nas cidades. Esse desafio é especialmente importante para o Brasil, exigindo das políticas públicas de cultura e turismo sinergia, transversalidade e integração.

Economia política da cultura e do turismo

Em 1984, Celso Furtado, então ministro da Cultura, em um encontro com os secretários estaduais da pasta, afirmou: "Sou da opinião de que a reflexão sobre a cultura deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções do desenvolvimento" (Furtado, 1984 *apud* D'Aguiar, 2013, p. 6).



Desde a publicação do seu livro *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984), o economista enfatizava as conexões fundamentais entre cultura, criatividade e desenvolvimento. "Ter ou não ter direito à criatividade, eis a questão" (Furtado, 1984, p. 25): a frase provocadora faz refletir sobre as contradições do capitalismo e da dependência cultural por ele gerada. Afinal, a liberdade de criar não se universalizou. Pelo contrário, sucumbiu aos interesses políticos e econômicos de alguns países e grupos que, em sua hegemonia, fazem circular produtos, em muitos casos, de qualidade duvidosa, que serão consumidos, de forma passiva, por grande parte da população do planeta. Na mesma obra, Furtado (1984, p. 32) observa que "a maior tarefa de uma política cultural é a de liberar as forças criativas da sociedade". Liberdade de criar está, por conseguinte, na essência do conceito de desenvolvimento e é um insumo para a transformação social. O autor é profético na sua advertência sobre as consequências nefastas dos modelos de desenvolvimento que se intensificaram a partir da segunda metade do século XX: a concentração de renda e de riqueza, a sonegação dos direitos sociais, a precarização do trabalho e a subalternidade da inserção internacional.

Seu pensamento enfatiza a crise de valores de um mundo que, em nome da globalização, prioriza a razão instrumental pragmática e utilitária em detrimento da

Ritmistas da escola de samba Império Serrano, Morro da Serrinha, Madureira, Rio de Janeiro (RJ), 1996. Foto: André Vilaron. Acervo: Iphan.

solidariedade e do bem-estar dos indivíduos. Para Furtado, liberdade e criatividade seriam antídotos capazes de enfrentar a fetichização do homem, rejeitando-se as formas de vida desumanas propostas pela civilização industrial. É sua a constatação de que "a luta pela redução das desigualdades conduziu apenas a formas mais diversificadas de consumo" (2008 [1978], p. 114). As ideias do economista são premonitórias no que concerne às indústrias turísticas e culturais, que vêm reproduzindo, no mundo, no século XXI, a lógica da acumulação e da dependência, em vez de estimularem a redistribuição, desconcentração e inclusão. Afinal, a expansão das indústrias criativas não beneficia equitativamente todos os países nem todas as regiões. Elas geram desigualdades econômicas, contribuindo para a manutenção de desequilíbrios históricos no acesso a comunicação, informação, educação, cultura e entretenimento, ameaçando, por conseguinte, a diversidade cultural do planeta. Enfim, essas indústrias reforçam o abismo entre ricos e pobres, especialmente, entre países e cidades dos hemisférios Norte e Sul.

Na visão de Furtado (2008 [1978], p. 44), a criatividade foi canalizada principalmente para a inovação técnica nas sociedades industriais, limitando-se à racionalidade instrumental, sempre submissa às forças produtivas. Basta observar que, entre as formas que assume a criatividade humana, a ciência e a tecnologia, ainda que satisfaçam às demandas da civilização industrial e ao processo de acumulação, são especialmente capturadas pelo sistema capitalista na perspectiva de uma lógica dos meios:

> Na economia capitalista o processo de acumulação marcha sobre dois pés: a inovação, que permite discriminar entre consumidores, e a difusão, que conduz à homogeneização de certas formas de consumo. Ao consumidor cabe um papel essencialmente passivo: a sua racionalidade consiste em responder "corretamente" a cada estímulo a que é submetido. As inovações apontam para um nível mais alto de gastos, que é a marca distintiva do consumidor privilegiado. Mas o padrão inicialmente restritivo terá de ser superado e difundido, a fim de que o mercado cresça em todas as suas dimensões. As leis desse crescimento condicionam a criatividade (Furtado, 2008 [1978], p. 115).

Nesse sentido, as indústrias turísticas e culturais, ao homogeneizar os padrões de consumo, contribuem para a atrofia da criatividade, assim como para a desumanização e a alienação. No diálogo entre economia e cultura, Furtado aproxima-se dos países pós-coloniais, trazendo para o debate a temática das políticas culturais e seu papel estratégico na reafirmação das identidades, na dimensão ecológica do planeta, na construção de novas forças sociais. O autor aprofunda suas reflexões na direção de uma economia política da cultura, que poderia ser ampliada para o turismo, contribuindo para a mudança de curso das sociedades e de seus modelos de desenvolvimento:

> O principal objetivo da ação social deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento de potencialidades humanas nos planos ético, artístico e da ação solidária (Furtado, 1998, p. 65-66).

É, ainda, lapidar a compreensão de Furtado sobre a transfiguração do

capitalismo, a proliferação de bens e serviços das indústrias culturais e turísticas e o esvaziamento dos seus conteúdos:

> Contudo, esse "progresso" não se traduz necessariamente por uma redução do campo do irracional na vida social, pois o homem comum não está em condições de entender os *gadgets* que são postos à sua disposição e tampouco a sua visão de mundo – alimentada pelos *mass media* – é menos povoada de elementos míticos do que em outras épocas (Furtado, 2008 [1978], p. 116).

Em um mundo globalizado, em que dependências científicas e tecnológicas determinam os padrões de consumo e o comportamento passivo de populações, de que forma poderíamos construir um desenvolvimento endógeno, capaz de garantir o direito à criatividade, defendido por Furtado? Em que medida esse desenvolvimento poderia constituir-se em uma invenção da cultura? Se na essência das indústrias criativas estão os conteúdos culturais associados à ciência e à tecnologia, há de se considerar, como observa o economista, que, nas sociedades industriais, a cultura, assim como a ciência e a tecnologia, também está subordinada à lógica da acumulação. Submetidas às forças produtivas, a criatividade padece e a liberdade empalidece (Leitão e Guilherme, 2014, p. 239), pois são instrumentalizadas a serviço de um modelo produtor de assimetrias e desigualdades. Por sua vez, a incorporação das artes e dos artistas no processo de acumulação é legitimada e legalizada pelo Estado, que oferece uma moldura político-institucional que encoraja a competitividade e a hegemonia dos mercados.

Desenvolvimento e cidades criativas

Retomando o debate sobre cidades na perspectiva do desenvolvimento endógeno, percebe-se o quanto elas representam um lócus privilegiado para a formulação e implementação de políticas públicas, em virtude de constituírem-se como espaço concreto da vida e do cotidiano das pessoas: lugar de morada e deslocamentos diários; possibilidade de trabalho e trocas econômicas; espaço de encontros, trocas simbólicas, afetos e sociabilidades; ambiente de acolhimento, mas também de violência, insegurança e abandono; território tanto de oportunidades quanto de assimetrias e desigualdades.

As cidades emergem, portanto, como ideias, utopias e projetos concretos com vistas a organizar, reordenar e desenvolver os territórios. Desenhadas e constituídas



Bastidores da filmagem do longa-metragem Lua em Sagitário *(2016), de Márcia Paraíso, realização da Plural Filmes, produtora de cinema sediada em Florianópolis (SC).*
Foto: Silvio Marchetto.



Porto Digital, Recife (PE), 2018. Foto: Imago Fotografia. Divulgação: Porto Digital.

por múltiplas influências e interferências, protagonizadas por atores institucionalizados ou não, têm sido objeto de análise e estudo de planejadores urbanos e teóricos que, por sua vez, têm buscado soluções para a vida cotidiana e aspectos estruturantes de longo prazo. Contribuindo para esse debate, Peter Hall (2013) apresenta um panorama que ele denomina como "cidades do amanhã". Nesse sentido, o autor discorre sobre uma série de caminhos, estratégias e ações voltadas para o desenvolvimento citadino, levando em conta questões associadas a moradia, transporte, saúde, segurança, zoneamento urbano, desconcentração populacional, desenvolvimento industrial e tecnológico, integração regional, processos de revitalização urbana, turismo, promoção de oportunidades de negócios, geração de empregos, criação e fortalecimento de ambientes inovadores e articulação de redes de informação e conhecimento.

Nenhum dos modelos foi suficiente para dar conta, de modo integral, das questões que uma cidade enfrenta. No entanto, cada um representou um exercício e uma tentativa de gerar espaços e territórios mais articulados e potencializadores de dinâmicas



Coco de Roda, São Luís (MA), 2018. Foto: Fernando Mesquita. Acervo: Iphan.

econômicas, sociais, culturais e ambientais frente a situações e conjunturas específicas.

Assim aconteceu com a proposição e o desenvolvimento do modelo de cidade do empreendimento (Hall, 2013) como solução para a falência econômica, fruto da recessão[2] dos anos 1970 e 1980. Foi concebido como um modelo de revitalização urbana associado à articulação de parcerias público-privadas, com capacidade de atrair grandes investimentos voltados para a geração de negócios e empregos. A combinação de recursos tinha como foco a promoção de uma urbanização comercial em larga escala, priorizando atividades relacionadas com turismo, cultura, entretenimento e compras. Esse processo foi bem-sucedido, em parte, e ainda se mantém como uma alternativa estratégica de desenvolvimento, embora seu escopo seja insuficiente para o enfrentamento das múltiplas problemáticas vividas pelas cidades e pelos seus habitantes, como resultado das desigualdades sociais e econômicas.

Mais adiante, entre 1985 e 2010, com os avanços da telemática e o surgimento da sociedade da informação e do conhecimento,

2. Essa recessão estava associada ao processo de desindustrialização que acarretou o sucateamento de estruturas manufatureiras e a perda de milhares de empregos, gerando condições de miséria para trabalhadores e a população de cidades do Reino Unido e dos Estados Unidos.

articulada em rede, emergem as infocidades[3] (Hall, 2013), polarizadas entre os *milleux*[4] urbanos e os guetos desinformacionais. Nessa perspectiva, chegou-se a acreditar na redução da importância das cidades, em função do processo de digitalização pelo qual o mundo estava passando, o que permitiria a qualquer pessoa desempenhar atividades estando em qualquer lugar, desde que mantidas as conexões digitais. Na prática, esse discurso não se concretizou em decorrência de uma desigualdade social refletida também no acesso à internet. Nesse cenário, o acesso pleno e universal ainda está longe de acontecer, sendo evidente a existência de uma assimetria entre os mais pobres e uma elite de profissionais.

Essa situação de exclusão repete-se também nas chamadas cidades globais[5] (Carvalho, 2000) situadas em países desenvolvidos, que investiram fortemente em serviços sofisticados e essenciais para a operação do sistema financeiro internacional e das empresas transnacionais, funcionando como sede e motor da lógica centro-periferia e da globalização perversa combatida por Furtado (2008 [1978]) e Santos (2001). Municípios como São Paulo e Rio de Janeiro, no Brasil, passaram por processos semelhantes, embora reproduzam a mesma lógica nos seus territórios, com desigualdades e disparidades profundas e muito mais amplas do que as enfrentadas em nações desenvolvidas.

Desse modo, analisando os conceitos de infocidades e cidades globais, o que se percebe são modelos também insuficientes no enfretamento das desigualdades próprias dos centros urbanos dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, pensar em seu crescimento na perspectiva da economia criativa é um exercício que tem sido feito, com equívocos e acertos, levando em conta contextos e cenários próprios de cada região. A lógica do desenvolvimento endógeno é então assumida a partir de vocações culturais representadas e expressas no patrimônio material e imaterial dessas localidades.

Segundo Reis (2011), a denominação cidade criativa nasce em meados da década de 1990, em paralelo ao debate e à implementação de políticas de economia criativa no Reino Unido. O arquiteto britânico Charles Landry figura como um dos primeiros teóricos a inserir essa denominação no debate sobre planejamento urbano, considerando que o seu desenvolvimento está ancorado em aspectos e atributos econômicos, culturais, ambientais e sociais, representados por um sistema de indicadores. Nesse sentido, uma cidade desenvolvida e autossustentável tem uma população capaz de aprender, adaptar-se e inovar frente às vicissitudes e oportunidades de crescimento, tendo como base sua expressão simbólico-estética e suas indústrias criativas, geradoras

3. As infocidades foram assim denominadas em virtude de sua capacidade de gerar novos modos e práticas sociais e econômicas, baseados em uma nova relação entre tempo e espaço (Castells, 1999), impactada pelas tecnologias digitais, substituindo "lugares por uma rede de fluxos de informação, fora do controle humano" (Hall, 2013, p. 476).

4. Também denominados meios ou ambientes inovativos.

5. Contemporâneas às infocidades, as cidades globais resultam da intensificação do processo de desindustrialização das grandes cidades de países desenvolvidos, obrigando a levar a estrutura econômico-produtiva do setor secundário para o terciário, o que reconfigurou o mercado de trabalho, redirecionou a oferta de empregos para profissionais qualificados e excluiu grande parcela dos trabalhadores, órfãos da manufatura e com baixa formação. A velocidade dessas mudanças foi tão alta que em muito superou a do processo de requalificação da classe trabalhadora para fazer frente às novas oportunidades.

de oportunidades de trabalho, renda e novos negócios, por meio do fortalecimento de suas identidades e manifestações culturais. A cidade criativa tem, portanto, uma cultura voltada para a imaginação e a participação, é produtora de riquezas e capaz de atrair e reter talentos criativos, ampliando seus potenciais de desenvolvimento (Reis, 2011).

Esse debate, desde então, tem ocorrido por meio da análise de localidades que se colocam como referência em virtude de políticas e de investimentos concretos na implantação e no desenvolvimento de programas e projetos, o que pode ser constatado no estudo de Evans, Gertler e Weinstock (2006), que contemplou Londres, Berlim e Barcelona (na Europa), além de Toronto, São Francisco e Nova York (na América do Norte). Para os pesquisadores, uma cidade criativa depende de investimentos em cinco dimensões fundamentais, integradas e desdobradas em estratégias essenciais para a construção de competências e ambiências favoráveis ao desenvolvimento da economia criativa local: formação das pessoas; fortalecimento e fomento da inovação nas empresas; criação e ampliação da oferta de ambientes e espaços físicos e territoriais favoráveis a atividades criativas; articulação e integração de apoios tanto multiníveis (institucional e política) quanto multissetoriais; e infraestrutura eficiente e ágil, que promova uma boa conectividade entre comunidade, empreendedores e atores institucionais e empresariais envolvidos.

Seldin (2016) chama a atenção para a regeneração urbana como investimento central das chamadas cidades criativas. Restauro, requalificação e ocupação de espaços abandonados e degradados, por equipamentos e profissionais do campo cultural e criativo, emergem como processos geradores de novas dinâmicas econômico-culturais, ampliando a visibilidade da cidade, atraindo investidores e alavancando fluxos turísticos. Assim aconteceu não só nos Estados Unidos e em países da Europa Ocidental, mas também no Brasil, com a criação do Porto Digital[6] no Recife Antigo, projeto consolidado, e, mais recentemente, do Porto Maravilha na região portuária do Rio de Janeiro, ainda frágil e em estruturação enquanto ecossistema.

No entanto, ainda que, a princípio, a regeneração urbana tenha apresentado-se apenas em seu aspecto positivo, o que se viu no médio prazo foram processos de gentrificação e ampliação da desigualdade na obtenção de benefícios pelas populações locais. Muitos projetos não levaram em consideração o contexto urbanístico, social e cultural dessas regiões, implantando equipamentos desconectados da realidade das comunidades. A especulação imobiliária resultante da valorização desses espaços acabou por expulsar moradores e empreendedores locais, que não mais conseguiram fazer frente à elevação dos custos para manter-se lá (Seldin, 2016). A dinâmica de desenvolvimento e implantação de projetos para a requalificação de territórios segundo uma lógica excludente, sem uma articulação com os atores locais, acaba por reforçar e reproduzir desigualdades, causando no médio e longo prazo sua insustentabilidade.

6. Mais informações sobre o parque tecnológico do Porto Digital podem ser encontradas em: http://www.portodigital.org/home.



Desse modo, a cidade como espaço do comum, de governança democrática, sucumbe ao conceito de marketing urbano, que defende a apropriação das identidades e da produção cultural em uma perspectiva utilitária e de espetacularização, voltada para a geração de atrativos turísticos e para um mercado de entretenimento, repetindo velhas fórmulas de concentração e de exclusão produtivas (Reis, 2011). Nessa lógica, não há um compartilhamento efetivo da urbe, mas sua apropriação e redução a produto turístico, em que a cultura é a narrativa simbólica e estética responsável pelo potencial de venda desse produto.

Na perspectiva de combater esse cenário e em paralelo a essas discussões, a Unesco fortaleceu o debate sobre cidades criativas com a criação do programa Rede de Cidades Criativas com os seguintes objetivos:

- fortalecer a cooperação internacional entre as cidades que reconhecem a criatividade como um fator estratégico de seu desenvolvimento sustentável;
- estimular e aperfeiçoar iniciativas lideradas por cidades-membros para tornar a criatividade um componente essencial do desenvolvimento urbano, nomeadamente através de parcerias entre os setores público e privado e a sociedade civil;
- fortalecer a criação, produção, distribuição e divulgação de atividades culturais, bens e serviços;
- desenvolver *hubs* de criatividade e inovação e ampliar oportunidades para criadores e profissionais do setor cultural;
- promover o acesso e a participação na vida cultural, bem como o gozo de bens e serviços culturais, nomeadamente para grupos e indivíduos marginalizados ou vulneráveis;
- integrar plenamente cultura e criatividade em estratégias e planos de desenvolvimento local (Unesco, 2016, p. 6, tradução nossa).

Sítio Arqueológico Cais do Valongo, construído em 1811, principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas, declarado Patrimônio Mundial pela Unesco em 2017, Rio de Janeiro (RJ).
Foto: Milton Guran.

A Rede de Cidades Criativas da Unesco foi lançada em 2004 e em 2017 atingiu o número de 180 cidades-membros de 72 países, relacionadas com sete campos criativos: artesanato e artes folclóricas, design, filmes, gastronomia, literatura, música e artes midiáticas. Do total, oito são brasileiras: Florianópolis e Curitiba, inseridas em 2014; Belém, Santos e Salvador, em 2015 (Ferreira, 2017); Brasília, Paraty e João Pessoa, em 2017 (Unesco, 2017). Cada uma delas foi eleita por cumprir critérios alinhados com os objetivos da Unesco e assumir compromissos futuros, elegendo e defendendo setores considerados prioritários na construção de suas identidades culturais.

Ainda que o discurso presente nos objetivos da Rede de Cidades Criativas da Unesco (2016) defenda a cidade como lócus de desenvolvimento local através da cultura e da criatividade, o que se percebe, na prática, é que – evidenciado a partir de um setor cultural e criativo, dentre tantos outros que poderiam ser representativos do território – acaba reforçando a estratégia de marca-cidade, de marketing urbano, promovendo o fortalecimento da cidade como produto turístico. O uso desse tipo de estratégia a fim de gerar atratividade para o lugar não é ruim, mas é redutor frente ao que se defende e pretende em uma perspectiva mais ampla. A chancela da Unesco corresponde a um rito simbólico-institucional emblemático e promotor de trocas de conhecimento para a inovação, mas depende essencialmente, para ter efetividade e gerar transformação, do compromisso e da capacidade de mobilização e de execução dos formuladores de políticas públicas e dos gestores urbanos.

Diante desse panorama, constata-se claramente a fragilidade de uma narrativa ainda incipiente em termos de aplicabilidade e prenhe de divergências conceituais. A denominada cidade criativa, de uma visão simplista de cidade-produto, utilitária e funcional, ganha complexidade e escala ao envolver múltiplos atores e institucionalidades, associados a aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais, contemplando a diversidade, além de promover éticas, estéticas e sociabilidades.

As urbes, portanto, só serão criativas quando compreendidas conforme uma ética potencializadora de autonomias e soluções inovadoras para o desenvolvimento dos territórios através das pessoas, das instituições e de suas redes. Assim, é reconhecida, valorizada e promovida a riqueza da sua diversidade cultural, representada e presente no seu patrimônio, ativo e motor do crescimento local e regional. Eis que se apresenta um caminho potente para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras, um caminho inclusivo e colaborativo que demanda a quebra de seu velho paradigma, baseado na indústria tradicional.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Estética e sociologia da arte*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano da Secretaria da Economia Criativa*: políticas, diretrizes e ações (2011 a 2014). Brasília: Ministério da Cultura, 2011. 2. ed. revisada. Disponível em: http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/08/livro_web2edicao.pdf. Acesso em: 8 ago. 2019.

CARVALHO, Mônica de. Cidade global: anotações críticas sobre um conceito. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4, p. 70-82, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9753.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

CASTELLS, Manuel. Para o Estado-Rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. *In*: PEREIRA, L. C. Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.). *Sociedade e Estado em transformação.* São Paulo: Unesp; Brasília: UnB, 1999. p. 147-172.

CASTRO, Gustavo de (Org.). *Ensaios de complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e patrimônio cultural*: interpretação e qualificação. São Paulo: Senac-SP; Sesc-SP, 2009.

D'AGUIAR, Rosa Freire (Org.) *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento.* Rio de Janeiro: E-papers; Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

EVANS, Graeme; GERTLER, Meric S.; WEINSTOCK, Sarah. *Strategies for creative spaces and cities*: lessons learned. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268424703. Acesso em: 5 ago. 2019.

FERREIRA, Victor Moura Soares. *A Rede de Cidades Criativas da Unesco*: uma perspectiva das cidades brasileiras. 164 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) – Faculdade de Artes Visuais, Programa de Pós-graduação em Arquitetura – Projeto e Cidade, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

FURTADO. Celso. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1978].

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã*: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LEITÃO, Cláudia Sousa; GUILHERME, Luciana Lima. *Cultura em movimento*: memórias e reflexões sobre políticas públicas e práticas de gestão. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *O capitalismo estético na era da globalização*. Lisboa: Edições 70, 2014.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Cidades criativas*: análise de um conceito em formação e da pertinência da sua aplicação na cidade de São Paulo. 297 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-08042013-091615/pt-br.php. Acesso em: 5 ago. 2019.

RODRIGUES, Pilar Luz. A economia criativa nas relações internacionais. *Cadernos do CEOM*: Economia Criativa e Economia da Cultura, ano 26, n. 29, p. 35-52, 2013.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SELDIN, Cláudia. A "cidade criativa" como um novo paradigma nas políticas urbano-culturais. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 7, 2016, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313338438_A_%27Cidade_Criativa%27_Como_um_Novo_Paradigma_nas_Politicas_Urbano-Culturais. Acesso em: 5 ago. 2019.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. *Creative Industries Report 2008.* 2008. Disponível em: http://www.unctad.org/en/docs/ditc20082cer_en.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. *Relatório da economia criativa 2010*: economia criativa, uma opção de desenvolvimento. Brasília: Secretaria da Economia Criativa; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. Disponível em: https://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *64 cidades se unem à Rede de Cidades Criativas da Unesco*, 1 nov. 2017. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/64_cities_join_the_unesco_creative_cities_network/. Acesso em: 19 jun. 2019.





Bloco da Lama, Paraty (RJ), 2018.
Foto: Ratão Diniz.



Margarita Barretto

Legado cultural, museus e turismo

Cultural heritage, museums and tourism
Herencia cultural, museos y turismo

Resumo

O objetivo deste artigo é discorrer sobre a relação entre patrimônio, museus e turismo, enfatizando os benefícios da aliança entre esses três segmentos. Após uma definição terminológica, são apresentadas orientações e estratégias adotadas ao longo do século XX, no Brasil e no mundo, com vistas à preservação do patrimônio, no âmbito não apenas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), mas também do governo brasileiro através da instituição do instrumento do tombamento.

Em seguida, é realizado um brevíssimo histórico das mudanças e permanências das instituições museológicas, limitando a linha do tempo entre o século XVII e a contemporaneidade. De simples repositórios de objetos artísticos, os museus passaram a ter formatos e objetivos diversos, assumindo configurações pluralistas na forma de ecomuseus, museus ao ar livre, *site museums*, museus-jardim, entre outras.

Mais recentemente, o turismo tem exercido uma enorme influência nesse tipo de instituição, fundamental tanto para o seu sustento financeiro, uma vez que o museu deixa de depender do Estado para se manter em funcionamento, quanto para a preservação do patrimônio. Destacam-se, nessa perspectiva, os *site museums*, que se tornam atrações turísticas nas regiões onde se inserem e, ao mesmo tempo, mantêm vivo o legado cultural local.

Summary

This article examines the relationship between patrimony, museums and tourism and emphasizes the advantages of partnerships between these three segments. An explanation of terminology is followed by an outline of the strategies and guidelines for heritage conservation that established measures to ensure the patrimony is listed. These measures have been pursued in Brazil and globally throughout the 20th century, under the framework of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), of the International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) and of the Brazilian government.

Escultura de vidro em rotunda, Dale Chihuly, Museu Victoria & Albert, Londres.
Foto: Andreas Praefcke.

This is followed by a brief overview of developments and continuities of museum-type institutions from the 17th century to the contemporary world. Museums have evolved from mere repositories of artistic objects into several other formats and objectives with diversified configurations such as ecomuseums, open-air museums, site museums and garden museums, among others.

Tourism has recently had a significant effect on such institutions. It is crucial for their financial sustainability, because museums can cease to rely on the government for their operations and for patrimony conservation. According to this approach Site Museums stand out because they become tourist attractions in their own locations while conserving the local cultural legacy.

Resumen

El objetivo de este artículo es discutir la relación entre patrimonio, museos y turismo, enfatizando los beneficios de la alianza entre estos tres sectores. Después de una definición terminológica, se presentan las orientaciones y estrategias adoptadas a lo largo del siglo XX en Brasil y en el mundo con miras a preservar el patrimonio, dentro del alcance no solo de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) y del Consejo Internacional de Monumentos y Sitios (Icomos), sino también del gobierno brasileño por medio de la institución del instrumento de declaración como patrimonio histórico.

Luego, se hace un breve recorrido por la historia de los cambios y las permanencias de las instituciones museológicas, limitando la línea de tiempo entre el siglo XVII y la contemporaneidad. Desde sencillos depósitos de objetos artísticos, los museos pasaron a tener formatos y objetivos diversos, asumieron configuraciones pluralistas en forma de ecomuseos, museos al aire libre, site museums *y museos-jardín, entre otras.*

Más recientemente el turismo ha ejercido una enorme influencia en este tipo de institución, fundamental tanto por su apoyo financiero, ya que el museo deja de depender del estado para mantenerse en funcionamiento, como para la preservación del patrimonio. En esta perspectiva destacan los site museums*, que se convierten en atracciones turísticas en las regiones donde se encuentran, manteniendo vivo el legado cultural local.*



Medusa.
Óleo sobre tela,
Caravaggio,
60 x 55 cm, 1597.
Acervo: Galeria Uffizi (Itália).

Introdução

Antes de explorar o tema deste artigo, farei algumas considerações terminológicas a título de esclarecimento. Utilizarei indistintamente os conceitos de patrimônio e legado cultural, pois todo legado constitui um patrimônio e todo patrimônio constitui um legado. Acontece que patrimônio está mais associado, no imaginário coletivo, a bens materiais, ao passo que, por legado cultural, entende-se o conjunto de bens materiais e simbólicos que fazem parte do nosso quotidiano e que foram herdados dos nossos antepassados.

Tampouco utilizarei o conceito de patrimônio imaterial porque entendo que, de uma forma ou outra, no patrimônio assim denominado, a materialidade também existe. O caso da cultura alimentar evidencia isso muito bem. A comida não é um bem nem imaterial nem intangível; tem materialidade, e muita. As formas de expressão musical também têm uma materialidade, que, inclusive, não está restrita a um sentido em particular como a audição. Um monumento pode ser visto; o maracatu pode ser visto e ouvido, nos leva a mexer o corpo.

A diferenciação do bem dito imaterial se deve ao fato de seu valor residir no simbólico, no que representa para nós, na forma como é apresentado, na história que tem na nossa cultura, nas modificações que sofre ou como permanece ao longo do tempo. Portanto, utilizarei também o conceito de patrimônio simbólico, embora não pretenda me aprofundar nele.

Legado é patrimônio, como afirmado. Mas o sentido que foi dado a esta última palavra, não raro, confunde. O conceito de patrimônio parece algo estanque (e não é). Patrimônio está mais associado a um legado material, inamovível, e a bens materiais. No âmbito privado, patrimônio refere-se à soma dos bens que uma pessoa física ou jurídica possui. Transportado a um determinado território, o patrimônio passa a ser o conjunto de bens que estão dentro dos seus limites de competência administrativa. Assim, patrimônio nacional, por exemplo, é o conjunto de bens que pertencem a determinado país, e patrimônio transnacional são os bens compartilhados por mais de um país.

Os povos têm legados que pertencem ao universo do coletivo, que fazem parte da memória coletiva. Na definição de Maurice Halbwachs (1968), essa é uma memória exterior a nós mesmos, que se nutre das nossas memórias e dos outros e que nos possibilita um sentimento de pertencimento.

O conceito de patrimônio cultural tem evoluído ao longo do tempo. Sua história começa em 1725 com a introdução do conceito de história social por parte do filósofo italiano Giambattista Vico. Sua proposta era transferir o centro de interesse dos estudos históricos de fatos e proezas pessoais, guerras, tratados e alianças para costumes, instituições, formas de organização econômica e social, línguas, artes, religiões, ciências e opinião (FGV; MEC, 1986, p. 556).

Em 1929, com a fundação, na França, por Fernand Braudel, Lucien Febvre e Marc Bloch, da revista *Annales* (Burguière, 1979), a academia se propõe também a estudar, além da história "eventual" (dos eventos que são, por definição, conjunturais), as estruturas



sociais, a história econômica, a geografia, as instituições e as mentalidades, buscando continuidades e inter-relações.

Passou-se da chamada "história oficial", que (ainda) conta os grandes feitos e as batalhas, para a história social. Começa-se a considerar também o cotidiano das pessoas, a história das minorias, dos relegados, e a relação entre os diferentes segmentos das sociedades, incluindo as relações econômicas e sociais, a vida doméstica, as condições de trabalho e lazer, a atitude para com a natureza, a cultura, a religião, a música, a arquitetura, a educação.

Escultura tumular romana de Palmira (atual Síria), retratando família, entre 125 e 200 d.C., Museu Robert Mouawad, Beirute (Líbano). Foto: André Vilaron.

Embora a história oficial ainda permaneça sendo contada, e o conceito de patrimônio continue sendo identificado com cultura material, pelo menos nos meios acadêmicos caminha-se, vagarosamente, para uma pluralidade de narrativas.

A ATUALIDADE INTERNACIONAL

Fora das medidas de proteção e salvaguarda tomadas pelos países de forma individual, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) passou a registrar, em caráter supranacional, a partir de 1972, os sítios

que tinham patrimônio relevante para a humanidade. Naquele ano, foi redigida a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

Nesse contexto, abordarei somente o patrimônio cultural, mais especificamente, os bens materiais. De acordo com a referida convenção, esse patrimônio é constituído por estes elementos:

- monumentos: obras de arquitetura, escultura ou pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- conjuntos: grupos de construções, isoladas ou reunidas, cujas arquitetura, unidade e integração na paisagem lhes outorguem um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- lugares: obras feitas pelo homem ou em conjunto entre o homem e a natureza, inclusive as zonas arqueológicas, que tenham um valor universal do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

Nas normas, fica explicitado que a responsabilidade sobre os bens é do país em que estão localizados e que cada Estado Parte tem a obrigação de identificar, proteger, conservar, reabilitar e transmitir às gerações futuras o patrimônio localizado no seu território. Poderá fazer essa tarefa com seus próprios esforços ou pedindo assistência e cooperação internacional.

Para que o patrimônio seja usufruído pelo coletivo, os Estados nos quais o bem se encontra devem criar normativas e incluir no planejamento nacional ações no sentido de protegê-lo. Também devem, entre outras medidas, instituir serviços de proteção ao patrimônio, capacitando pessoal se necessário; desenvolver estudos científicos para intervir contra as ameaças e os perigos e adotar as medidas jurídicas necessárias para "assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural" (Unesco, 1972, p. 3); facilitar a criação de centros regionais e nacionais de revalorização do patrimônio; e estimular o estabelecimento de um sistema de cooperação e assistência internacional.

Sem esquecer que os países são soberanos, os Estados reconhecem que o patrimônio em seu território é um bem universal, logo esse Estado tem a obrigação de zelar pela integridade do bem (Unesco, 1972, p. 4).

A Unesco publicou uma lista de sítios Patrimônio Mundial, que, até maio de 2019, somava 845 locais. Existe também uma lista de 209 lugares com patrimônio natural e de 38 pontos com patrimônio misto. No entanto, como foi dito, neste artigo nos debruçaremos apenas sobre o patrimônio cultural.

A maior quantidade de sítios declarados Patrimônio Mundial pela Unesco está na Europa. Nesse continente, eles se concentram majoritariamente na Itália, Espanha, Grécia, França e Alemanha. Na Ásia, a Índia e o Irã se destacam, assim como a China. Nas Américas, por sua vez, os países com mais patrimônio reconhecido são México, Argentina, Brasil, Canadá, ainda que a quantidade seja diminuta em comparação com os países daqueles outros dois continentes[1].

1. A lista do Patrimônio Mundial da Unesco pode ser consultada em: https://whc.unesco.org/en/list/.



Angels Fighting Demons. *Pintura em cúpula do museu, Museu do Vaticano (Vaticano).*
Acervo: Museus do Vaticano.

A convenção de 1972 também realizava advertências. Uma delas indicava que o patrimônio cultural estava cada vez mais ameaçado de destruição, não só pela deterioração normal em decorrência de fatores naturais, mas também por mudanças nas condições econômicas e sociais que favorecem a desestabilização.

Um caso emblemático aconteceu em 2016, na cidade de Palmira, na Síria, que fazia parte da antiga rota da seda. A localidade foi praticamente destruída pelo grupo terrorista Estado Islâmico, com a perda irrecuperável de templos e estátuas de valor incalculável para a humanidade.

Para proteger o patrimônio ameaçado, seja por questões relacionadas com a natureza ou com a sociedade, algumas políticas de preservação começaram a ser implementadas em vários lugares do mundo, pelos Estados nacionais e até pelos municípios, considerando que muitos desses locais estão sob proteção da Unesco. No Brasil, os primeiros passos para o cuidado dos bens de todos foram dados em 1927 e 1928, com a criação de inspetorias estaduais de monumentos nacionais na Bahia e em Pernambuco, respectivamente. Pouco depois, em 1935, foi criado o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná.

Definições e estratégias

A Carta de Burra, documento publicado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos, 1980, p. 1), define os termos conservação, manutenção, preservação, restauração.

Conservar diz respeito aos cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implica ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; pode, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam a necessidades e exigências práticas. Já o termo manutenção designa a proteção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem e não deve ser confundido com reparação, a qual implica a restauração e a reconstrução. Preservar, por sua vez, significa proteger, resguardar, evitar que alguma coisa seja atingida por outra que lhe possa ocasionar dano.

As estratégias de preservação e/ou conservação não são neutras. Determinar o que é digno dessas ações é uma decisão político-ideológica que reflete valores e opiniões sobre quais símbolos devem permanecer para retratar determinada sociedade ou determinado momento, como aconteceu no caso mencionado da Síria.

Além da decisão sobre a preservação e/ou conservação de um bem, entra em questão como fazer isso. As circunstâncias são diferentes para cada país, mas são mais graves no terceiro mundo, onde se observa, de modo geral, que o Estado que legisla sobre os bens patrimoniais raramente pode manter o patrimônio em boas condições e onde houve, a partir do século XVI, um saque sistemático às riquezas locais.

No Brasil, o instrumento utilizado para a preservação/conservação dos bens é o tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº 25/1937 (Brasil, 1937), que consiste no

registro do bem em um dos quatro Livros do Tombo[2], em cujas páginas ficam registrados os itens considerados valiosos e sujeitos às leis de preservação do patrimônio. No caso de patrimônio construído, o local não pode ser demolido nem modificado no seu aspecto externo ou nas suas características essenciais. Quanto ao entorno do bem patrimonial, as leis que versam sobre ele variam em função de muitos elementos e cada caso deve ser estudado individualmente.

Quando essas políticas são aplicadas a edificações que são propriedade do Estado, o problema se minimiza, mas, quando são aplicadas a bens particulares, há conflito. O tombamento de bens imóveis leva, automaticamente, a uma perda do potencial de comercialização do terreno para a construção de propriedade horizontal, o que – em países como o Brasil – é a aspiração da maior parte dos proprietários de casarões antigos, sobretudo quando se trata de bens herdados. Assim, o tombamento passa a ser visto como um fator negativo, até indesejado, quase uma expropriação.

Outros proprietários simplesmente decidem não cuidar mais do imóvel, sob a alegação de que, se o poder público o tombou, este deve ocupar-se da restauração, manutenção e/ou utilização do edifício. Como resultado, imóveis antigos tombados ficam abandonados, provocando um efeito contrário ao esperado.

Para o Estado, por sua vez, atualmente, em meio a uma séria crise econômica, a preservação de prédios históricos e bens culturais com dinheiro público passa a ser a última prioridade. Cria-se, dessa forma, uma situação paradoxal, na qual o Estado tomba prédios históricos para protegê-los da destruição rápida por demolição, mas, tolhendo suas possibilidades de utilização, os condena à destruição lenta pelo abandono, sem poder obrigar os donos a tomar medidas e sem poder tomar suas próprias medidas por falta de orçamento público para tal.

Uma alternativa é a parceria entre público e privado, entre patrimônio e negócios, que foi superada em alguns países logo depois da Segunda Guerra Mundial, mas em outros ainda está presente.

Museus ontem e hoje

Os museus como conhecemos hoje surgiram na era moderna[3]. Os primeiros de que se tem conhecimento são os Museus Capitolinos (1471), na Itália; os Museus do Vaticano (1506); o Museu das Armaduras Reais (1545), no castelo de Leeds; e o Ashmolean[4] (1683), em Oxford, na Inglaterra, considerado o primeiro museu público do mundo.

Instalaram-se primeiramente em palácios e prédios vinculados ao poder eclesiástico. Somente no século XX, passou a haver um desenho arquitetônico específico para museus, assim como uma logística exclusiva, uma política de acervo e uma metodologia de salvaguarda das peças.

2. De acordo com o Decreto-Lei nº 25/1937 (Brasil, 1937), há, no Brasil, quatro Livros do Tombo: o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Histórico; o das Belas-Artes; e o das Artes Aplicadas.

3. Não entraremos aqui no mérito de vestígios pré-históricos de coleções ou do Museion, o templo das musas na Grécia Antiga, que tinha uma função social diferente da que os museus têm hoje, ainda que seja considerado um antecessor remoto dos museus atuais.

4. Primeiro museu universitário do mundo, o Ashmolean, deve seu nome ao antiquário Elias Ashmole, que doou sua coleção à Universidade de Oxford.



Os museus só começaram a ter centralidade no mundo nas últimas décadas do século XX, fundamentalmente na Europa e na América do Norte. Tornaram-se, então, equipamentos urbanos importantes para a vida cotidiana, para o desenvolvimento das cidades, para a educação, o turismo e o lazer. São essenciais na formação, manutenção e recuperação da identidade individual e coletiva.

Já, no Brasil, a situação dos museus não é ideal. Embora a atenção e o papel dados a essa instituição venham crescendo nos últimos 30 anos, pode-se afirmar que pouco tem sido feito se considerarmos que o primeiro museu do país, o Museu Nacional, fundado em 1818 no Rio de Janeiro, sofreu um incêndio de trágicas proporções no ano de 2018, em decorrência da falta de investimentos em manutenção e segurança.

A maior parte dos museus está localizada em ambientes construídos para outra finalidade, geralmente, a residencial. Trata-se de casas que pertenceram a pessoas abastadas e que, por diferentes razões, passaram a ser geridas pelo poder público.

No âmbito privado, foram criadas muitas fundações que fazem um trabalho

Museu Nacional após incêndio, Rio de Janeiro (RJ), 2018.
Foto: Oscar Liberal.
Acervo: Iphan.



de acompanhamento dos paradigmas mundiais. Há casos de revolução nas formas arquitetônicas, como na Fundação Iberê Camargo, em Porto Alegre, que apresenta um desenho semelhante ao do Museu Guggenheim, do qual falarei mais adiante. O edifício tem vários níveis e dispõe de integração com o espaço exterior. As janelas são de tamanhos diferentes conforme a orientação, para proteger os visitantes do calor do pôr do sol. Além disso, rampas e passarelas abundam.

Fundação Iberê Camargo, Porto Alegre (RS), 2008. Foto: Eduardo Aigner

Em países do primeiro mundo, há museus que cumprem um papel socioeducativo destacado. Na América do Sul, em 1972, houve um esforço nesse sentido, com a realização da Mesa Redonda de Santiago, no Chile, que, entre outras definições importantes, introduziu o conceito de museu integral. No entanto, a maioria dos museus continua funcionando de acordo com um modelo anterior ao do século XX, quando a instituição se dedicava a guardar os tesouros da classe dominante, seja o clero, seja a nobreza. As coleções eram constituídas por obras de arte e também objetos exóticos, obtidos em viagens de descobrimento, ou por espólio, e somente pessoas distintas e alguns cientistas tinham acesso ao acervo. Este não estava apresentado de forma didática; muito

pelo contrário. Havia instituições chamadas "gabinetes de curiosidades", que acumulavam raridades, algumas falsificadas, como as sereias e o unicórnio marinho.

Em relação à restrição de acesso aos museus, apenas a partir do século XVIII as pessoas que não pertenciam à comunidade científica começaram a poder visitar, mediante o pagamento de uma taxa, jardins e galerias como o Palácio Imperial de Hofburg, em Viena; o Palácio do Quirinal, em Roma; o Mosteiro Escorial, em Madri; ou o Palácio Zwinger, em Dresden.

A primeira pinacoteca pública do mundo foi a Galeria Uffizi, na Itália, em cujo primeiro andar passaram a ser exibidas as obras de arte da família Médici. A coleção foi deixada como legado para a cidade em 1737, com uma cláusula de inalienabilidade.

Na França, o primeiro museu público, o Louvre, surgiu como resultado da estatização de coleções da realeza e do clero após a revolução francesa. Depois, o acervo cresceu com o espólio das guerras promovidas por Napoleão Bonaparte. O Louvre foi considerado desde o início um museu do povo, onde qualquer pessoa podia ingressar sem pagar. Tinha uma função explicitamente educativa: difundir os valores burgueses, que, à época, constituíam um avanço no processo civilizatório.

Na Inglaterra, até o século XIX, o Estado não deu apoio aos museus, argumentando que não era o papel da rainha dar luxos ao povo. Essa situação somente mudaria após a Grande Exposição de produtos industriais de 1851, que teve duas consequências: uma foi a criação do Museu de South Kensington, posteriormente Museu Victoria & Albert; e a outra, o fim do mito de que os operários não estavam interessados em atividades culturais. O sucesso do evento entre a classe trabalhadora teve fundamental importância. Antes, os donos de coleções alegavam que não permitiam o ingresso do povo nos castelos porque as pessoas eram analfabetas, não tinham educação, eram propensas à bebida e aos excessos e associavam as exposições a feiras e circos, ambientes onde, na visão deles, a algazarra reinava.

Como já expressado, os primeiros museus eram um amontoado de objetos sem explicação nem sequência. Somente em 1883, o Museu de História Natural de Londres implantou um sistema de classificação, baseado nas pesquisas científicas de Linnaeus, e ordenou a coleção de história natural, de acordo com as teorias de Darwin.

No início do século XX, os museus de arte moderna passaram a ter protagonismo. O primeiro museu a expor os novos artistas foi o de Grenoble, com obras de Picasso e Matisse, então pouco conhecidos, entre outros. Surgem também as esculturas de Rodin, que causaram polêmica por serem consideradas "imorais". A inauguração do Museu de Arte Moderna (MoMa), em Nova York, em 1929, marcou a entrada desse tipo de museu no continente americano.

Já os museus de antropologia e história natural passaram por uma grande mudança durante o século XX. A antropologia tinha se apoiado, durante muitos anos, nas evidências da cultura material, guardadas exatamente nos museus. Contudo, quando começou o interesse pelo patrimônio simbólico, pela etnografia e pela pesquisa de campo, esse tipo de instituição perdeu um pouco de espaço.



The Hunt in the Forest.
Óleo sobre tela,
Paolo di Dono,
73,3 x 177 cm, 1465-1470.
Acervo: Museu Ashmolean
(Reino Unido).

Seu papel foi mais limitado aos estudos de arqueologia.

Em 1946, criou-se o Conselho Internacional de Museus (Icom), sob a direção de Georges Henri Rivière. Juntamente com Hugues de Varine-Bohan, Germain Bazin e Marcel Evrard, ele deu um novo sentido aos museus e à etnografia, colocando-os a serviço não só da preservação do passado, mas também do desenvolvimento social. Foi um marco.

Nesse momento, a museologia, como outros campos do conhecimento, passou a dar importância a grupos sociais antes ignorados. Houve, ao mesmo tempo, um redimensionamento da função pedagógica e social da instituição em detrimento dos aspectos estéticos. Deixou-se de considerar o objeto como a peça central do museu, deslocando o eixo para a história que a referida peça contava.

Os museus de arte, além disso, por sua própria especificidade, foram os primeiros a despertar para a necessidade de educar o olhar do visitante. Passou-se a informar sobre a vida do artista, as técnicas e os instrumentos



de trabalho utilizados. O pioneiro nesse sentido foi o Museu David D'Angers, no Vale do Loire, na França, onde o processo de elaboração das obras de arte é mostrado, assim como as ferramentas e até os recibos de pagamento do artista. Já os museus de ciência foram se transformando em lugares de experimentação científica, a começar pelo Deutsches Museum, em Munique.

A década de 1970 marcou o surgimento dos museus pluralistas, onde todos os segmentos da sociedade podem estar representados, inclusive as chamadas "minorias" historicamente silenciadas. Toma-se, no entanto, o cuidado de não reiterar o modelo de reificação ou de exotização dos objetos ou das culturas, privilegiando suas relações dialéticas. Passaram a existir, nesse momento, inúmeras tipologias de museus, classificados pela sua arquitetura, pelo acervo e pelo seu papel social.

Do ponto de vista da arquitetura, têm-se os museus interiores e os que funcionam ao ar livre. Os primeiros se localizam em prédios construídos para essa finalidade ou em prédios de valor histórico adaptados. Podem



View of the Salon Carré at the Louvre. *Óleo sobre tela, Alexandre Brun, 24 x 32 cm, 1880. Acervo: Museu do Louvre (França).*

variar desde instalações muito sofisticadas e planejadas até os simples barracões dos museus comunitários, o primeiro dos quais foi o Museu de Anacostia, em Washington, que será detalhado mais adiante. Entre as instalações sofisticadas, podemos mencionar o já referido Guggenheim, em Nova York, cujo edifício tem uma rampa em espiral que percorre cinco andares e dá acesso a 40 salas.

Não há um paradigma arquitetônico de museus, mas existem cartas, normas mínimas do Icom. A arquitetura ideal é aquela projetada em função das necessidades específicas das coleções.

Aqueles que se encontram em áreas externas ocupam grandes extensões de terreno. Podem ser subdivididos em ecomuseus, museus ao ar livre, museus de sítio (*site museums*) e museus-jardim. Estes últimos abrangem todas as modalidades de zoológicos, jardins botânicos e similares, tais como parques com esculturas.

Os museus ao ar livre são áreas nas quais foram reconstruídos cenários de grande realismo, em tamanho natural, como casas, cidades, vilas. O pioneiro foi o Skansen, na Suécia, fundado em 1891, pelo professor Artur Hazelius, especialista em línguas escandinavas, que, em suas viagens pelo interior do país, observou que os costumes tradicionais estavam caindo no esquecimento devido ao advento da era industrial. Na Exposição Internacional de Paris de 1878, Hazelius introduziu uma inovação que denominou de "quadros vivos", em que pessoas representavam cenas do cotidiano da vida rural sueca. Na atualidade, muitos museus no mundo utilizam esse recurso nas chamadas técnicas de animação.

Embora tenham sido feitas críticas a Skansen por mostrar o passado de uma forma romantizada, o modelo disseminou-se rapidamente pela Europa. De 1892 a 1936, dez museus ao ar livre foram inaugurados no continente. E, em 1929, Henry Ford fundou o primeiro dos Estados Unidos, o Greenfield Village.

Um modelo diferente de museu ao ar livre é o Museu Nacional Boubou Hama, em Niamey, Níger, que foi criado para "apoiar a ação do governo em prol da unidade nacional" (Toucet, 1975 *apud* Barretto, 2000, p. 58). O Níger é um país africano localizado ao sul da Argélia e ao norte da Nigéria que foi colônia francesa de 1922 a 1960. A construção do museu, em 1958, seguiu os moldes de Skansen. Em um terreno de 24 hectares, o país foi reconstruído em todos os seus aspectos (étnico, cultural, artístico), com um zoológico e um jardim botânico. O local foi concebido e organizado com dois objetivos: completar e ampliar o ensino da escola primária e fazer com que os nigerenses tomassem consciência do seu rico passado.

Para que as casas fossem reconstruídas com as técnicas originais, foram trazidos artesãos de todas as partes do país. Também foi recuperada a história oral, permitindo que os visitantes ouvissem relatos, lendas e canções tradicionais e ensinassem às crianças, que manterão vivo esse legado.

Na atualidade, o museu abriga uma cooperativa de 300 artesãos, que dão continuidade às técnicas tradicionais. Há oficinas de teatro, seminários e outras atividades educativas e de lazer. No entanto, o local recebe críticas por ter se transformado em um mercado de artesãos que, no dizer de alguns observadores, atrapalham a visita do público, assediando-o com seus produtos.

Inspirados nos museus ao ar livre, no que diz respeito ao espaço, os ecomuseus foram mudando suas características no decurso dos anos. A proposta original desses locais era ter uma administração compartilhada entre autoridades oficiais e comunidade local, com a colaboração de especialistas contratados pelo poder público. Tinha como função ser um espelho onde a população local se enxergaria para descobrir sua imagem e entender o território do qual faz parte. O modelo teve duração efêmera.

As experiências pioneiras nesse sentido começaram a ser implementadas na década de 1950 por Georges Henri Rivière, que planejou o Museu da Bretanha, em Rennes, na França, com a base conceitual da *petite histoire* e da etnografia, incorporando algumas ideias do museu ao ar livre de Skansen e de outros lugares da Europa. Destacam-se também

os ecomuseus de Marquèze e Camargue. Situados dentro de parques nacionais na França, ambos mostram tanto a riqueza cultural histórica quanto a riqueza natural local e a necessidade de preservá-las.

Ainda assim, o primeiro ecomuseu que recebeu essa denominação foi o Le Creusot-Montceau-les-Mines. Surgiu por iniciativa de Marcel Evrard e Hugues de Varine em uma região que tinha sido, a partir do século XVIII, uma das mais prósperas da França. Ali, funcionara uma indústria de armas e locomotivas que faliu após a Segunda Guerra Mundial por ter colaborado com os nazistas. O ecomuseu ocupava uma área de 500 quilômetros quadrados, metade urbana e metade rural, com 150 mil habitantes em duas comunidades, a de Le Creusot e a de Montceau-les-Mines, dentro da qual toda planta, todo animal e todo objeto eram considerados patrimônio. O pessoal do museu era constituído por uma equipe permanente de profissionais e técnicos, pesquisadores, animadores culturais, entre outros, que deveriam morar na comunidade e integrar-se nela. A população local participava dando ideias sobre a programação. Contudo, por diversas razões, após oito anos, o ecomuseu estava virtualmente em colapso (Hudson, 1992, p. 28).

Não obstante o desaparecimento da filosofia original, o ecomuseu foi a maior inovação do século XX. Amparado pela nova museologia, que se desenvolveu na França e na Inglaterra a partir da década de 1980, o movimento contribuiu para melhorar a proposta de muitos museus ao ar livre. Além disso, semeou a ideia de que os museus podem ser foros de discussão dos problemas do presente, e não apenas vitrines do passado.

Na atualidade, os ecomuseus passaram a ser semelhantes aos museus tradicionais. A denominação é hoje associada a instituições que têm alguma proposta de educação ambiental, como o Ecomuseu de Itaipu, de gestão compartida entre Brasil e Paraguai.

Outra tipologia que surgiu no final do século XX é a dos museus comunitários. O primeiro foi o de Anacostia, antes mencionado, localizado em um distrito de Washington, nos Estados Unidos, habitado por maioria afrodescendente. Ele é financiado pelo Instituto Smithsonian e funciona em uma casa. Foram utilizadas técnicas museísticas para educar a população no combate a problemas sociais e sanitários. Na atualidade, pode-se dizer que o Museu de Anacostia é um centro cultural de celebração da cultura afro-americana.

No mundo, são muitos os museus que procuram a autossustentação, mediante cobrança de ingressos, venda de suvenires, reproduções de obras expostas e catálogos. Também são oferecidos cursos, conferências, recitais e outros eventos artísticos. Outras fontes de renda são lanchonetes, cafés ou restaurantes abertos no local em sistema de concessão. Essa oferta atrai pessoas que talvez não entrariam no museu para ver uma mostra.

As exposições complementam-se com atividades paralelas, oficinas de manipulação e de estímulo à criatividade, vídeos informativos, encenações. Há atividades essencialmente lúdicas dirigidas a crianças, tais como jogos, teatros de bonecos, quebra-cabeças, esculturas comestíveis, oficinas de escrita criativa.



Os museus que permitem mais manipulação são os de ciências. O primeiro foi o Exploratorium, em São Francisco, nos Estados Unidos, aberto em 1969 e idealizado para que os estudantes vissem o lado divertido da ciência. O maior e mais diversificado museu de ciências na atualidade é a Cidade das Ciências e da Indústria, no parque de La Villette, em Paris, que recebe dez milhões de visitantes por ano.

Nos museus de história, a grande inovação ocorrida nas últimas décadas se deu na disposição dos objetos. Não são mais mostrados de forma aleatória, mas contando uma história, como em uma ilustração.

As inovações museográficas foram chegando lentamente aos museus tradicionais. O Museu de História Natural de Londres, por exemplo, somente em 1992 começou a fazer uso de aparelhos de televisão, *videogames* interativos e dinossauros robotizados.

No final do século XX, houve uma explosão de museus no mundo. Dizia-se que na Europa se abria um museu por dia. Muitos sítios históricos e arqueológicos, inclusive os campos de concentração, foram musealizados.

Museu Exploratorium, São Francisco (Estados Unidos).
Acervo: © Exploratorium, www.exploratorium.edu.

Não casualmente, países asiáticos como o Japão investiram somas bilionárias na criação de museus que, por sua vez, estão associados a shopping centers, parques temáticos e redes turísticas. Também a China tem investido milhares de dólares na recuperação de museus e sítios arqueológicos.

O Icom estabeleceu, em 1997, um Grupo Internacional de Trabalho para analisar o impacto das questões multiculturais nos museus. Os objetivos do grupo eram combater estereótipos e dicotomias etnocêntricas, propiciar uma percepção multicultural da sociedade e dos valores do outro, reconhecer os direitos culturais e as expressões de todos os grupos, propiciar o desenvolvimento da autoestima e o fortalecimento dos grupos e das lideranças comunitárias (Icom, 1997).

Os museus são espaços de criação, de fazer e saber. A luta hoje é para que todos os saberes sejam contemplados, e não apenas os oficiais das classes e dos países dominantes.

Chegada dos turistas

Apesar de haver ainda no mundo muitos museus nos moldes do século XIX, pode-se afirmar que, em geral, estão ocorrendo mudanças que os integram dentro da dinâmica contemporânea, na qualidade de equipamentos educativos e recreativos. Esse movimento levou essas instituições a uma aproximação do turismo.

Isso se revela de forma mais acentuada nos *site museums*, que reúnem preocupações com o legado cultural ou patrimônio, a museologia e o turismo[5]. Considera-se pioneiro desse tipo o Museu de Farnham, em Dorset, Inglaterra (Hudson, 1987). Eles são descritos pelo Icom como locais concebidos e implantados para proteger a propriedade natural ou cultural, móvel o imóvel, no seu lugar original, ou seja, preservada no lugar em que tal propriedade foi criada ou descoberta (Moolman, 1996, p. 387).

As atividades museológicas dos *site museums* transcorrem em forma de representações do cotidiano de um determinado momento histórico. Elas têm grande aceitação por parte do público, o que fez esses museus se multiplicarem depressa no mundo, porque dessa forma podem se manter sem a ajuda do Estado.

Ainda assim, há críticas às novas dinâmicas no âmbito dos museus, fundamentalmente às atividades lúdicas, uma vez que há diferentes percepções sobre o que os museus e a museologia devem ser. Durante muitos anos, os museólogos tiveram uma atitude denominada "purista", assumindo posições contra as novas tecnologias e contra tudo o que significasse uma aliança com a esfera comercial. Entendiam que utilizar recursos de interpretação interferia na leitura do objeto, que tinha a sua própria linguagem. Além disso, havia a concepção de que o patrocínio de uma empresa privada transformaria a exposição em uma feira, e o turismo faria do museu um parque de diversões.

Aos poucos, alguns curadores foram percebendo que, à margem da economia de

5. Há, ainda, uma preocupação com revitalização, gentrificação, requalificação urbana, além de outros conceitos que não serão abordados neste trabalho.



mercado, aguardando subsídios do Estado, provocariam o fechamento dos museus, uma vez que a figura do mecenas como patrocinador não existe mais.

Pode-se afirmar que, atualmente, na Europa, os museus e o patrimônio são atrativos turísticos por excelência. Os museus fazem parte de projetos de revitalização e/ou gentrificação. O exemplo mais extraordinário talvez seja o Guggenheim de Bilbao, na Espanha, que praticamente colocou essa localidade no mapa turístico. Antes do museu, a cidade era conhecida (e evitada) apenas pela violência relacionada ao movimento pró-independência do País Basco.

Apesar das críticas realizadas por autores como Richard Hewison (1987) ao que ele denominou industrialização do passado na Inglaterra, o país é pioneiro na associação bem-sucedida entre museus e turismo desde 1992, fato que foi seguido em quase todos os países do mundo.

O Tourism English Board (ou Escritório Inglês de Turismo) transformou-se no maior investidor nos museus e publica anualmente um Manual do Patrimônio Inglês. Em resumo, reconhece-se o papel do turismo no sustento dos museus. Tanto é que eles, especialmente os *site museums*, são a principal atração turística da Inglaterra. O trabalho realizado pelo National Trust – organização britânica responsável pela conservação de lugares históricos – na gestão do patrimônio cultural é considerado um modelo no continente europeu. A Austrália também tem sido reconhecida por esforços semelhantes.

The Crystal Palace. *Grande Exposição, Londres (Reino Unido), 1851.* *Fonte: Louis Haghe et al.*, Dickinson's Comprehensive Pictures of the Great Exhibition of 1851, *1854.*



Museu de História de Natural, Londres, Reino Unido, 2018.
Foto: Luiz Gallotti Póvoa.

Os *site museums* e os museus ao ar livre tiveram grande aceitação do público em geral e pelos turistas em particular. Isso porque reúnem, ao mesmo tempo, pesquisa científica rigorosa, contextualização histórica e espacial e o elemento do prazer estético, pois normalmente as exposições são pensadas para serem acessíveis à interpretação do público, possibilitando o contato direto com os objetos e suas funções. Ao mesmo tempo, por estarem em lugares amplos, geralmente fora das cidades, permitem atividades descontraídas em contato com a natureza e a paisagem.

Outros *site museums* que podem ser citados são aqueles abertos em alguns campos de concentração da Europa, onde não existe, obviamente, o componente lúdico.

O *site museum* mais conhecido dos Estados Unidos, e também pioneiro no seu gênero (o segundo fundado no país), é o Colonial Williamsburg, no estado





Museu Nacional Boubou Hama, Niamey (Níger), 2011.
Foto: Jean Rebiffé.

Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, Orleans (SC), 2019.
Acervo: Museu ao Ar Livre Princesa Isabel.

da Virgínia, um centro histórico que foi reconstruído como era na época da independência do país, devido à grande importância que a região teve no período. Ali são feitas encenações da época, ofícios, atividades, inclusive apresentações noturnas, como concertos de cravo. As atrações e as possibilidades de vivências são tantas que se pode optar por um passaporte semanal. O local recebeu, em 2017 (última estatística), 500 milhões de visitantes (Yes Williamsburg, 2019).

Parte do sucesso dos *site museums* e dos museus ao ar livre reside no fato de que muitos deles estão afastados dos centros urbanos, o que faz com que somente sejam visitados por pessoas realmente interessadas. Para chegar, é preciso se deslocar, planejar uma pequena viagem e ter disposição para passar várias horas no museu. Não se trata de um lugar de passagem, onde se entra porque não há nada melhor para fazer ou aonde se levam as crianças em dias de chuva por falta de opções. A visita a esses museus implica um dia ao ar livre no qual, normalmente, as pessoas não visitam outros lugares. Muitas vezes, elas não chegam a conhecer todas as exposições, mas retornam em outro momento, o que também é estimulado pela política de renovação de exposições e pelos eventos.

Outro componente do sucesso desses museus envolve a oferta do que poderia ser chamado de autenticidade possível, com qualidade científica e respeito às populações locais, o que os torna importantes aliados do turismo cultural contemporâneo.

Museus que se transformam em atração turística, mostrando o legado cultural local, constituem, ao meu ver, uma grande contribuição para a sociedade.



Referências

BARRETTO, Margarita. *Turismo e legado cultural*: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 21 maio 2019.

BURGUIÈRE, André. Histoire d'une histoire: la naissance des Annales. *Annales*: Économies, Sociétés, Civilisations, v. 34, n. 6, p. 1.347-1.359, 1979.

FGV – Fundação Getulio Vargas; MEC – Ministério da Educação. *Dicionário de Ciências Sociais*. Brasília: FGV; MEC, 1986.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968.

HEWISON, Robert. *The heritage industry*: Britain in a climate of decline. London: Methuen Paperbacks, 1987.

HUDSON, Kenneth. The dream and the reality. *Museums Journal*, p. 27-32, abr. 1992.

HUDSON, Kenneth. *Museums of Influence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

ICOM – Conselho Internacional de Museus. *Museums and cultural diversity*: policy statement. Report of the Working Group on Cross Cultural Issues of the International Council of Museums (ICOM). 1997. Disponível em: http://archives.icom.museum/diversity.html. Acesso em: 10 jun. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta de Burra*. Austrália: Icomos, 1980. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf. Acesso em: 21 maio 2019.

MOOLMAN, Hermanus Johannes. Site museums, their origins, definition and categorization. *Museum Management and Curatorship*, v. 15, n. 4, p. 387-400, 1996.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Paris: Unesco, 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf. Acesso em: 21 maio 2019.

YES WILLIAMSBURG. Local economy highlights. *Yes Williamsburg*. 2019. Disponível em: https://www.yeswilliamsburg.com/data-demographics/local-economy-highlights. Acesso em: 10 jun. 2019.



Museu das Missões, São Miguel das Missões (RS), 2015.
Foto: Victor Hugo Mori. Acervo: Iphan.





Eugênia Marszal, Santana, Cruz Alta (PR), 1999.
Foto: João Urban.





Interior de casa,
Prudentópolis (PR), 2016.
Foto: Larissa Guimarães,
série Ukrainos.





Agricultor,
Prudentópolis (PR), 2017.
Foto: Larissa Guimarães,
série Ukrainos.



*Equipe BNDES**

Turismo cultural: desenvolvimento em cidades históricas

Culttural tourism: a way forward for historical cities

Turismo cultural: su desarrollo en las ciudades históricas

Resumo

O fomento ao turismo cultural permite a convergência das potencialidades do patrimônio cultural brasileiro e do turismo como indutores do desenvolvimento do país. Considerando a necessidade de atrair investimentos e linhas de crédito para o segmento, em razão do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022, o presente artigo discute o potencial das ações integradas para a promoção do setor.

Nesse sentido, é relatada a experiência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), inclusive no que se refere ao apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (Prodetur+Turismo) e à preservação do patrimônio cultural brasileiro.

São apresentados alguns casos ilustrativos dos apoios não reembolsáveis ao patrimônio cultural que ajudaram a fomentar o turismo em diferentes municípios: Belém (PA), São Luís (MA), Tiradentes (MG), Paraty (RJ) Pirenópolis (GO) e São Raimundo Nonato (PI). É abordado, também, o perfil das pequenas cidades históricas intensivas em turismo (PCHITs).

Por fim, são discutidas novas oportunidades para atrair investimentos. São elas: financiamento a municípios para a promoção do turismo cultural; revitalização de centros urbanos históricos; concessão de patrimônio cultural público com fins turísticos; e estratégias de atração de recursos privados e novos instrumentos financeiros para o patrimônio cultural.

Catedral da Sé, São Luís (MA), 2019.
Foto: Oscar Liberal. Acervo: Iphan.

* Luciane Gorgulho, Maria Araujo Parreiras, Renata Buarque Goulart Coutinho, Eduardo Bizzo de Pinho Borges, Job Rodrigues Teixeira Junior e André Luís Souto Souza. Respectivamente, chefe do Departamento de Educação e Cultura, economista do Departamento de Educação e Cultura, administradora do Departamento de Comércio e Serviços, gerente do Departamento de Educação e Cultura, gerente do Departamento de Comércio e Serviços e gerente do Departamento de Gestão Pública de Municípios e Inclusão Produtiva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Este trabalho foi produzido conjuntamente pelos seguintes departamentos da instituição: Departamento de Educação e Cultura (responsável pelo apoio ao patrimônio cultural), Departamento de Gestão Pública de Municípios e Inclusão Produtiva (responsável pelo apoio aos municípios) e Departamento de Comércio e Serviços (responsável pelo financiamento a empreendimentos privados no setor turístico). Os autores agradecem a colaboração e os comentários de Daniela Arantes Alves Lima e Flávia Campos Kickinger, respectivamente, chefes destes dois últimos departamentos. Erros e omissões remanescentes são de inteira responsabilidade dos autores. O artigo é de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do BNDES.

Summary

Fostering cultural tourism establishes a synergy between the Brazilian cultural heritage and local tourism resources where they become development drivers. This paper discusses the inherent potential of joint initiatives to boost tourism under the National Tourism Plan (PNT) 2018-2022, which states that attracting investments and credit lines to this industry is essential. The National Bank for Economic and Social Development (BNDES) experience is discussed in this perspective, notably with regard to its support of the National Program for Tourism Development and Organization (Prodetur+Turismo) and to the protection of Brazilian cultural heritage.

Some examples of non-reimbursable support for cultural heritage that have fostered tourism in a number of municipalities are presented herein, such as Belém (PA), São Luís (MA), Tiradentes (MG), Paraty (RJ) Pirenópolis (GO) and São Raimundo Nonato (PI). The profile of typical small, tourism-intensive historical cities (PCHITs) is also addressed.

Finally, we discuss new opportunities to attract investments. These include funding for municipalities to encourage cultural tourism, renovation of historic urban centers, licensing public cultural patrimony for tourism purposes and strategies to attract private funding and new financial mechanisms for cultural patrimony.

Resumen

El fomento del turismo cultural permite la convergencia de las potencialidades del patrimonio cultural brasileño y del turismo como inductores del desarrollo del país. Considerando la necesidad de atraer inversiones y líneas de crédito al sector, debido al Plan Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022, este artículo analiza el potencial de las acciones integradas para promoverlo. En este sentido, se relata sobre la experiencia del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES), incluso con respecto al apoyo al Programa Nacional para el Desarrollo y Estructuración del Turismo (Prodetur+Turismo) y a la preservación del patrimonio cultural brasileño.

Se presentan algunos casos ilustrativos de los apoyos no reembolsables al patrimonio cultural que ayudaron a fomentar el turismo en diferentes municipios: Belém (PA), São Luís (MA), Tiradentes (MG), Paraty (RJ) Pirenópolis (GO) y São Raimundo Nonato (PI). Asimismo, se aborda el perfil de las pequeñas ciudades históricas intensivas en turismo (PCHITs).

Por último, se discuten nuevas oportunidades para atraer inversiones, entre las que se encuentran: la financiación a municipios para la promoción del turismo cultural; la revitalización de centros urbanos históricos; la concesión de patrimonio cultural público con fines turísticos; y estrategias para atraer recursos privados y nuevos instrumentos financieros para el patrimonio cultural.



Patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento

Segundo o art. 216 da Constituição Federal, o patrimônio cultural brasileiro compreende os "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Brasil, 1988, s.p.). É um testemunho da história e da identidade de um país, de forma que sua preservação é valorizada mundialmente e reconhecida como fonte geradora de riqueza.

O patrimônio constitui um valioso ativo econômico, cultural, educacional e turístico para as cidades. Portanto, é capaz de gerar externalidades positivas nesses âmbitos, como a promoção do crescimento local, o aumento do turismo cultural e a dinamização das cadeias produtivas e atividades econômicas correlatas, geradoras de emprego e renda.

Notadamente, o turismo é um dos principais vetores por meio dos quais o patrimônio pode fomentar o desenvolvimento. Esse potencial do setor pode ser ilustrado pelos dados da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2018a, s.p., tradução nossa), segundo os quais, o segmento:

i. representa 10% do produto interno bruto (PIB) mundial (incidência direta, indireta e induzida);

ii. é responsável por um em cada dez postos de trabalho existentes no mundo (incidência direta, indireta e induzida);

iii. em 2015, ocupou em escala mundial o terceiro lugar em volume de exportações, abaixo apenas de combustíveis e produtos químicos, e acima de produtos automobilísticos e alimentos;

iv. para os países menos desenvolvidos, representa 7% das exportações de bens e serviços (10% para os não exportadores de combustíveis); e

v. em 2016, foi responsável pelo deslocamento de 1,2 bilhão de pessoas pelo mundo e, para 2030, estima-se que se atinja o montante de 1,8 bilhão de viajantes internacionais.

Com relação ao Brasil, a importância econômica do turismo pode ser analisada a partir dos números do segmento de hospedagem. Essas informações podem ser usadas como uma estimativa do crescimento do setor no país, conforme mostram os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Anual de Serviços (PAS) para a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 55 – Alojamentos (IBGE, 2016). De 2007 a 2016, manteve-se uma tendência de aumento expressiva. A receita operacional líquida apresentou um crescimento de 259% no período analisado, enquanto o valor adicionado recebeu um incremento de 264%. No que tange a emprego e renda, houve também um aumento significativo no mesmo período, observado por meio dos gastos totais com pessoal, que cresceu 269% em termos nominais.

A convergência das potencialidades do patrimônio brasileiro e do turismo como indutores do desenvolvimento no país se dá por meio do fomento ao turismo cultural, que compreende as "atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio

Museu de Sant'Ana, Tiradentes (MG), 2015.
Foto: Andre Telles.
Acervo: BNDES.



histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura" (Brasil, 2006, s.p.). Turismo e patrimônio se inter-relacionam de forma complementar. A capacidade de atração de um destino turístico tem seus alicerces na diversidade da experiência proporcionada ao visitante. Vivências que remetem ao estilo de vida local também têm sido cada vez mais valorizadas, associadas ao consumo de objetos que façam referência ao que foi experienciado e ao seu compartilhamento por meio de imagens e impressões nas redes sociais. De acordo com a OMT (2018b), cerca de 40% dos viajantes autodeclaram-se "turistas culturais".

É nesse contexto que a principal característica de atratividade do turismo cultural são os aspectos relacionados à cultura local – arte, arquitetura, museus, eventos festivos, gastronomia, patrimônio histórico. Embora o mundo extremamente conectado tenha possibilitado maior conhecimento das diferentes culturas e ocasionado certa padronização de hábitos de consumo, é na identidade local que reside o diferencial de um destino. E essa identidade não pressupõe um engessamento no passado, mas a preservação da essência em conexão com o novo.

Vale destacar que os destinos turísticos culturais não são apenas visitados por pessoas em busca de conhecimento profundo e encantamento com a história e a cultura locais. Muitos estão viajando a negócios, estão de passagem em direção a outros lugares ou têm apenas a intenção de divulgar que estiveram em um ponto

considerado "famoso", enquanto desfrutam de experiências de hospedagem, gastronomia, entretenimento e relaxamento. Para tanto, os destinos precisam estar prontos para receber diferentes tipos de turistas, com expectativas distintas, sem, no entanto, perder sua "personalidade" – um equilíbrio complexo, mas necessário à sua sustentabilidade.

É importante destacar que o turismo cultural poderá, ainda, contribuir para atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em termos de redução da pobreza, combate às desigualdades e promoção do crescimento inclusivo. A importância do patrimônio nesse sentido é reconhecida entre os ODS. "Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo" é a meta explícita do ODS 11, que objetiva tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. "Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais", por sua vez, consta como meta do ODS 8, com o objetivo de "promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos" (ONU, 2015, s.p.).

O turismo, por um lado, e a preservação do patrimônio, por outro, se planejados e implementados de forma harmônica, podem constituir um ciclo virtuoso de desenvolvimento. O investimento em meios de hospedagem e em capacitação é tão importante quanto a recuperação de edificações históricas, a revitalização dos centros urbanos e de áreas naturais degradadas, bem como o apoio aos pequenos negócios relacionados ao turismo e o incremento em infraestrutura urbana. Em alguns casos, imóveis históricos recuperados são, inclusive, utilizados para fins econômicos, por meio de atividades relacionadas ao segmento turístico. Isso permite um convívio interessante entre o antigo e o novo, entre a história e a modernidade e também a tecnologia, o que lhes possibilita atrair uma diversidade de públicos.

O turismo cultural bem estruturado, portanto, tende a conferir sustentabilidade econômica às ações de preservação do patrimônio, além de exigir qualificação dos envolvidos para lidar com temas relacionados à história local e contribuir para a preservação das tradições. Ademais, pode servir como ferramenta de conscientização para um padrão de desenvolvimento mais sustentável, além de atuar como meio para unir os setores criativos e a cultura local. Possibilita, ainda, a regeneração do senso de pertencimento e propriedade dos habitantes, ao recuperar o orgulho de suas próprias raízes.

O presente artigo tem o objetivo de discutir o potencial indutor de desenvolvimento sustentável das ações integradas de investimento na preservação e revitalização do patrimônio cultural brasileiro e no turismo. Além desta introdução, o artigo é composto de três seções e uma conclusão. A segunda relata a experiência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na atração de investimentos e na oferta de linhas de crédito para o turismo com base cultural. Em seguida, são apresentados casos de apoio ao patrimônio que contribuíram para o setor, abordando-

Museu da Natureza, Serra da Capivara (PI), 2019.
Acervo: Fundação Museu do Homem Americano.

se, também, o perfil turístico de pequenas cidades históricas brasileiras. A quarta seção explora novas oportunidades para o financiamento do turismo cultural.

Investimentos e linhas de crédito

O Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022 (Brasil, 2015a) é o instrumento que estabelece as diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Turismo (Brasil, 2008). Ele elenca, como uma das principais iniciativas para a estruturação do turismo brasileiro, a promoção e a facilitação da atração de investimentos, visando aumentar o volume de aplicações privadas no setor e a oferta de linhas de crédito para o segmento, a fim de incentivar o empreendedorismo e propiciar a geração de negócios e o desenvolvimento econômico do país.

Essas duas premissas são particularmente importantes para a promoção do turismo cultural. Além dos desafios usuais da atividade, comumente há a necessidade não só de preservar e revitalizar o patrimônio, mas também de qualificar os produtos e os serviços turísticos voltados especificamente ao patrimônio cultural, como a implantação de centros de referência e sinalização adequada a esses bens.

Esse desafio é reiterado pelo Decreto nº 9.763/2019 (Brasil, 2019a), que visa desenvolver, ordenar e promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial do Brasil no âmbito da Política Nacional de Turismo. Segundo esse decreto, um dos objetivos da gestão turística desse patrimônio é "estimular a integração do setor privado como agente complementar de financiamento em infraestrutura e serviços necessários ao desenvolvimento turístico relacionados com os Sítios declarados Patrimônios Mundiais". Entre suas ações, está "o estímulo às parcerias do Poder Público com o setor privado e o terceiro setor, com vistas à captação de investimentos em equipamentos, infraestrutura e à qualificação da oferta de serviços turísticos nos Sítios declarados Patrimônios Mundiais" (Brasil, 2019a, s.p.).

Dado o desafio de atrair investimentos e ofertar linhas de crédito, é necessário pensar em produtos, soluções e instrumentos financeiros adequados às especificidades do turismo cultural. Nesse sentido, nas bases do PNT, o Ministério do Turismo, por meio da Portaria nº 74/2018 (Brasil, 2018), criou o Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (Prodetur+Turismo). Seu objetivo é apoiar estados, Distrito Federal, municípios e setor privado da cadeia produtiva do turismo no acesso a recursos provenientes de financiamentos nacionais e internacionais para viabilizar a execução de projetos pautados por prévios processos de planejamento dos territórios priorizados. Essa é uma das medidas para a gestão e estruturação dos destinos turísticos, assim como para a geração de emprego, renda e inclusão social.

Os projetos apresentados pelos entes federativos ao Ministério do Turismo no âmbito do Prodetur+Turismo devem contemplar ações que objetivem,



principalmente, as áreas de infraestrutura turística, saneamento básico, gestão e avaliação ambiental, transporte e mobilidade urbana, bem como qualificação e promoção, pesquisa e inovação. Grande parte dos itens elencados pode ser financiada pelo BNDES. Além destes, podem ser apoiados investimentos por parte de empresas que atuam no setor.

As formas de incentivo ao turismo pela organização incluem: produtos financeiros destinados a serviços turísticos realizados por micro, pequenas e médias empresas (MPMEs); financiamento a grandes empreendimentos de infraestrutura turística; linhas voltadas aos entes públicos subnacionais, tendo como objetivo apoiar projetos de mobilidade urbana, infraestrutura logística, saneamento e melhoria da gestão pública. Além da atuação em projetos reembolsáveis no setor, a entidade também contribuiu para o fomento ao turismo por meio do apoio não reembolsável para a preservação do patrimônio.

A Tabela 1 apresenta o apoio do BNDES ao setor de turismo como um todo no período de 2009 a 2018, considerando-se hospedagem, museus e patrimônio histórico, parques, centros de convenção e casas de espetáculo, tanto por meio de operações diretas quanto

Museu de Artes Visuais, Museu Histórico e Artístico do Maranhão, São Luís (MA), 2019.
Foto: Oscar Liberal.
Acervo: Iphan.



Pavilhão Domingos Soares Ferreira Penna, denominado "Rocinha", no Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi. Neg. vidro, 1905. *Foto: Arquivo Guilherme de La Penha/ Coleção Fotográfica/ MPEG.*

Tabela 1 – Apoio do BNDES ao setor de turismo – 2009-2018 (em R$ mil, valores constantes). *Fonte: BNDES.*

indiretas[1], em um total de 4,3 bilhões de reais. O órgão amparou ainda os serviços de transporte de passageiros (terrestre, aéreo e aquaviário), com um montante de 120 bilhões de reais no mesmo período.

Desde 1997 o BNDES elegeu o patrimônio brasileiro como foco prioritário de suas ações no campo da cultura, tendo direcionado a esse segmento a maior parte do limite de dedução fiscal estipulado pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Brasil, 1991). A partir de 2006, seu direcionamento deixou de se restringir à preservação *stricto sensu* e passou a envolver também a indução do desenvolvimento econômico e social a partir das ações de preservação do patrimônio.

Nesse período, foram realizadas 250 operações de apoio a cerca de 190 monumentos em todo o país. De 1997 a 2018, mais de 650 milhões de reais foram aplicados, majoritariamente, por meio do usufruto da dedução fiscal prevista na Lei Federal de Incentivo à Cultura. Entre as categorias consideradas, destacam-se estabelecimentos de conhecimento e memória (33,6% do valor total), religiosos (20,2%), projetos relacionados à economia da cultura (16,6%), bibliotecas e academias (7,6%),

1. Operações diretas são aquelas cujo financiamento se dá entre o cliente e o BNDES, enquanto operações indiretas são aquelas em que o financiamento se dá entre o cliente e um agente financeiro repassador de recursos do banco.

espetáculos (5,3%), sítios arqueológicos (3,7%) e acervos memoriais (2,1%).

Esse tipo de ação, segundo uma lógica de indução do desenvolvimento local, tem por finalidade potencializar os efeitos positivos da restauração, dando maior visibilidade e melhor uso aos bens, além de estimular outros projetos que visem à revitalização de bens públicos na cidade. Com essa abordagem, a capacidade do patrimônio cultural de gerar crescimento vai estimular e garantir sua preservação ao longo do tempo, pois a restituição de sua função social e sua reintegração à vida cotidiana urbana podem promover um processo de renovação de caráter permanente e sustentável.

A partir dessa lógica, o BNDES atuou em diversas cidades históricas e, em muitas delas, contribuiu para seu estabelecimento como destino turístico. Foram contemplados municípios de maior porte e localidades já consolidadas, bem como pequenas cidades, buscando contribuir para o fortalecimento do potencial cultural do destino turístico.

Casos de apoio

Nesta seção, são apresentados casos de apoio não reembolsáveis ao patrimônio pelos quais o BNDES ajudou a fomentar o turismo. São abordados, como exemplos, dois municípios grandes – Belém (PA) e São Luís (MA) – e quatro pequenas cidades históricas – Tiradentes (MG), Paraty (RJ), Pirenópolis (GO) e São Raimundo Nonato (PI).

Belém (PA)

Em destinos turísticos já consolidados, como é o caso de Belém, o BNDES atua buscando fortalecer as potencialidades e ampliar as externalidades positivas de trabalhar o patrimônio cultural. O estado do Pará e sua capital realizaram investimentos de forma coordenada, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento urbano direcionado ao lazer, ao turismo, às práticas culturais e à recuperação do patrimônio edificado. Assim, compreendendo o potencial e a importância da atividade turística na geração de empregos e na internalização

Apoio do BNDES ao setor de turismo

Segmentos	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil (total)
Hotéis	122.231	316.343	59.479	1.713.466	663.922	2.875.441
Patrimônio histórico	—	61.023	5.331	199.735	15.690	281.779
Museus	7	13.702	—	50.454	10.754	74.917
Parques de diversões e parques temáticos	4.078	29.123	747	75.819	36.390	146.158
Jardins botânicos, zoos e parques ecológicos	4.104	7.003	4.124	10	10.843	26.084
Casas de espetáculos	14.262	43.433	6.734	405.901	54.692	525.022
Centros de convenção	20.872	188.181	7.769	131.273	32.982	381.077
Total	165.555	658.807	84.184	2.576.659	825.273	4.310.479

da renda, a infraestrutura urbana foi contemplada com aportes financeiros, tendo como uma das frentes de atuação a renovação urbana da área central (Trindade Júnior e Amaral, 2006).

Foram realizadas intervenções como a recuperação e adaptação do antigo colégio Instituto Padre Guido Del Toro, prédio colonial erguido em pedras, para a implantação de um hotel-escola, com o objetivo de contribuir para a capacitação profissional da população local em hotelaria e para o fortalecimento da vocação turística da região. A nova infraestrutura também foi concebida para permitir a realização de atividades culturais, assistenciais e socioeducacionais da Diocese de Ponta de Pedras, proprietária do imóvel.

Outro projeto foi a reativação do Pavilhão Domingos Soares Ferreira Penna, do Museu Paraense Emílio Goeldi. O prédio foi adaptado para ser transformado em espaço cultural, visando abrigar uma mostra permanente do acervo arqueológico e etnográfico do museu, que reúne mais de cem mil peças. Além dessas intervenções, o BNDES apoiou a restauração da Igreja de Santana, na execução de serviços arquitetônicos e no restauro artístico dos elementos móveis e integrados.

São Luís (MA)

Mais um exemplo de atuação ocorreu no centro histórico de São Luís, no Maranhão, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1974 e reconhecido como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1997, por aportar o testemunho de uma tradição rica e diversificada, além de constituir um excepcional exemplo de cidade colonial portuguesa. A política pública do estado para o turismo cultural busca promover a democratização da cultura e estimular o turismo, com medidas que contemplam a diversidade de manifestações artísticas e folclóricas e a revitalização dos espaços culturais.

Contribuindo para essa lógica, o BNDES destinou recursos ao projeto de conservação e restauro da Catedral Nossa Senhora da Vitória (também conhecida como Catedral da Sé) e readequação do Palácio Arquiepiscopal, localizados no centro histórico de São Luís, em antigo território jesuíta. O projeto resultou na implantação do Museu de Arte Sacra do Maranhão, com um acervo de objetos de arte sacra e jesuíta, destacando-se obras da Escola Maranhense de Imaginária. Durante a execução do projeto, foram oferecidas aulas de patrimônio e oficinas de restauro para alunos da rede pública. O BNDES também apoiou a restauração da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída por irmandades de homens negros no século XVIII e que se encontrava deteriorada.

Tiradentes (MG)

Um dos municípios que receberam apoio abrangente do BNDES na revitalização do seu patrimônio cultural e de seu centro histórico foi Tiradentes, em Minas Gerais. Essa escolha se deveu à importância de preservar as características arquitetônicas e estilísticas da cidade, à concentração de



monumentos históricos, ao seu potencial como destino turístico, entre outros motivos. Assim, foram financiadas tanto a restauração de prédios históricos quanto a sua requalificação, com a instalação de três novos museus: o da Casa Padre Toledo, o da Liturgia e o de Sant'Ana. Foram ainda elaborados o Plano Diretor da Cidade, como um importante marco para o fomento do turismo não predatório, e o Projeto de Educação Patrimonial.

Esse conjunto de ações teve um resultado estruturador para Tiradentes, isto é, efeitos econômicos duradouros, aumentando a renda e o emprego na cidade. Em outras palavras, a atuação nesse município é exemplo do papel do banco como agente promotor do desenvolvimento sustentável do Brasil, que não se restringe à concessão de crédito. A preservação do patrimônio cultural brasileiro é também uma forma de cumprir essa missão.

Paraty (RJ)

As ações do BNDES no conjunto arquitetônico de Paraty, no estado do Rio de Janeiro, tombado em 1958 como Patrimônio Histórico pelo Iphan e reconhecido como Patrimônio Mundial pela Unesco em 2019, pretendem potencializar os efeitos positivos da restauração, dar mais visibilidade e melhor uso aos bens, além de estimular outros projetos que visem à revitalização de equipamentos públicos na cidade.

A Praça da Matriz, onde se localiza a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, ao redor da qual a cidade foi construída, caracteriza-se como a mais antiga e maior área

Igreja de Santa Rita de Cássia, Paraty (RJ), 2018.
Foto: Oscar Liberal.
Acervo: Iphan.

verde do centro histórico de Paraty, sendo o principal ponto de encontro e de convívio de moradores e turistas. O apoio do BNDES objetivou a conservação estrutural e o restauro da igreja e também promoveu a revitalização da praça, então deteriorada. Dessa forma, buscou-se, a partir da conservação do patrimônio, o fomento ao turismo ligado aos valores da cultura local e à preservação.

Posteriormente, foi promovido o projeto de restauro e adaptação do antigo cinema da Praça da Matriz para a instalação do Espaço Experimental de Cultura Cinema da Praça. Trata-se de um local integrado com cinema, teatro, atividades culturais e educacionais, inserido em um conjunto de monumentos históricos de grande valor para a comunidade e para o turismo na cidade, contribuindo para o fortalecimento da economia da cultura na região.

Pirenópolis (GO)

Também foram respaldados, de forma mais pontual, projetos realizados no antigo Arraial das Minas de Nossa Senhora do Rosário, atual Pirenópolis, em Goiás. Com apenas cerca de 20 mil habitantes, a pequena cidade tem no seu patrimônio histórico, cultural e natural a base de sua vocação turística. Tendo como referência geográfica os rios e as montanhas, o patrimônio natural é representado por significativas áreas de proteção ambiental, em meio a uma vegetação de cerrado ainda bastante preservada. À beleza natural somam-se as tradições que fundem as celebrações religiosas com elementos profanos do folclore local e o valor histórico expresso no urbanismo e na arquitetura.

Investimentos públicos têm sido destinados à restauração do patrimônio arquitetônico e urbanístico, com o objetivo de sublinhar o caráter histórico e cultural da cidade. O BNDES contribuiu para o fortalecimento de Pirenópolis como destino de turismo cultural, com investimentos na recuperação arquitetônica e artística da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, após um incêndio sofrido em 2002, que danificou seu telhado e todo o seu interior, destruindo quase integralmente a edificação. A restauração da igreja foi fundamental, pois, além de símbolo da cidade, é considerada a mais importante construção do patrimônio brasileiro erguida com a técnica da taipa de pilão (Unes e Cavalcante, 2008).

Parque Nacional da Serra da Capivara (PI)

Do ponto de vista cultural, os maiores atrativos do Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato (PI), são a densidade e a diversidade de sítios arqueológicos, com pinturas rupestres pré-históricas características dessa região do Nordeste do Brasil. O visitante também pode conhecer o Centro de Visitantes da Toca do Boqueirão da Pedra Furada e o Museu do Homem Americano.

Em 1991, o local foi declarado Patrimônio Mundial pela Unesco. Em 1993, o parque passou a constar do Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, do Iphan. Da perspectiva turística, as paisagens têm uma beleza natural surpreendente, com pontos de observação privilegiados. A área tem potencial para oferecer produtos de



turismo cultural e ecológico, constituindo uma alternativa de crescimento sustentável para a região.

Nesse sentido, o BNDES apoiou a criação do Museu da Natureza na Serra da Capivara. Inaugurado em 2018, expõe a história natural do mundo desde sua origem, fazendo uso de fotografias, animação, sensores, projetores, sonorização e instrumentos interativos. A iniciativa contribuiu para a formação de estudantes de arqueologia e patrimônio, bem como para a promoção do turismo em uma região de baixa renda.

Os quatro últimos exemplos ilustram o potencial de dinamização da economia em pequenos municípios intensivos em turismo. É possível, nesse sentido, realizar um exercício diagnóstico do perfil turístico dessas cidades.

Pequenas cidades históricas intensivas em turismo

A partir da lista de conjuntos urbanos protegidos disponibilizada pelo Iphan (2018), foram segmentados os municípios que têm conjuntos urbanos tombados. No que diz respeito ao Ministério do Turismo, partiu-se da Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, estabelecida pela Portaria nº 144/2015 (Brasil, 2015b). Foram considerados os municípios categorizados como A ou B[2]

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Pirenópolis (GO), 2014.
Foto: Isabella Atayde Henrique. Acervo: Iphan.

2. Para classificar os três mil destinos do Mapa do Turismo, foram adotados critérios associados ao tamanho da rede hoteleira, ao total de empregos no setor turístico e ao fluxo de visitantes de cada localidade. Atualmente há 57 municípios na categoria A, 358 na B, 539 na C, 1.961 na D e 549 na E.

(Brasil, 2019b) e aqueles com população de até 100 mil habitantes.

O cruzamento dos três critérios elencados produz uma lista de 11 municípios que podem ser tipificados como pequenas cidades históricas intensivas em turismo (PCHITs), com um total de 539,3 mil residentes e uma grande variação em termos de produto interno bruto (PIB) *per capita*. Das 11 cidades consideradas, cinco tiveram PIB *per capita* acima do brasileiro, que foi de 30.548,40 reais em 2016 (Tabela 2). Essas cidades são vistas como uma amostra exploratória, para a proposição de políticas e investimentos no setor.

Nessas cidades, os meios de hospedagem, se considerados aqueles com cinco ou mais pessoas ocupadas, tendem a se concentrar na categoria "turístico/médio conforto". Se comparadas aos dados do Brasil como um todo, essas cidades apresentam percentualmente menos estabelecimentos de luxo, mas também uma menor concentração nas categorias inferiores (Tabela 3).

Quando se analisam os dados por categoria – hotéis ou pousadas –, percebe-se que a amostra de pequenas cidades históricas apresenta tendência a oferecer hospedagem do tipo pousada. Entre as analisadas, 86% dos meios de hospedagem são dessa categoria, percentual muito superior ao observado no Brasil como um todo (40%). Os dados revelam que a oferta de serviços para o turismo cultural tem suas especificidades, que devem refletir o padrão buscado pelo visitante: pouco luxo, mas algum conforto. Ainda assim, acredita-se que há uma oportunidade relevante para investimento em uma infraestrutura turística que ofereça mais comodidade e possa ampliar o gasto médio dos turistas, mas sem dissociar a experiência do visitante da identidade local.

Além dos instrumentos existentes, é fundamental desenvolver novos mecanismos e estratégias, alinhados com as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Turismo, a fim de aumentar a atração de investimentos e a oferta de linhas de crédito para o turismo cultural.

Tabela 2 – Pequenas cidades históricas intensivas em turismo
Fontes: IBGE (2017) e Ministério do Turismo (Brasil, 2019b).

UF	Cidade	População	PIB *per capita* (R$)	Mapa MTur
CE	Aracati	74.084	16.595	B
MT	Cáceres	93.882	18.911	B
MG	Diamantina	47.617	14.813	B
BA	Lençóis	11.315	9.872	B
AL	Marechal Deodoro	51.364	31.656	B
MG	Mariana	60.142	35.860	B
MG	Ouro Preto	73.994	39.002	B
RJ	Paraty	42.630	30.584	A
GO	Pirenópolis	24.749	14.120	A
SC	São Francisco do Sul	51.677	72.368	B
MG	Tiradentes	7.886	18.179	A

Tabela 3 – Estabelecimentos de hospedagem nas PCHITs por categoria
Fonte: IBGE (2016).

Município	Total	Luxo	Superior/ muito confortável	Turístico/médio conforto	Econômico	Simples
Aracati (CE)	28	–	2	17	6	3
Cáceres (MT)	16	–	2	11	3	–
Diamantina (MG)	21	1	4	6	3	7
Lençóis (BA)	13	1	1	6	2	3
Marechal Deodoro (AL)	14	–	–	8	4	2
Mariana (MG)	19	–	–	9	5	5
Ouro Preto (MG)	53	1	5	32	9	6
Paraty (RJ)	103	1	12	44	33	13
Pirenópolis (GO)	32	–	6	14	9	3
São Francisco do Sul (SC)	12	–	–	9	3	–
Tiradentes (MG)	47	1	7	29	7	3
Total peq. cidades históricas	358	5	39	185	84	45
Peq. cidades históricas (%)		1%	11%	52%	23%	13%
Brasil	17.011	666	1.699	6.284	5.626	2.736
Brasil (%)		4%	10%	37%	33%	16%

Financiamento ao turismo cultural

Somando-se aos produtos disponíveis para dar apoio ao turismo de base cultural, algumas novas oportunidades figuram como meios de atrair investimentos e oferecer linhas de crédito. Entre elas, destacam-se: os financiamentos a municípios para a promoção do turismo cultural; a revitalização de centros urbanos históricos; a concessão de patrimônio público com fins turísticos; e as estratégias de atração de recursos privados e novos instrumentos financeiros para o patrimônio.

A seguir, essas oportunidades são descritas, apontando os possíveis caminhos para promover o fortalecimento dos destinos turístico-culturais de forma sustentável.

Financiamentos a municípios

O apoio aos municípios, com a finalidade de promoção do turismo cultural, pode ser realizado no âmbito da linha BNDES Finem, que impulsiona o desenvolvimento integrado das cidades. Esse produto pode ser solicitado por entidades e órgãos públicos e empresas com sede e administração no país.

Podem ser financiados investimentos integrados, de características multissetoriais e alinhados com o planejamento municipal. Seu objetivo deve ser: implantação de infraestrutura urbana, inclusive em áreas de risco e de sub-habitação; oferta de equipamentos públicos de educação, saúde, assistência social, esporte, lazer e outros; recuperação e revitalização de áreas degradadas, de interesse histórico, cultural,





Igreja Matriz de Santo Antônio, Tiradentes (MG), 2009.
Foto: Nelson Kon. Acervo: Iphan.



turístico ou ambiental; saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem); mobilidade urbana; e melhorias na qualidade e/ou ampliação da oferta de habitações de interesse social, somente nos casos de realocação ou requalificação urbana e que integrem o planejamento e as ações dos agentes municipais e/ou estaduais.

Esses investimentos em infraestrutura municipal podem se aliar a financiamentos não reembolsáveis de apoio ao Patrimônio Mundial, com o intuito de desenvolver municípios que têm o turismo cultural como vetor econômico. Essa combinação entre recursos reembolsáveis e não reembolsáveis pode ser realizada com a finalidade de viabilizar a certificação de destinos patrimoniais.

Revitalização de centros urbanos históricos

Seguindo o modelo internacional, as regiões históricas das capitais brasileiras apresentam grande potencial de revitalização, com indução do desenvolvimento econômico, cultural e social. A requalificação urbana dessas áreas surge como oportunidade para construir uma nova imagem, que substitua uma percepção de decadência. As intervenções devem buscar o restauro e a posterior ocupação dos imóveis de interesse histórico, com a implementação de novos usos.

O turismo se configura como um incentivo para a revitalização dos centros urbanos históricos. O bem histórico restaurado tem externalidades positivas na promoção do destino turístico, dando à localidade uma identidade imaterial e simbólica.

Como a recuperação de um imóvel histórico requer, por sua natureza, investimentos de maior monta do que a construção de novas edificações, são necessários instrumentos apropriados: linhas de longo prazo com condições financeiras adequadas e, à luz da experiência internacional, uma parcela de subvenção que reflita a externalidade econômica para a sociedade, representada pela transformação de um patrimônio degradado em um restaurado. As fachadas, por exemplo, não constituem um ativo exclusivo do proprietário de uma edificação, mas se tornam de toda a sociedade na medida em que compõem o ambiente urbano que caracteriza uma cidade.

Uma opção de fácil implementação é utilizar a dedução fiscal prevista na Lei Federal de Incentivo à Cultura de forma associada a linhas de crédito para restauro de imóveis históricos. A combinação desses dois instrumentos pode viabilizar investimentos cujo planejamento deve levar em conta, como exposto, as externalidades para a sociedade.

Deve-se também compartilhar as experiências bem-sucedidas, dentro e fora do país, de revitalização dos centros históricos com atores privados (redes hoteleiras, setor imobiliário e da construção, fundos de investimento). Assim, pode-se atrair parcerias e compreender suas demandas para esse tipo de serviço.

Concessão de patrimônio público com fins turísticos

Uma das possibilidades de dinamização da cadeia do turismo a partir do patrimônio

Parque Nacional Serra da Capivara (PI), 2014.
Foto: Isabella Atayde Henrique. Acervo: Iphan.

está no uso turístico de edificações tombadas de propriedade pública. Para tal, a concessão de imóveis públicos para restauração e uso econômico pelo setor privado para hotelaria, gastronomia e atividades culturais figura como oportunidade.

Em Portugal, o Programa Revive notabilizou-se como referência de concessão para requalificação e subsequente aproveitamento turístico de um conjunto de imóveis do Estado. Basicamente, o programa seleciona imóveis e abre processo concorrencial ao setor privado para receber projetos de restauração e exploração econômica. Então, seleciona e participa da captação de investimento para a consecução da atividade financeira. À luz da experiência portuguesa, é possível estruturar um mecanismo de concessão de bens públicos tombados no Brasil.

Atração de recursos privados

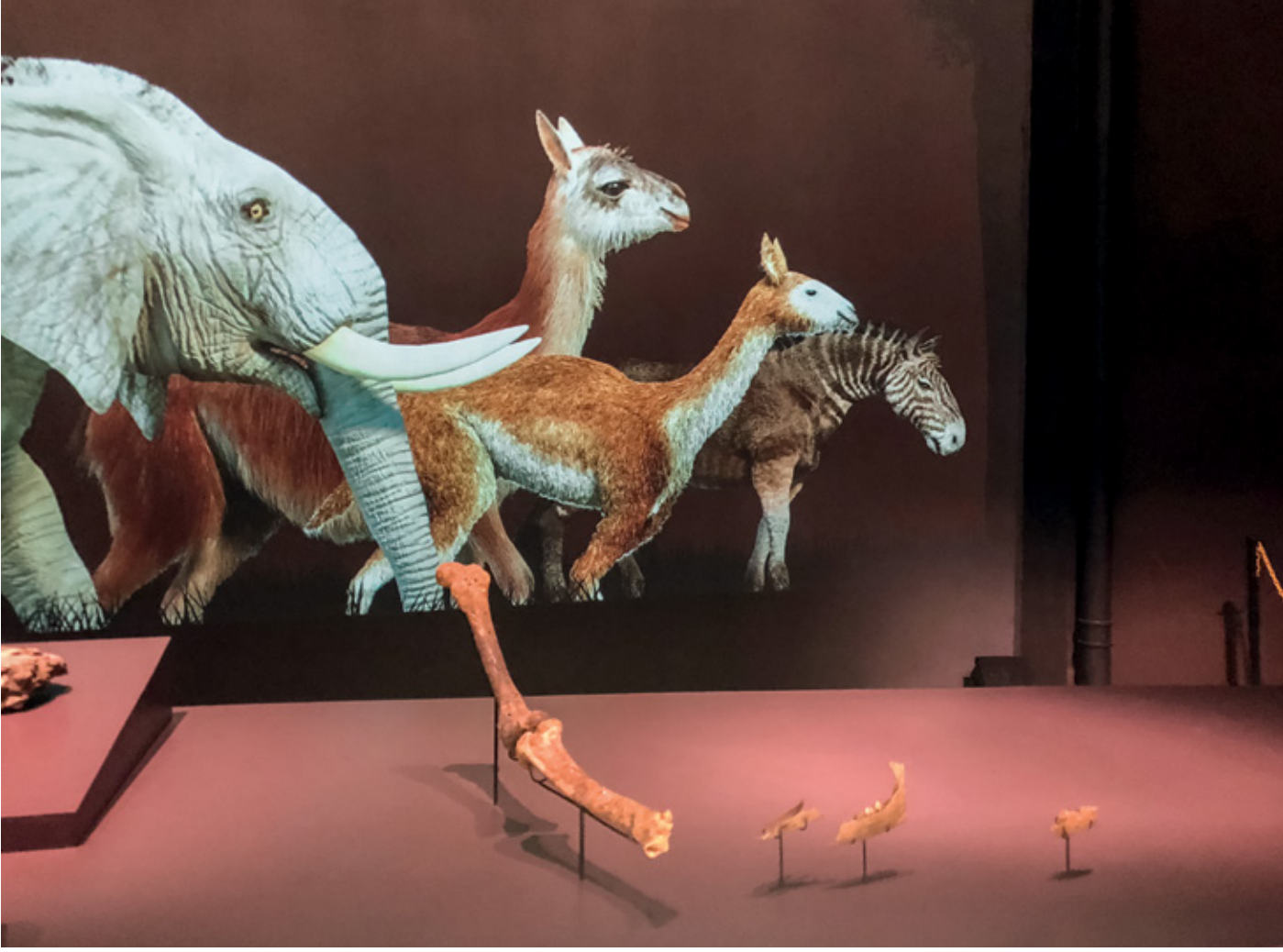
Atualmente, ainda predomina no país, no setor de patrimônio cultural, uma realidade de engessamento institucional e de dependência financeira, bem como uma visão de curto prazo. Ou há dependência do orçamento público, sujeito a contingenciamentos ao longo do exercício e às restrições fiscais, ou se adota, nesse âmbito, a ótica do patrocínio cultural, que por sua natureza é captado de acordo com o horizonte do exercício fiscal em curso, além de ser uma fonte instável e escassa em momentos de crise econômica, uma vez que depende do lucro do patrocinador. Limitam-se, assim, os avanços necessários nas instituições culturais e, consequentemente, oportunidades de impacto econômico.

Diante desse quadro, são prementes a introdução de novos modelos e a atração de recursos privados como fonte complementar de recursos, conforme já ocorre em vários países. Doadores privados, mecenas, filantropos e a sociedade de modo geral podem e devem fazer parte dessa equação.

Para isso, é necessário investir no aprimoramento da governança e da transparência das instituições, além de campanhas de arrecadação e ações de aproximação da sociedade a seu patrimônio cultural, inclusive com a utilização das tecnologias disponíveis, que têm grande poder de alavancagem. É fundamental, portanto, lançar mão de instrumentos financeiros mais sofisticados, ainda pouquíssimo utilizados no Brasil, tais como o financiamento coletivo (também conhecido como *crowdfunding*), os fundos de investimento, os contratos de impacto social e os fundos patrimoniais (ou *endowment funds*).

Os fundos patrimoniais constituem um instrumento efetivo não só para a sustentabilidade financeira das instituições culturais, mas também para promover a melhoria do modelo de gestão e governança, induzindo mudanças significativas em toda a dinâmica relacionada ao patrimônio brasileiro. Além desses fundos, ainda é pouco usual a identificação de novos mecanismos econômicos no campo das finanças sociais, como *fintechs*[3], que possam ser aplicados no setor do patrimônio.

3. Nova modalidade de empresa financeira que usa a tecnologia para inovar e otimizar processos bancários, barateando os serviços ofertados.



Outro exemplo de instrumento são os contratos de impacto social, um modelo interessante para alinhar os interesses de governos, investidores privados e instituições que possam prestar um serviço sociocultural, educativo ou de utilidade pública. O ecossistema de investimento de impacto e finanças sociais vem crescendo, mas ainda com poucos exemplos no setor.

Adicionalmente, tendo em vista que o tipo de bem sobre o qual se discute é entendido como um ativo da humanidade, cabe destacar a oportunidade de atração de recursos internacionais para a revitalização do patrimônio brasileiro. Existem organismos internacionais voltados para a preservação do Patrimônio Mundial com iniciativas e meios financeiros que podem ser direcionados a projetos no Brasil. A parceria com agentes estrangeiros é fundamental para fomentar a inovação nos modelos de financiamento e atrair novos investimentos.

Em resumo, a atração de recursos privados pode ser potencializada com a implementação de mecanismos e instrumentos financeiros inovadores ainda pouco difundidos no setor cultural do Brasil.

Museu da Natureza, Serra da Capivara (PI), 2019.
Acervo: Fundação Museu do Homem Americano.



Cavalhadas, Pirenópolis (GO), 2013. Foto: André Vilaron. Acervo: Iphan.

Conclusão

O patrimônio brasileiro é um valioso ativo econômico, cultural, educacional e turístico para as cidades. Portanto, é capaz de gerar externalidades nesses âmbitos, como a promoção do crescimento local, o aumento do turismo e a dinamização das cadeias produtivas e atividades econômicas correlatas, geradoras de emprego e renda. Notadamente, o setor é um dos principais vetores por meio dos quais esse patrimônio pode incentivar o desenvolvimento.

A convergência das potencialidades desse patrimônio e do turismo se dá por meio do fomento ao turismo cultural. Considerando a necessidade de atrair investimentos e linhas de crédito, em função do PNT 2018-2022, deve-se considerar o potencial das ações integradas de investimento para a promoção do setor.

Historicamente, o BNDES tem atuado nesse sentido por meio, por exemplo, de produtos financeiros destinados às MPMEs que prestam serviços turísticos; de financiamento a grandes empreendimentos de infraestrutura turística; e de linhas para entes públicos subnacionais voltadas à mobilidade urbana, à infraestrutura logística e ao saneamento. Especificamente em relação ao turismo cultural, o banco há mais de 20 anos elegeu o patrimônio brasileiro como foco prioritário de sua atuação no campo da cultura e tem defendido de modo consistente o tema desde então. Sua experiência aponta para o fato de que já existem instrumentos de financiamento consolidados, com potencial de uso para o setor, mas que talvez careçam de maior foco e priorização, considerando seu potencial de indução do desenvolvimento.

Ao olhar para os casos em que o BNDES ofereceu apoios não reembolsáveis ao patrimônio cultural, ajudando a fomentar o turismo nas cidades mencionadas, é possível inferir que o investimento em patrimônio é promissor para o desenvolvimento de destinos turísticos. Aliás, a tipificação de PCHITs também indica o potencial de crescimento local a ser explorado.

Por fim, ao discutir novos instrumentos e mecanismos de fomento ao turismo cultural, evidencia-se que há grande espaço para inovação e mobilização de recursos. Isso contribui para ampliar as formas de superar o desafio de atrair investimentos e oferecer linhas de crédito para financiamento ao setor.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em: 11 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019a. Regulamenta o disposto no inciso XI do *caput* do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9763.htm. Acesso em: 11 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L8313compilada.htm. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Mapa do turismo*: 2017-2019. Brasília, 2019b. Disponível em: http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo*. Brasília, 2015a. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015b. Estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, definido por meio da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=822. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 74, de 2 de abril de 2018. Institui o Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (Prodetur+Turismo) e dá outras providências. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/2018/162-portarias-intra/2018/11512-portaria-n%C2%BA-74,-de-2-de-abril-de-2018.html. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Segmentação do turismo*: marcos conceituais. Brasília, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades*. 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 20 maio 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Anual de Serviços (PAS)*. 2016. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pas/tabelas. Acesso em: 20 maio 2019.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Conjuntos Urbanos Tombados (Cidades Históricas)*. 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018. Acesso em: 20 maio 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*: 17 objetivos para transformar nosso mundo. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/. Acesso em: 12 jun. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *3rd UNTO/Unesco World Conference on Tourism and Culture: for the Benefit of All*. Concept Note. 2018b. Disponível em: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/unwto_unesco_istanbul_conf_concept_note_22.11.2018_en.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Acerca de la OMT*. 2018a. Disponível em: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/aboutunwtojanuary2018esweb.pdf. Acesso em: 16 maio 2019.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 111, p. 73-103, jul./dez. 2006. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/62/65 Acesso em: 24 maio 2019.

UNES, Wolney; CAVALCANTE, Silvio. *Fênix*: restauro da Igreja Matriz de Pirenópolis. Goiânia: ICBC, 2008. Disponível em: http://pirenopolis.tur.br/arquivo/RestauroIgrejaMatriz2002.pdf Acesso em: 24 maio 2019.


SAÚDE, PAZ
SORTE, DINHEIRO, SUCESSO, FELICIDADE

Christiana de Saldanha da Gama de Moura

Patrocínio e turismo cultural: uma conexão

The connection between sponsorship and cultural tourism

Patrocinio y turismo cultural: una conexión

Resumo

Este texto surgiu da necessidade não só de discutir como as empresas, por meio do patrocínio a projetos culturais, podem apoiar e sustentar ações que colaborem com o turismo cultural, mas também de pensar alternativas de conexão entre tais atividades, de modo a produzir um impacto maior e mais sustentável no desenvolvimento das comunidades e seus territórios. É importante destacar que o ponto de vista adotado é o de uma empresa que investe no patrocínio cultural no Brasil, por meio tanto de mecanismos legais de renúncia fiscal quanto do aporte significativo de recursos próprios.

Nesse sentido, é preciso, em primeiro lugar, compreender a relação entre cultura e turismo e seu impacto no desenvolvimento sustentável das regiões e do país. A partir daí, a discussão se afunila para olhar, com mais atenção, o principal mecanismo de fomento cultural adotado pela mineradora, as diretrizes que regem os patrocínios e as consequências para os territórios contemplados.

Em seguida, em que pesem os investimentos realizados pela empresa e sua capacidade de mobilizar recursos humanos, financeiros e materiais, é reconhecido o claro limite à sua condição de agente transformador. É imperativo, assim, o envolvimento de demais parceiros – a sociedade civil, o Estado e outras organizações. Por fim, discorre-se sobre uma estratégia de conexão do trinômio cultura, turismo e desenvolvimento adotada pela Vale, intitulada Corredores e Rotas Culturais e Naturais, e sobre uma proposta de intervenção calcada nos princípios e ideias expostas ao longo do artigo.

Berlinda da Santa, Belém (PA), 2003.
Foto: Luiz Braga.
Acervo: Iphan.

Azulejos, Centro Histórico, São Luís (MA), 2019.
Foto: Oscar Liberal.
Acervo: Iphan.



Summary

This paper arose from the need to discuss how companies can support and implement contributions to cultural tourism by sponsorship of cultural projects, and to consider options for connecting these activities for a broader and more sustainable effect on the development of communities and their territories. It is important to note that the espoused perspective refers to an institution that invests in cultural sponsorship in Brazil using legal mechanisms for tax waivers in addition to a significant endowment of its own funds.

First, we need to understand the relationship between culture and tourism and its impact on the sustainable development of Brazilian regions and Brazil itself. The discussion then takes a closer look at the main cultural promotion mechanism adopted by Vale, the guidelines that govern sponsorships and the consequences for the territories in question.

Lastly, we acknowledge that there is a distinct limit to Vale's efforts as an agent for transformation in spite of its investments and its capacity to mobilize human, financial and material resources. The involvement of other partners - civil society, the government and other organizations - is therefore imperative. In conclusion, we discuss a strategy embraced by Vale: Tourism Circuits connecting the triangle of culture, tourism and development and a recommended intervention based on the ideas and principles that were discussed.

Resumen

Este texto surgió de la necesidad no solo de discutir cómo las empresas, por medio del patrocinio de proyectos culturales, pueden apoyar y sostener acciones que colaboren con el turismo cultural, sino también pensar en alternativas de conexión entre esas actividades para producir un impacto mayor y más sostenible en el desarrollo de las comunidades y sus territorios. Es importante resaltar que el punto de vista adoptado es el de una empresa que invierte en patrocinio cultural en Brasil, por medio de mecanismos legales de renuncia fiscal, así como del aporte significativo de recursos propios.

En este sentido, primero debemos entender la relación entre cultura y turismo y su impacto en el desarrollo sostenible de las regiones y del país. A partir de allí, la discusión se reduce para observar más de cerca el mecanismo principal de fomento cultural adoptado por la compañía de minería, las directrices que rigen los patrocinios y las consecuencias para los territorios contemplados.

A continuación, a pesar de las inversiones realizadas por la empresa y su capacidad para movilizar recursos humanos, financieros y materiales, se reconoce el claro límite de su condición de agente transformador. Por lo tanto, la participación de otros aliados, ya sea de la sociedad civil, el estado u otras organizaciones, es imprescindible. Por último, se discute sobre una estrategia para conectar el trinomio cultura, turismo y desarrollo, adoptada por la compañía Vale y denominada Corredores de Turismo, y sobre una propuesta de intervención basada en los principios e ideas expuestos a lo largo del artículo.



Cultura, turismo e desenvolvimento sustentável

Para articular as iniciativas de patrocínio com políticas de fomento ao turismo cultural, uma proposta de ação da Vale, uma das maiores mineradoras do mundo, deve tomar como pressuposto o reconhecimento de que ambas são ferramentas capazes de contribuir de modo substancial para o desenvolvimento sustentável dos territórios em que a empresa atua. Nesse sentido, para melhor compreender a estratégia que será detalhada mais adiante, deve-se perceber como esses elementos são conceituados e se relacionam.

No relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1987, o desenvolvimento sustentável é sinteticamente definido como a dinâmica capaz de "atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras suprirem as suas próprias necessidades" (Comissão, 1987, p. 27). Tal significação introduziu no debate global um novo paradigma frente ao que era, tradicionalmente, compreendido como crescimento econômico. Entretanto, por sua complexidade e abrangência, indo além da preocupação com o meio ambiente para incluir questões sociais e econômicas, esse conceito está em contínua discussão e constante aprimoramento.

No ano seguinte, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) lançou a Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997). Nesse âmbito, em 1993, a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento foi constituída para investigar de que forma a interação entre cultura e desenvolvimento poderia se dar sem descaracterizar ou perder a identidade, o sentido de comunidade, dos povos ao redor do mundo. Do trabalho dessa comissão surgiu um relatório bastante amplo, publicado em 1997, que traz a cultura para o centro da noção de desenvolvimento, superando a visão, até então majoritária, de que ela era apenas um meio para alcançá-lo. O texto alertava que, "quando superarmos nossa visão do papel puramente instrumental da cultura, e tivermos reconhecido seu papel construtivo, constitutivo e criativo, teremos de pensar o desenvolvimento em termos que englobem o crescimento cultural" (Cuéllar, 1997, p. 34).

Desde então, esse vem sendo apontado como um caminho global, no qual a cultura passou a ganhar um papel cada vez mais claro. Para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas até 2030, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas como um plano de ação que equilibra as três dimensões do desenvolvimento sustentável – social, ambiental e econômica. O ODS 11[1], que trata das cidades e comunidades, introduz a meta 11.4: "Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo" (ONU, 2015, s.p.). Assim, percebe-se que as transformações nos conceitos de desenvolvimento e

Brinquedos de Miritĩ, Círio de Nazaré, Belém (PA), 2014.
Foto: Fernando Sette Câmara. Acervo: Vale.

1. "Objetivo 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" (ONU, 2015, s.p.).



Círio de Nazaré, Belém (PA), 2012.
Foto: Tarso Sarraf.
Acervo: Vale.



sustentabilidade também afetaram as concepções de cultura e patrimônio, de modo que tanto as políticas culturais quanto as de preservação têm sido renovadas.

A cultura, entendida de forma ampla, compreende modo de vida, saberes e fazeres, tradições, crenças e valores de uma comunidade. São características que a distinguem das dimensões ambiental e econômica do desenvolvimento sustentável e lhe dão identidade. Portanto, o objetivo da preservação de bens culturais e patrimoniais não é mais, como se pensava, manter conservados os "feitos" do passado, e sim salvaguardar práticas e conhecimentos considerados imprescindíveis no presente e com significação no futuro.

Nesse sentido, a manutenção e a continuidade do patrimônio cultural dependem da capacidade de as comunidades manterem suas tradições. Para tanto, fatores ambientais, sociais, de circulação e de consumo se fazem necessários para a existência, transmissão e reprodução do bem. Hoje, este ganhou uma perspectiva dinâmica e é considerado vivo, tornando-se, mais do que isso, um agente de mudança política, econômica e social do desenvolvimento sustentável. O desafio seria, portanto, como ressalta Antônio Arantes: "Uma nova política de patrimônio cultural, que tem como prioridade o significado dos bens culturais para as populações a que pertencem e que aproveita seu potencial de melhorar as condições de vida dessas mesmas populações" (Arantes, 2017, p. 59).

Também é preciso reforçar a visão de que as manifestações culturais, nas suas mais variadas facetas, são decorrentes do ambiente natural em que as comunidades se inserem. Assim, não há como pensar em patrimônio cultural dissociado dos recursos naturais de determinado território, suas águas, suas paisagens, sua fauna e sua flora. Esse contexto possibilita que o ideal de proteção e promoção do bem vá além do aspecto material, antropizado, para abarcar a dimensão imaterial e as relações da população com a natureza.

No que concerne à política brasileira de preservação do patrimônio imaterial, há 30 anos foi estabelecida como "um princípio fundamental para a sustentabilidade dos processos de salvaguarda a articulação dessa política com outras da área de educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento social, trabalho, justiça, indústria e comércio, entre outras" (Sant'Anna, 2017, p. 102). Ou seja, para que exista sustentabilidade, é preciso uma conjugação de políticas e empreendimentos, tanto públicos quanto empresariais, além daqueles de natureza social.

Diante do desafio de preservar os bens e possibilitar melhorias nas condições de vida das populações, o turismo cultural se apresenta como uma aposta. Considerando a ampliação do conceito de cultura e o entendimento de estudiosos e responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, o Ministério do Turismo, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), conceituou e caracterizou o que é turismo cultural, com o objetivo de fornecer diretrizes à formulação de políticas para esse segmento (Brasil, 2010, p. 14). Elas devem implicar "ações convergentes entre o setor público, a iniciativa privada e o terceiro



setor das áreas da cultura e do turismo", pois essa convergência é essencial "para que ocorra uma efetiva gestão, desenvolvimento e promoção de destinos turísticos cujo foco seja o segmento de Turismo Cultural" (Brasil, 2010, p. 58). O cuidado com o patrimônio cultural que se coloca à disposição do turismo, de fato, é necessário diante da delicada relação entre a tradição e as demandas do mundo de hoje.

Em 1997, o relatório já citado da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento apontava que o turismo "está se tornando rapidamente a maior indústria mundial; é o patrimônio cultural que lhe fornece grande parte da força vital" (Cuéllar, 1997, p. 244). Contudo, a essa constatação segue-se a preocupação com o equilíbrio entre patrimônio cultural e turismo. Para que ambos sejam potencializados, não se deve perder de vista a preservação dos recursos utilizados com fins turísticos, uma vez que os bens patrimoniais correm o risco de ser descaracterizados pelo excesso de visitação, por exemplo, em especial nas comunidades de menor porte.

Essa preocupação também está presente nas diretrizes do Ministério do Turismo sobre o turismo cultural: "É preciso saber lidar com algumas críticas quanto ao incentivo a esse segmento, sobretudo às que se referem à possível transformação do patrimônio cultural em bem de consumo, o que poderia acarretar a perda de seu significado" (Brasil,

Festival de inverno de Itabira (MG), 2018.
Foto: Marcília Pereira.
Acervo: Vale.



2010, p. 58). A recomendação é a de que "o desenvolvimento desse tipo de turismo deve ocorrer pela valorização e promoção das culturas locais e regionais, preservação do patrimônio histórico e cultural e geração de oportunidades de negócios no setor" (Brasil, 2010, p. 11) e, principalmente, pelo envolvimento da comunidade. O potencial do segmento no Brasil é indiscutível, mas sua realização depende do diálogo entre poder público, sociedade, empresas, investidores, todos com diferentes interesses, que devem ser orquestrados (Brasil, 2010).

O papel da população, nesse sentido, é fundamental. Se, por um lado, ela é beneficiada pela renda gerada a partir das atividades que envolvem a cadeia produtiva do turismo, por outro, deve manter pulsantes os atrativos relevantes ao setor, especialmente para os turistas que querem vivenciar os aspectos singulares da diversidade cultural do Brasil. Também são importantes as mais distintas esferas da administração pública, da municipal à nacional, assim como as empresas de variados segmentos e portes. Aliando isso à dimensão e à diversidade cultural e natural do país, o desafio é bastante considerável. Ferramentas como diretrizes e orientações de políticas públicas, leis e até arranjos locais são capazes de enfrentá-lo.

Quando se articulam políticas de fomento e proteção ao patrimônio com estratégias orientadas para o aproveitamento do potencial do turismo, criam-se as condições

Círio de Nazaré, Belém (PA), 2014. Foto: Fernando Sette Câmara. Acervo: Vale.

necessárias para que deslanchem dinâmicas sustentáveis de crescimento. Assim, é possível, ao mesmo tempo, gerar trabalho e renda para as comunidades, proteger e valorizar os bens culturais e naturais dos territórios e legar para as gerações futuras oportunidades iguais ou melhores que as ofertadas para as presentes. O passo subsequente, então, seria compreender como os instrumentos que estão à disposição das empresas, em função de políticas públicas ou de estratégias corporativas, podem ser mais bem orientados no sentido de atuar como alavanca para potencializar e sustentar o desenvolvimento dos territórios em que são aplicados.

Patrocínio: cultura e desenvolvimento

Ao longo dos últimos anos, as leis de incentivo à cultura – notadamente, a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Brasil, 1991), além de outras municipais e estaduais – favoreceram a realização de projetos de restauração, promoção, revitalização e dinamização do patrimônio material e imaterial brasileiro. Por um lado, elas geraram uma oportunidade e um estímulo para as empresas destinarem recursos com isenção fiscal, aumentando, por conseguinte, a quantia investida no setor. Por outro, considerando que esse dinheiro é, por definição, público, isso implica uma responsabilidade quanto ao fomento e à valorização da cultura brasileira, um comprometimento das estratégias corporativas com as orientações nacionais e um envolvimento significativo com os bens a serem contemplados.

Consequentemente, mais que promover iniciativas isoladas, o processo de alocação dos recursos deveria observar as políticas culturais, contribuindo e colaborando com elas. Assim, pode-se atuar em alinhamento e/ou parceria com os órgãos governamentais, organizações sociais e demais instituições. Essa cooperação permite que as políticas culturais cumpram seu papel para alcançar o desenvolvimento sustentável preconizado.

Entretanto, não se pode esquecer que os segmentos em que as empresas se inserem são muito diversos, e isso geralmente influencia o tipo de projeto a ser patrocinado. Por exemplo, em geral as organizações costumam incentivar projetos culturais oriundos de sua própria área de atuação, porque é fundamental o bom relacionamento com as instituições, governos e comunidades com vistas ao seu bem-estar e qualidade de vida.

Empresas que atuam em determinado território e que, pela natureza do negócio, permanecerão ali por muitos anos acumulam um maior conhecimento sobre governos e comunidades da região. Ainda que, em alguns casos, possa ser conflituosa, essa relação também pode motivar a união em torno de projetos mais transformadores e de longo prazo, com maior identidade local. O próprio patrimônio da empresa e as modificações no meio ambiente geradas por sua atuação incorporam-se à paisagem cultural, podendo se constituir em potenciais atrativos turísticos e ser utilizadas para favorecer o desenvolvimento da localidade. É o caso de negócios de segmentos como o da mineração, que se relacionam com as áreas em que se inserem e passam a fazer parte da sua história, uma vez que, a partir das intervenções

realizadas, alavancam investimentos nas redondezas e modificam seu significado histórico e seus valores estético-funcionais.

Além da relevância para as regiões e para o país, e do foco no bem-estar das comunidades, a sustentabilidade também é decisiva na seleção dos projetos ou ações a serem bancados por empresas que têm esse compromisso e relação territorial. Nos casos em que o investimento é limitado pelo tempo, sem garantia de continuidade e de ingerência limitada, esse aspecto é de vital importância. Para provocar as transformações esperadas, em termos tanto das políticas culturais quanto das dinâmicas locais de desenvolvimento, é preciso que o patrocínio e/ou o investimento se sustentem além do período previsto, que muitas vezes é pontual ou de curto prazo, sem integração ou visão estratégica do proponente e/ou dos demais entes envolvidos.

Para exemplificar, observa-se o caso de bens imóveis de interesse histórico e artístico que, uma vez restaurados, em centros urbanos, podem se deteriorar outra vez, e em curto espaço de tempo. Semelhantemente, há casos de áreas revitalizadas que mantêm o esplendor por algum tempo, mas que, sem uma ocupação ressignificada, voltam ao estágio de deterioração. Uma vez que o processo de recidiva está, muitas vezes, associado à dificuldade de os projetos manterem-se sem um aporte contínuo de recursos financeiros, é indispensável que se busquem estratégias capazes de garantir a sustentabilidade de tais iniciativas. Considerando que o turismo é fortemente impulsionado pela cultura, quando apoiado no patrimônio, pode trazer autonomia e sustentabilidade para as ações patrocinadas. Caberia, então, às empresas investidoras uma busca ativa nesse sentido.

Há um grande leque de ações possíveis no binômico cultura e turismo com as quais as organizações podem colaborar. Uma alternativa seria buscar projetos voltados para o turismo cultural ou incentivar atividades e locais alinhados às políticas públicas do Ministério do Turismo (Brasil, 2010), a saber, sítios históricos, edificações especiais, obras de arte, espaços e instituições culturais, festas, feiras, festivais e celebrações locais, mercados tradicionais, saberes e fazeres – narração de casos, trabalhos manuais, gastronomia, artesanato e produtos típicos –, música, dança, teatro, cinema e demais realizações.

É interessante que as empresas reconheçam nos projetos e esclareçam com os proponentes e demais entes relacionados o tipo de parceria que se pretende estabelecer, considerando não só a vocação e a infraestrutura do território, mas também a real identificação e o comprometimento com as ações propostas, a fim de que as comunidades e instituições locais beneficiem-se dos resultados. São aspectos importantes, também, o envolvimento do negócio, como ente local – no caso da Vale, como relevante agente nacional e global –, e a sua participação ativa no desenvolvimento e monitoramento dos projetos que incentiva.

Além de destinarem recursos de patrocínio ao restauro de patrimônio material, à valorização e preservação de patrimônio imaterial, bem como a festividades, feiras, atividades e formação na área cultural, as organizações podem apoiar o turismo, participando de arranjos de

governança entre os setores público e privado e a sociedade civil. Levando em conta os diferentes contextos e atores envolvidos, é preciso criar estratégias de diálogo visando à convergência de ações para que todos sejam beneficiados com o incremento do segmento turístico, que é bastante abrangente.

Um planejamento consistente, em que haja clareza nas responsabilidades de cada ente participante, é premissa para obter êxito. O acompanhamento e o monitoramento precisam ser constantes e atentos, visto que manter o patrimônio cultural vivo e saudável é uma questão delicada, e sua promoção, assim como sua sustentabilidade, é um processo contínuo que depende de uma conjunção de esforços.

Limites do patrocinador

Ainda que o turismo prospere a partir da vontade de se movimentar e de conhecer, e que as empresas patrocinem projetos e iniciativas culturais que contribuem para o desenvolvimento dos territórios, das regiões e do país, é importante destacar que há limites para as organizações, em termos tanto de sua atuação quanto dos resultados que elas efetivamente podem produzir.

A primeira limitação que precisa ser reconhecida é a natureza de seu lugar institucional. Não é seu papel produzir cultura, substituindo ou diminuindo o papel dos atores locais, seus interesses, suas tradições e preferências. No entanto, ao estabelecer critérios para selecionar iniciativas a serem patrocinadas, pode-se gerar consequências sobre a produção cultural do território.

Não por outro motivo, as escolhas feitas precisam estar alinhadas com as políticas culturais em vigor, em permanente diálogo com os governos e os gestores. Nesse sentido, a empresa não substitui o Estado. Seu lugar institucional é outro e, portanto, limitado, mas pode ter relevância no cenário cultural, especialmente se sua atuação nesse campo estiver integrada à agenda pública, como o turismo.

Em essência, além de patrocinar e incentivar projetos e práticas que favoreçam o crescimento sustentável das regiões em que atuam, as empresas podem articular e mobilizar outros atores relevantes, por exemplo, atuando no fortalecimento e na capacitação dos agentes locais para que eles assumam seus papéis institucionais de modo efetivo. Contribuem, assim, para que as ações patrocinadas se mantenham e também para que as dinâmicas deflagradas tenham sustentabilidade ao longo do tempo.

Feitas essas ressalvas e esclarecimentos quanto ao papel da empresa patrocinadora, pode-se avançar na apresentação de uma estratégia de investimento em iniciativas culturais que, articulada com o potencial turístico dos territórios, pretende se converter em estratégia sustentável de desenvolvimento.

Corredores e Rotas Culturais e Naturais

Como apontado na introdução, este texto foi elaborado a partir do ponto de vista de uma empresa que investe recursos próprios ou por meio de incentivo fiscal no patrimônio cultural brasileiro. Com atuação em quase 30 países e presença nos cinco continentes e

em seis estados brasileiros, a Vale é uma das maiores mineradoras do mundo e uma das principais organizações privadas do país. Ela funciona segundo a lógica sistêmica mina-ferrovia-porto, além de dispor de estações de transferência flutuantes e centros de distribuição. Suas minas de ferro, principal produto da empresa, estão concentradas em Minas Gerais e no Pará.

Os minérios extraídos no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, são levados pela Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) até o Porto de Tubarão, no Espírito Santo, e pela Ferrovia do Aço até os Terminais Marítimos de Ilha Guaíba e Itaguaí, no Rio de Janeiro. Já a produção do Complexo Minerador de Carajás, no Pará, é escoada pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) até o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, no Maranhão. As duas ferrovias contam com trens de passageiros, operados também pela Vale, que oferecem à população das localidades uma alternativa de transporte.

Pela característica do seu segmento, a Vale atua diretamente na paisagem, transforma e movimenta o local, a população, o meio ambiente e a economia. Com consciência do impacto inerente ao seu processo de produção, tem como um pilar estratégico "incorporar a sustentabilidade aos negócios" (Vale, 2016, p. 20), o que consiste em "construir legados econômicos, sociais e ambientais nas regiões em que estamos presentes, mitigando os impactos de nossas operações nas comunidades em que atuamos e induzindo práticas sustentáveis" (Vale, 2016, p. 18). Investir no patrimônio cultural material e imaterial é, portanto, parte do compromisso da mineradora. Nesse sentido, são patrocinados projetos culturais diversos, sendo o segmento de maior relevância o dos bens culturais, que são a identidade de um povo, sua memória.

A Vale procura soluções criativas para fazer frente ao desafio da sustentabilidade desses projetos. Um exemplo foi o restauro do antigo Liceu Maranhense, no Centro Histórico de São Luís, em 2011, acompanhado posteriormente da criação do Centro Cultural Vale Maranhão, em 2016, no local. O espaço é mantido pela empresa e recebe recursos contínuos para a sua manutenção. O compromisso se estabeleceu na medida em que o atrativo turístico colabora com a vida do bairro, com sua dinâmica, gerando sinergia com outras iniciativas e renovando o interesse da população e de visitantes.

Outra iniciativa de destaque no apoio ao turismo cultural é a utilização da linha férrea pela mineradora, categoria turística reconhecida pelo Ministério do Turismo[2]. Um dos roteiros oferecidos é o Trem da Vale, que faz o percurso entre Ouro Preto (MG) e Mariana (MG), interligando as duas cidades de reconhecido potencial turístico. A empresa opera ainda, como parte integrante do seu negócio, dois roteiros que fazem o transporte de carga, mas priorizam os trens de passageiros: a EFVM, que liga Belo Horizonte (MG) a Vitória (ES), sendo o único no país que faz viagens diárias de passageiros; e a EFC, que liga São Luís (MA) a Parauapebas (PA). A disponibilização

2. O Ministério do Turismo subdivide a categoria turismo cultural em função da motivação do turista. Os tipos são: cívico, religioso, místico e esotérico, étnico, cinematográfico, arqueológico, gastronômico, enoturismo e ferroviário (Brasil, 2010).



de trechos ferroviários ao transporte de passageiros e passeios turísticos colabora com o fomento à cultura e ao turismo, seja por viabilizar o ir e vir das pessoas, em localidades onde há carência de transporte, seja por dinamizar o desenvolvimento dos municípios lindeiros e de suas regiões ao favorecer a conexão entre eles.

As linhas ferroviárias operadas pela Vale, no jargão da empresa, são chamadas de corredores e interligam diversas cidades, descortinando paisagens únicas. Como o Trem da Vale, já citado, é essencialmente turístico, sua operação conta com investimento próprio da empresa. Além disso, atividades culturais são realizadas por meio de recursos incentivados. O patrocínio da entidade proporcionou, além da recuperação da linha férrea, o restauro das antigas estações de Ouro Preto e de Mariana, um programa voltado à educação patrimonial e à memória ferroviária, bem como ações desenvolvidas no complexo que interliga os dois municípios. O fluxo de pessoas promovido por esse empreendimento gera conexão e movimento entre as localidades, e as iniciativas consolidadas pela Vale na região, além

Trem de passageiros. Estrada de Ferro Vitória a Minas, 2014.
Foto: Gabriel Lordêllo. Acervo: Vale.

dos restauros, como os festivais de inverno, ajudam a ampliar o número de visitantes. A ideia é agregar às rotas com potencial turístico patrocínios a projetos que impulsionem o desenvolvimento, sejam eles de caráter endógeno, deixando um legado positivo, sejam de caráter exógeno, agregando valor.

O corredor que interliga a região metropolitana de Vitória (ES) a Belo Horizonte (MG) se estende por 905 quilômetros e transporta um milhão de pessoas por ano, passando por várias cidades históricas com vocação turística. Perfil diferente tem a EFC, que liga o estado do Maranhão ao do Pará, partindo de São Luís e indo até Parauapebas. Muitas dos municípios lindeiros nesse corredor, que totalizam 25, apresentam um baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), contrastando com a pujança cultural de São Luís e os recursos naturais do Pará, em especial a Floresta Nacional de Carajás, distante poucas horas de Parauapebas, ambos com potencial interesse para o turismo. O acesso que o percurso do trem da EFC permite às cidades lindeiras já é uma oportunidade de crescimento. Apesar da situação de vulnerabilidade social e estrutural das comunidades, existe uma potencialidade por conta das formas de vida tradicionais, seus saberes e fazeres, em especial o artesanato da região, que pode ser fomentado, estruturado e escoado para polos econômicos e culturais como o de São Luís. Contudo, a transformação desses municípios em destino turístico viável dependerá de um plano de longo prazo, com investimentos contínuos em infraestrutura, saúde, educação e fortalecimento das instituições públicas e de governança, sem perder o foco na sustentabilidade. Além disso, é preciso que fiquem claros os papéis e as responsabilidades de cada um dos envolvidos, para que o comprometimento seja mantido de forma coesa e harmônica, e a perenidade seja estabelecida e sustentada.



A interface com o território, os recursos naturais, a comunidade e o governo locais estão profundamente vinculados ao negócio da Vale. Nesse sentido, a empresa faz parte da história e da cultura das regiões em que opera, portanto, reconhece-se como parte integrante e busca colaborar com a salvaguarda do patrimônio construído pela população antes e depois da sua operação no território, tendo em vista que a cultura e a identidade estão sempre em transformação. Como um caminho a ser percorrido, o turismo é, então, uma estratégia para dinamizar e buscar autonomia e sustentabilidade para os projetos e as comunidades.



Referências

ARANTES, Antonio Augusto. Oportunidades globais para o patrimônio imaterial: novos desafios para as vidas locais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 36, p. 53-59, 2017.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Turismo cultural*: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

CUÉLLAR, Javier Perez (Org.). *Nossa diversidade criadora*: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas: Papirus; Brasília: Unesco, 1997.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*: Relatório Brundtland. 1987.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*: 17 objetivos para transformar nosso mundo. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/. Acesso em: 12 jun. 2019.

SANT'ANNA, Márcia. Desafios e perspectivas da política federal de salvaguarda do patrimônio cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 36, p. 95-106, 2017.

VALE. *Relatório de sustentabilidade 2016*. 2016. Disponível em: http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2016.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

Rua Afonso Pena, São Luís (MA).
Foto: Marcel Gautherot. Acervo: Iphan.

Brinquedos de Miritî, Círio de Nazaré, Belém (PA), 2014.
Foto: Fernando Sette Câmara. Acervo: Vale.

Aldyr Garcia Schlee

Ir a Jaguarão e descobrir o resto do mundo[1]

Ir a Jaguarão não é fácil; mas compensa.

Antes, quando eu era um guri, ir a Jaguarão era voltar para casa: de trem, carro-motor, avião ou barco a vapor. Chegava-se (do Brasil ou do Uruguai) com o coração apertado pela magia do reencontro e o medo do desencontro, ao adivinhar os velhos telhados despontando entre campo e arvoredo; e logo logo, ao divisar o casario estendido igual dos dois lados do rio – a Ponte no meio –, com a esperança de que aqui e ali ainda estivessem bem resguardados todos os afetos recuperáveis a cada regresso.

Hoje não se vai nem se vem mais a Jaguarão num monomotor Focker, da Varig. O vapor "Cruzeiro" já não apita na curva do rio, trazendo-nos de Porto Alegre ou levando-nos a Pelotas. Os trilhos, aqui – ou sobre três quilômetros de ponte, Uruguai a dentro –, enferrujam inúteis na falta dos trens Ganzmávag que chegavam de Montevidéu duas vezes por dia; e na ausência do inesquecível carro-motor, que saía tlaquetlaqueando pelos campos planos, nos injustificáveis meandros de seu caminho de aço, rumo a Rio Grande.

– Ir a Jaguarão tornou-se difícil? – perguntará o leitor.

– Não! – respondo eu. Mas, como viagem, perdeu definitivamente o encanto. Vai-se e vem-se sem sobrevoo e sem aterrissagem, sem atracação e sem apitos, sem fiambres e sem vagão-restaurante, sem tlaquetlaques e sem bolos de coalhada. Por isso, chega-se a Jaguarão sem nada, na forma a que uma equivocada política de transportes nos condenou: apenas por via rodoviária, o que implica geralmente em viajar de automóvel ou ônibus (são trezentos e tantos quilômetros de Porto Alegre; outros mesmos trezentos e tantos desde Montevidéu), por prolongados espaços despovoados, com algum gado aqui um pouco ali menos lá adiante; alguma granja de arroz; alguma soja; e quem sabe até inesperadas melancias e improváveis avestruzes.



Rio Branco (Uruguai), 2013. Foto: Alexandre Schlee Gomes.

1. Arquivo Aldyr Garcia Schlee.


PIZZERIA
CHURRASQUERIA



Ponte Internacional Barão de Mauá, Jaguarão (RS).
Acervo: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.


RIO GRANDE DO SUL
ADMINISTRAÇÃO
148
PONTE INTERNACIONAL
BRASIL-URUGUAY

Enfim: chega-se a Jaguarão, no perder-de-vista da amplitude circular dos sempre distantes e inatingíveis horizontes do pampa; mas como vale a pena! Jaguarão está ali, a meio caminho de Montevidéu e de Porto Alegre, entre dois pequenos cerros – o da Enfermaria e o do Cemitério – e o rio que lhe dá nome e que separa e une a cidade a Río Branco, do outro, no Uruguai. Divide (ou soma) com Río Branco a magia particular das luminosas e surpreendentes cidades da fronteira uruguaio-brasileira, de acentuada marca fronteiriça no traçado quadricular de suas ruas, na preservada unidade de sua arquitetura e na comunhão de costumes de seus habitantes.



Distingue-se das outras, contudo, por causa do sortilégio paradoxal de sua ponte superlativa, que ao mesmo tempo liga e separa dois mundos iguais; e que desafia o visitante, ante sua espetacular monumentalidade de meia légua, a esgotar qualquer repertório de adjetivos.

Ir a Jaguarão e Río Branco é ir ao exterior sem sair do interior, é ir ao estrangeiro sem ser forasteiro, é sentir-se cosmopolita dentro de casa. De certa maneira, é descobrir o resto do mundo no próprio espelho, ante a conformidade das margens opostas e a repartição dos arcos da Ponte.

Sobre o cimento da belíssima Ponte Internacional Mauá, bem no meio do rio, havia um risco vermelho, separando Brasil e Uruguai: botava-se um pé aqui, outro lá, além do risco – e estava-se ao mesmo tempo nos dois países. Hoje, o risco foi apagado e substituído por uma placa; mas a cada ida e a cada volta, a cada troca de lado, a cada mágica travessia, opõem-se e complementam-se sobre a ponte o perto e o distante, o nosso e o deles, assumindo-se ante cada um de nós, em nós mesmos, o outro.

Ao entardecer, o sol aparecido no Brasil começa a desaparecer no Uruguai: do lado de cá, o leitor descerá até o cais de Jaguarão e poderá se deslumbrar com o espetáculo de cores e luzes de um inigualável pôr do sol varado sobre o rio, entre oito escurecentes e majestosos arcos da Ponte; do lado de lá, o leitor estará num banco da calle costaneira de Río Branco, e verá a Ponte toda dourando-se de sol e incendiando-se esplendorosa e repetida no espelho das águas.

O leitor terá chegado de manhã. Terá visto logo, nos arrabaldes, modestas casas com fachadas altas e telhados inclinados para trás, numa meia-água muito comum dos dois lados do rio – a que chamam "cachorro sentado". Terá chegado até à Praça, ao largo da Matriz, quem sabe ao Hotel; e terá se admirado da beleza dos casarões de altas portas e tantas e tantas sacadas – que constituem ali o mais admirável e bem conservado conjunto de arquitetura eclética do Rio Grande do Sul.

O leitor contará dez sacadas na fachada do Clube Harmonia; doze, na do Jaguarense.

Mas precisará encontrar um guia, quem sabe no Instituto Histórico e Geográfico, quem sabe na Casa de Cultura, para poder visitar a cidade, chegar ao museu Carlos Barbosa, à Igreja da Minervina (e saber coisas, que todos sabemos, os jaguarenses; e que contamos gostosamente, mas não escrevemos). O leitor conhecerá o Teatro, as ruínas da Enfermaria, portas e portas de descomunal escultura; e admirará quantas fachadas se lhe apresentarem (o medo que se tem, em Jaguarão, é que fiquemos sempre num turismo de fachada).

Depois o leitor irá a Río Branco. Atravessará a Ponte obrigatoriamente a pé, para melhor apreciar o rio, para melhor sentir o sortilégio da ponte, e para logo – a passo, no mais – deparar-se com o outro lado e, logo logo, ver tudo de lá para cá.

Em Río Branco o leitor chegará por uma rampa da Ponte e irá a uma quesería e comprará queijos das mais variadas procedências e qualidades; comprará morrones dulces em conserva e os inigualáveis dulces de leche Conaprole – com chuno ou sin chuno. Mas deverá dar um jeito de conseguir carona ou tomar um velho ônibus para ir até a La Cuchilla, que é a parte mais alta da cidade, lá na continuação da Ponte.

Na Cuchilla, não se pode deixar de conhecer a Estação Ferroviária, dar uma volta na Praça, comprar jornais no Kiosko e provar masitas, uma torta pastaflora e uma pascualina, na Confiteria Nueva Iberia; e o leitor saberá chegar à calle Virrey Arredondo para desfrutar dessas delícias.

Se o dia estiver bonito, valerá a pena dar um jeito de ir ao balneário Lago Merín, a 20 quilômetros de Río Branco: uma praia uruguaia banhada pela Lagoa Mirim – patrimônio da humanidade – com Cassino e a possibilidade de se comer, dependendo da época, um pintado à jaguarense ou uma traíra recém-pescada.

À noite, haverá tempo para voltar a La Cuchilla e dirigir-se ao "Tacuarí" (algumas quadras depois da Ponte, à esquerda), pedindo ao Acuña, dono e assador, nada mais do que um petit-entrecot – que sobressairá do prato e, a cada bocado, justificará o fascínio daquele modesto restaurante de tiras de plástico na porta de entrada, havendo de impor definitivas certezas sobre a excepcional qualidade da carne e da parrilla uruguaias. O acompanhamento se fará com pão graseoso, cerveja Patricia e, dependendo da sorte, com as coplas de algum guitarreiro desgarrado.

De regresso a Jaguarão, é obrigatório voltar-se pelo trecho da Ponte que liga as duas partes de Río Branco, para ter o privilégio de flagrar a cidade brasileira descobrindo-se na sua própria iluminação, do outro lado do rio – e crescendo contra o céu escuro.

Depois, basta dormir e sonhar; na certeza de que ter ido a Jaguarão (e Río Branco) é não ter passado em vão pela vida.

Agora, se o leitor sabe que em Río Branco há um duty-free shop com meia dúzia de excelentes lojas com ar-condicionado, vendendo a dólar produtos de todo o mundo; e deseja ir até lá só para fazer compras, essa é uma boa pedida. Mas, por favor, não entre em Jaguarão: siga até à última rua, ao fim da estrada, dobre à esquerda, em direção à Ponte sem olhar para os lados; atravesse a Ponte sem se importar com o rio; desça à direita, pela rampa, sem pensar em nada; e vá de loja em loja comprar o que quiser e puder.

Detalhe do Clube Harmonia, Jaguarão (RS), 2008.
Foto: Eduardo Tavares. Acervo: Iphan.



Ivane Maria Remus Fávero

O Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha: uma paisagem cultural por reconhecer

Serra Gaucha's Vineyard Valley: acknowledging a cultural landscape

El valle de los viñedos en la sierra Gaúcha: un paisaje cultural por reconocer

Uma coisa é ver vinhas em fotografia ou vídeo, outra é vê-las no local. Pisar o chão de terra e rocha desfeita, sentir o sol a picar-nos a nuca e o pó que se cola às mãos, peganhentas do sumo das uvas. Olhar para um cesto cheio de cachos e ter de carregá-lo até ao trator. Imaginar fazer isso vezes e vezes até o dia acabar. […] Por respeito ao vinho e às pessoas que o fazem. E esse é o principal motivo pelo qual devíamos todos fazer enoturismo.

João Mestre[1]



1. Mestre, 2018, s.p.

Resumo

Localizado na Serra Gaúcha, o Vale dos Vinhedos é um território que engloba três municípios (Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul), notório pela produção vitivinícola, principal atividade econômica desenvolvida desde sua ocupação, a partir do final do século XIX, por imigrantes italianos. Se no início predominava o cultivo de uvas lambruscas, com a elaboração de vinhos considerados "coloniais", após investimentos em pesquisa técnica, o setor se transformou e passou a produzir *Vitis vinifera* e vinhos finos.

O surgimento de festas em celebração à uva e seus derivados deu início à exploração turística da região. Ao passo que, em um primeiro momento, o enoturismo foi desenvolvido por um grupo de seis vinícolas que fundaram a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (Aprovale), atualmente o setor impacta toda a comunidade, esteja ela envolvida diretamente com a atividade ou não. A paisagem foi sendo alterada, não só provocando benfeitorias de infraestrutura, como a pavimentação (paralelepípedos ou asfalto) das cidades, mas

Vale dos Vinhedos (RS).
Foto: Jeferson Soldi.
Acervo: Vinícola Cristofoli.

O Gaúcho Farroupilha.
Aquarela, bico de pena sobre papel, 29 x 20 cm, assinada, Isolde Brans.
Acervo: Museu Julio de Castilhos.

também atraindo novos negócios, como hotéis, restaurantes, comércios diversos.

Discute-se o planejamento do enoturismo na região, envolvendo todos os segmentos impactados. A Denominação de Origem (DO) foi uma grande conquista, resultado da união dos associados da Aprovale e de entidades parceiras, como a Universidade de Caxias do Sul (UCS) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Atualmente, o foco tem sido a demarcação da região como Zona Franca do Vinho, para que os produtos sejam elaborados e comercializados diretamente, sem taxas e impostos elevados. Especificamente em relação ao enoturismo, sugere-se a adoção de critérios como os apresentados na Carta Europeia de Enoturismo, com a definição de um mínimo de qualidade e de premissas para o desenvolvimento sustentável do setor.

Summary

Vale dos Vinhedos (the Vineyard Valley) is located in the Serra Gaucha mountain range, encompassing three municipalities (Bento Gonçalves, Garibaldi and Monte Belo do Sul). It is renowned for its wine production, which has been the primary economic activity since Italian immigrants first settled at the end of the 19th century. In the beginning Lambrusco grapes were predominant, producing wines known as "colonial". After investments in technical research, the industry evolved and began to produce Vitis vinifera *and fine wines.*

Festivities celebrating grapes and their byproducts ushered in the region's tourism industry. At first, only the six wineries that founded the Vale dos Vinhedos Fine Wine Producers Association (Aprovale) promoted



Colônia Bento Gonçalves (RS).
Acervo: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

enotourism. Currently enotourism affects the entire community, irrespective of whether it is directly involved in winemaking. Landscapes have undergone changes leading to infrastructure improvements such as paving (cobbles or asphalt) in local towns, while also attracting new businesses, for example, hotels, restaurants and many other companies.

Planning local enotourism initiatives involves all stakeholders. Achieving protected designation of origin (PDO) status was a major feat stemming from the partnership between Aprovale members and associate entities, such as the University of Caxias do Sul (UCS) and the Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa). Nowadays, there is a marked interest in establishing the region as a Wine Free Trade Zone, which would allow direct production and sales and avoid hefty charges and taxes. In this specific enotourism case the adoption of criteria such as those outlined in the European Charter for Enotourism is suggested, whereby a minimum quality threshold and prerequisites for a sustainable industry development would be established.

Resumen

Ubicado en la sierra Gaúcha, el Valle de los Viñedos es un territorio que abarca tres municipios (Bento Gonçalves, Garibaldi y Monte Belo do Sul), conocidos por la producción de vino, la principal actividad económica desarrollada desde su ocupación, a partir de fines del siglo XIX, por inmigrantes italianos. Si al principio predominaba el cultivo de uvas lambruscas, con la elaboración de vinos considerados "coloniales", después de las inversiones en investigación técnica, el sector se transformó y comenzó a producir Vitis vinifera *y vinos finos.*

El surgimiento de festivales que celebran la uva y sus derivados dio inicio a la explotación turística de la zona. Mientras que, en un primer momento, el enoturismo fue desarrollado por un grupo de seis bodegas que fundaron la Asociación de los Productores de Vinos Finos del Valle de los Viñedos (Aprovale), actualmente el sector impacta a toda la comunidad, ya sea que esté directamente involucrada con la actividad o no. El paisaje fue cambiando, no solo causando mejoras en la infraestructura, como el asfaltado (con adoquines o asfalto) de las ciudades, sino también atrayendo nuevos negocios, como hoteles, restaurantes y comercios diversos.

Se discute la planificación del turismo del vino en la zona, involucrando todos los sectores afectados. La Denominación de Origen (DO) fue un gran logro, el resultado de la unión de los asociados de Aprovale y de entidades aliadas, como la Universidad de Caxias do Sul (UCS) y la Empresa Brasileña de Investigación Agropecuaria (Embrapa). Actualmente la atención se ha centrado en la demarcación de la región como Zona Franca del Vino, para que los productos se fabriquen y comercialicen directamente, sin tasas ni impuestos elevados. Específicamente en cuanto al enoturismo, se sugiere la adopción de criterios como los presentados en la Carta Europea de Enoturismo, con la definición de un mínimo de calidad y premisas para el desarrollo sostenible del sector.

Antes do turismo

O Vale dos Vinhedos se constitui em um território da Região Uva e Vinho, localizada na Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul, formado por áreas de três municípios: Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. Sua origem remonta ao assentamento dos imigrantes italianos, especialmente a partir de 1875, na maioria trentinos e vênetos, que se estabeleceram nos lotes e travessões disponibilizados pelo governo brasileiro, nunca gratuitamente, já que havia um retorno que deveria ser pago com a produção. Ali formaram as colônias Dona Isabel e Conde d'Eu, e sobre a anterior presença indígena na região há poucos registros.

Foram esses imigrantes italianos que trouxeram e mantiveram a sua cultura, como o costume de produzir uvas para elaborar vinho, bebida que tradicionalmente acompanhava suas refeições. Sabe-se que, devido à filoxera[2], as uvas da espécie *Vitis vinifera* não puderam ser produzidas nos primeiros anos. Assim, foi com os imigrantes alemães, já aqui estabelecidos, que os recém-chegados italianos buscaram o aprendizado para cultivar as uvas americanas ou lambruscas[3].

As famílias foram se acomodando na região e, em 1880, foi construída a primeira capela, já que a religião era o elemento agregador das comunidades. Aliás, o trinômio igreja, escola e salão de festas, acrescido do futebol, identificava a vida comunitária e lhe dava sentido.

Por décadas esta foi a realidade: comunidades interioranas formavam um

2. Praga que ataca as videiras.

3. Uva usada na produção de um tipo de vinho espumante doce de origem italiana.





Vale dos Vinhedos rural, com estradas de terra, e produziam uvas lambruscas que possibilitavam a elaboração de vinhos no contexto familiar, sempre acondicionados no porão de suas casas. O excedente era vendido aos visitantes ou aos passantes que se aventuravam pela região, "constituída por pequenas propriedades agrícolas, sendo que cada viticultor cultivava, em média, 2 hectares de vinhedo" (Miele e Miolo, 2003, p. 36).

Enoturismo na Região Uva e Vinho

Por volta da década de 1930, Caxias do Sul, um dos principais pontos de imigração, onde se assentaram a primeira e a segunda colônias italianas, do Rio Grande do Sul, lança a primeira Festa Nacional da Uva. Dessa forma, tem início a exploração turística profissional da uva e do vinho.

O surgimento e a consolidação dos vinhedos despertaram o interesse científico com o objetivo de aprimorar as técnicas utilizadas. Em 1942, foi implantada a Embrapa Uva e Vinho, uma unidade descentralizada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Bento Gonçalves, o que possibilitou o início das pesquisas sobre o setor.

Mais tarde, na década de 1960, com a expansão do setor produtivo vitícola do estado, acompanhada de maior profissionalização, o enoturismo começou a se consolidar. As vinícolas pioneiras da Região Uva e Vinho foram a Aurora e a extinta Dreher S.A. (Splendor, 2003). Essas empresas criaram uma estrutura cuja finalidade era

Empalhamento de garrafões, Rio Grande do Sul.
Foto: Aldo Toniazzo e Ary Trentin. Acervo: Instituto Memória Histórica e Cultural – Universidade de Caxias do Sul.

Garrafas de vinho, Rio Grande do Sul.
Foto: Aldo Toniazzo e Ary Trentin. Acervo: Instituto Memória Histórica e Cultural – Universidade de Caxias do Sul.

receber os turistas, com o propósito de conhecer o interior da cantina. Vestindo trajes típicos, os atendentes explicavam o processo de elaboração dos vinhos e seus derivados. O pioneirismo coube também à vinícola Forestier, hoje fechada ao público, localizada em Garibaldi, que disponibilizava uma complexa visita, desde os vinhedos, passando pelo processo de elaboração dos vinhos, pela adega, pela exibição audiovisual do setor, pela degustação dirigida até a venda dos produtos no varejo. Também oferecia refeições e apresentações artístico-culturais.

Assim, a partir da metade do século XX, esses produtos se destacaram no cenário turístico da região, com o surgimento de eventos como a Festa Nacional do Vinho (Fenavinho), em Bento Gonçalves; a Festa Nacional do Champanha (Fenachamp)[4], em Garibaldi; a Festa da Vindima, em Flores da Cunha; e dezenas de outros eventos. Desde então, o setor tem contribuído muito na divulgação e na promoção turística da região. Para se ter uma ideia, a cooperativa vinícola Aurora recebeu, em 2017, 180 mil visitantes, transformando-se no maior centro de recepção turística vinícola da América Latina (Bento Convention Bureau, 2018).

Algum tempo depois, na década de 1970, ocorreu um dos principais marcos da evolução da produção vitivinícola da região: a criação do Colégio de Viticultura e Enologia, que se transformou no Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet-BG),

4. Hoje denominada Festa do Espumante Brasileiro.



atual Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Com a formação em vitivinicultura dos jovens filhos de agricultores, a realidade começou a mudar. Entusiasmados com os estudos, eles convencem seus pais e, dessa forma, se inicia a produção de *Vitis vinifera* e vinhos finos. O excedente começa a atrair alguns visitantes, indicados especialmente pelos hotéis, que passam a receber turistas na década de 1980.

A década de 1970 trouxe ainda outro marco ao enoturismo da Serra Gaúcha: um programa de treinamentos do Banco do Brasil que motivou a visita de profissionais dos três estados do Sul do Brasil (Dal Pizzol e Sousa, 2014). Além dos cursos, estava prevista no evento a visita a algumas vinícolas da região, como a Casa Valduga, localizada no Vale dos Vinhedos.

Atualmente, os municípios que integram a Região Uva e Vinho se destacam no segmento do enoturismo, com um número expressivo de vinícolas estruturadas para receber visitantes e mostrar como são elaborados seus vinhos, além de ensinar sobre a história e a cultura local, herança de seus antepassados.

Em sua maioria, as vinícolas são de tamanho pequeno e médio, porém se destacam algumas de grande porte, entre elas, Salton, Miolo, Valduga, Chandon do Brasil e Peterlongo. A maior parte das empresas se caracteriza por ser familiar, com tradição na vitivinicultura, sendo que algumas estão organizadas em forma de cooperativas, como a Aurora e a Garibaldi, entre outras.

Além disso, boa parte das vinícolas que atuam no segmento integra rotas enoturísticas, tais como Vale dos Vinhedos (Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul), Rota dos Espumantes (Garibaldi), Vinhos de Pinto Bandeira (Pinto Bandeira), Caminhos de Pedra (Bento Gonçalves), Caminhos da Colônia (Caxias do Sul e Flores da Cunha), Vale Trentino (Caxias do Sul e Farroupilha), Estrada do Imigrante (Caxias do Sul), Vinhos dos Altos Montes (Flores da Cunha e Nova Pádua), Vale do Rio das Antas (distrito de Tuiuty, em Bento Gonçalves) e Rota Cantinas Históricas (Faria Lemos, Bento Gonçalves), entre outras.

O enoturismo também se mostra uma ótima oportunidade para que jovens permaneçam no meio rural, permitindo-lhes uma boa qualidade de vida e um desenvolvimento significativo, e à sociedade uma descentralização da economia e o fortalecimento de um setor muito importante, que ainda sofre com o êxodo.

Enoturismo no Vale dos Vinhedos

A exploração do enoturismo no Vale dos Vinhedos começou com a Casa Valduga, onde os turistas podiam visitar a vinícola e se hospedar na pousada, e a Miolo, que recebia os turistas no porão da casa paterna, onde a gastronomia da imigração italiana era fartamente servida e os corais da região, tais como o Vicentino, de Monte Belo do Sul, garantiam a animação. A pavimentação em paralelepípedo da Linha Leopoldina e a pavimentação em asfalto da RS-444, em 1997, contribuíram para atrair cada vez mais turistas.

Em 1995, a criação da Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos

Poda da parreira executada durante o inverno, Serra Gaúcha (RS), década de 1980. Foto: Aldo Toniazzo e Ary Trentin. Acervo: Instituto Memória Histórica e Cultural – Universidade de Caxias do Sul.



O produtor Gentilio A. Dal Castel colhe uva na propriedade da família, Serra Gaúcha (RS), 2014. Foto: Aldo Toniazzo. Acervo: Instituto Memória Histórica e Cultural – Universidade de Caxias do Sul.

Parreirais da vinícola Luiz Argenta, Serra Gaúcha (RS), 2008. Foto: Aldo Toniazzo. Acervo: Instituto Memória Histórica e Cultural – Universidade de Caxias do Sul.

Vinhedos (Aprovale) marcou o princípio de uma revolução na região. As empresas pioneiras foram Casa Valduga, Dom Cândido, Don Laurindo, Miolo, Cordelier e Vinhos 15 da Graciema. Com o tempo, foram se agregando outras vinícolas, e, quando se passou a entender que enoturismo não se resume a consumir vinhos, outras categorias de associados foram criadas.

A Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos (IPVV), recebida em 2002, garantiu a qualidade do produto e ajudou a conquistar o respeito do consumidor brasileiro, um tanto preconceituoso com relação ao produto nacional. Em 2011, a conquista foi a Denominação de Origem, a primeira do Brasil, certificando que os vinhos elaborados no Vale dos Vinhedos atendem aos padrões de qualidade exigidos pela Aprovale e estabelecendo algumas cepas.

Cabe ressaltar que o Vale dos Vinhedos foi a primeira região a receber o título de indicação de procedência no país, outorgado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi). Para a concessão do título, foram observados delimitação geográfica da região, estudos topográficos e topoclimáticos, bem como mapas de solos.

A partir dessas conquistas, o Vale dos Vinhedos tornou-se uma área demarcada geograficamente. Abrange 81,3 quilômetros quadrados, englobando partes dos municípios de Bento Gonçalves, a nordeste, com cerca de 63% do total; Garibaldi, ao sul, com 30% da área; e Monte Belo do Sul, a noroeste, com aproximadamente 7% do total.

As consequências do reconhecimento do enoturismo foram rapidamente perceptíveis na região. Em 1995, ano de criação da entidade, havia pouco mais de dez vinícolas

no Vale dos Vinhedos. Praticamente todas eram de pequeno porte e não havia nenhum empreendimento turístico. Já no período atual, a Aprovale conta com 22 vinícolas associadas, responsáveis pela elaboração de 17% dos vinhos finos do Brasil e de 12% dos espumantes nacionais, envasando uma média anual de 10 a 12 milhões de garrafas, além de produzirem suco e outros derivados de uva. De acordo com informações da Aprovale, os perfis são variados: há desde vinícolas familiares, com elaboração limitada e venda exclusiva em loja própria, até grandes empresas com presença internacional.

A diferença mais percebida em relação aos primórdios do enoturismo na região, entretanto, é o fato de, atualmente, além das vinícolas, o Vale dos Vinhedos contar com hotéis e pousadas, restaurantes, cafés, operadoras de turismo, ateliês de arte, artesanato e antiguidades, além de queijarias e outras agroindústrias. O turismo se fundiu com a atividade primária (vitivinicultura) e promoveu várias mudanças no território. Hoje, 40 empreendimentos turísticos são ligados à Aprovale. Ainda que nem todos estejam localizados no Vale dos Vinhedos, mantém-se o princípio de integrá-los à comunidade, como se percebe na missão da associação:

> A entidade foi fundada em 21 de fevereiro de 1995, e tem como missão promover o desenvolvimento sustentável do Vale dos Vinhedos através do enoturismo, da integração entre os associados e a comunidade, e para fomentar a busca contínua pela excelência em produtos e serviços (Aprovale, 2019).

Cabe ressaltar que as motivações que deram origem à Aprovale seguem válidas até os dias atuais. São elas: buscar a evolução qualitativa dos vinhos; agregar valor aos produtos; tornar conhecida a região, estimulando o turismo e o crescimento cultural da comunidade; gerar novas fontes de emprego e a fixação do agricultor à sua terra; e valorizar o patrimônio dos agricultores e das empresas.

Isso condiz com o que Splendor (2003) fala sobre os objetivos norteadores do enoturismo na Região Uva e Vinho: conhecer e comprar os vinhos brasileiros; evidenciar o progresso atingido e a importância do consumo do vinho; ativar a vida turística da área produtiva da uva e do vinho e de suas famílias; desenvolver a região com a integração dos polos produtivos existentes; destacar os benefícios quanto a conhecimento, apreciação, degustação e hábito do vinho; e valorizar o turismo rural.

Percebe-se, nos pilares do enoturismo da região, uma preocupação com a





sustentabilidade, tanto econômica quanto social, em detrimento de uma visão mais acurada sobre a sustentabilidade ambiental e cultural. Isso é corroborado no histórico dos principais marcos da entidade, embora a Denominação de Origem revele igualmente preocupações ambientais. Os marcos desse processo foram os seguintes.

1995: Fundação da Aprovale.
1997: Início do processo de busca da certificação.
2002: Obtenção do registro da indicação de procedência geográfica pelo Inpi.
2007: Reconhecimento pelo Comitê de Gestão do Vinho da União Europeia.
2007: Início do processo em busca da Denominação de Origem.
2010: Modernização da logomarca e identidade visual do Vale dos Vinhedos.
2011: Previsão de obtenção de registro da Denominação de Origem.
2012: Deferimento do pedido de registro de Denominação de Origem para o Vale dos Vinhedos.
2012: Reconhecimento como Patrimônio Histórico e Cultural do Rio Grande do Sul.
2016: Recorde no número de visitantes – 410 mil.

Todos esses avanços ocorreram paralelamente à melhora na infraestrutura da região em resposta ao movimento turístico, como destaca a associação:

> De 1995 até os dias atuais, inúmeras foram as conquistas obtidas pelo Vale dos Vinhedos. A região foi contemplada com melhor infraestrutura de acesso, sinalização turística, atraiu investidores da área de turismo e os vinhos ganharam renome e conquistaram o mercado interno e crescem em

Capela de Nossa Senhora das Neves, Bento Gonçalves (RS), 2007.
Foto: Fabiano Mazzotti. Acervo: Secretaria Municipal de Turismo – Bento Gonçalves.

exportação. São inúmeros os prêmios recebidos em concursos internacionais atestando a excelência e fortalecendo a identidade dos vinhos e deste roteiro enoturístico único no mundo (Aprovale, 2019).

Apesar dos grandes avanços em termos de desenvolvimento do turismo atrelado ao reconhecimento do patrimônio local, há uma preocupação quanto à descaracterização do território. Com o advento não só dos empreendimentos turísticos, que, até o início da década de 2000, pouco se faziam perceber no Vale dos Vinhedos, mas também dos condomínios vitivinícolas que ocupam extensas áreas, as videiras ou a mata da região vêm sendo substituídas por lotes com casas que mais lembram mansões norte-americanas.

A paisagem dos vinhedos locais também tem sofrido alterações devido à mudança na condução das videiras. Se, no início, elas eram sustentadas pelo sistema denominado latada[5], hoje, com a substituição de *Vitis labrusca* por *Vitis vinifera*, passou a ser adotado o sistema denominado espaldeiras, com a verticalidade das plantas. No entanto, a paisagem dos parreirais em sistema latada tem uma particularidade, conforme apontam Dal Pizzol e Pastor:

> A maior parte da formação horizontal em pérgola ou latada faz com que se gere, na Serra Gaúcha, uma paisagem única no mundo que vai mudando ao longo das quatro estações. A partir de um manto verde primaveril, vai modificando sua cor ao longo dos meses, como em uma metamorfose, até que perde sua "folha" e fica desprotegida, nua, somente com seus sistemas de apoio e suas estruturas horizontais à vista. Estas estruturas são responsáveis pela singularidade paisagística (Dal Pizzol e Pastor, 2016, p. 22).

Embora a mudança de condução das videiras, nomeadamente de *Vitis vinifera,* contribua para a qualidade das uvas e, consequentemente, dos vinhos produzidos, Dal Pizzol e Pastor (2016) sustentam que o sistema de condução tem a ver com a cultura do agricultor e deve ser adequado ao território: "Não podemos falar de '*terroirs* transportáveis' [...]", justificando que não se pode, simplesmente, copiar os modelos de condução e as cepas dos países do Velho Mundo.

O Diagnóstico do Enoturismo Brasileiro, publicado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pelo Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), ressalta essa preocupação com as paisagens do Vale dos Vinhedos: "Há a descaracterização por alteração no sistema de condução das videiras, extinguindo-se o plátano e a latada, outro tema polêmico". O documento aborda, da mesma forma, o risco de centralizar a atividade turística, ampliando a área com infraestrutura, tal como a pavimentação: "Não só [para] beneficiar todos os empresários/propriedades, mas melhor distribuir fluxo, pois já há congestionamentos em feriados e férias" (Flores e Flores, 2012, p. 35).

As paisagens culturais adaptam-se aos novos usos dos territórios, e desse modo a vitivinicultura foi fortalecida pelo enoturismo. Hotéis foram construídos e se destacam no cenário, tais como o Hotel Villa Michelon, mais horizontal, e o Spa do Vinho, vertical. Além disso, foram criados complexos

5. Sistema de condução em que a videira é sustentada de forma horizontal, formando um tapete que muda de cor de acordo com a estação.

enoturísticos que despertam o interesse do visitante em vinícolas como a Valduga, a Miolo e a Cave de Pedra, com seu prédio em pedra, lembrando um castelo, algo exógeno na região.

Essas novas construções somam-se às já existentes e às históricas, como a Capela das Neves, conhecida como a Igreja do Vinho, já que, conforme se lê na placa afixada pela comunidade na frente da capela, "foi construída com vinho". De fato, em função da seca que ocorreu no período de sua construção, de 1904 a 1907, os moradores utilizaram o vinho que estava estocado para fazer a liga da argamassa (foram utilizados, em média, 300 litros por família) (Buso, 2016, p. 1).

Depreende-se, assim, que o enoturismo vai muito além do contato com a natureza, configurando-se como turismo cultural, pois tem na cultura da vinha e do vinho o seu principal atrativo. Como afirma Barretto (2000, p. 19), "[...] entende-se por 'turismo cultural' todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana".

Nesse sentido, atualmente, a preocupação recai em conservar não só a paisagem, mas também a história do local, em seus aspectos sociais, econômicos e estruturais. Essa preservação não deveria se dar apenas nos museus, mas na própria vida da sociedade. De fato, isso vem ocorrendo, pois os moradores seguem com seus costumes, como a vida em comunidade, os encontros dominicais (com ou sem missas, que acontecem periodicamente), os jogos de futebol e de salão (carta, bocha) e a conversa com os vizinhos, além das festas anuais. No entanto, chama-se a atenção para a ameaça que novos investimentos podem representar, pois as propriedades rurais são adquiridas para serem transformadas em condomínios residenciais ou em empreendimentos diversos, o que provoca a saída das famílias tradicionais do seu território. Tal realidade pode, sim, ocasionar a descaracterização do lugar.

A comunidade acadêmica, por vezes, critica o turismo, principalmente o massivo, por transformar o legado cultural em um bem de consumo. Barretto (2000, p. 47) destaca que "a recuperação da memória coletiva, mesmo que seja para reproduzir a cultura local para os turistas, leva, numa etapa posterior, inexoravelmente à recuperação da cor local e, num ciclo de realimentação, a uma procura por recuperar cada vez mais esse passado".

Entretanto, isso só ocorrerá se houver o entendimento de que o enoturismo é um produto cultural e que a memória sobre a formação desse território deve ser um dos principais diferenciais da oferta turística. Acredita-se que a Carta Europeia de Enoturismo apresenta parâmetros condizentes com essa perspectiva.

Carta Europeia de Enoturismo

A Carta Europeia de Enoturismo (Recevin, 2019) é referência no continente e está sendo adotada no Brasil tanto pelo Sebrae, no Projeto de Enoturismo, quanto pela Associação Vinhos da Campanha. A Associação Internacional de Enoturismo (Aenotur), da qual o Brasil é associado e cuja presidência ocupa atualmente (2018-2019),



tem articulado discussões com os demais países-membros (Itália, França, Espanha, Portugal, Argentina e Uruguai), no sentido de que o documento se torne também uma referência mundial.

Entre os compromissos das empresas aderentes à Carta Europeia de Enoturismo, destacam-se os seguintes.

a) Aceitar e respeitar os princípios do desenvolvimento sustentável enumerados na presente Carta Europeia do Enoturismo, adaptando-os à atividade da empresa.

- Definir uma estratégia para a empresa, de médio prazo – três anos –, em matéria de desenvolvimento enoturístico. A estratégia terá de estabelecer os objetivos a atingir nestes termos: oferta de produtos e serviços para a cultura do vinho; defesa e promoção da cultura do vinho; desenvolvimento sustentável; controle da afluência turística e sua tipologia; melhoria constante da qualidade da oferta enoturística; promoção da oferta enoturística.

b) Articular essa estratégia num plano de ação anual, com estes objetivos:

- criar uma oferta específica em torno da cultura do vinho. A empresa terá de promover a criação

Barris de carvalho em vinícola, Bento Gonçalves (RS), 2003.
Foto: Gilmar Gomes. Acervo: Secretaria Municipal de Turismo – Bento Gonçalves.



Pisa da uva, Bento Gonçalves (RS), 2014. Acervo: Secretaria Municipal de Turismo – Bento Gonçalves.

de produtos e atividades que favoreçam a descoberta e a interpretação dessa cultura. Os produtos e as atividades enoturísticos criados na área específica da empresa deverão ser atraentes, genuínos e de elevada qualidade, e poderão ser identificados como prestação de serviços por parte de potenciais clientes;

- melhorar constantemente a oferta enoturística. A fim de satisfazer as expectativas dos clientes, as empresas de um território enoturístico deverão desenvolver, em conjunto com os gestores locais, um programa permanente para a melhoria da qualidade da oferta enoturística:

  - por meio de uma gestão integrada e permanente da qualidade da oferta. É preciso garantir a gestão da qualidade em todas as áreas relacionadas à cultura do vinho, no âmbito da ação de cada empresa. A empresa deverá procurar fórmulas para melhorar continuamente a qualidade da experiência enoturística dos seus clientes. A empresa deverá estar envolvida em todas as políticas

adotadas pelos gestores do território, em matéria de melhoria contínua;

- conhecendo melhor o cliente. A fim de garantir uma maior satisfação dos clientes, as empresas deverão transmitir regularmente, ao gestor do território, todas as informações relativas às suas expectativas e necessidades.

c) Sensibilizar os clientes por meio de:

- educação e interpretação. A educação referente ao ambiente deverá ser uma das prioridades da política da empresa. Além disso, suas atividades deverão abordar conteúdos de certo valor pedagógico, com o objetivo de facilitar a compreensão e a apreciação da cultura do vinho por parte do público;

- informação. Deverá ser disponibilizada informação de elevada qualidade e facilmente acessível aos visitantes;

- marketing e promoção responsável. Todos os documentos promocionais e de comunicação terão de realçar a adesão da empresa à presente Carta Europeia de Enoturismo.

d) Formar os colaboradores. A formação deverá ser uma ferramenta fundamental da empresa. Todos os seus colaboradores, tantos os funcionários quantos os temporários, deverão estar sensibilizados para o desenvolvimento do enoturismo. Deverão atualizar os seus conhecimentos sobre a cultura do vinho e do solo. Para isso, a empresa deverá assumir o compromisso de dar formação contínua aos colaboradores nessas matérias.

e) Defender e promover o patrimônio natural, cultural e histórico do vinho, considerando:

- gestão integrada das instalações. Durante as obras de ampliação, renovação ou adaptação, a empresa deverá garantir o respeito das volumetrias, o estilo arquitetônico da região, dos materiais e da sua integração ao meio ambiente. Para eventuais novas instalações, a recuperação do patrimônio edificado terá prioridade sobre a construção de novos edifícios;

- promoção do patrimônio relativo à cultura do vinho do território. Com esse fim em vista, a empresa não só deverá promover a oferta do seu próprio negócio, mas também a de todo o território. Para alcançar esse objetivo, terá que colaborar estreitamente com os gestores do território e com os diferentes prestadores de serviços de enoturismo do território;

- contribuição para a conservação do patrimônio. A empresa compromete-se a contribuir para a conservação, manutenção e promoção, na sua área de ação, dos locais de patrimônio cultural e histórico;

- proteção dos recursos naturais. A empresa precisará estar disposta a iniciar um programa de gestão racional de consumo de água, energia e espaço, com o objetivo de reduzir os custos e preservar os recursos naturais. Deverá privilegiar a aquisição de produtos que respeitem o meio ambiente, não só quanto à sua composição como também à condição em causa (biodegradáveis, reutilizáveis, recicláveis ou reciclados). Deverá ser criado um programa de distribuição seletiva e transformação dos resíduos, em associação com o território;

- controlar os transportes. Os clientes deverão ser incentivados a fazer a máxima utilização dos transportes públicos ou a descobrir o território por meios não poluentes como bicicleta ou a pé. Essa política inclui tanto o acesso às instalações da empresa quanto as viagens no interior do território.

f) Promover o desenvolvimento econômico e social por meio das seguintes ações:

- apoiar a economia local. A política da empresa deverá ser baseada no princípio de dar preferência a produtos e serviços locais, no contexto do binômio "qualidade" e "preço" aceito por ambas as partes. A empresa deverá, igualmente, dar prioridade à mão de obra local, bem como a sua formação contínua;

- salvaguardar a qualidade de vida dos habitantes. Com o objetivo de assegurar um acolhimento caloroso aos seus clientes no território, a empresa compromete-se a desenvolver as suas atividades respeitando a qualidade de vida dos seus habitantes, tanto quanto possível. Deverá, também, participar de atividades e eventos locais.

g) Controlar a afluência turística e sua tipologia. A empresa compromete-se a seguir as políticas adotadas pelos gestores do território, a fim de analisar, controlar e canalizar os fluxos de turistas, com o objetivo de favorecer uma experiência de elevada qualidade para eles, aumentando, assim, o impacto econômico das atividades turísticas no território e beneficiando o seu ajustamento sazonal.

h) Promover e comercializar o patrimônio enoturístico de forma prioritária, garantindo que os fluxos da procura respondam aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Avaliando-se as orientações contidas na Carta Europeia de Enoturismo, é notório que a região do Vale dos Vinhedos ainda carece de uma política pública constituída que abranja os três municípios – Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul –, visando proteger a paisagem e a cultura do lugar. O princípio poderia ser a própria Carta e, a partir dela, a busca pela construção de uma política comum para os municípios que fazem parte do Vale dos Vinhedos, ou melhor, que são abrangidos pela região.

Dal Pizzol e Pastor (2016) chamam a atenção para o trabalho da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que declarou as paisagens de vinhedo como Patrimônio Mundial, mas "somente determinados vinhedos europeus, com a exceção de uma paisagem de olivas e vinhas da Palestina". Ainda assim, os autores ressaltam que "pelo valor de mérito [...], a paisagem de vinhedos da Serra Gaúcha (onde está inserido o Vale dos Vinhedos) mereceria ter considerada a sua candidatura" (Dal Pizzol e Pastor, 2016, p. 280). Afirmam, também, que o escritório do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) no Brasil deveria apadrinhar a candidatura, tecendo uma série de motivos que justificam a proteção dessa paisagem, entre eles, ser território de "assentamentos humanos adaptados a uma nova realidade geográfica e por haver gerado uma cultura específica e única"; ter recebido um cultivo milenar, como o vinhedo, em um meio físico inóspito; exibir a fusão da mata original ao cultivo agrário; ainda, e mais importante, "ser o único exemplo mundial em uma área específica de cultivo da vinha em parreiral sobre estruturas horizontais de arame, suportadas por linhas perimetrais de árvores da família das platanáceas". Os autores seguem descrevendo suas razões e apresentam, por fim, um alerta sobre a região, o de "estar em perigo por uma rápida transformação pela mudança geracional e cultural", muito em consequência do



reconhecimento como patrimônio, que desperta o interesse de turistas do mundo, "podendo assim parar a transformação de modelos agrários que se está produzindo" (Dal Pizzol e Pastor, 2016, p. 281).

Conclusão

O valor do Vale dos Vinhedos está em mesclar cultura e paisagem, fornecendo um produto turístico raro, com enfoque no enoturismo. A imigração italiana constituiu um território único, adaptando o conhecimento vitivinícola a uma realidade distinta, a um lugar inóspito, transformando-o em uma das áreas mais valorizadas do Brasil.

Dessa forma, entende-se que o enoturismo é um produto autêntico do Vale dos Vinhedos, sendo o vinho uma herança da colonização europeia que chegou à região há mais de 100 anos. Além disso, o segmento

Passeio de tuque-tuque no Vale das Antas, Bento Gonçalves (RS), 2014.
Acervo: Secretaria Municipal de Turismo – Bento Gonçalves.

contribui para conter o fenômeno do êxodo rural, que vem acometendo as pequenas propriedades vinícolas, pois amplia a geração de renda local, desestimulando o jovem a deixar o campo. Nesse sentido, configura-se como uma atividade sustentável econômica e socialmente. Com relação à sustentabilidade ambiental, impõe-se frear o processo de descaracterização da paisagem, muito motivado pelo avanço da área urbana e pela ampliação dos condomínios residenciais.

O Vale dos Vinhedos é um dos principais destinos enoturísticos do Rio Grande do Sul, tendo sua oferta baseada na paisagem e na cultura do lugar. Por isso, outra preocupação latente diz respeito à cultura e sua evolução, sem a intervenção de empreendedores que agem priorizando a *disneyficação* dos lugares. A preservação dessa paisagem não significa estagnação, mas, sim, conservação. A cultura é mutável, viva e deve incorporar os aspectos da realidade, sem perder, no entanto, a sua identidade histórica.

Atualmente, por exemplo, se discute a declaração da região como Zona Franca do Vinho, o que possibilitará um avanço competitivo e a sustentabilidade econômica da oferta enoturística por meio da redução dos tributos nacionais e estaduais e, consequentemente, dos preços dos vinhos comercializados no local. Se for aprovada, a lei promoverá um interesse ainda maior dos visitantes, aumentando consideravelmente o fluxo de turistas.

Nesse sentido, entende-se, deve haver o planejamento das ações, com um escopo mais amplo. A sugestão é criar um plano diretor específico para os três municípios da região, a fim de refrear o processo de urbanização, como já ocorreu em partes, de modo a não desfigurar a paisagem e a cultura, ocasionando a perda do objeto de atração dos turistas. Com relação ao planejamento e ordenamento da atividade enoturística, sugerem-se a adaptação e a adoção da Carta Europeia do Enoturismo.

Se, em dez anos, o fluxo de turistas no Vale dos Vinhedos passou de 40 mil para 410 mil visitantes, podemos prospectar que esse aumento será muito mais acelerado, não só em função das razões citadas, mas também devido ao impacto provocado pelas mídias sociais digitais na promoção de destinos.

Assim, entende-se que um planejamento participativo e integrado poderia assegurar a sustentabilidade do Vale dos Vinhedos. Fundamental nesse processo, há que se chamar a atenção, deverá ser o envolvimento das comunidades, e não somente dos setores produtivos.

Referências

APROVALE – Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos. *Vale dos Vinhedos*. 2019. Disponível em: https://bit.ly/2tq2UVN. Acesso em: 1 abr. 2019.

BARRETTO, Margarita. *Turismo e legado cultural*: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BENTO CONVENTION BUREAU. *Vinícola Aurora recebe mais de 180 mil turistas no ano*. 2018. Disponível em: http://bentoconvention.com.br/pt-br/noticias/506. Acesso em: 6 maio 2019.

BUSO, Eliria. Conheça uma igreja de vinho em Bento Gonçalves. *Qual viagem*. 2016. Disponível em: http://www.qualviagem.com.br/conheca-uma-igreja-de-vinho-em-bento-goncalves/. Acesso em: 6 maio 2019.

DAL PIZZOL, Rinaldo; PASTOR, Luís Vicente Elias. *Paisagens dos vinhedos rio-grandenses*. Bento Gonçalves: Rinaldo Cistílio Dal Pizzol, 2016.

DAL PIZZOL, Rinaldo; SOUSA, Sérgio Inglez de. *Memórias do vinho gaúcho*. Porto Alegre: AGE, 2014.

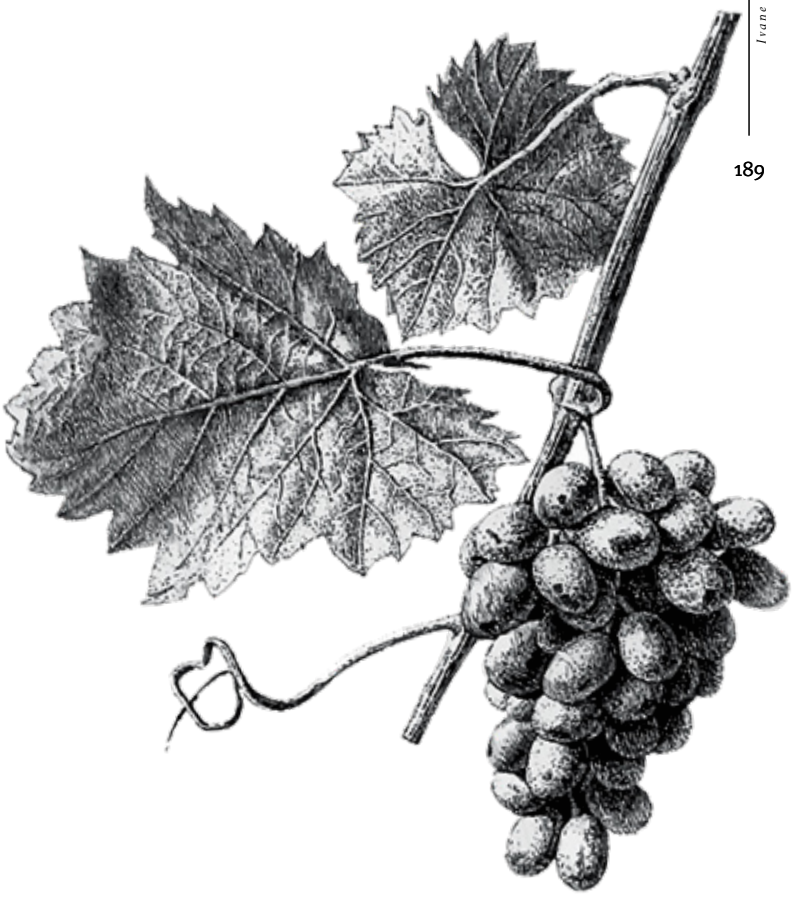
FLORES, Maria Amélia; FLORES, Andiara. *Diagnóstico do enoturismo brasileiro*: um mercado de oportunidades. Brasília: Sebrae; Bento Gonçalves: Ibravin, 2012.

MESTRE, João. É por isto que devemos todos fazer enoturismo. *Diário de Notícias*. 2018. Disponível em: https://www.dn.pt/1864/interior/e-por-isto-que-devemos-todos-fazer-enoturismo--9912517.html. Acesso em: 6 maio 2019.

MIELE, A.; MIOLO, A. *O sabor do vinho*. Bento Gonçalves: Vinícola Miolo; Embrapa Uva e Vinho, 2003.

RECEVIN – Rede Europeia de Cidades do Vinho. *Carta Europeia de Enoturismo*: princípios gerais. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2uDpxF7>. Acesso em: 1 abr. 2019.

SPLENDOR, F. (Org.). *Vinhos, degustação e serviço, saúde, enoturismo, licores*. Caxias do Sul: Educs, 2003.





Margareth de Castro Afeche Pimenta

Santa Catarina:
entre regiões e paisagens culturais

Santa Catarina: nestled in culture and landscapes
Santa Catarina: entre regiones y paisajes culturales

Resumo

Santa Catarina tem um rico patrimônio histórico, constituído a partir de sucessivas levas migratórias de diferentes nacionalidades, que conformaram regiões e paisagens culturais. Partindo da defesa territorial e do abastecimento dos navios que se dirigiam ao Rio da Prata, populações de origem sobretudo açoriana ocuparam a faixa litorânea no século XVIII. A partir do século XIX, a colonização alemã avançou interior adentro, pelos vales dos rios. De Blumenau, alastrou-se pelo Vale do Rio Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, imprimindo seus traços na arquitetura enxaimel. De Joinville, na Baía de Babitonga, dirigiu-se ao plano norte, compondo, posteriormente, com outras nacionalidades europeias (poloneses, ucranianos, suíços, noruegueses etc.), acervos patrimoniais exclusivos. Configuraram-se, portanto, regiões e paisagens culturais de origem predominantemente alemã, sem suprimir as expressões minoritárias, que mantiveram seus padrões e singularidades.

Os italianos constituíram outros fluxos migratórios, a partir do final do século XIX. De Brusque, dirigiram-se para o Vale do Tijucas, formando colônias rurais. No sul catarinense, combinavam atividade agrícola e carbonífera, utilizando rios e a ferrovia para ligar povoados ao porto. Os italianos eram mestres no trato da pedra, da madeira e da cerâmica. Deixaram admiráveis complexos produtivos rurais, com a utilização de rodas-d'água. Italianos e alemães do Rio Grande do Sul completaram o povoamento, em direção ao oeste até as fronteiras nacionais.

Santa Catarina tem um legado histórico singelo de pequenos produtores rurais e artesãos que, na cotidianidade, esboçaram estilos e formas de vida autênticos e criativos, relacionando gestos com expressões artísticas que são ainda cultura viva. Reconhecem-se as regiões por seu sotaque, habilidades no trato dos diversos materiais, culinária e tradições. Por isso, pode-se afirmar que são paisagens culturais articuladas regionalmente.

Summary

Santa Catarina has a rich historical heritage of consecutive immigration flows from different nationalities, which have shaped its culture and landscapes. Shore defense and

Sido Stribel, funcionário do Museu Hering, Blumenau (SC), 2013.
Foto: Valdemir Cunha.



provisioning ships bound for the La Plata River brought populations of Azorean origin to the coastal strip in the 18th century. From the 19th century on, German colonization ventured inland along river valleys. After establishing Blumenau, they settled in the Itajaí-Açu and Itajaí-Mirim river valleys, imprinting their mark with timber-framing ("enxaimel) architecture. From Joinville, in the Bay of Babitonga, these populations headed north and were later on enriched by other European nationalities (Poles, Ukrainians, Swiss, Norwegians, etc.), producing a unique heritage. Predominantly German cultural backgrounds and landscapes were established as a result, without suppressing the expression of minority populations, who maintained their own distinct traits and peculiarities.

Italians established new immigration flows from the end of the 19th century onwards. Starting in Brusque, they moved towards the Tijucas Valley, where they settled in rural colonies. In southern Santa Catarina these colonies blended agricultural and coal mining activities, using rivers and railways to connect their settlements to the port. The Italians were skilled stone, wood and ceramics workers. They left admirable rural farming complexes featuring water wheels. Italians and Germans from Rio Grande do Sul complemented the state settlement, heading west as far as the national borders.

Capa do Livro de Medição e Demarcação de Lote de Terra, pertencente ao fundo Domínio Dona Francisca, subfundo Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897.
Acervo: Arquivo Histórico de Joinville – Fundação Cultural de Joinville.

Veduta della città di Nuestra Senhora del Destero nell'Isola di S. Caterina.
Água-forte e aquarela sobre papel, autoria desconhecida, 1818.
Acervo: Instituto Moreira Salles.

Santa Catarina possesses a singular historical legacy bequeathed by smallholder farmers and artisans whose authentic and creative lifestyles connected them to artistic expressions, which are still living culture. We recognize these regions for their accent, their skills in working with diverse materials, their cuisine and their traditions. For that reason, we may claim that these are regionally connected cultural landscapes.

Resumen

Santa Catarina cuenta con un rico patrimonio histórico, constituido a partir de sucesivas tandas migratorias de diferentes nacionalidades, que conformaron regiones y paisajes culturales. Partiendo de la defensa territorial y del abastecimiento de los barcos que se dirigían al Río de la Plata, las poblaciones de origen principalmente azoriano ocuparon la costa en el siglo XVIII. A partir del siglo XIX, la colonización alemana avanzó tierra adentro por los valles de los ríos. Desde Blumenau se extendió por el valle del río Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, imprimiendo sus trazos a la arquitectura de entramado de madera estilo alemán. Desde Joinville, en la Bahía de Babitonga, se dirigió al plano norte, componiendo posteriormente con otras nacionalidades europeas (polacos, ucranianos, suizos, noruegos, etc.) acervos patrimoniales exclusivos. Se configuraron, por lo tanto, regiones y paisajes culturales de origen predominantemente alemán, sin suprimir las expresiones minoritarias, que mantuvieron sus estándares y singularidades.

Los italianos constituyeron otros flujos migratorios a partir de finales del siglo XIX. Desde Brusque se dirigieron al valle de Tijucas formando colonias rurales. En el sur de Santa Catarina combinaron la actividad agrícola con la del carbón, utilizando ríos y el ferrocarril para conectar los pueblos con el puerto. Los italianos eran maestros en el trabajo de la piedra, la madera y la cerámica. Dejaron admirables complejos productivos rurales con el uso de ruedas hidráulicas. Los italianos y alemanes de Rio Grande do Sul completaron su proceso de poblamiento hacia el oeste hasta las fronteras nacionales.

Santa Catarina tiene un legado histórico sencillo, de pequeños productores rurales y artesanos que, en su vida cotidiana, esbozaron formas y estilos de vida auténticos y creativos, relacionando gestos con expresiones artísticas que aún representan una cultura viva. Las regiones son reconocidas por su acento, por las habilidades en el manejo de diversos materiales, la culinaria y sus tradiciones. Por eso se puede decir que son paisajes culturales articulados regionalmente.





Mapa da medição e demarcação das terras do dote da Princesa Francisca de Bragança, onde se situa a colônia Dona Francisca. Demarcação iniciada por Jeronimo Francisco Coelho e concluída por Henrique Kreplin, 1872.
Acervo: Arquivo Histórico de Joinville – Fundação Cultural de Joinville.

Eu sou o espaço onde eu estou.

Noël Arnaud[1]

Reconhece-se, há algum tempo, a importância do homem construtor de espaços, tanto econômicos quanto sociais, que ultrapassam o âmbito meramente funcional. Eles dizem muito sobre a sociedade que os erigiu, são expressivos de um modo de vida (Vidal de La Blache, 1913). No processo de produção material, reelabora-se o ambiente, para adaptá-lo às condições de existência (Santos, 1982; 1984). Impõem-se relações de convívio, desenvolvem-se sociabilidades, criam-se locais para o desenrolar de atividades comerciais, culturais e de serviços. Molda-se a paisagem, configura-se o lugar, resultante de uma maneira singular de combinação das diferentes variáveis em um ponto específico do território. O espaço herdado, no entanto, reivindica, no decorrer do tempo, sua revanche, a troca de papéis. Agora, impregnado por uma história particular, tem o poder especial de interagir com os grupos sociais, de induzir comportamentos, hábitos e identidades. Na vida cotidiana, entra-se em contato com o mundo humanizado, já realizado, composto de produtos e obras, que enriqueceram material e simbolicamente o local (Lefebvre, 1978). O espaço socialmente elaborado faz recuperar a ideia de tempos ausentes que facetaram as paisagens (Eliade, 1992). O lugar passa, então, a desempenhar um papel protagonista dos distintos olhares (Vidal de La Blache, 1913). Ali se estabeleceram – e continuam a se desenvolver – múltiplas e complexas relações que criaram espaços únicos, ainda em processo constante de transformação.

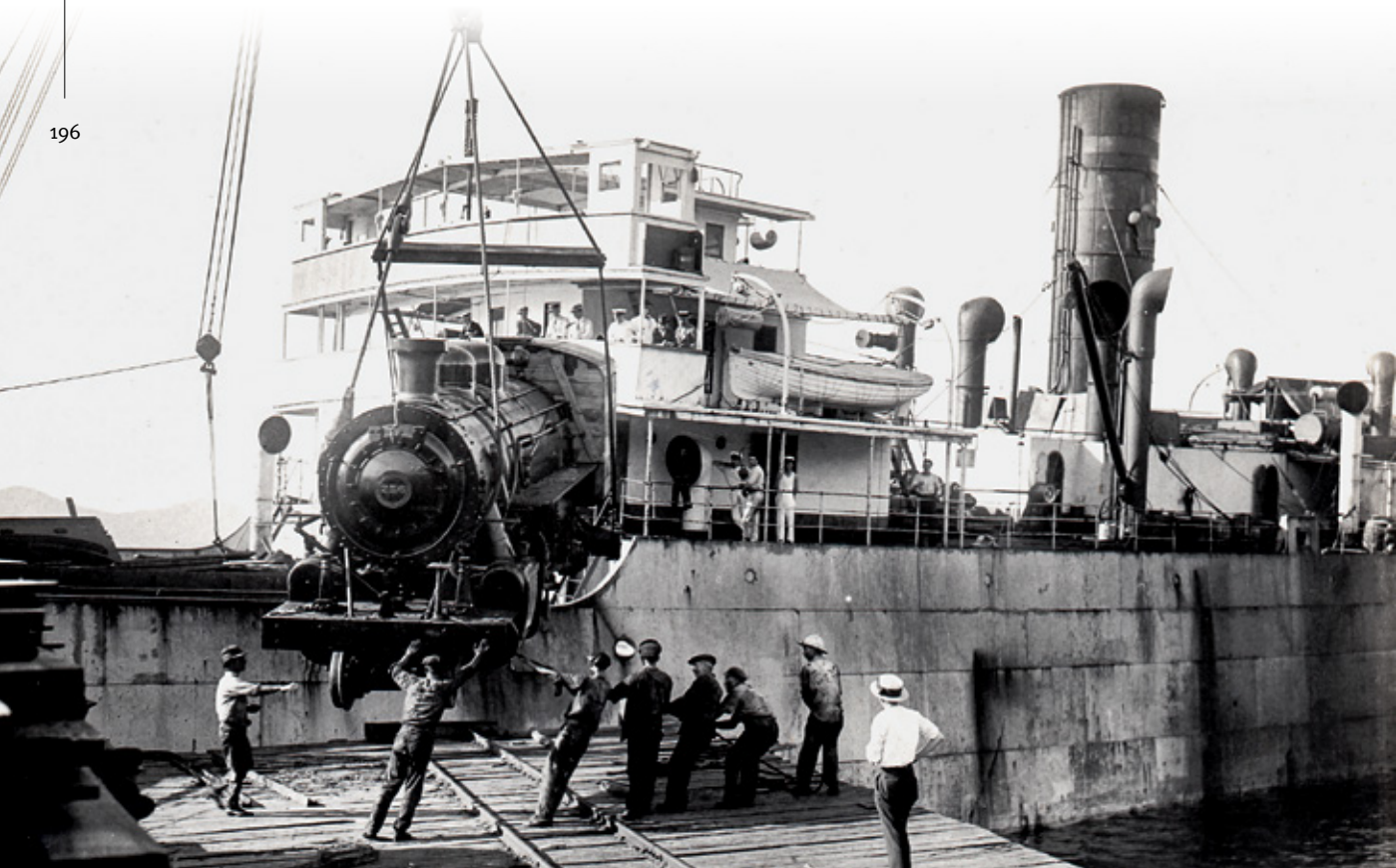
No lugar – aquele cotidiano compartido entre pessoas, firmas e instituições –, elabora-se, com conflitos e harmonias, uma vida em comum (Santos, 1996). Não foi diferente o desígnio daqueles que vieram povoar as terras inóspitas de Santa Catarina, a partir do século XVIII. Por sucessivas levas migratórias, do litoral ao interior, talharam regiões distintas, diversificadas entre si, mas relativamente homogêneas internamente, por seus traços culturais predominantes (Claval, 2006). A necessidade de defesa da costa e a posição estratégica na rota em direção ao Rio da Prata conduziram portugueses e açorianos para a área litorânea, abastecendo os navios e formando pequenos núcleos de pescadores e cultivadores. A partir de meados do século XIX, empresas de colonização continuaram a ocupação interior adentro. Trouxeram os alemães para iniciar a apropriação dos fundos de vale (Rio Itajaí e afluentes, da Baía de Babitonga em direção ao nordeste catarinense), visando implantar uma pequena produção rural para abastecimento local e nacional. A eles se sucederam os italianos, para ficar por ali mesmo, mas, com a terra já grandemente ocupada, desviaram o trajeto para novos vales (Rio Tijucas, bacia dos Rios Tubarão e Araranguá). Os imigrantes, no entanto, tinham muitas outras aptidões. Eram hábeis construtores, manipulavam madeira, cerâmica, pedra. Alguns vinham de áreas já industrializadas na Europa e tinham inclinação para o trato manufatureiro. Floresceram as cidades e os pequenos núcleos urbanos, polarizadores da vida econômica, social e cultural. As diferentes

1. 1950, s.p., tradução nossa.

nacionalidades estabeleceram-se em regiões distintas, específicas, o que assegura a peculiaridade do estado de Santa Catarina. Embora não houvesse exclusividade, houve predominância cultural na maior parte das áreas de colonização. Reconhece-se, ainda hoje, cada uma delas por suas características culturais, advindas dos processos migratórios iniciais. Ali as regiões confundem-se com o lugar de origem (Claval, 2006), constituindo um novo espaço fundacional, povoado por um homem que veio de fora, portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar (Santos, 1996).

No novo mundo, reinventaram um fazer a partir da habilidade técnica e da carga cultural que trouxeram das terras longínquas. Conformaram regiões distintas pelas suas características particulares (físicas, econômicas e sociais) e por seus traços culturais, sem significações funcionais (Claval, 1993). Trata-se da consolidação de personalidades regionais específicas (Dumont, 1979).

Se os elementos naturais desempenharam um papel relevante nas decisões de localização no início da implantação das atividades rurais ou urbanas, hoje a sobreposição da ação social transformou o ambiente em espaço culturalizado. As ações do homem exteriorizam-se nessas paisagens, que são, portanto, culturais em seu sentido amplo, marcadas pelos traços das populações que as moldaram (Santos, 1988) a partir de uma paisagem natural, por grupos sociais específicos (Claval, 2011a). "A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado" (Sauer, 2004, p. 59).



A vida cotidiana é a existência de todo homem. É a vida do homem inteiro, isto é, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela coloca todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, suas paixões, ideias, ideologias (Heller, 1992). Impregna, portanto, as paisagens dessas elaborações materiais e intelectuais. Esses espaços correlativos contemplam, portanto, atributos culturais próprios, ou seja, "um conjunto de atitudes e de costumes que dão ao grupo social a sua unidade" (Claval, 2002, p. 21). Por meio deles, constroem-se as identidades coletivas, assinaladas no lugar.

Essas unidades geográficas, reconhecidas hoje como tal pela associação peculiar de diversas variáveis, expressam nas paisagens características culturais migratórias. Difícil, então, pensar ou compreender esses lugares, desfazendo em fragmentos tamanha herança patrimonial. Foram agrupamentos de pequenos empreendedores que construíram, meticulosamente, um legado singelo (arquitetônico e urbanístico), mas valioso tanto técnica quanto simbolicamente. Não houve, por aqui, grandes ciclos econômicos que deixassem a luxuosidade como herança, de apreciação sempre mais imediata (Veblen, 1978). Trata-se, por outro lado, de rotas de engenhosidade e de talento, traçadas por onde essas populações passaram ou onde se assentaram.

Em um período de aceleração do tempo, como o atual, o pensamento se desfaz em migalhas (Dosse, 2010). E, portanto, não se pode preservar aquilo que não se compreende. Para restabelecer os significados temporais e espaciais, faz-se necessário estar atento aos processos que incluem os objetos em uma lógica única e inter-relacional. Pensar a história transforma-se no caminho para tornar o real inteligível (Bloch, 1982). É, pois, uma questão de método acompanhar as trajetórias que os migrantes foram traçando – quando adentraram as terras litorâneas até o extremo oeste –, para reconstituir a memória social das paisagens culturais catarinenses.

A OCUPAÇÃO LITORÂNEA

Compreender a história significa reportar-se também à geografia, determinante não só nas disputas e nas estratégias econômicas, mas também na configuração dos espaços regionais, nacionais e mundiais. A história e a geografia são antigos companheiros que viajam juntos e, "como acontece entre velhos conhecidos, perderam o hábito de discernir as diferenças que os separam" (Vidal de La Blache, 1913, p. 298, tradução nossa). A localização das primeiras nucleações catarinenses foi estabelecida, assim, por duas importantes condicionantes geográficas: a *situação e o sítio.*

Os locais onde se assentariam os primeiros aldeamentos, em âmbito mundial, encontravam-se em rotas comerciais ou exploratórias, tal qual aconteceu, por exemplo, com a implantação das cidades medievais. A posição, definida como "a localização da cidade em função de fatos naturais susceptíveis, no passado e no presente", deveria influir no seu desenvolvimento posterior (George, 1983, p. 36). As condições de circulação e de troca foram tradicionalmente preponderantes

Desembarque de locomotivas para a linha São Francisco da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, Porto de São Francisco do Sul (SC), década de 1930.
Foto: Arthur Wischral. Acervo particular de Paulo José da Costa.

em relação à existência de um fator de produção qualquer. A situação estava sempre relacionada à facilidade de comunicação, "seja para explorar (cidade comercial, administrativa), seja para bloquear (cidade de defesa, fortaleza)" (Beaujeu-Garnier, 1980, p. 94).

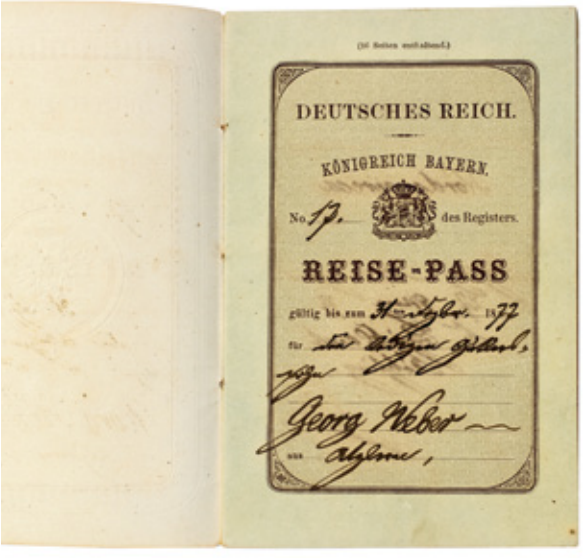
O mesmo ocorreu por ocasião das abordagens marítimas ao longo do litoral brasileiro, que instalaram diversos povoamentos dispersos pelo território. Desde sua chegada à América, espanhóis e portugueses faziam viagens de reconhecimento, com diversas expedições percorrendo as costas do Brasil (Prado Júnior, 1981). Importa, então, recordar que já contavam, à época, com uma cartografia náutica relativamente precisa.

Em Santa Catarina, o processo de criação dos primeiros núcleos deveu-se, além da defesa territorial, à sua posição em relação ao trajeto para se atingir o Rio da Prata. A necessidade de abastecimento dos navios impunha paradas intermediárias. Santa Catarina, situada nesse percurso, apresentava um extenso litoral a meio caminho do destino final, ou seja, uma situação condizente com as necessidades das conquistas territoriais europeias.

Tinha-se, então, de buscar, ao longo da costa, os pontos mais propícios em termos de condições físicas e de segurança para o ancoradouro e o abastecimento dos navios. Aí se configura a procura de locais geograficamente adequados. O sítio escolhido constituía "o quadro topográfico no qual se enraizou a cidade, pelo menos em suas origens" (George, 1983, p. 37).

Procuravam-se paragens adequadas à instalação do porto para abastecimento dos navios com água, madeira e víveres. As áreas escolhidas representavam ambientes naturais protegidos, com profundidade suficiente para os navios, águas calmas e condições de defesa. Eram necessárias igualmente terras adequadas ao cultivo, oferta de animais e aprovisionamento de água, inclusive potável.

O sítio era definido em função dos acidentes naturais com valores específicos, vias navegáveis, microrrelevo, água como manancial de vida. São Francisco do Sul foi a primeira decisão ocupacional, feita por oficiais da Câmara de São Paulo que, em 1645, representaram ao donatário da Capitania de São Vicente, alegando que "nas partes do sul da demarcação daquela Capitania ficava um rio chamado de São Francisco com boa barra para entrada e saída de navios e margens com terrenos para cultivar" (Cabral, 1970, p. 39). Pediam, pois, a fundação da vila, nomeando Manoel Lourenço de Andrade seu capitão-mor, pois este já vinha, jun-


DEUTSCHES REICH.

KÖNIGREICH BAYERN.

No. 59. des Registers.

REISE-PASS

gültig bis zum November 1877

für

Georg Weber

aus Algone,

to a alguns companheiros, povoando a área.

A Ilha de São Francisco do Sul, localizada no interior do canal da Baía de Babitonga, na foz do Rio Palmital, apresentava-se como lugar ideal para a implantação do povoado. O estreitamento das margens laterais e a profundidade do canal permitiam condições ideais de defesa. O local possibilitava, ainda, atracagem protegida dos ventos e da movimentação das águas. Após duas tentativas (Barra do Rio Paranaguá-Mirim e Olaria no Rio Parati), reconhece-se como lugar mais apropriado a Barra do Norte, entre as pontas da Cruz e do Itacorubi (Piazza, 1982, p. 37).

O segundo ponto de ocupação é consequência, em 1663, de uma resolução real que concedia a Ilha de Santa Catarina a Agostinho Barbalho Bezerra. No entanto, praticamente nada foi realizado naquele momento. Assim, somente mais tarde, foi criada uma póvoa por Francisco Dias Velho (1678), no lugar onde já havia uma igreja e algumas culturas (Cabral, 1970, p. 41). As condições portuárias eram favoráveis. Conforme o relato de viajantes, a "aterragem em Santa Catarina é muito fácil; alcança-se o fundo a 70 braças por 18 léguas ao largo, com esse fundo subindo gradualmente até quatro amarras da margem, onde ainda existem quatro braças" (Milet-Mureau, 1984, p. 114, tradução nossa).

A Ilha de Santa Catarina aproximava-se do continente, com o qual configurava uma passagem, com águas calmas e fáceis condições de ancoragem. Seria a ponta mais próxima do continente o local selecionado para a ocupação inicial, que constituiria, posteriormente, o principal núcleo comercial e portuário e o atual centro urbano da cidade. Era alcançada, diretamente, através do canal, mais facilmente pelo norte, conforme testemunham os navegadores: "A melhor entrada para o porto é entre a ponta e a Ilha do Arvoredo, onde os navios podem avançar ousadamente com o único auxílio da sonda" (Anson, 1984, p. 62, tradução nossa).

O terceiro ponto foi definido mais ao sul, ficando assim distribuídos, quase homogeneamente, os povoados ao longo da costa: São Francisco do Sul no nordeste, Desterro (Ilha de Santa Catarina) na parte central e Laguna ao sul. Em 1676, o vicentista Domingos de Brito Peixoto criava, portanto, a póvoa de Laguna, que seria atingida por terra e por mar por duas frações de bandeiras (Cabral, 1970). Nada mais protegido e próprio à ancoragem que o sítio escolhido, no interior de uma laguna, ligada ao mar por um estreito canal. A construção da capelinha de pau a pique, marco inicial da povoação, dar-se-ia em área próxima à entrada e à saída do canal, onde se situa a atual Igreja Matriz.

Tanto Desterro quanto Laguna receberam, posteriormente, colonização madeiro-açoriana e expandiram as localizações iniciais ao longo do litoral (Piazza, 1982). A Ilha de Desterro formaria, então, as freguesias de Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa, que, até hoje, conservam traços paisagísticos históricos. O local inicial da ocupação de Desterro, hoje centro histórico de Florianópolis, ficou acompanhado, ao norte e ao sul, por duas outras póvoas – Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha –, inseridas na parte interna da ilha, que se voltava para o continente, em mar fechado.

Passaporte de Georg Weber, pertencente ao fundo Domínio Dona Francisca, subfundo Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, 1877. *Acervo: Arquivo Histórico de Joinville – Fundação Cultural de Joinville.*

Ali, naquela calha entre ilha e continente, começaram os primeiros povoamentos, cujas fiadas de casas alongavam-se de forma irregular, paralelamente ao mar, sendo cercadas por plantações. As descrições da época registram que as "habitações, tanto na ilha como no continente, estão todas à beira-mar: os bosques que a cercam têm um aroma delicioso, devido à grande quantidade de laranjeiras, árvores e arbustos aromáticos de que estão cheios" (Milet-Mureau, 1984, p. 113, tradução nossa).

Além de áreas marítimas protegidas, os sítios das três localidades – São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna – apresentam características semelhantes: terra irrigada por alguns rios e águas marítimas calmas em uma pequena planície costeira cercada por morros, indispensáveis para a proteção dos ventos. As igrejas e, posteriormente, outras construções religiosas aproveitam-se desses aclives para se destacar, visando alcançar alguma proeminência. As demais freguesias reproduzem, em geral, as mesmas peculiaridades de assentamento.

As implantações iniciais já não deixavam dúvidas. Os migrantes apropriavam-se do meio natural e construíam novas paisagens. Abriam caminhos na mata, implantavam áreas de cultivo e moinhos, e traçavam trilhas de acesso para as igrejas, as procissões, as festas religiosas ou um pequeno comércio local. Marcavam simbolicamente a terra com sua religiosidade, esquadrinhavam o solo para seu uso produtivo ou festivo, construíam conjuntos arquitetônicos, casas em fiada, e não imóveis isolados, que eram relativamente raros e situados em pequenas propriedades agrícolas.

Os sítios naturais foram transformados em paisagens. Ali, no "lugar preciso de implantação inicial da cidade" (Beaujeu-Garnier, 1980, p. 94). Os recém-chegados reorganizaram o espaço de acordo com os traços culturais do país originário. São exatamente esses locais que, com o tempo, adquiriram um valor histórico e passaram a representar o imaginário fundacional da cidade.

A formação das primeiras regiões culturais

> O lugar de origem [*pays*] está longe de ser uma região como as outras […]. Sua força provém de […] tudo aquilo que significa experiência comum e pertencimento ao mesmo grupo.
>
> *Paul Claval*[2]

Em um primeiro momento, o processo de ocupação dispersa-se pela costa, ao passo que o século XIX recebe levas migratórias programadas para serem interiorizadas. A partir dos fluxos migratórios de origem predominantemente alemã, que foram ocupando gradativamente o Vale do Itajaí e o nordeste catarinense, fundaram-se as bases para a construção de grandes identidades e laços regionais. Como essas áreas ficaram, durante algum tempo, bastante isoladas em relação ao centro-sul e ao restante do Brasil, reforçaram-se laços de interdependência e traços culturais, já que, além de obrigadas a forjar solidariedades locais, as populações continuaram mantendo relações com o país originário. Assim se formam as regiões culturais de características teuto-brasileiras em

2. 2006, p. 3, tradução nossa.



Santa Catarina. Uma região constitui-se como um lugar de origem (*pays*) (Dumont, 1979), com suas paisagens, seus gêneros de vida, suas tradições, seus hábitos, suas normas, suas maneiras de falar, suas pronúncias.

O processo de ocupação da migração de predominância alemã ocorreu a partir de dois locais fundadores: a colônia Blumenau, no Vale do Itajaí, e, um pouco mais ao norte, em área contígua, no nordeste catarinense, a colônia Dona Francisca, hoje, Joinville. Desses lugares centrais, irradiou-se o processo colonizador, a partir de meados do século XIX, em direção às áreas rurais. No primeiro caso, foram os vales dos rios os condutores da colonização, decidida pelo Imperador Dom Pedro I, que pretendia povoar o Brasil meridional, incentivando a vinda de alemães para o sul do país. A imigração alemã iniciou-se com a fundação da colônia de São Pedro de Alcântara por 523 migrantes, oriundos de Bremen, em 1829. O local, apesar das terras férteis, apresentava relevo acidentado e com intensa cobertura vegetal, o que motivou o deslocamento para outras terras. Alguns dirigiram-se ao Vale do Itajaí, iniciando sua ocupação em 1835, a partir da cidade de Gaspar.

Porto de Joinville (SC), entre 1913 e 1923. Acervo: Arquivo Histórico de Joinville – Fundação Cultural de Joinville.



Distante das regiões mais ocupadas, o Vale do Itajaí parecia satisfazer as aspirações de Hermann Blumenau de criar uma colônia agrícola, segundo os modelos utópicos do século XIX (Fouquet, 1950). Chegou por ali, em 1850, com somente 17 pessoas. Pouco tempo após, repartiu os primeiros lotes, construiu a igreja e montou o barracão de madeira para a hospedagem provisória dos novos migrantes, marcando, em 1852, a fundação da colônia (Silva, 1972). O núcleo inicial e o porto instalaram-se no local onde o rio deixava de ser navegável, a partir de sua conexão com o litoral.

Partindo das embocaduras do Rio Garcia e do Ribeirão da Velha, a colonização estendeu-se por Massaranduba e Rio do Testo (Pomerode) e pela área correspondente aos atuais municípios de Gaspar, Indaial, Timbó, Rodeio e Ibirama. As condições na bacia do Itajaí-Açu, a montante de Blumenau, eram bastante favoráveis à colonização, tanto "no próprio vale do Itajaí-Açu como nos dos seus afluentes com plataformas estruturais, que permitiram o aproveitamento das terras até as proximidades dos limites da bacia" (Peluso Júnior, 1950, p. 125).

Um sistema associado de desenvolvimento regional dispersava a população rural, aglutinando-a em povoações de serviços de 10 em 10 quilômetros ao mesmo tempo que impulsionava o crescimento de Blumenau,

local de concentração e distribuição do excedente. Esses pequenos subcentros dependiam da colônia-sede e de seu porto para as transações comerciais, também porque os colonos não falavam português. Blumenau tornou-se logo num centro regional, primeiramente com objetivos comerciais (Kleine, 1950) e, logo após, como polo industrial (Silva, 1954). Tratava-se de uma organização regional precoce, ligando áreas produtoras rurais ao centro urbano-comercial, caracterizando ainda mais a regionalização de origem alemã. Em 1860, Blumenau tinha 947 habitantes. Já em 1890, fase final do processo migratório, recebia algo em torno de 20 mil pessoas, que iriam ocupar também novas áreas (Silva, 1972, p. 109).

O fluxo intenso de migrantes permitiu a expansão do processo inicial. Eles avançaram do Rio Itajaí-Açu em direção às margens do Rio Itajaí-Mirim, onde se assentou um novo povoamento, nove léguas acima do ponto de confluência entre os dois rios. No ano de fundação, 1860, Brusque contava com 406 pessoas, às quais seriam acrescidos novos membros, provenientes de outras colônias (São Pedro de Alcântara e Teresópolis), perfazendo 657 habitantes (Cabral, 1970, p. 221). Alguns deles instalaram-se na sede em Vicente Só, atual praça de mesmo nome, e os demais formaram a colônia agrícola de Itajahy. As duas localidades iriam compor, no futuro, um conjunto sob o nome de Brusque. Chegaram, posteriormente, ingleses, em 1867, e poloneses, em 1869. Estes últimos migraram também para Indaial e Rodeio. A mais importante leva populacional ocorreu, no entanto, em 1875, com a vinda de 10 mil imigrantes italianos. Além de ocuparem diversas áreas de colonização alemã (Blumenau, Indaial, Gaspar), os italianos iniciaram outras nucleações, como Rodeio ou Luís Alves, que, por sua vez, receberam igualmente alemães ou poloneses, além de imigrantes de outras nacionalidades em menor escala (franceses, austríacos e belgas), dando ao Vale do Itajaí uma característica multicultural, apesar da predominância da paisagem alemã (Seiffert, 1974).

O avanço do processo migratório conduziu ao redirecionamento da ocupação para um afluente do Rio Itajaí-Açu, o Rio do Testo, como estratégia para fortalecer o comércio entre a colônia Dona Francisca e Blumenau. Já havia ali um pequeno povoamento inicial, resultante da expansão de Blumenau, onde hoje se encontra o bairro Badenfurt, localidade conhecida como povoado Rio do Testo, criada majoritariamente por pomeranos em 1860. O nome Pomerode estaria ligado à origem dos fundadores, vindos da Pomerânia (*Pommern*), no norte da Alemanha. O termo, literalmente, é a junção do radical *Pommern* e do verbo *rodern*, que significa "tirar os tocos", "tornar a terra apta para o cultivo" (Santa Catarina, 2010).

No nordeste catarinense, a colônia Dona Francisca, hoje Joinville, resultou da outorga de terras, por parte de D. Pedro II, destinadas ao dote de casamento da princesa Dona Francisca de Bragança (filha do imperador D. Pedro I) com o príncipe de Joinville (filho do rei francês Luís Filipe I) em 1843. Em 1849, o casal, exilado da França, negociou, ao menos, parte das terras com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, "visando à exploração do

Imigrantes italianos, Blumenau (SC).
Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Fundação Cultural de Blumenau.

patrimônio dotal, objetivando introduzir [nessas terras] 1.500 pessoas, em cinco anos" (Piazza, 1982, p. 124). Esse contrato, alterado posteriormente, garantia a liberdade de culto e a naturalização, em um prazo de dois anos, àqueles que adquirissem terras. Ao contrário das demais colônias, exceção feita a Blumenau, Joinville teve regulamento próprio, garantindo aos colonos o direito de constituir livres instituições comunais (Cabral, 1970). A colônia Dona Francisca instalou-se, em 1851, na Baía de Babitonga, às margens do Rio Cachoeira e nas proximidades da antiga colônia açoriana de São Francisco do Sul (Cabral, 1970). Pela entrada migratória, a população real de Joinville passava de 399, em 1851, a 19.445 pessoas, em 1881. Havia heterogeneidade étnica (alemães, suíços, noruegueses, dinamarqueses, entre outras), bem como qualificações diversificadas (oficiais alemães, agrimensores, médicos, artesãos) (Piazza, 1982). Importa assinalar, entretanto, que, em meados da década de 1860, já havia um jornal em língua alemã, assim como a Sociedade de Cultura e a Sociedade de Atiradores, caracterizando uma precoce implantação de hábitos originários na sociedade local (Cabral, 1970).

De Joinville, a expansão dirigiu-se para o planalto, quando foi aprovada, pelo presidente da província, a construção da estrada de rodagem para Rio Negro, no estado do Paraná. Buscava-se a expansão até o planalto norte para a exploração da madeira e do mate (Ceag-SC, 1980). Em 1873, iniciava-se a instalação do núcleo de São Bento, administrado também pela Sociedade Hamburguesa. A estrada Dona Francisca promoveu a ocupação de Rio Negrinho e, posteriormente, de Jaraguá do Sul, pela Sociedade Colonizadora Hamburguesa (1895), e de Hansa, pela Companhia Hanseática de Colonização (1897). Após, a sede dos negócios da companhia foi instalada em Hamônia (atual Ibirama), e Hansa passou a chamar-se Hansa Humboldt, atual Corupá (Cabral, 1970).

Ocupou-se, assim, o Vale do Itajaí pelos meandros fluviais a partir de Blumenau, e contiguamente, a nordeste, houve a expansão de Joinville em direção ao planalto, visando colocar-se na rota do mate e na extração madeireira. Constituíram-se, dessa forma, as regiões culturais de origem predominantemente alemã do estado de Santa Catarina.

A pequena acumulação agrícola logo deu origem às primeiras manufaturas. Os alemães compunham uma mão de obra qualificada, apta ao trabalho fabril. Nas residências, aparecem os primeiros ateliês têxteis. Ainda no decorrer do século XIX, os migrantes criaram diversas manufaturas, disseminadas pelo interior do Vale do Itajaí (Hering, 1987). Associavam, então, o labor da terra com o fabrico, principalmente de peças de vestuário e de alimentos, destinado ao mercado interno, em processo de desenvolvimento. Os vínculos com a Alemanha facilitavam a importação dos equipamentos, de difícil acesso local (Pimenta, 1994). Um rico patrimônio industrial foi sendo formado, ao longo de diversos períodos históricos, por grupos familiares, oriundos desse processo migratório. Originárias dessa herança germânica, deveriam, portanto,



ser preservadas conjuntamente fábricas e implantações (sedes, habitações operárias e administrativas etc.), que se alongavam pelos fundos vegetados dos vales dos rios. São paisagens culturais que acompanharam o processo de expansão das áreas urbanas, tornando-se, no futuro, complexos industriais, como o parque das Indústrias Hering, em Blumenau. Há que se considerar que essa apropriação do lugar seguia padrões europeus – por exemplo, o Vale do Ruhr, na Alemanha –, organizando, de forma peculiar, a estrutura e a expansão da malha urbana.

Construção de moradia na região de Corupá, antiga Hansa Humboldt (SC). Acervo: Arquivo Histórico de Joinville – Fundação Cultural de Joinville.

A característica alemã estabeleceu-se já na forma e na estrutura da ocupação dos fundos dos vales dos Rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, conformando os assentamentos urbanos e o espaço regional. Nas margens desses rios, foram abertas as trilhas, que se cruzavam com aquelas que vinham das florestas, constituindo o traçado das vias principais e secundárias. Ao longo desses caminhos, foram delineados perpendicularmente terrenos estreitos e compridos, repetindo o modelo de povoamento do final da Idade Média em algumas regiões que viriam a fazer parte da Alemanha (Silva, 1954). O *Waldhufendorf* (*Wald* = floresta; *hufen* = pedaço estreito e alongado de terra, distribuído aos camponeses; e *dorf* = vila) retrata claramente a concepção da ocupação, associando trabalho agrícola e organização urbana (Seiffert, 1974). O adensamento da ocupação conformava a sede da colônia, a *Stadtplatz* (Silva, 1972). Ali se desenvolveu uma rica vida cultural e associativa, desde o início do processo de ocupação, quando os alemães ainda se debatiam com um meio inóspito. Eles transportaram hábitos de civilidade europeia, com a criação de bandas e orquestras, clubes de caça e pesca, associações diversas (Pimenta, 1998; Kilian, 1950). Chega a surpreender o fato de que se tenha transferido um estilo de vida social, o que demonstra a força e o enraizamento da cultura de origem, que encontrava meios de se expressar, apesar de um ambiente bastante adverso, de estrutura rudimentar, isolado em um território com poucas e precárias conexões internas (Pimenta, 1994).

A marca migratória está em toda parte: na escolha do sítio urbano encrustado entre morros no vale dos rios; no traçado dos primeiros lotes rurais; na formação da sede; na rua comercial alongada, paralela ao rio, substituindo a praça central portuguesa; ou na arquitetura enxaimel (Broos, 2004). Esses são os traços visíveis da paisagem, mas, por trás dela, há relações sociais que foram tecidas silenciosamente e se apresentam na culinária, nas festas, nos encontros, na maneira de pensar o mundo.

Em toda parte, no campo ou na cidade, notava-se a estrutura aparente do madeiramento estrutural encaixado das construções de estilo enxaimel, seja em formação em fita, como nos vilarejos, seja como ponto focal das áreas rurais. As paisagens demonstravam que ali uma nova cultura tinha-se estabelecido e consolidado suas características primordiais, com unidade visual, mesmo em conjuntos ou construções distantes, e conformavam a região cultural.

Ao passo que a influência germânica retrata-se na arquitetura enxaimel, identificada facilmente nos prédios com estruturas aparentes em madeira que são completadas por tijolos maciços (Waibel, 1979), os exemplares da arquitetura italiana, bastante conservados e que deveriam também ser objeto de uma cuidadosa preservação, destacam-se principalmente nas paisagens rurais. Os italianos representaram o segundo grupo majoritário na região; no entanto, tiveram uma influência mais decisiva em termos arquitetônicos e paisagísticos no Vale do Tijucas e no sul catarinense, onde foram predominantes. Nesses locais, foi a migração italiana que marcou e definiu a cultura, as tradições e as paisagens.

As regiões culturais italianas

As migrações italianas destinaram-se primeiramente ao Vale do Itajaí, já bastante ocupado pelas populações de etnia germânica. A cultura italiana expressou-se, então, com menor intensidade nos centros maiores, singularizando-se nos povoados em que foi predominante. Pela demanda de novas áreas de colonização, novas levas de italianos, a partir de Brusque, ultrapassaram o Vale do Rio Itajaí-Mirim, para se assentar no Vale do Rio Tijucas, principalmente a partir de 1875. Até 1880, estima-se que 11 mil colonos tenham entrado ali, mas muitos não permaneceram (Piazza, 1950, p. 21).

A colônia prosperou rapidamente, devido à facilidade de escoamento da madeira pelo rio até o Porto de Tijucas, na desembocadura do rio. Belos exemplares de engenhos e serrarias, movidos por rodas-d'água, a maior parte construída em madeira, faziam parte da paisagem das margens lindeiras. Muitos persistiram em atividade até a década de 1970, quando se implantou a eletrificação rural, mas ainda há alguns que permanecem até os dias atuais. Há também um grande número de antigas olarias, ainda em funcionamento, que se espalham pelo vale, interior adentro, produzindo principalmente telhas, mas também tijolos. O Vale do Tijucas ficou conhecido por fornecer mão de obra altamente qualificada para o setor da construção civil, com domínio de técnicas tradicionais, como tijolos aparentes, diversos tipos de acabamento em cimento, assentamento ornamental de pisos etc. A região ficou, portanto, cunhada como um reservatório de trabalhadores italianos talentosos e primorosos. O espaço local impregnou-se da destreza técnica, que permanece de forma quase obstinada, permitindo que o lugar seja reconhecido e procurado até hoje pelas práticas e habilidades de seus habitantes.

Como núcleo urbano mais representativo da cultura italiana do Vale do Tijucas, Nova Trento oferece um espetáculo singular, em termos de arquitetura religiosa, em igrejas, seminários e conventos, disseminados pela região. A igreja não apenas se constitui em local de encontro e de vida comunitária, tem igualmente um grande valor simbólico da imagem fundacional das cidades.

As igrejas de influência italiana são alegres e pródigas em coloração, tanto no Vale do Tijucas quanto no sul catarinense, de nítida distinção cultural. O apego religioso local permite sua conservação, pois há doadores locais de pinturas internas e de recuperação patrimonial. Essas construções permitem associar duas áreas relativamente distantes, o centro e o sul catarinenses, pelos seus traços artísticos. Os tons vibrantes, que promovem a singularidade étnica, são dotados de um traço identitário, demonstrado nas entrevistas com os moradores locais (Pimenta *et al.*, 2012*).*

No sul, a primeira área a ser ocupada foi a bacia do Rio Tubarão, de fácil acesso pelo Porto de Laguna, local povoado pelos açorianos no século XVIII. O Rio Tubarão fazia também parte da rota que ligava Lages ao Porto de Laguna. Os primeiros italianos estabeleceram-se na confluência do Rio Pedras Grandes, formando a colônia

Azambuja (1877), primeiro povoado de uma série que se estabeleceria na região (Piazza, 1982). A colonização abrangia uma extensa área de terras férteis, desde o Morro da Boa Vista, ao norte, até o divisor de águas com a bacia do Araranguá (Cabral, 1970).

Cruzando os divisores de águas em direção às terras devolutas mais ao sul, a colonização italiana ocupou os vales dos Rios Urussanga e Araranguá. Em 1878, os imigrantes fundam a colônia Urussanga, que, por muito tempo, polarizaria o interior desses vales. Em 1879, foi encaminhada para Urussanga nova leva de imigrantes, estabelecendo-se nas linhas entre o Rio dos Bugres, Rio Maior, Urussanga Baixa, Rio América, Salto e Gaeté (Cabral, 1970). Os migrantes italianos foram introduzidos pelos luso-brasileiros no cultivo de espécies autóctones e outras já cultivadas anteriormente, mas trouxeram na bagagem suas tradições, como o cultivo da vinha, dando feições próprias às suas terras.



Com a continuidade do fluxo de imigrantes, novas linhas e povoados foram sendo criados em direção ao sul, e, em 1880, já havia colonos estabelecidos no atual município de Cocal e na área de Criciúma e Içara, atingindo Nova Veneza em 1891. Nesse período, constituiu-se a Empresa de Terras e Colonização de Grão-Pará, com a finalidade de tornar rentáveis as terras do dote matrimonial do Conde d'Eu, casado com a Princesa Isabel. Foram formadas, então, as localidades de Orleans e Grão-Pará (Cabral, 1970).

O processo de colonização coincide com a exploração das minas de carvão, conhecidas desde 1830, e a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, cujo tronco principal foi realizado o período de 1880 a 1884, percorrendo os mesmos caminhos pelos quais os colonos transitaram durante o assentamento. A ferrovia foi implantada para facilitar a circulação desde as minas de carvão, localizadas nas cabeceiras do Rio Tubarão (atual município de Lauro Müller), até os portos de Imbituba e Laguna. Outros ramais ferroviários foram surgindo, conectando Criciúma (1919), Urussanga (1925) e Araranguá (1927) ao escoamento portuário (Piazza, 1983). As minas de carvão,

encontradas em vários locais, revelavam a existência de uma bacia carbonífera de dimensões consideráveis. Houve, com isso, a aceleração da economia regional, baseada em recursos extrativos (carvão e, posteriormente, cerâmica), o que deu impulso à formação de um parque industrial diversificado no decorrer do século XX.

Os vales dos rios acompanhavam-se, então, da estrutura ferroviária, ligando áreas extrativas aos portos, criando duas redes complementares, fundamentais ao desenvolvimento regional. Nelas, se implantavam ou se desenvolviam os núcleos urbanos e se organizavam as pequenas propriedades rurais que dependiam do escoamento dos produtos agrícolas. Esquadrinharam-se, assim, lotes rurais e urbanos, mas condicionados ao desenho do sistema de circulação. As adaptações ambientais compuseram essa "natureza segunda" (Lefebvre, 1974, tradução nossa), representada por construções residenciais, oficinas, espaços simbólicos, que instalavam as condições de reprodução da vida. A organização do espaço rural em pequenos lotes associava-se aos pequenos núcleos urbanos, recebendo ofícios variados, como ferraria, carpintaria, marcenaria, tanoaria, entre outros. A abundância de florestas de alto porte, que representava ameaça e desafio, logo foi convertida em fonte de recursos econômicos, estabelecendo-se o beneficiamento de madeira, primeiro a braço e em seguida com serrarias movidas a roda-d'água, algumas delas ainda presentes nas paisagens rurais. Os insumos encontrados pelos imigrantes – pedras, madeiras, argilas – combinaram-se às técnicas que dominavam para criar uma arquitetura engenhosa, que respondia às necessidades de habitar, cultivar a terra, elaborar as matérias-primas, praticar as crenças ou socializar em comunidade (Claval, 2011a). Utilizando-se dos materiais encontrados localmente, os colonos erigiram edificações e infraestruturas em madeira, pedra, taipa ou cantaria, bem como desenvolveram a cerâmica para o fabrico de tijolos e telhas. A organização das diversas lides sociais disseminava essas obras pelo espaço rural, desenhando uma composição de alto valor paisagístico. As casas, ladeadas de oficinas, cuja energia era fornecida por rodas-d'água, faziam-se acompanhar da criação de animais e dos cultivos domésticos. Esses conjuntos, e não somente os imóveis isolados, deveriam ser considerados como lugares de memória (Nora, 1984) e, como tal, preservados.

De igual valor foi a grande influência que a atividade carbonífera exerceu regionalmente, complementando as paisagens da colonização. Ela marcou gerações inteiras que se dedicaram integralmente ao complexo da exploração mineira, incluindo o trabalho direto na construção e exploração das minas, a produção de conjuntos habitacionais, as festas simbólicas, as práticas sociais, a alimentação, os lugares de encontro e de culto. Pratica-se e respira-se, até os dias de hoje, essa cultura ítalo-brasileira, que foi o resultado das adaptações locais das origens europeias. Diferentemente das grandes metrópoles, as poucas atividades econômicas regionais envolviam a quase totalidade da população, direta ou indiretamente, o que pode dar a dimensão da força da identidade regional. Os moradores compartilhavam

Primeiras moradias de imigrantes, região de Brusque (SC), entre 1860 e 1880.
Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Fundação Cultural de Blumenau; Portal Brusque Memória.

as mesmas experiências, apresentavam os mesmos interesses, desenvolviam laços de cumplicidade, reconheciam-se culturalmente. Por isso, não é possível pensar em fragmentos de lembranças, mas em uma história regional, com uma única coerência na construção de suas paisagens culturais.

Até aqui, tem-se um retrato das conformações espaciais dos migrantes italianos de primeira geração, aqueles que vieram diretamente da Europa e se estabeleceram no Vale do Tijucas e no sul catarinense. No entanto, Santa Catarina recebeu também, no período entreguerras e posteriormente, populações de origem italiana oriundas do Rio Grande do Sul, ocupando o meio-oeste catarinense e avançando, gradativamente, em direção a oeste até as fronteiras nacionais. Os excedentes populacionais de outras velhas colônias, principalmente alemãs, seguiram a frente pioneira que partiu do meio-oeste ao oeste catarinense, sem, contudo, serem majoritárias naquela região.

O processo de colonização do Vale do Rio do Peixe, no meio-oeste, acompanhou a implantação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1910), com sua ocupação efetivada após o final do conflito de contestação de terras entre Paraná e Santa Catarina, em 1916, a Guerra do Contestado (Pimenta, 1984; Queiroz, 1966). Após a Segunda Guerra Mundial, a expansão dirige-se ao extremo oeste catarinense (Pimenta, 1996).

Resultante do processo de desmatamento, a extração da madeira inicialmente se destaca como atividade econômica das duas regiões. As serrarias empregam o pinheiro de araucária, além de madeiras de lei, como a canela e a peroba. As construções de dois andares, totalmente em madeira, surpreendem nas áreas urbanas, compartilhando atividades comerciais e residenciais em uma mesma edificação. Todo o complexo rural (moinhos, sítios etc.), bem como as vilas (igrejas, residências) ou as infraestruturas (pontes, estações ferroviárias) eram executadas primorosamente em madeira. Pode-se ainda encontrar, no seio do ímpeto inovador, permanências importantes que reportam às origens locais.

Um estado de múltiplas paisagens culturais

> O espaço carrega assim a marca do espírito daqueles que o modelam.
>
> *Paul Claval*[3]

Sem a pretensão de exaurir a amostragem migratória de Santa Catarina, apresentaram-se, de forma um pouco abreviada, os traços regionais dominantes, sem querer subestimar o valor de outras etnias, igualmente ricas em contribuição cultural. Descendentes de alemães, italianos, eslavos – poloneses e ucranianos –, austríacos, latino-americanos e outras nacionalidades compõem, hoje, a maior parte da população catarinense (85,7%), demonstrando a diversidade populacional (IBGE, 2010, p. 232).

As migrações multifacetadas estão, sobretudo, presentes no planalto norte, com predominância alemã em vários pontos, mas também com forte combinação de diferentes nacionalidades (inglesa, polonesa,

3. 1984, p. 72.

russa e alemã) (Pimenta, 2018). Itaiópolis, por exemplo, apresenta, em sua paisagem, modelos arquitetônicos cunhados pelo processo migratório, sendo que, no espaço mais importante de representação simbólica da cidade, ostentam-se duas igrejas ricamente elaboradas: Santo Estanislau (polonesa) e a Sagrada Família (ucraniana). Os ucranianos construíram também requintadas edificações em madeira, coloridas e arrematadas por telhados em lambrequins. Cravaram ali suas tradições culturais, materiais e imateriais, como a culinária ou os ovos decorados, *pêssankas*, similares aos *fabergé*[4], produzidos até hoje. As práticas e os fazeres retratavam as feições dos povos, expressas na arte e na religião, que poderiam ser consideradas, para Hegel, segundo Heller (2003, p. 11), portadoras de sua memória cultural.

Outras nacionalidades também formaram espaços particularizados, como os austríacos em Treze Tílias, no meio-oeste catarinense. O fato de serem colônias com culturas hegemônicas, mesmo sendo minoritárias em nível regional, permitiu a manutenção das diversas tradições europeias, de modo que não houve amortecimento das culturas minoritárias, que permaneceram com seus padrões e costumes. Os migrantes catarinenses fizeram assim sua história, como a síntese de relações diversas, como uma "história da colisão de valores de esferas heterogêneas" (Heller, 1992, p. 8). Por se tratar de patrimônio singelo, tem sido frequentemente subestimado, devido à importância crescente do caráter espetacular da atividade turística (Veblen, 1978). Todos esses locais guardam, no entanto, uma qualidade excepcional, "única", são os "lugares sagrados" do universo privado (Eliade, 1992, p. 18).

A história de Santa Catarina pautou-se, então, nesses pequenos produtores rurais e artesãos, que, na cotidianidade, esboçaram, com a mais autêntica criatividade, estilos e formas de vida que inter-relacionavam gestos com expressões artísticas (Lefebvre, 1978). Os imigrantes configuraram paisagens bastante características, condizentes com as diferentes regiões migratórias. Em cada uma delas cunharam uma individualidade nas formas espaciais que se apresentavam ao olhar de passagem (Sauer, 2004), de maneira que, aos diversos fluxos migratórios, corresponderam paisagens particulares. Dessa forma deu-se o processo de regionalização catarinense, um complexo geográfico cuja expressão concreta é a paisagem (Sorre, 1967). Regiões homogêneas traduzem-se em regiões-paisagens (Claval, 2006). Por isso, não se pode pensar em preservação de pequenos fragmentos históricos, pois seria adulterar a lógica da obra social. Nessas paisagens se desenrolaram as relações de sociabilidade que se reproduzem até o momento.

Em Santa Catarina, o legado histórico dos ciclos migratórios apresenta-se como cultura viva. Ali as pessoas sentem-se gente do lugar (Claval, 2006). Reconhecem-se as regiões pelo sotaque, pelo trato dos diversos materiais, pela culinária, pelas tradições. Por isso, pode-se afirmar, sem qualquer dúvida, que são paisagens culturais, que se articulam regionalmente. Paisagens culturais que vão

4. Ovos feitos com esmalte, metais e pedras preciosas que continham joias em seu interior, finamente elaborados pelo joalheiro Peter Carl Fabergé e seus assistentes, de 1885 a 1917, para os czares russos.

além do seu sentido amplo, do homem realizando a segunda natureza (Lefebvre, 1978), para se imbuírem da concepção patrimonial, das "manifestações da interação entre o homem e seu ambiente natural", que estabelece a proteção dos elementos constituintes do espaço, mas incorpora também as técnicas empregadas e, sobretudo, a persistência das práticas de formas tradicionais de expressão (Unesco, 1992).

Foram as características dos sítios, lapidados pela apropriação peculiar dos grupos que ali viveram, que elaboraram a diversidade paisagística. Estabelece-se, portanto, um elo insubstituível entre grupo social e lugar, ali onde um cotidiano foi, e continua sendo, compartido, onde se realiza a vida em comum. Esses sistemas complexos, se valorizados, podem constituir outras formas de vida e novas proposições sociais. As paisagens trazem em si essa potencialidade de elaboração conjunta de projetos ambientais e societários; de, em se preservando a vida no lugar, passarem a fazer coincidir especificidade imagética e evocação sensível. Nesse sentido, devem fazer parte da memória coletiva (Halbwachs, 1967). Sem elas, esvanecem-se as lembranças do passado e a história que se pode contar sobre os lugares, com suas formas de vida e suas representações. Por isso, torna-se premente a política das paisagens culturais não só em Santa Catarina, mas no Brasil como um todo.

A memória cultural é a construção e a afirmação de identidades. Enquanto um grupo de pessoas conserva e cultiva uma memória cultural comum, esse grupo de pessoas existe (Heller, 2003). Precisa-se da rememoração e do convívio com as paisagens herdadas para que se possa criar novas identidades, a partir dos legados de cada realidade socioespacial. As diversas paisagens plasmam, então, os tempos passados, incorporam-nos a novos contextos, produzindo sucessivas sínteses que expressam características das populações locais. "Fazem-se necessários o tempo, a paciência, os retornos distribuídos no tempo para que possamos compreender esse fragmento privilegiado do mundo que tem qualquer coisa a nos dizer de nós mesmos" (Sansot, 1999, p. 166, tradução nossa). Os lugares onde vivemos o devaneio restituem-se eles mesmos em um novo devaneio, porque as lembranças de construções antigas são revividas como sonhos de que as moradas do passado são em nós imperecíveis (Bachelard, 1961).

No entanto, existe, também, uma história "para uso externo, para ser comunicada aos outros" (Bachelard, 1961, p. 37, tradução nossa). Os espaços que se amam nem sempre querem ser trancados. Eles se desdobram. Parece que se transportam facilmente para outros lugares, em outros tempos, em diferentes planos de sonhos e memórias (Bachelard, 1961). Essa história precisa de reconhecimento. Trata-se de construir uma via de apreensão inteligível dos aspectos paisagísticos e culturais catarinenses. A reconstituição das trajetórias realizadas pelos imigrantes, no seu processo de colonização do território, pode permitir a elaboração de roteiros culturais para fomentar o turismo local e a preservação dessa memória, trazendo ao viajante algo mais que uma simples apreciação superficial dos lugares. As paisagens culturais necessitam ser lidas (Claval, 2011b). Educa-se o olhar (Alves, 2004) a partir, sobretudo, de



políticas patrimoniais. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido (Benjamin, 1987, p. 224). Dessa forma, sem fazer parte da memória social, é simples deixar de ser (Jeudy, 1990).

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja (Benjamin, 1987, p. 224). A paisagem construída tem essa potencialidade de ligação do passado como perspectiva de construção do futuro (Arendt, 2009).

As paisagens podem ser familiares ou despertar sensações de estranheza. Elas estão aptas a estimular as imaginações, a se deixar "abandonar aos prodigiosos devaneios contidos nos espetáculos que a natureza apresenta" (Baudelaire, 1868b, p. 333, tradução nossa). Estimulando a apreensão das paisagens catarinenses a partir dos roteiros culturais, permite-se a valorização das culturas locais, que podem motivar as permanências patrimoniais. Sem as paisagens culturais, ou seja, a compreensão de que a política de preservação deve levar em consideração o conjunto do espaço construído com as práticas culturais, perde-se o sentido do lugar. Disponibilizam-se fragmentos que, porque incompreensíveis, podem ser adulterados. As permanências dependem da capacidade de apropriação intelectual e sensível do legado que ora se herda.

Trata-se de revelar o significado das realizações históricas cujo testemunho somente é oferecido pelas paisagens culturais.

Orquestra de Câmara de Blumenau (SC).
Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Fundação Cultural de Blumenau.

O tempo presente é apenas um relampejo, desprovido de sentido, sem a possibilidade de rememoração. "Aos olhos da lembrança como o mundo é pequeno" (Baudelaire, 1868a, p. 344, tradução nossa).

Referências

ALVES, Rubem. A complicada arte de ver. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 out. 2004.

ANSON, George. Voyage round the world in the years 1740. *In*: BERGER, Paulo (Org.). *Ilha de Santa Catarina*: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: UFSC; Assembleia Legislativa, 1984.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARNAUD, Noël. *L'État d'ébauche*. Paris: Le Messager Boiteux de Paris, 1950.

BACHELARD, Gaston. *La poétique de l'espace*. Paris: PUF, 1961.

BAUDELAIRE, Charles. *Oeuvres complètes*. Paris: Michel Lévy Frères, 1868a. t. 1.

BAUDELAIRE, Charles. Salon de 1859. *In*: BAUDELAIRE, Charles. *Curiosités esthétiques*. Paris: Michel Lévy Frères, 1868b.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia urbana*. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian, 1980.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito da história*. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1.

BLOCH, Marc. *Introducción à la historia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1982.

BROOS, Hans. *Construções antigas de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC; Cultura em Movimento, 2004.

CABRAL, Oswaldo. *História de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

CEAG-SC – Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina*. Estudo das alterações estruturais (século XIX-1960). Florianópolis: Ceag-SC, 1980.

CLAVAL, Paul. "A volta do cultural" na Geografia. *Mercator*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 19-28, 2002.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011a.

CLAVAL, Paul. *Epistemologia da geografia*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011b.

CLAVAL, Paul. *Géographie humaine et économique*. Paris: PUF, 1984.

CLAVAL, Paul. *Géographie régionale*. Paris: Armand Colin, 2006.

CLAVAL, Paul. *Initiation à la géographie régionale*. Paris: Nathan, 1993.

DOSSE, François. *L'Histoire en miettes*. Paris: La Découverte, 2010.

DUMONT, Fernand. Ethnies, cultures, nations. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, v. 66, p. 167-179, jan./jun. 1979.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUQUET, Arthur. O desenvolvimento do crédito em Blumenau. *In*: BLUMENAU. *Centenário de Blumenau 1850-1950*. Blumenau: Comissão de Festejos, 1950. p. 196-200.

GEORGE, Pierre. *Geografia urbana*. São Paulo: Difel, 1983.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1967.

HELLER, Agnes. Memoria cultural, identidad y sociedad civil. *Indaga*: Revista Internacional de Ciencias Sociales y Humanas, Logroño, n. 1, p. 5-18, 2003.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HERING, M. Luiza R. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí*. Blumenau: Editora Furb, 1987.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2010. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45700.pdf>. Acesso em: 19 set. 2010.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KILIAN, Frederico. Sociedades e associações em Blumenau. *In*: BLUMENAU. *Centenário de Blumenau 1850-1950.* Blumenau: Comissão de Festejos, 1950. p. 338-345.

KLEINE, Theo. Desenvolvimento do comércio em Blumenau. *In*: BLUMENAU. *Centenário de Blumenau 1850-1950*. Blumenau: Comissão de Festejos, 1950. p. 189-195.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

MILET-MUREAU, M. L. A. Voyage de La Pérouse

autor du monde (1791). *In*: BERGER, Paulo (Org.). *Ilha de Santa Catarina*. Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: UFSC; Assembleia Legislativa, 1984.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. *In*: NORA, Pierre (Coord.). *Les lieux de mémoire*. La République. Paris: Gallimard, 1984. p. VII-XLII. v. 1.

PELUSO JÚNIOR, Victor A. A bacia do Itajaí. *In*: BLUMENAU. *Centenário de Blumenau 1850-1950.* Blumenau: Comissão de Festejos, 1950. p. 116-126.

PIAZZA, Walter. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora BRDE, 1982.

PIAZZA, Walter. *Nova Trento.* Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1950.

PIAZZA, Walter. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Editora UFSC; Lunardelli, 1983.

PIMENTA, Luís Fugazzola. Cidades pioneiras: identidade e modernização no Oeste de Santa Catarina. *In*: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4, 1996. *Anais...* Rio de Janeiro: PROURB, 1996. p. 285-292.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. *A estrutura espacial a microrregião colonial do vale do rio do peixe em Santa Catarina*. 1984. 150 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Cultura teuto-brasileira e a cidade industrial de Blumenau em Santa Catarina. *Revista Dynamis*, Blumenau, v. 6, n. 24, p. 62-83, jul./set. 1998.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. *Industrialisation et territoire*: le cas de l'industrie textile et de la confection au Brésil (1850-1980). 1994. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Paris IV – Sorbonne, Paris, 1994.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Percursos históricos e paisagens culturais: o legado dos imigrantes em Santa Catarina. *Caminhos de geografia*, Uberlândia, v. 19, n. 67, p. 126-142, set. 2018.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche *et al*. *Mestres artífices de Santa Catarina*. Brasília: Iphan, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social*: a Guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SANSOT, Pierre. L'affection paysagère. *In*: ROGER, Alain (Org.). *La théorie du paysage en France, 1974-1994*. Seyssel sur le Rhône: Champ Vallon, 1999. p. 153-167.

SANTA CATARINA. Governo de Santa Catarina. Prefeitura Municipal de Pomerode. *História de Pomerode*. Disponível em: http://www.pomerode.sc.gov.br/. Acesso em: 10 out. 2010.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. *Pour une géographie nouvelle*. Paris: Publisud, 1984.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2004. p. 12-73.

SEIFFERT, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SILVA, José Ferreira. *História de Blumenau*. Florianópolis: Edeme, 1972.

SILVA, Zedar Perfeito da. *O Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1954.

SORRE, Max. *El hombre en la tierra*. Barcelona: Labor, 1967.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage*. 1992. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/convention/. Acesso em: 20 ago. 2012.

VEBLEN, Thorstein. *Théorie de la classe de loisir*. Paris: Gallimard, 1978.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Des caractères distinctifs de la géographie. *Annales de Géographie*, Lyon, t. 22, n. 124, p. 289-299, jul. 1913.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.



Construção enxaimel a poucos quilômetros da Vila Itoupava, Blumenau (SC), 2013.
Foto: Valdemir Cunha.



Adonai Aires de Arruda Filho

A Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba: uma experiência inesquecível

The Paranaguá-Curitiba Railroad: an unforgettable experience
La vía del ferrocarril Paranaguá-Curitiba: una experiencia inolvidable

Resumo

Um dos passeios de trem mais bonitos do mundo é realizado na Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, que liga o litoral paranaense à capital do estado, percorrendo a maior área contínua preservada de Mata Atlântica do país. Por trás da beleza da Serra do Mar, a construção da ferrovia esconde uma história de obstinação, genialidade e ousadia. Idealizado por dois jovens engenheiros negros, em pleno regime escravagista, o projeto é até hoje – mais de 130 anos depois – uma das maiores obras da engenharia brasileira.

Desde 1996, a Serra Verde Express é a operadora responsável pelo tráfego turístico de passageiros, mantendo vivo o passado da ferrovia e consolidando o Brasil como um grande destino de turismo no mundo. Destacando-se em termos tanto de geração de empregos e renda quanto de atuação social, os passeios oferecidos foram reconhecidos mundialmente por sua contribuição para o desenvolvimento da economia, a sustentabilidade e o empreendedorismo.

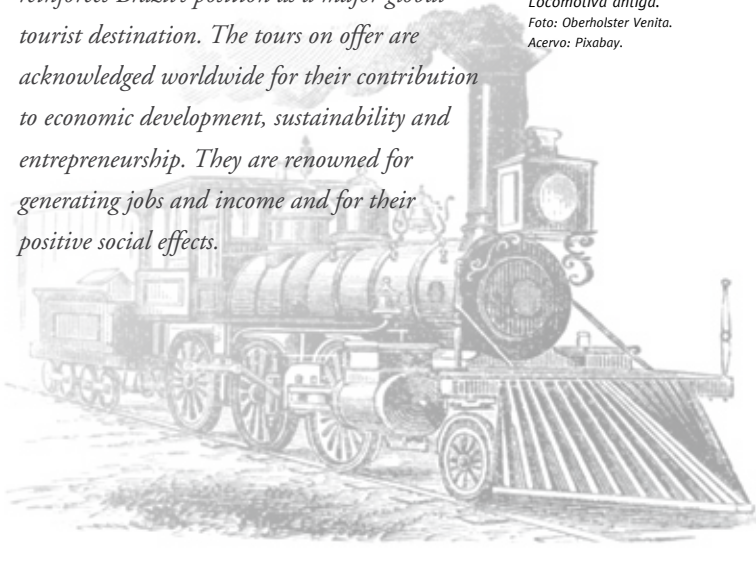
Summary

The Paranaguá - Curitiba Railroad is one of the most beautiful train rides in the world. It runs across the largest continuous area of preserved Atlantic Rainforest in Brazil, from the coast of Paraná to the state capital. Belying the beauty of Serra do Mar mountain range, its construction tells a story of obstinacy, genius and daring. Conceived by two young black engineers at the height of the Brazilian slavery system, 130 years later it remains one of the greatest Brazilian engineering feats.

The Serra Verde Express has been in charge of tourist passenger traffic since 1996. It safeguards the railroad's heritage and reinforces Brazil's position as a major global tourist destination. The tours on offer are acknowledged worldwide for their contribution to economic development, sustainability and entrepreneurship. They are renowned for generating jobs and income and for their positive social effects.

Litorina de luxo no Viaduto do Carvalho, Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba (PR), 2010.
Foto: Carlos Renato Fernandes.

Locomotiva antiga.
Foto: Oberholster Venita.
Acervo: Pixabay.



Resumen

Uno de los viajes en tren más bonitos del mundo es el del ferrocarril Paranaguá-Curitiba, que conecta la costa de Paraná con la capital del estado, recorriendo la mayor área continua preservada de Mata Atlántica del país. Más allá de la belleza de la Serra do Mar, la construcción de esta vía de ferrocarril esconde una historia de obstinación, genialidad y audacia. Concebida por dos jóvenes ingenieros negros, en pleno régimen esclavista, hasta le fecha el proyecto es, más de 130 años después, una de las mayores obras de la ingeniería brasileña.

Desde 1996 la empresa Serra Verde Express se encarga de administrar el tráfico turístico de pasajeros, manteniendo vivo el pasado del ferrocarril y consolidando a Brasil como un importante destino turístico en el mundo. Los paseos que se ofrecen, que sobresalen tanto en lo que respecta a la generación de empleo y renta, como a su actuación social, fueron reconocidos mundialmente por su aporte para el desarrollo económico, la sostenibilidad y el emprendedurismo.



Introdução

Todos os anos, milhares de passageiros encantam-se ao viajar de trem pela Serra do Mar paranaense. Essa imensa cadeia de montanhas de rochas graníticas se formou há mais de 550 milhões de anos e estende-se por mais de mil quilômetros desde o Espírito Santo até Santa Catarina, formando picos topográficos de altitudes que variam de 400 a 900 metros acima do nível do planalto, atingindo o limite máximo de 1.877 metros acima do nível do mar, no Pico do Paraná.

Tanto para quem olha a leste, no Primeiro Planalto Paranaense, ou a oeste, na bela baixada litorânea do Paraná, a serra sempre representou uma barreira aos viajantes que nela se aventuravam, transportando mercadorias entre a capital, Curitiba, e o litoral do estado. Transpor esse conjunto montanhoso, portanto, não foi tarefa fácil.

A centenária ferrovia, responsável por impulsionar o desenvolvimento do estado do Paraná, é considerada uma obra de arte da engenharia. Além de toda a magnitude e ousadia do projeto, impressiona também a dimensão humana por trás da história de sua construção. A estrada de ferro é resultado do sonho de dois jovens nascidos na Bahia – ainda no Brasil Império, em pleno regime escravagista – que vieram a se tornar os primeiros negros com formação universitária em engenharia no país: os irmãos Antonio Pereira Rebouças Filho e André Pinto Rebouças.

Antes, apenas três caminhos faziam a ligação entre a capital e o litoral: Graciosa, Itupava e Arraial. O mais antigo deles, o da Graciosa, foi aberto por indígenas e era muito utilizado por faiscadores de ouro até ser substituído pelos outros dois, menos extensos. Em 1866, o governo do Império liberou recursos para a reabertura definitiva da Graciosa, mas não mais como trilha, e sim como estrada pavimentada com pedras irregulares, a segunda a ser inaugurada no Brasil.

Os responsáveis pelas obras eram os irmãos Rebouças. Segundo registros encontrados no diário de André Rebouças, datados de janeiro de 1865, ao observar um mapa em uma sala de espera da Secretaria da Marinha, o jovem percebeu que a cidade de Antonina, no litoral paranaense, e Assunção, capital do Paraguai, ficavam na mesma latitude. Então, André teria discutido com o irmão e o pai a necessidade de abrir uma estrada para ligar as duas localidades. No entanto, como a Guerra do Paraguai estava em curso, apenas em 1871 os irmãos apresentaram o projeto do que viria a ser a estrada de ferro.

Com o advento da máquina a vapor e a multiplicação de locomotivas e ferrovias no Brasil e no mundo, políticos e proprietários rurais cobravam do governo do Império a construção de uma estrada para escoar a produção extrativista, principalmente erva-mate e madeira de araucária. Foi para atender a esse propósito que, em janeiro de 1871, a ideia dos Rebouças foi apresentada em audiência com D. Pedro II. Pelo Decreto nº 5.912, emitido no mesmo mês, o governo deu aos engenheiros Antonio Pereira Rebouças Filho, Francisco Antonio Tourinho e Mauricio Schwartz a concessão para construir a Estrada de Ferro Dona Isabel, ligando Antonina, no litoral paranaense, a Curitiba, no interior do estado, passando pela cidade de Morretes.

Viaduto do Carvalho, Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba (PR).
Foto: Arthur Wischral.
Acervo: Casa da Memória – Fundação Cultural de Curitiba.



Imensas foram as dificuldades encontradas para dar início à empreitada. Em 1873, Antonio Rebouças Filho entregou ao governo da província do Paraná os estudos que embasariam a construção, mas, no ano seguinte, o engenheiro foi convocado a inspecionar obras da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em Campinas, Limeira e Rio Claro, no estado de São Paulo. Embrenhando-se nas matas insalubres, foi acometido por febre tifoide e faleceu em 26 de maio, com apenas 34 anos de idade.

Após sua morte, os direitos sobre os estudos foram repassados a Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Mesmo com a experiência obtida na construção da primeira ferrovia brasileira, que ligava a cidade do Rio de Janeiro a Petrópolis, o barão não conseguiu os recursos necessários para viabilizar o projeto de Antonio Rebouças.

A execução da ferrovia contava ainda com outros fatores complicadores: tanto Antonina quanto Paranaguá queriam ser o ponto de partida da estrada. A disputa política deu início ao episódio conhecido como Guerra dos Portos, contenda que só foi sanada em 1875, após a publicação de um decreto imperial que determinou o Porto de Paranaguá como o ponto zero da obra.

Em 12 de agosto de 1879, os direitos de construção da ferrovia foram transferidos para a empreiteira francesa Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens, associada à belga Société Anonyme de Travaux Dyle et Bacalan. Em 1880, a direção do projeto foi assumida pelo engenheiro italiano Comendador Antonio Ferrucci, profissional responsável por obras de expressão pelo mundo todo, como o Canal de Suez, no Egito.

Oficialmente, as obras foram iniciadas em fevereiro de 1880. Porém, a pedra fundamental só foi lançada quatro meses depois, no dia 5 de junho, em cerimônia suntuosa com a presença de D. Pedro II. A empreitada foi dividida em três seções, construídas simultaneamente: a primeira, com 42 quilômetros, de Paranaguá a Morretes, área alagadiça com muitos manguezais; a segunda, com 38 quilômetros, considerada a obra mais difícil em execução no Brasil à época por transpor a Serra do Mar, entre os municípios de Morretes e Imbituba; e o terceiro e último trecho, com 30 quilômetros, entre Piraquara e Curitiba, parte urbana do trajeto.

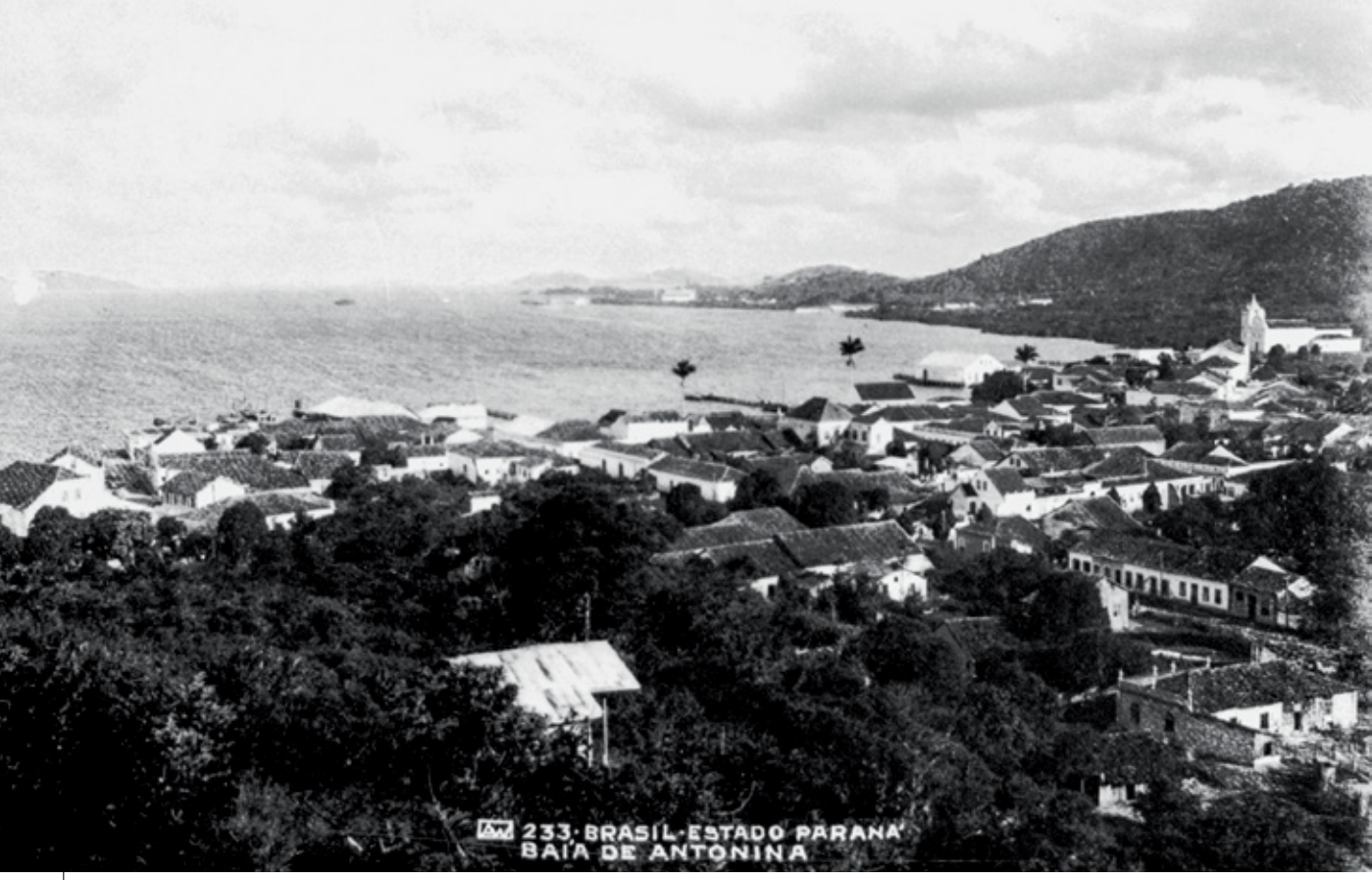
Apesar de, no período, ainda vigorar o regime escravagista, não havia nenhum escravo entre os mais de quatro mil homens recrutados para o trabalho. Todos ganhavam de dois a três mil réis por jornada, sendo a maioria imigrantes de origens polonesa, alemã, italiana e africana, com experiência em lavoura.

Ao chegar ao quilômetro 45, dizem que Antonio Ferrucci considerou a transposição da Serra do Mar uma tarefa impossível e desistiu da obra. Em janeiro de 1882, a Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens substituiu o italiano pelo engenheiro brasileiro João Teixeira Soares. Mineiro da cidade de Formiga, foi alvo de muitas críticas. Na época com apenas 34



Preparação do solo, Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba (PR), 1882.
Foto: Marc Ferrez.
Acervo: Instituto Moreira Salles.

Estrada da Graciosa, Serra da Graciosa (PR).
Foto: João Baptista Groff.
Acervo: Casa da Memória – Fundação Cultural de Curitiba.



anos, julgava-se que Soares era muito jovem para uma obra considerada inviável por muitos engenheiros mundo afora.

Além de todas as dificuldades do clima e do relevo da Mata Atlântica, de novembro de 1881 a março de 1882, houve uma epidemia de tifo e malária, obrigando Teixeira Soares a contratar outros cinco mil homens. Durante o conturbado período, seis mil trabalhavam enquanto o restante se recuperava das doenças endêmicas.

Os cortes nas montanhas e os túneis foram abertos a golpes de picareta e a explosões, realizadas com pólvora negra. Essa abordagem favoreceu a preservação da natureza em todo o percurso. As escavações chegaram à marca, impressionante para os padrões da época, de 30 centímetros por dia. Sob a supervisão de Teixeira Soares, foram construídos 13 túneis, 41 pontes e dezenas de viadutos nas mais adversas condições.

As pontes, desenhadas pelos irmãos Rebouças, foram manufaturadas na Bélgica, onde estavam as melhores casas de fundição de aço do mundo. Foram trazidas de navio ao Porto de Paranaguá e montadas na ordem inversa da ferrovia como um imenso quebra-cabeça. Em nenhuma delas há parafusos, e tampouco houve o uso de solda. Todos os rebites foram colocados a fogo para não destemperar o aço. Nesse cenário, destacam-se a Ponte São João, com aproximadamente 50 metros de altura, e o Viaduto Carvalho, ligado ao Túnel do Rochedo, que se assenta sobre cinco pilares de alvenaria na encosta da rocha.

Baía de Antonina, Antonina (PR). Foto: Arthur Wischral. Acervo: Casa da Memória – Fundação Cultural de Curitiba.

Rio Nhundiaquara e Igreja Matriz de Nossa Senhora do Porto, Morretes (PR). Foto: Arthur Wischral. Acervo: Casa da Memória – Fundação Cultural de Curitiba.

A viagem inaugural da estrada de ferro ocorreu em novembro de 1884, quatro anos após o início da obra, e contou com a presença de engenheiros, autoridades, jornalistas e convidados. Foram necessárias nove horas para percorrer o trajeto entre Paranaguá e Curitiba, onde mais de cinco mil pessoas aguardavam o trem. Em fevereiro de 1885, o tráfego de cargas e passageiros teve início.

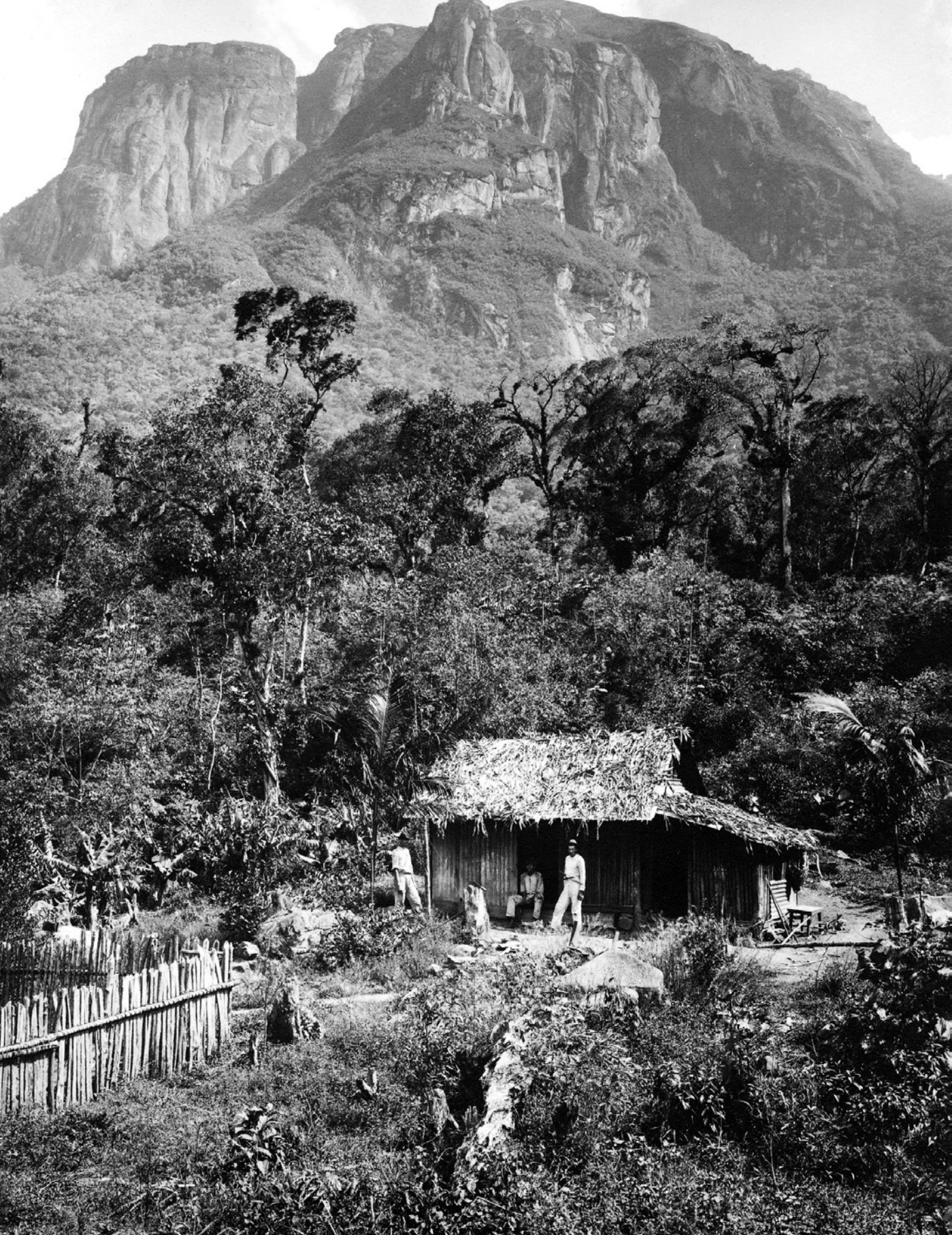
Além de ter sido um desafio para seus empreendedores, a ferrovia foi um marco para o desenvolvimento econômico e social do Paraná. No período de construção, dezenas de colônias foram se formando na região, e o impacto da inauguração impulsionou os ciclos da erva-mate, da madeira e, mais tarde, do café.

Originalmente com 110,9 quilômetros e atualmente com 108,2 quilômetros de extensão, a estrada sofreu algumas alterações devido a reduções nos traçados das curvas e dos túneis e à mudança de localização da estação em Curitiba, que passou a funcionar na atual Rodoferroviária. Em linhas gerais, entretanto, segue fiel ao projeto original e visionário dos engenheiros Rebouças.

Caminho para o turismo

Desde 1885, apesar das inúmeras e intensas mudanças que acometeram a região perpassada pela ferrovia, sua beleza e imponência permanecem, assim como sua importância para o estado do Paraná. Em 1996, o tráfego de passageiros com objetivos turísticos passou a ser realizado pela concessionária Serra Verde Express. Ao longo de 23 anos, mais de 3,5 milhões de turistas viajaram pela centenária estrada







de ferro, que hoje se insere na maior área contínua e preservada de Mata Atlântica do país. Além disso, cerca de 150 milhões de reais já foram aportados pela empresa como investimento em infraestrutura, tecnologia, inovação, preservação e conservação das áreas, renovação dos equipamentos e constante treinamento de pessoas.

Somente em Morretes, no litoral paranaense, estima-se uma geração de renda de mais de 27 milhões de reais por ano, resultado do fluxo de turistas nos restaurantes e no comércio local. Entre hotéis e pousadas, cerca de cem empreendimentos geram aproximadamente 1,2 mil empregos diretos e mais de 4,8 mil empregos indiretos em decorrência do movimento dos trens.

Em paralelo aos resultados positivos na economia, há também uma série de projetos sociais associados ao trem e à Mata Atlântica. Mais de 20 mil crianças e idosos já foram beneficiados por ações de diversas organizações não governamentais (ONGs), como o Trem de Natal, o Trem das Crianças e o Trem da Terceira Idade, disseminando conhecimento sobre a história, o meio ambiente e a cultura da região.

Hoje, a concessionária é uma das maiores operadoras de turismo ferroviário no Brasil, inovando ao lançar os primeiros trens turísticos luxuosos do país. São oferecidos diferentes produtos, como o carro de luxo imperial, com interior em madeira maciça e móveis exclusivos, remetendo aos antigos vagões-restaurantes europeus; e o vagão com a maior varanda panorâmica do Brasil, que oferece uma experiência de imersão na Serra do Mar e na ferrovia.

A Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba destaca-se por ser o cenário de um dos

Cabana ao pé do Pico do Marumbi, Morretes (PR), 1928.
Foto: Arthur Wischral.
Acervo: Instituto Moreira Salles.

Ponte sobre o Rio São João, Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba (PR), 1945.
Foto: Arthur Wischral.
Acervo: Casa da Memória – Fundação Cultural de Curitiba.



passeios ferroviários mais bonitos do planeta. No final de 2016, na maior feira de turismo do mundo, a WTM London, o prêmio World Travel Leader Awards foi concedido à Serra Verde Express pela contribuição para o desenvolvimento da economia, da sustentabilidade e do empreendedorismo por meio do turismo.

A história da ferrovia, portanto, é a história de uma empreitada quase impossível encabeçada por dois irmãos negros em pleno regime escravagista, no século XIX, e realizada pelas mãos de milhares de trabalhadores imigrantes que ergueram pontes em lugares inalcançáveis. Depois de mais de cem anos de sua construção, a estrada permanece como marco turístico e sociocultural da região, tendo sido reconhecida mundialmente.

Passeio

Túneis, pontes, picos e montanhas ligam o litoral do estado à capital, Curitiba. É nesse cenário que circulam a Litorina de Luxo e o Trem da Serra do Mar, dois dos passeios turísticos mais procurados no Paraná. O ponto de partida da viagem é a Estação Ferroviária de Curitiba e o destino final, a cidade histórica de Morretes, percurso completado em cerca de quatro horas.

A beleza do trajeto torna-se exuberante em trechos que passam pelo conjunto montanhoso do Marumbi e pela cachoeira Véu da Noiva. O ápice do passeio é a Ponte São João, inaugurada em 1885, e que até hoje tira o fôlego dos viajantes que passam pelo seu vão livre de 110 metros de altura.



Em Morretes, última parada do trem, o passeio ganha *status* gastronômico em um almoço tradicional com o famoso barreado[1], comida típica da culinária local. Trazido pelos portugueses que chegaram ao estado no século XVIII, até hoje é preparado com os mesmos ingredientes e temperos. Elaborado com pedaços de carne vermelha e toucinho cozidos por cerca de 12 horas em panela de barro vedada, o prato é acompanhado de farinha de mandioca e costuma ser apreciado com bananas assadas ou fritas.

Após o almoço, os passageiros passeiam por Morretes, fundada no início do século XVIII. Lá, está preservada a arquitetura antiga de casarões e igrejas como a Nossa Senhora do Porto, inaugurada em 1850, e a de São Benedito, construída entre 1865 e 1895.

Na segunda parada da viagem, em Antonina, os viajantes conhecem a cidade, fundada em 1714. Seu centro histórico foi tombado no início de 2012 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O retorno a Curitiba acontece ao final da tarde, com uma viagem pela encantadora Estrada da Graciosa, antigo percurso dos tropeiros cuja construção, em meio à Mata Atlântica, data do século XIX. Orgulho dos paranaenses e um dos símbolos do estado, a Graciosa foi declarada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1993, área de reserva da biosfera em razão das abundantes fauna e flora locais.

1. O nome remete à panela de barro, utensílio empregado em seu preparo.

Paranaguá. *Aquarela, Jean-Baptiste Debret, 10 x 36 cm, 1824.* *Acervo: Museus Castro Maya.*





Sugestões de leitura

ALVEZ, Nelson Luiz Penteado. *As montanhas do Marumbi*. Curitiba: Edição do Autor, 2008.

BACKES, Paulo; IRGAN, Bruno. *Mata Atlântica, as árvores e a paisagem*. Curitiba: Paisagens do Sul, 2007.

CARDOSO, Francisco. *Árvores de Curitiba*. Curitiba: Edição do Autor, 2004.

CARNASCIALI, Carlos Celso. *Oscar Machado da Costa*: um expoente da engenharia brasileira. Curitiba: Fundação Santos Lima, 2006. v. 3. (Vultos eméritos da engenharia paranaense.)

GERODETTI, João Emílio; CARNEJO, Carlos. *As ferrovias do Brasil nos cartões postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2005.

GUINSKI, Otavio Duarte. *Imagens da evolução de Curitiba*. Curitiba: Edição do Autor, 2002.

HABIZTREUTER, Rubens. *A conquista da Serra do Mar*. Curitiba: Pinha, 2000.

LANGE, Ivone Xavier. *A saga dos engenheiros Lange do Paraná*. Curitiba: Juruá, 2007.

RFFSA – Rede Ferroviária Federal S/A. *Edição comemorativa do centenário da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba*. Curitiba: RFFSA, 1985.

SANTOS, Antônio Vieira dos. *Memória histórica, cronológica e topográfica da Vila de Morretes e Porto Real*. Paranaguá: Câmara Municipal, 1851.

SANTOS, Antônio Vieira dos. *Memória histórica de Paranaguá*. Paranaguá: Câmara Municipal; Curitiba: Vicentina, 2001. v. 1.

TREVISAN, Edilberto. *Ao apito do trem*: antecedentes e construção da ferrovia de Paranaguá a Curitiba. Curitiba: RFFSA, 1985.

URBAN, Teresa; MIRANDA, Nego. *Morretes, meu pé de serra*. Morretes: Edição do Autor, 2007.

Pico Paraná (PR), 2016.
Foto: Orlando Azevedo.

Vista do Centro Histórico, Paranaguá (PR), 2011.
Foto: Orlando Azevedo.

Salim Miguel

Florianópolis[1]

Resultado de longas elucubrações, o pai decide: vai a Florianópolis. Começa a sondagem. Ri, numa volta a Biguaçu, ao lembrar-se do assuntar de anos atrás, quando, quase sem querer, ou mesmo sem querer, acabara vendo a família desembarcar em Florianópolis. Há exatamente 15 anos. A dúvida atormenta-o: fora assim, ou estava escrito, seu destino era mesmo se fixar em Florianópolis? Durante os anos todos, a capital um ponto de atração, para a qual volta e meia se dirigia. Agora era a meta – quem sabe a meta final!

Fala com parentes e conhecidos, com lojistas e botequineiros, percorre a cidade, sem certeza do que busca, em qual ponto, com qual destinação, que ramo de comércio. Sim, se convenceu, só pode ser comércio. Se quando jovem não conseguiu outra atividade compatível com seus sonhos, o que dizer agora, quando chega aos 50 anos?

Ninguém se mostra entusiasmado com o projeto, querem dissuadi-lo, alertam-no, tudo tão difícil, antes da guerra não era fácil, agora então... a reticência pende, velada ameaça. Que ficasse onde estava, até melhores dias, pelo menos o final da guerra, aí quem sabe...

O pai não desiste, impossível continuar em Biguaçu, está com a decisão tomada; por outro lado, cadê ânimo para procurar um município mais distante, bastou a experiência pelos quais andou, menos ainda outro estado, outro país. Voltar para sua terra de mãos abanando, nem pensar. Além disso, para todos os efeitos, sua terra agora é o Brasil, especificamente Santa Catarina, mais ainda o litoral, talvez mais Biguaçu, onde nasceram filhos, todos deitaram raízes, ali gostariam de permanecer. Mas Biguaçu já era, ou logo seria página virada, impossível a permanência, a força do destino empurrava-os.

1. Excerto do romance *Nur Na Escuridão* publicado em 1999.

Fácil não foi. Afinal, depois de visitar bairros e ruas, de se interessar por armazéns, lojas, bares, bonecos, vendolas, restaurantes, conseguiu se acertar com um pequeno comerciante que queria desistir da profissão e se mudar. Era outro inadaptado, inconformado com a sorte. O pai brincou: quem sabe vai, em meu lugar, pra Biguaçu?

Em pouco tudo se decide. A mãe se desfaz das derradeiras joias da família, miúdas peças, últimos resquícios de um Líbano que, fisicamente, sumia de vez, vendidas para um parente de Florianópolis, pelo menos ficavam com alguém da raça; pai assina notas promissórias, dá de entrada o pouco que também recolhera em Biguaçu. Logo, pai e filho mais velho estão no armazém, Rua Marechal Guilherme, perto da Praça Pereira e Oliveira, em frente ao Teatro Álvaro de Carvalho (também Cine Odeon na maior parte do tempo), esquina da Rua Padre Miguelinho. Por uns dias, ficam acampados na casa de um parente, talvez o mesmo de quando ele viera do Rio de Janeiro para assuntar – e não mais saíra de Santa Catarina.

Demora pouco e a família chega, se aloja em antigo casarão assobradado, em plena Praça 15 de Novembro, centro da cidade, próxima à Catedral Metropolitana, ao Poema Bar e ao Bar Gato Preto, pontos preferidos dos boêmios e notívagos. O casarão pertencia à tradicional família Gama d'Eça. Pelas paredes, em pequenos cartazes, ainda se notavam resquícios do Partido Integralista.

Fácil a adaptação ao novo meio. Florianópolis era uma Biguaçu em ponto maior, dividida entre a Ilha de Santa Catarina e os bairros de Coqueiros e Estreito, no continente, do outro lado. Era o mesmo tipo de colonização, mesmos os hábitos, mesmos os costumes. Além dos açorianos, alguns alemães, outro tanto de italianos, uns poucos gregos, em menor número árabes.



Vista parcial da cidade de Nossa Senhora do Desterro. Aquarela, guache e grafite sobre papel colado em papel cartão, Victor Meirelles de Lima, 38,8 x 61,0 cm, 1846.
Acervo: Museu Victor Meirelles.



A cidade girava, basicamente, em torno de duas ruas (ao contrário da única em Biguaçu): Conselheiro Mafra e Felipe Schmidt. A Praça 15 de Novembro, o centro. Algumas transversais. O mais, mesmo a Presidente Coutinho, eram consideradas distantes, quase fim de mundo. Bairros como Saco dos Limões, Agronômica, Trindade, nem eram considerados. E das praias, as mais frequentadas eram as do continente, Estreito e Coqueiros. Canasvieiras, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha, tudo isto e o mais, um outro mundo, inacessível, longínquo.

Não demora, quando mal começava a conseguir freguesia, o armazém tem que mudar de lugar, vendido o prédio, vai se erguer um dos mais altos edifícios da cidade, o pai tem prazo para desocupar. Sai em busca de outro ponto, precisa ser ali por perto, para não perder a freguesia que começara a se formar. Por sorte, consegue: na Rua Padre Miguelinho, em um prédio da Cúria Metropolitana, parte térrea, ao lado de uma alfaiataria, nos altos funcionando um cinema especializado em seriados e faroestes. Também o casarão onde moram é vendido. Necessitam deixá-lo logo. Mais um edifício vai sair ali.

A cidade começa a se modificar, casarões são tombados indiscriminadamente, o que irá descaracterizar ruas e bairros inteiros.

Outra vez é um parente a resolver a situação, aluga-lhes uma casa na Chácara do Espanha, novo bairro que se projeta bem no centro. Ali ficarão anos. Mais adiante o pai irá adquirir terreno na Avenida Rio Branco; e, com financiamento da Caixa Econômica Federal, constrói o único imóvel que possuirá, e que ao morrer, quase trinta anos depois, continuava hipotecado. Ao se mudarem para a casa da Av. Rio Branco, os filhos não se cansam de ouvir dos amigos: poxa, vocês foram morar tão longe, por quê? Anos adiante, a incorporação da rua ao chamado miolo da capital.

Florianópolis: tranquila, bela, misteriosa, acomodada. Várias denominações: ilha da magia, ilha da fantasia, ilha dos casos e ocasos raros.

(...)

Aos poucos, para todos da família, a descoberta da cidade, seus encantos e seus mistérios, seu inexplicável fascínio. Nos domingos havia a ida às praias, Coqueiros e Estreito, por vezes uma aventura maior, até a Lagoa da Conceição ou Canasvieiras. Pelas noites, os cafés, os bares, o papo interminável sob a figueira da Praça 15, a cerveja no Miramar. Os cinemas. As meninas. O *footing*, em duas frentes, dentro da praça em busca das empregadinhas ou de programas mais picantes, e nas primeiras quadras da Rua Felipe Schmidt, os rapazes parados vendo o desfile das moçoilas da melhor sociedade.

Pai e mãe compreendem que, afinal, o destino ancorou-os ali para sempre. Está escrito: não sairão daquela vidinha. Conformaram-se. Esperanças agora são os filhos. Que começam a se desprender. Em busca de caminho próprio. Quem sabe neles a realização que procuraram ao aventurar-se, de tão longe, para outra terra...



Cartão-postal da Praça XV de Novembro, Florianópolis (SC), 1906. *Fonte: Pedro Karp Vasquez,* Postaes do Brazil*: 1893-1930, 2002.*

Bairro Coqueiros, Florianópolis (SC). *Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Fundação Cultural de Blumenau.*



José Roberto de Oliveira

A região missioneira: patrimônio e turismo cultural

The missionary region: heritage and cultural tourism
La zona misionera: patrimonio y turismo cultural

Resumo

Há registros de presença humana na região missioneira por mais de dez mil anos, sendo que os Guarani chegaram há cerca de dois mil anos. Segundo o Tratado de Tordesilhas, acordado logo após a chegada dos europeus à América, a região ficou dentro dos limites designados aos espanhóis. Em 1609, foi fundada a primeira Redução Jesuítico-Guarani. Ao todo, foram firmados sete povoados no que hoje é território brasileiro, 15 no lado argentino e oito no lado paraguaio.

Na área sul-rio-grandense, além de São Miguel das Missões, que é Patrimônio Mundial e nacional, estão os sítios arqueológicos de São João Batista, São Lourenço e São Nicolau, que são reconhecidos como Patrimônio Nacional. O reconhecimento de São Miguel como "lugar histórico" pelo governo do Rio Grande do Sul ocorreu na década de 1920, seguido pelo tombamento nacional das ruínas em 1938. Em 1978, foi criado, por iniciativa do governo estadual, o espetáculo Som e Luz, importante atrativo turístico-cultural.

Em 2019, a Comissão do Patrimônio Cultural do Mercado Comum do Sul (Mercosul) entregou um certificado para a região de Tava, distinguindo a presença ancestral dos Guarani no espaço.

Recentemente, o patrimônio tem sido considerado um componente essencial da indústria turística, com implicações econômicas e sociais evidentes. Nesse sentido, entrevistas realizadas com lideranças locais demonstram o grande potencial da utilização do patrimônio missioneiro como recurso e o turismo cultural como estratégia para o desenvolvimento. Porém, é necessário que ações práticas sejam implementadas para que projetos já firmados em âmbitos nacional e internacional saiam do papel, tais como intervenções arqueológicas, obras de acessos, a construção de uma ponte internacional, além de trabalhos de promoção e conscientização e formação das comunidades.



Sítio Arqueológico de São Lourenço Mártir, São Luiz Gonzaga (RS), 2007.
Foto: Eneida Serrano.
Acervo: Iphan.

Anjo, detalhe de escultura, Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, São Miguel das Missões (RS), s/d.
Acervo: Iphan.

Summary

There are records of human presence in the missionary region stretching back over ten thousand years; the Guarani indigenous people settled it about two thousand years ago. According to the Tordesillas Treaty, ratified immediately after Europeans reached America, this area fell within the boundaries assigned to Spain. A Jesuit-Guarani Mission was founded therein in 1609. In all, seven villages were established in what is currently Brazilian territory, 15 on the Argentine side and eight on the Paraguayan side.

In the Southern-Rio Grande area, besides São Miguel das Missões, which is a World Heritage and National Heritage Site, you will find the São João Batista, São Lourenço and São Nicolau archeological sites, which are acknowledged as National Heritage sites. The government of Rio Grande do Sul listed São Miguel as a «historical site» the 1920s, followed by the national listing of the ruins in 1938. In 1978, the state government created the Sound and Light (Som e Luz) show, an important tourist and cultural attraction. In 2019, the Southern Common Market (Mercosur) Cultural Heritage Commission issued a certificate for the Tava region, recognizing the ancestral presence of the Guarani people in this area.

Patrimony has recently become an essential component of the tourism industry, with clear-cut economic and social effects. Accordingly, interviews with local leaders have shown that there is great potential for deploying the missionary heritage as a resource and cultural tourism as a development strategy. But concrete measures need to be implemented to ensure that projects that have already been established at domestic and international levels are put into practice, such as archaeological interventions, access roads and building an international bridge, besides community outreach, awareness raising and education.

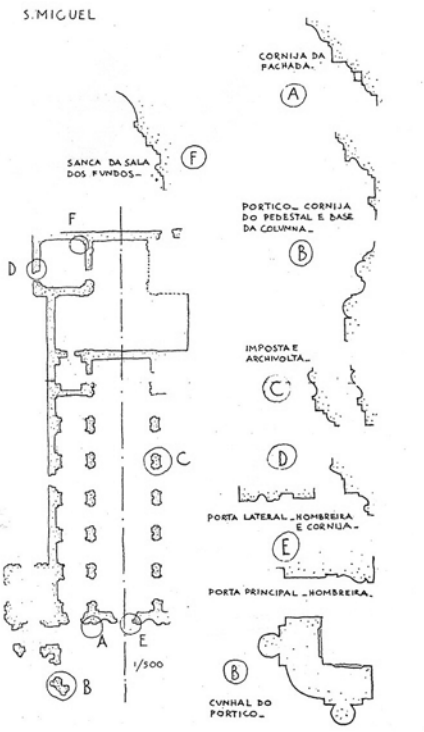


Resumen

Hay registros de presencia humana en la zona misionera durante más de diez mil años, y los guaraníes llegaron hace unos dos mil años. Según el Tratado de Tordesillas, acordado poco después de la llegada de los europeos a América, la región había quedado dentro de los límites asignados a los españoles. En 1609 se fundó la primera Reducción Jesuita-Guaraní. En total, se establecieron siete pueblos en lo que ahora es territorio brasileño, quince en el lado argentino y ocho en el lado paraguayo.

En el área de Rio Grande do Sul, además de São Miguel das Missões, que es Patrimonio Mundial y Nacional, se encuentran los sitios arqueológicos de São João Batista, São Lourenço y São Nicolau, reconocidos como Patrimonio Nacional. El reconocimiento de São Miguel como un "lugar histórico" por el gobierno de Rio Grande do Sul ocurrió en la década de 1920, seguido de la declaración como patrimonio histórico nacional de las ruinas en 1938. En 1978, por iniciativa del gobierno del estado, se creó el espectáculo Som e Luz ("Sonido y Luz"), una importante atracción turístico-cultural. En 2019 la Comisión de Patrimonio Cultural del Mercado Común del Sur (Mercosur) emitió un certificado para la región de Tava, que distingue la presencia ancestral de los guaraníes en el espacio.

El patrimonio ha sido recientemente considerado un componente esencial de la industria turística, con evidentes implicaciones económicas y sociales. En este sentido, las entrevistas que se hicieron con líderes locales demuestran el gran potencial del uso del patrimonio misionero como recurso y el turismo cultural como estrategia para el desarrollo. Sin embargo, hay que implementar acciones prácticas para que los proyectos ya firmados en el ámbito nacional e internacional se lleven a cabo, como las intervenciones arqueológicas, las obras de acceso, la construcción de un puente internacional, así como el trabajo para promover, sensibilizar y formar a las comunidades.



Ruínas de São Miguel Arcanjo. Litografia, Frances Alfred Demersay, São Miguel das Missões (RS), 1846.

Parecer do arquiteto Lucio Costa, então diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, da Dphan, atual Iphan, região dos Sete Povos das Missões (RS), 1937.
Acervo: Iphan.

O MILENAR ESPAÇO MISSIONEIRO

Conhecer o espaço milenar onde está a ampla região missioneira é pensar sobre a presença humana no território por mais de 10 mil anos. Povos muito anteriores àqueles da nação Guarani ocuparam esses espaços, e, há cerca de dois mil anos, chegaram os indígenas que, muito mais tarde, foram cristianizados pelos jesuítas (Oliveira, 2009).

Segundo cálculos difíceis de serem confirmados, viviam na América cerca de 40 milhões de pessoas, quando Colombo desembarcou em 1492. Calcula-se que falavam duas mil línguas, a maioria habitava pequenas aldeias isoladas, apesar da existência de grandes impérios, com cidades maiores que Lisboa e Madri. Estima-se que os Guarani eram 1,4 milhão de pessoas (Oliveira, 2009).

Antes da chegada dos europeus à América, o guarani era uma língua somente falada, e não escrita. A "terra sem males" pré-colombiana, ou *yvy marane'y,* é descrita como um espaço social onde o modo de vida indígena se reproduzia sem impedimentos. A abundância que a terra proporcionava permitiu o livre exercício dos valores sociais guaranis, sendo que essa fartura era o meio, e não o fim, para a continuidade do *ñande reko* (ou "modo de ser").

Quando se olha para o atual território missioneiro, é preciso ver as camadas milenares de presença humana na macrorregião, plenamente encontráveis nos milhares de sítios arqueológicos junto aos rios e nas coxilhas onde, em muitos casos, ainda estão cemitérios indígenas que precisam ser explorados pelos arqueólogos.



As Missões

Com a chegada dos europeus à América em 1492, a divisão do território americano entre Portugal e Espanha em 1494, através do Tratado de Tordesilhas, e a chegada dos jesuítas à América espanhola em 1568 e a Assunção em 1588, dão-se os primeiros passos para, em 1609, começarem as Reduções Jesuítico-Guarani.

A Província Jesuítica do Paraguai foi constituída pelos jesuítas a partir das utopias de Morus, Bacon e Campanella[1]. Oliveira (2009) apresenta a visão de vários autores da época sobre a província: o Padre Lugon, em seu livro, disse que foi "a mais original das sociedades realizadas". Paul Lafargue, em conjunto com Bernstein, Kautski e Plechanov, explica que o projeto constituiu "uma das experiências mais extraordinárias, que jamais tiveram outro lugar". Também Charlevoix e Muratori reconheceram-na como "um modelo sem precedentes de sociedade cristã". A revista *Lês Lettres Edificantes et Curieuses*, dirigida pelos jesuítas, comparava os Guarani aos primeiros cristãos e descrevia suas comunidades como "a realização ideal do cristianismo". Voltaire afirmou que o projeto jesuítico-guarani foi um "triunfo da humanidade". Montesquieu chamou-o de "primeiro estado industrial da América". O Abade Carbonel descreveu-o como um "coletivismo espontâneo". Pablo Hernandez, na *Organización Social de las Doctrinas Guaranies*, pontuou que "o maravilhoso surge a cada passo". O filósofo Rayal escreveu: "Aí se observavam as leis, reinava uma civilidade exata, os costumes eram puros, uma fraternidade feliz unia os corações, todas as artes de necessidade estavam aperfeiçoadas. A abundância era ali universal. O mundo novo que estamos procurando realizar não pode menosprezar a lição fornecida". Além disso, muitos não sabem, mas o cooperativismo começaria nas Missões em 1627, de acordo com Rafael Carbonell de Masy.

O comércio externo era coordenado por um padre de Buenos Aires, e o transporte se fazia principalmente por via fluvial em barcos a vela ou remo, mas uma rede de estradas também foi criada. Os principais artigos exportados pelas reduções eram mate, fumo, algodão e tecidos de algodão, açúcar, bordados, rendas, objetos trabalhados em torno, mesas, armários e baús de madeiras preciosas, esculturas, peles, curtumes e arreios de couro, rosários e escapulários, mel, frutas de várias espécies, cavalos, mulas e carneiros, bem como o excedente de diversas indústrias, como a de instrumentos musicais. As mercadorias eram vendidas à Europa, passando por Corrientes, Santa Fé, Buenos Aires e Lima, entre outras cidades. Importavam-se produtos manufaturados e metais. A produção era orientada para a satisfação das necessidades de toda a comunidade.

Quanto à questão da propriedade, todo o solo pertencia à comunidade e era indivisível. Os bens são comuns, a ambição

1. As teorias utópicas, em voga entre os séculos XVI e XVIII por influência do pensamento de Thomas Morus, citam o projeto de evangelização dos jesuítas com os indígenas na República Jesuítica do Paraguai como modelo utópico de sociedade. Essas interpretações sobre a experiência missioneira são indicadas por Muratori, na década de 1730, em *Cristianismo feliz nas Missões dos padres da Companhia de Jesus no Paraguai*, e pelos ideais utópico-sociais do iluminismo disseminadas por filósofos como Voltaire, Montesquieu e Diderot.

Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, São Miguel das Missões (RS), 1924.
Acervo: Iphan.

e a avareza são vícios desconhecidos, e não se registra entre eles litígios nem processos de divisão. Nada me pareceu mais belo do que a maneira como se provê à subsistência de todos os habitantes do povoado. Os que fazem a colheita são obrigados a transportar todo o cereal para os armazéns públicos, seguidamente funcionários fazem a distribuição para os chefes, e estes para as famílias, dando a elas uma quantidade comparável ao seu tamanho (Bourges, 1755 *apud* Oliveira, 2009, p. 106).

Em 1750, as Reduções Jesuítico-Guarani parecem ter atingido o seu ponto de esplendor. A cédula real de 1743 reconhecia lealismo e devoção à Coroa de Espanha. Porém, em 13 de janeiro de 1750, ocorre o Tratado de Madri, que trocava a região dos Sete Povos das Missões, do lado esquerdo do rio Uruguai, pela Colônia de Sacramento, portuguesa. A decisão acabou levando à Guerra Guaranítica, de 1754 a 1756.

No dia 7 de fevereiro de 1756, morre o cacique Sepé Tiaraju, martirizado com pólvora após lança cravada e tiro de pistola. Pouco depois, no dia 10, ocorre a Batalha de Caiboaté, com a quebra de palavra dos exércitos de Portugal e Espanha de que o combate se daria apenas três dias depois. Os Guarani foram traídos, e 1,5 mil dos principais caciques e líderes indígenas foram mortos, rompendo a segurança das reduções e resultando na tomada dos territórios pelos exércitos ibéricos (Henis, 1836).

Os Guarani sobreviventes e os jesuítas atravessaram o rio Uruguai e retomaram suas vidas entre as atuais províncias de Misiones e Corrientes, na Argentina. Em 1761, foi assinado o Tratado de El Pardo, que anulou o de Madri, e com isso os missioneiros retornaram ao atual território sul-rio-grandense. Entretanto, em 1767, com efetivação em 1768, é decretada a expulsão dos 77 jesuítas que estavam nos 30 Povos das Missões, dando fim ao projeto reducional[2].

O PATRIMÔNIO MISSIONEIRO

A principal experiência espanhola em território brasileiro deixou um conjunto de patrimônios. A começar pelos sítios arqueológicos de São Miguel Arcanjo, que é Patrimônio Mundial e Nacional; São João Batista, no município de Entre-Ijuís; São Lourenço Mártir, no município de São Luiz Gonzaga; e São Nicolau, no município de mesmo nome, que são Patrimônio Nacional.

Outros vestígios das Missões estão presentes nos municípios de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Borja, tomados pelas cidades que nasceram a partir das ruínas – todas com museus e centros históricos à disposição do mundo turístico. O Santuário do Caaró e Assunção do Ijuí, da primeira fase missioneira, são importantíssimos para o turismo religioso, pois foi lá que ocorreu a morte dos três Santos Mártires Missioneiros: Roque Gonzáles, Afonso Rodrigues e João de Castilhos, canonizados por realizarem a cura de pessoas com câncer.

No Museu Municipal Monsenhor Estanislau Wolski, em Santo Antônio das Mis-

2. A expulsão dos jesuítas ocorre em todo o território hispano-português das colônias na América e no Oriente, bem como na Europa, até a supressão da Companhia de Jesus, em 1773. Somente na Prússia protestante e na Rússia cristão-ortodoxa os jesuítas resistiram, uma vez que essas áreas estavam fora da jurisdição da Igreja Católica (Strieder, 2010).



Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, São Miguel das Missões (RS), 2008.
Foto: Luiz Carlos Felizardo.

sões, encontram-se muitas dezenas de peças. Entre elas, uma importante coleção de miniaturas[3], santos de utilização particular dos índios no período reducional. Esse acervo faz parte de um projeto, atualmente paralisado, intitulado Circuito de Imagens Missioneiras, que une todos os museus regionais com relíquias da história jesuítico-guarani.

O patrimônio da região, no entanto, não se reduz às ruínas e aos vestígios materiais. Há também o patrimônio humano, na figura do herói da pátria brasileira Sepé Tiaraju, corregedor miguelino, líder Guarani morto

3. O Museu Municipal Monsenhor Estanislau Wolski foi criado em 1977. O projeto do Circuito das Imaginárias Missioneiras contou com a parceria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da Fundação dos Municípios das Missões (Fumissões). A coleção de miniaturas é composta por 73 imagens esculpidas entre os séculos XVII e XVIII.





Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, São Miguel das Missões (RS), 2016.
Foto: Fernando Mesquita. Acervo: Iphan.

nas lutas da Guerra Guaranítica e único herói pátrio índio brasileiro.

O período das reduções deixou igualmente heranças gastronômicas, como o chimarrão, feito a partir da erva-mate ou *caá-i*, elemento fundamental e milenar da cultura guarani incorporado pelos descendentes portugueses e espanhóis desde o início da colonização. As Missões são um belo local para usufruir do reflexo nativo e jesuítico na culinária atual: o uso de milho, trigo, cevada, arroz, cana-de-açúcar, feijão, amendoim, abóbora, mandioca, maracujá, batata-doce, algodão, ananás e fumo. Por outro lado, o gado introduzido pelos jesuítas em 1634, do lado esquerdo do rio Uruguai, foi fundamental para a alimentação dos índios, e o couro foi o principal produto de exportação das reduções. Reflexo dessa ação é a prática do churrasco, tema gastronômico que faz parte da identidade da região e tem sua origem no período jesuítico-guarani, uma vez que os jesuítas obrigavam os nativos a passar a carne pelo fogo.

Há heranças, ainda vivas, na área da espiritualidade. Na região missioneira brasileira, existem centenas de benzedores, 70 deles em São Miguel, motivo da vinda de milhares de turistas nacionais e internacionais que procuram aliviar seus males através desses serviços.

Outro patrimônio missioneiro é a aldeia M'Bya Guarani Tekoá Koenju, de São Miguel das Missões, onde moram atualmente 240 habitantes. Em Santo Ângelo, há ainda outras duas aldeias, onde o povo M'Bya Guarani expressa sua língua e seu modo de ser. Vivem de suas pequenas roças e do artesanato que vendem junto ao Patrimônio Mundial de São Miguel e nas cidades vizinhas.

A musicalidade presente nas apresentações públicas dos corais guaranis é indubitavelmente um grande atrativo. Não se deve esquecer também que a conjunção da música milenar nativa com o barroco europeu se refletiu na musicalidade sul-rio-grandense e latino-americana, como no chamamé e nas guarânias, entre outros ritmos.

Também faz parte da herança patrimonial missioneira um conjunto de documentos e mapas distribuídos por museus no Brasil e no exterior que mostram que a área ocupada pelas Missões no lado brasileiro, de 1626 a 1750, correspondia a cerca de 90% do atual território sul-rio-grandense. Em muitos locais, ainda restam informações documentais, como aquelas encontradas, em 2018, em São José dos Ausentes, de uma Cruz Missioneira estabelecida nos anos 1700, ou ainda os achados arqueológicos em Santa Tecla, atual município de Bagé.

Patrimônio missioneiro, da mesma forma, é o conjunto de municípios de colonização europeia em cujos museus se encontram imagens missioneiras, como o Museu Cultural 25 de Julho, em Cerro Largo. Não se pode esquecer que cada quilômetro quadrado da ampla região estava ocupado pelo processo produtivo das reduções, ou pela criação de gado ou cultivo de ervas.

O acervo presente na região dos 30 Povos das Missões, estabelecidos de 1609 a 1768, forma um produto turístico integrado internacional. Além de poderem visitar os sítios Patrimônio Mundial preservados na parte brasileira, os turistas podem encontrar resquícios dos oito povos que ocupavam parte do que hoje é o Paraguai e dos 15 que estão em solo argentino.

Patrimônio de São Miguel das Missões

Sem dúvida, no território brasileiro, a antiga redução de São Miguel Arcanjo é a mais representativa. O sítio histórico e arqueológico localizado na cidade de São Miguel das Missões, na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, é o único bem cultural no Sul do Brasil inscrito na lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Segundo Marchi e Ferreira (2018), diversos viajantes passaram por São Miguel das Missões no século XIX, tais como Auguste Saint-Hilaire, Alfred Demersay, Nicolau Dreys, Arsène Isabelle, Robert Avé-Lallemant, descrevendo e lamentando o estado de degradação do antigo povoado jesuítico-guarani. Mesmo distantes de qualquer intencionalidade de reconhecimento simbólico oficial das ruínas do antigo povoado por parte do Estado brasileiro, os registros desses viajantes já acrescentavam um sentido de valor sobre o lugar. Assim, podem ser analisados no contexto do recém-criado movimento nacionalista francês, que culminou na fundação de um Estado nacional naquele país e levou turistas românticos e exploradores solitários a inserir interesse coletivo nos vestígios do passado. Os registros desses cronistas são os primeiros inventários sobre o lugar e influenciaram a criação da ideia patrimonial. Segundo Marchi e Ferreira (2018, p. 4):

> O reconhecimento de São Miguel como "lugar histórico" pelo governo do Rio Grande do Sul na década de 1920, seguido pelo tombamento nacional das ruínas de São Miguel, em 1938, foram fundamentais para elevar o passado jesuítico-guarani à narrativa predominante de identidade, o que se projeta no presente do município e da região. O passado das reduções jesuítico-guaranis se materializou nos remanescentes arquitetônicos e arqueológicos, agregando valores religiosos e artísticos, valores sociais de trabalho e de luta por igualdade, e tantos outros desdobramentos, conforme os usos do patrimônio em diferentes contextos e por diferentes atores.

Em 1938, quando as ruínas foram reconhecidas como Patrimônio Nacional, foi nomeado primeiro representante do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) no Rio Grande do Sul o escritor modernista Augusto Meyer, que foi responsável pelo inventário indicativo de edifícios e obras a serem reconhecidas como Patrimônio Nacional. De acordo com Marchi e Ferreira (2018), o zelo atribuído às Missões nesse período tornou São Miguel o principal foco das políticas patrimoniais no Sul do Brasil. Essa atenção foi evidenciada, por exemplo, pela visita técnica de Lucio Costa e pelos investimentos federais destinados às ações indicadas pelo arquiteto para preservar aquele patrimônio: obras profundas de restauração e consolidação das ruínas, escavações arqueológicas e construção de um museu para exposição da estatuária barroco-missioneira recolhida na região. O Museu das Missões, projetado pelo próprio Lucio Costa, foi inaugurado em 1940 e tornou-se uma das primeiras experiências de museus regionais construídos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).



Numeração dos remanescentes e estruturas dos sítios arqueológicos, utilizada para o trabalho de consolidação. Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, São Miguel das Missões (RS), 2008. Foto: Luiz Carlos Felizardo.

No quadro simbólico do período, as Missões Jesuítico-Guarani – como legado dos jesuítas, ao lado da arte e da arquitetura das cidades coloniais mineiras – consagravam-se como representações de uma "ancestralidade para a nação, mantendo-se um elo de continuidade entre o Estado colonial e um novo Brasil independente" (Chuva, 2009 *apud* Marchi e Ferreira, 2018, p. 12). Somava-se a isso o fato de que o então novo mandatário da nação, líder do Estado Novo, era Getúlio Vargas, político republicano nascido em São Borja, na região missioneira.

Informações de antigos moradores do distrito de São Miguel se referem às viagens de Getúlio Vargas de São Borja a Santo Ângelo em seus trabalhos como advogado. Nessas ocasiões, muitas vezes, descansava junto às ruínas do velho templo. O interesse do estadista resultou posteriormente, após assumir o poder, no primeiro grande trabalho em âmbito nacional relacionado à intervenção em ruínas, no próprio Sítio de São Miguel Arcanjo, sob coordenação de Lucio Costa[4].

Em 1983, São Miguel Arcanjo, juntamente com as antigas reduções localizadas em território argentino, de San Ignacio Miní, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa María La Mayor, foi declarada Patrimônio Mundial pela Unesco.

4. Lucio Costa foi contratado em 1937 pelo recém-criado Sphan, que posteriormente se tornaria o Iphan. As primeiras ações de preservação da instituição já contemplavam as Missões Jesuítico-Guarani no Rio Grande do Sul e serviram de referência para a intervenção em ruínas no país. O Museu das Missões, projetado pelo arquiteto, foi o primeiro museu regional brasileiro.

Tava: Patrimônio Cultural do Mercosul

Deve-se mencionar ainda outro importante patrimônio missioneiro. No Sítio de São Miguel Arcanjo, está localizada a Tava, lugar de referência para a memória e a identidade do povo M'Bya Guarani (Iphan, 2019). Construído e habitado por seus ancestrais a pedido de sua divindade Nhanderu, o lugar sagrado foi reconhecido como Patrimônio Cultural pelo Iphan e, em 2018, também pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul).

A decisão foi tomada e anunciada na XVII Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul, durante os dias 30 e 31 de outubro de 2018, em Montevidéu, no Uruguai. Oficializada com a entrega do certificado para os Guarani em 2019, a titulação significa o reconhecimento da presença ancestral desse povo no território Yvy Rupá, organizada em uma grande rede étnica formada por aldeias, caminhos e locais sagrados que hoje integram o Brasil, a Argentina e o Paraguai.

Além disso, a decisão vem ao encontro das solicitações das lideranças indígenas, que, durante as ações de salvaguarda, compreenderam ser necessário ampliar as relações entre os países vizinhos, compartilhando os valores atribuídos à Tava. Transitar livremente por esse território, como fizeram seus ancestrais, é um dos fundamentos do bem viver que os Guarani desejam preservar.

O turismo

Segundo Pérez (2009), a palavra turismo é cunhada pela primeira vez em 1811, na publicação *Sporting Magazine*. Para a antropologia, o turismo é um fato social total e também um processo social, econômico e cultural do qual participam vários agentes sociais, sendo fundamentais os mediadores, isto é, políticos, planificadores, profissionais do marketing, de hotéis e de transporte, guias, agências de viagem, escritores e investigadores.

Em 1950, a Organização Mundial do Turismo (OMT) definiu "turismo" como a estadia de uma pessoa fora da sua morada habitual por mais de 24 horas e por motivos de lazer, descanso, aventura ou negócios. Excursionistas são aqueles que regressam em menos de 24 horas.

Essa diferenciação é fundamental para compreender a necessidade de atrair mais turistas para a região missioneira, pois atualmente menos de um terço dos visitantes são efetivamente turistas, que permanecem nas Missões por mais de 24 horas. Assim, o volume de gastos por pessoa é pequeno, refletindo pouco na construção de riqueza dos locais visitados.

Já a atividade turística, de acordo com Marchi e Ferreira (2018), é resultado do caráter de excepcionalidade que o bem cultural adquire. Quando lugares reconhecidos como Patrimônio Mundial ganham esse valor universal excepcional, ocorrem transformações que repercutem nas dinâmicas sociais e na forma como os sujeitos se relacionam com seu lugar. Ainda que não tenha sido o objetivo original da patrimonialização, o selo tornou-se promotor de ações turísticas.

O patrimônio missioneiro como recurso turístico

Em 1966 e 1967, Michel Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, esteve no Brasil em missão financiada pela Unesco. As avaliações feitas pelo perito francês das mais de 35 cidades visitadas, durante essas duas estadas no Brasil, renderam frutos importantes, tanto no que diz respeito à proteção de diversos locais pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), atual Iphan, quanto na relevância que tais localidades passaram a assumir junto à agência das Nações Unidas. São Miguel e as reduções indígenas, no Rio Grande do Sul, concentraram as atenções finais da missão do perito. Com essa abrangência, Parent acreditava estar estudando "todos os centros de interesse artístico do Brasil" (Leal, 2009, p. 4).

Partindo da noção do turismo como uma importante possibilidade de planejamento e desenvolvimento global, Parent, em seu documento, ressaltou a potencialidade da atividade turística para o Brasil como um processo de intercâmbio cultural e de compreensão mútua entre os povos. Ressalta-se que a noção de patrimônio defendida por Parent não dizia respeito apenas àquele edificado ou natural, mas incluía também as tradições e as manifestações culturais. Para Parent (2008 *apud* Leal, 2009, p. 5):

> O turismo pode, com certeza, constituir uma das fontes do futuro desenvolvimento da renda nacional e fornecer um álibi econômico aos esforços consideráveis que devem ser feitos se quisermos salvaguardar o vasto patrimônio cultural que está há muito tempo em perigo, mas cuja ruína brevemente será irreversível.



Também em finais da década de 1960, conforme Marchi e Ferreira (2018), foram ensaiadas aproximações entre Argentina, Paraguai e Brasil para o desenvolvimento de ações conjuntas em torno do patrimônio e do turismo, as quais avançaram, entretanto, somente entre o Brasil e a Argentina, com a elaboração da candidatura de São Miguel das Missões a Patrimônio Mundial da Unesco. Esses acordos transnacionais eram vistos com bons olhos pela agência, que prestigiou, na década de 1980, a iniciativa conjunta dos dois países, possibilitando a unificação das candidaturas das Missões Jesuítico-Guarani, que se tornaram o primeiro bem cultural transnacional da lista.

A maioria das ações implementadas, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, em São Miguel das Missões, esteve voltada a consolidar as ruínas como monumento e proteger a zona envolvente, a fim de assegurar a integridade do bem cultural. Nas palavras de Marchi e Ferreira (2018, p. 31):

> A instauração de uma política global pela lista do Patrimônio Mundial da Unesco configurou um paradoxo: se por um lado busca reconhecer a importância singular de certos lugares para a humanidade, instituindo padrões de organização que garantam sua preservação, por outro lado muitas dessas políticas não se aplicaram da mesma forma nos diferentes lugares e não obtiveram os êxitos desejados.

Analisando o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2015-2030) da Região das Missões, elaborado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede-Missões), os mesmos autores observaram que, apesar de todo o potencial, ainda é preciso "profissionalizar a vocação turística" (Marchi e Ferreira, 2018, p. 14) da região, uma vez que São Miguel recebe uma média de 80 mil turistas ao ano.

Um dos mais interessantes produtos turísticos das Missões é oferecido ao público desde antes de o local ser declarado Patrimônio Mundial. Em 1978, foi criado, por iniciativa do governo do Rio Grande do Sul, o Espetáculo Som e Luz em São Miguel das Missões, para fomentar o turismo local. Com narrativa poética e histórica na voz de grandes atores brasileiros, ao mesmo tempo que luzes são refletidas sobre as ruínas do Parque Histórico Nacional das Missões, é contada a saga dos Sete Povos das Missões, por meio de um discurso mítico e libertário sobre a instauração e o declínio das reduções. O espetáculo se repete desde então, todas as noites, no espaço patrimonializado, sendo mantido atualmente pela prefeitura municipal.

Todo o seu equipamento foi modernizado entre 2015 e 2016, com investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O espetáculo, pelo longo tempo em cartaz, além da função turística, cumpre o papel de dispositivo patrimonial e identitário da região. Todavia, o turismo ainda é uma área pouco representativa nas estatísticas econômicas locais, cuja força produtiva está basicamente na agropecuária (Marchi e Ferreira, 2018).

O DESENVOLVIMENTO

O potencial de desenvolvimento de um local está baseado na ideia de que o território dispõe de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas.

Sítio Arqueológico de São João Batista, Entre-Ijuís (RS), 2007.
Foto: Eneida Serrano. Acervo: Iphan.

Quando esses recursos são aplicados aos processos produtivos, obtém-se crescimento econômico. Os processos ocorrem em função do uso do potencial e do excedente gerado localmente e, às vezes, podem contar com recursos externos. No entanto, "em última análise, são as iniciativas e o controle exercido pelos atores locais e a sociedade civil, através de respostas estratégicas, que contribuem para os processos de transformação de cidades e regiões" (Barquero, 2001, p. 10).

Para compreender a potencialidade do turismo no desenvolvimento da região missioneira, pode-se recorrer ao conceito de "endogeneidade" (Boisier, 2005), que se expressa em quatro planos potencializados e articulados entre si. Primeiro, endogeneidade é uma capacidade crescente de autonomia do território para fazer suas próprias opções de desenvolvimento coletivamente, crescentes e descentralizadas. Segundo, é uma capacidade crescente de apropriar-se de uma parte do excedente econômico gerado para revertê-lo localmente, com duplo propósito: outorgar sustentabilidade ao próprio crescimento e introduzir uma paulatina diversificação da base material territorial. Terceiro, é uma capacidade de gerar inovações, o que supõe a existência de um sistema local de ciência e tecnologia, com forte articulação entre universidades, organizações produtivas e governo. Quarto, endogeneidade exige a existência de uma cultura territorial geradora de uma identidade que associe o ser coletivo com o território. Dessa maneira, a capacidade endógena de um território se encontra em um espaço delimitado por quatro planos: político, econômico, científico e cultural.

Considerações das lideranças regionais

Levando em conta o potencial existente no território das Missões, foram entrevistados vários líderes que estão à frente do processo de coordenação pública, social e econômica da região missioneira. Solicitou-se que eles tecessem contribuições sobre o patrimônio local e o turismo cultural como estratégia para o desenvolvimento.

O primeiro entrevistado foi Ricardo Miguel Klein, prefeito de São Nicolau e diretor de Turismo da Fundação dos Municípios das Missões (Detur/Funmissões). Para ele, o Patrimônio Mundial do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo e os sítios de São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau são locais únicos no Brasil, fundamentais para o desenvolvimento do turismo e para a qualificação das Missões como destino turístico, considerando a singularidade da história da região e o crescimento do chamado "turismo de experiência". O Departamento de Turismo da Funmissões tem trabalhado três tipos de projetos principais para aumentar o número de turistas: melhoria de infraestrutura turística, especialmente nos acessos asfálticos aos sítios de São João Batista e São Lourenço Mártir; construção de uma ponte internacional ligando Porto Xavier, no Brasil, e San Javier, na Argentina, no centro da Rota Jesuítica Multidestino; qualificação e treinamento dos atores locais que trabalham nos empreendimentos turísticos e dos gestores públicos que atuam nos municípios e na conscientização da comunidade local sobre a importância do turismo como gerador de

desenvolvimento, empregos e oportunidades[5]. O diretor também destaca projetos de promoção, divulgação e marketing, para os quais se buscam recursos e parcerias com órgãos públicos e privados, com o intuito de colocar o destino Missões nas principais prateleiras das grandes operadoras turísticas no Brasil e no exterior. Para concluir, ressaltou que a integração do Caminho dos Jesuítas com Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai tem avançado de forma importante e ajudará no crescimento do setor nos próximos anos.

A segunda entrevista foi com o secretário executivo do Detur/Funmissões, Marcos Mattos, no cargo há três anos, que reafirmou as necessidades de melhoria de infraestrutura, bem como de revitalização dos quatro sítios arqueológicos, além de promoção, divulgação e comercialização do destino Missões. O secretário afirmou que a região nunca conseguiu realizar uma campanha forte, com recursos importantes para posicionamento de imagem, mas que, para isso, a fundação desenvolve projetos com o Ministério do Turismo, a empresa CVC e a Usina Hidrelétrica de Itaipu, além de contribuir para a integração do roteiro internacional entre os cinco países e a conscientização das comunidades. No entanto, o aumento do fluxo ocorrerá apenas com investimentos que não são de fácil obtenção, nem na atividade pública nem na privada. Atualmente, foi aprovada, inclusive, uma linha de financiamento internacional de 100 milhões de dólares no âmbito do Programa Global de Crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (PGC-BID) para constituir a rota jesuíta das Missões (Sampaio, 2018). Na conjuntura atual, o principal foco de atenção é conscientizar os prefeitos sobre a importância do patrimônio e do turismo, que pode ser importante gerador de emprego e renda. O secretário reconhece, ainda, uma grande valorização das Missões na atuação dos entes culturais federais e do Iphan na região.

Em seguida, entrevistou-se o atual presidente da Associação dos Municípios das Missões (AMM), Puranci Barcelos, prefeito de Santo Antônio das Missões, que destacou a riqueza e a diversidade do patrimônio da região missioneira, com museus, igrejas, acervos históricos, recursos naturais, bens materiais e imateriais. Entre os bens citados, exemplifica o Museu Monsenhor Wolski, em Santo Antônio das Missões, o qual possui o segundo maior acervo de miniaturas em arte barroca jesuítica de todo o país. Contudo, o presidente afirma que falta investimento, incentivo, além do uso de recursos que atraiam os turistas, que despertem sua curiosidade para conhecer a história e a cultura locais. É preciso, segundo ele, atrair investidores que acreditem no desenvolvimento da região e também receber maior incentivo do governo para que se possam desenvolver atividades voltadas ao turismo, em especial naqueles destinos ainda pouco explorados e conhecidos.

5. Em 2009, o Iphan coordenou a elaboração do Plano de Ação para as Cidades Históricas, considerando o patrimônio cultural como ativo para o desenvolvimento social e econômico. O planejamento estratégico e a gestão compartilhada entre as três esferas governamentais e a sociedade civil estavam voltados para a preservação, promoção e valorização desse patrimônio, incentivando a atividade turística como alternativa econômica desses sítios. A região das Missões de São Miguel e São Nicolau fazia parte do plano, que contemplava também o fortalecimento regional. O documento foi assinado e pactuado entre Iphan, governo estadual do Rio Grande do Sul e as municipalidades de São Miguel das Missões e São Nicolau, com o apoio dos demais municípios da região missioneira.



Outra entrevistada foi Adriana Almeida da Silva, chefe do Parque Histórico das Missões, unidade gestora do Iphan na região. Ela reconhece que o patrimônio cultural das Missões, de grande relevância nacional e internacional, tem sido um dos principais propulsores do desenvolvimento do turismo local. Além disso, a região missioneira apresenta um conjunto de bens patrimoniais de outros períodos históricos que também têm grande potencial como recurso turístico, mas que ainda são pouco conhecidos. Silva destaca a atuação do Iphan nas Missões desde a criação do instituto, em 1937, até recentemente, buscando colocar o patrimônio como um recurso indutor do desenvolvimento socioeconômico regional e ampliar a atuação para além dos sítios acautelados, considerando a paisagem cultural missioneira e reconhecendo outros processos históricos e seus bens materiais e imateriais. No âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional – Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas dos Guaranis, a autarquia vem desenvolvendo algumas ações que buscam reconhecer e valorizar essa paisagem cultural. O reconhecimento pode ser considerado como uma das etapas iniciais para subsidiar o desenvolvimento de ações que colocam o patrimônio como recurso, tendo em vista o desenvolvimento sustentável da região através do turismo cultural. O Iphan também atua em parceria com as prefeituras da região, com o intuito de implementar ações que visam a uma

Sítio Arqueológico de São Nicolau, São Nicolau (RS), 2007. Foto: Eneida Serrano. Acervo: Iphan.

articulação entre patrimônio e turismo, como o PAC Cidades Históricas, responsável por executar, em São Miguel das Missões, uma das etapas do projeto de requalificação do entorno do Sítio de São Miguel Arcanjo.

A quinta entrevista foi com o presidente da Associação dos Amigos das Missões, Carlos Augusto Silveira Alves, cuja fala se concentrou nos lugares declarados como patrimônio, ressaltando que eles devem servir às comunidades locais, não só como espaço de lazer, mas também de negócios, para a geração de emprego e renda. Segundo ele, a maioria dos sítios declarados Patrimônio Mundial no mundo está localizada no centro histórico das cidades, local mais fácil de ser aproveitado pelas comunidades e pelos turistas, uma vez que há mais infraestrutura, como restaurantes e comércio, sem que precise haver um investimento específico para isso. Além disso, é preciso aprimorar a acessibilidade e a iluminação. Pensando na interseção entre patrimônio e negócios turísticos, o presidente sugere, ainda, a criação de um manual de abertura de licitação, com regras bem claras para o aproveitamento do patrimônio para negócios. Nesse sentido, ele comemora o Decreto nº 9.763/2019, que institui a Política Nacional de Gestão Turística do Patrimônio Mundial Natural e Cultural, estabelecendo diretrizes para estimular o turismo cultural no país.

O último entrevistado foi Romaldo Melher, sócio da operadora Caminho das Missões, que atua no mercado desde 2002 e oferece passeios a pé e de bicicleta nos 800 quilômetros de antigos caminhos, unindo a utopia missioneira reconhecida mundialmente pela Unesco. São ofertados também roteiros de turismo rodoviário (ônibus ou carro) para visitar o conjunto dos atrativos patrimoniais culturais espalhados entre Brasil, Argentina e Paraguai. Utilizam-se todas as portas de entrada na região, desde as estradas e o aeroporto regional em Santo Ângelo até os aeroportos em cidades mais centrais como Porto Alegre, Passo Fundo e Foz do Iguaçu.

Conclusões

Analisando a pesquisa bibliográfica e as entrevistas obtidas, conclui-se que a região missioneira tem um grande patrimônio tangível e intangível, que pode e deve ser usado plenamente como estratégia para o desenvolvimento local e regional.

É notável que o turismo cultural ainda é uma área pouco representativa nas estatísticas econômicas da região, cuja força produtiva está basicamente na agropecuária.

Apesar de todo o potencial, é preciso profissionalizar a sua vocação turística, unindo e produzindo ações conjuntas com os atores locais em sincronia com os instrumentos estaduais e federais. Estão elencados, a seguir, os principais pontos que, ao meu ver, deveriam ser trabalhados.

1. Inicialmente, as ações nas comunidades precisam produzir conhecimento sobre a história milenar jesuítico-guarani e pós-jesuítica, bem como sobre a ciência econômica do turismo e da cultura. As prefeituras, por meio de seus prefeitos, secretarias ou diretorias de Turismo, Cultura e Educação, precisam de profissionais conhecedores dos temas para que se crie a consciência local do potencial de cada município, a fim de obter resultados práticos na geração de emprego e renda, sem esquecer

a busca subsequente de empreendedores através das políticas de desenvolvimento local.
2. No âmbito da AMM e do Detur/ Funmissões, é necessário que seja implementado o Plano de Desenvolvimento do Turismo Regional, no qual estarão previstos o apoio aos municípios para que executem metas locais. Paralelamente, é preciso que se organize o processo de promoção do destino Missões, considerando, em termos de orçamento, todas as possibilidades de divulgação, desde participar de forma organizada e planejada de eventos do setor cultural e do turismo estadual, nacional e internacional, até organizar a presença na internet, por meio das redes sociais e de um portal apropriado a uma região Patrimônio Mundial, considerando línguas estrangeiras e qualidade de texto e imagem. Para isso, deve-se dispor de pessoal com capacidade técnica para diariamente interagir com o processo e os usuários.
3. Na vertente da infraestrutura (sinalização, acessos, pontes), a AMM e a Funmissões têm o dever de exigir dos instrumentos públicos municipais, estaduais e federal as obras delineadas nos seus planos de ação interna e, desde 1995, nos documentos do Mercosul.
4. O governo do estado do Rio Grande do Sul tem nas Missões o seu único Patrimônio Mundial e, por isso, deve utilizá-las como a sua marca turística cultural, levando essa imagem aos mercados interno e externo através de todos os meios de divulgação disponíveis.
5. Já o Ministério do Turismo, no âmbito do Governo Federal, tem uma capacidade enorme de difundir a imagem missioneira por meio da utilização orçamentária em campanhas nacionais e internacionais do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Quanto à infraestrutura, existe a possibilidade de viabilizar grandes obras através de programa do BID, com soluções de financiamento ou com recursos orçamentários próprios. Ainda assim, é no Iphan que está o principal ponto de interlocução no Governo Federal, especialmente pela compreensão da importância de se ter um único Patrimônio Mundial no Sul do Brasil. São, portanto, necessários orçamentos para as ações em arqueologia, manutenção patrimonial, desenvolvimento de novas infraestruturas de recepção aos turistas, como museus, centros culturais, laboratórios e outras obras, sempre se lembrando de garantir a acessibilidade dos locais e a multidisciplinaridade necessária na contratação de funcionários especialistas. Esse órgão também tem o relevante papel de demonstrar ao Governo Federal a importância do patrimônio cultural como imagem fundamental da brasilidade a ser disseminada dentro e fora do país, como ocorre nas principais nações do mundo.
6. Quanto à atuação da Unesco no Brasil, seria oportuno que a organização se



empenhasse na divulgação e na promoção das Missões para que o país e o mundo saibam da importância desse patrimônio reconhecido internacionalmente[6].

7. Em relação ao Iphan, em seu importante trabalho de preservação patrimonial no Parque Histórico Nacional das Missões, é fundamental que ações pertinentes sejam introduzidas em suas estratégias. Por exemplo, trazer técnicos do setor turístico, além de outros multidisciplinares, para que o patrimônio missioneiro gere desenvolvimento econômico e social à comunidade. O Iphan, pela sua representatividade nacional, cumpre um papel muito importante tanto nas estratégias de desenvolvimento quanto nas de preservação.

8. Ao setor privado, cabe melhorar a qualificação dos serviços e a promoção de empreendimentos nos mercados estadual, nacional e internacional, utilizando todos os aparatos possíveis para a difusão da imagem missioneira. Os empresários e empreendedores devem, também, participar dos eventos especializados, momento em que estão presentes operadoras com grande potencial de atrair turistas.

9. Por último, as universidades e o Corede precisam utilizar o potencial missioneiro em suas pesquisas nas diversas áreas econômicas e sociais.

Assim, para promover o desenvolvimento regional, é necessária a integração entre as três esferas da atividade pública e a atividade privada, incluindo universidades e escolas, todos, unidos com foco no resultado.

6. O Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco reconheceu, em 1983, conjuntamente, os sítios da região missioneira no Brasil e na Argentina, o nosso primeiro bem seriado transfronteiriço.

Referências

BARQUERO, Antonio Vázques. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.* Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001.

BOISIER, Sérgio. *Un ensayo epistemológico y axiológico sobre gestión del desarrollo territorial*: conocimiento y valores. 2005. 76 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade de Alcalá de Henares, Santiago do Chile, Alcalá de Henares, 2005.

HENIS, Tadeo Xavier. *Diario historico de la rebelion y guerra de los pueblos Guaranis situados en la costa oriental del Rio Uruguay del año 1754*. Coleção Pedro de Angelis. Buenos Aires: Escritório de Impressão do Estado, 1836.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artísitico Nacional. Reconhecimento do Mercosul e requalificação urbana promovem São Miguel das Missões (RS). *Portal Iphan.* 2019. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4981/reconhecimento-do-mercosul-e-requalificacao-urbana-promovem-sao-miguel-das-missoes-rs. Acesso em: 21 mar. 2019.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. *As missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. 2009. Disponível em: http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0380.pdf. Acesso em: 14 mar. 2019.

MARCHI, Darlan de Mamann; FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônios mundiais em contextos nacionais distintos: construindo paralelos entre Brasil e Portugal através dos casos de São Miguel das Missões e do Centro Histórico de Évora. *Anais do Museu Paulista:* história e cultura material, v. 26, 2018. Disponível em: http://www.journals.usp.br/anaismp/article/view/137748. Acesso em: 14 mar. 2019.

OLIVEIRA, José Roberto de. *Pedido de perdão ao triunfo da humanidade:* a importância dos 160 anos das missões Jesuítico-Guarani. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. *Turismo cultural:* uma visão antropológica. Tenerife, Espanha: Pasos, 2009. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita2.pdf. Acesso em: 18 mar. 2019.

SAMPAIO, Vanessa. Brasil integra novo corredor turístico sul-americano. *Ministério do Turismo,* 22 out. 2018. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/component/content/article.html?id=12038. Acesso em: 24 jul. 2019.

STRIEDER, Inacio. Os jesuítas e suas matrizes utópicas. *Recanto das letras,* 12 fev. 2010. Disponível em: http://recantodasletras.com.br/artigos/1806673. Acesso em: 20 ago. 2019.

Fragmento de vasilha com unhadura. Sítio Arqueológico de São Nicolau, São Nicolau (RS), 2007.
Foto: Eneida Serrano. Acervo: Iphan.





Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, São Miguel das Missões (RS), 2016.
Foto: Fernando Mesquita.
Acervo: Iphan.



Edson Humberto Néspolo

Patrimônio cultural e turismo rural em Gramado

Cultural heritage and rural tourism in Gramado
Patrimonio cultural y turismo rural en Gramado

Resumo

Cada vez mais, os sujeitos sociais contemporâneos buscam localidades naturais e autênticas com objetivos turísticos. O interesse pela vida do homem do campo fez com que o turismo rural se consolidasse como uma tendência no setor. Além de ser uma alternativa econômica para produtores rurais, esse segmento tem potencial para fomentar o desenvolvimento local e preservar os valores tradicionais, com foco no bem-estar da comunidade e do público visitante, de maneira sustentável. Nesse sentido, Gramado é um bom exemplo de adaptação e estruturação das unidades produtivas, em roteiros formatados de acordo com as peculiaridades do turismo rural.

Summary

Contemporary social subjects increasingly seek natural and authentic locations for tourism. Rural tourism has become a trend in the industry because of an interest in the country dwellers' lives. Besides being an economic opportunity for rural farmers, this market segment has the potential to foster local development, safeguard traditional values and ensure the sustainable well-being of the community and of the tourists. Gramado is a good example of how to adapt and organize production units into tourism circuits that are tailored to the particularities of rural tourism.

Resumen

Cada vez más los sujetos sociales contemporáneos buscan lugares naturales y auténticos para fines turísticos. El interés en la vida del hombre del campo hizo que el turismo rural se consolidara como una tendencia en el sector. Además de ser una alternativa económica para los productores locales, este sector tiene potencial para fomentar el desarrollo local y preservar los valores tradicionales, centrándose en el bienestar de la comunidad y el público visitante de manera sostenible. En este sentido, Gramado es un buen ejemplo de adaptación y estructuración de unidades productivas, en rutas pensadas según las peculiaridades del turismo rural.

Linha Bonita, Gramado (RS), 2016.
Foto: Cibele Selbach.

Introdução

O turismo desempenha um efeito multiplicador fundamental na economia, pois acarreta o aumento da demanda de mão de obra no setor de serviços e da procura por produtos locais, assim como eleva a arrecadação de impostos e taxas. Além de sua importância econômica, por ser um fenômeno social, o segmento oportuniza e cria experiências, e suas atividades geram inter-relações de relevância também cultural e histórica (Lima Filho *et al.*, 2007).

O processo de globalização tem desencadeado múltiplos impactos nos campos sociais, como as conquistas trabalhistas, que proporcionaram mais tempo livre para os trabalhadores. Como consequência, o mercado do turismo vem crescendo expressivamente e se tornando cada vez mais importante para a economia (Manosso, Salomé e Carvalho, 2010). Acompanhando as transformações que permeiam a sociedade contemporânea, estão emergindo diferentes espaços e esferas turísticas tanto em termos socioculturais quanto ambientais.

O crescimento do turismo ocorreu com a intensificação e a diversificação de sua oferta, a partir da criação de novas formas de entretenimento e produtos que se enquadram nas demandas dos consumidores. Com o passar dos anos, modalidades mais convencionais, a exemplo da praia, tornaram-se saturadas, o que levou, desde a década de 1990, ao surgimento de novos destinos (Candiotto, 2010).

Uma das consequências da globalização no setor foi, assim, o aumento da demanda pelo turismo rural, a partir da necessidade de buscar descanso e lazer diferenciado



no interior dos municípios. Segundo o Ministério do Turismo (Brasil, 2010), esse segmento caracteriza-se pelo conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no espaço rural e comprometidas com as práticas agropecuárias. Responsáveis, na maioria das vezes, pelo desenvolvimento e relevância das cidades no setor, os produtos e serviços locais são valorizados, possibilitando maior reconhecimento do patrimônio cultural e natural.

Nesse contexto, incluem-se modalidades de lazer nas propriedades rurais, convívio com os traços culturais agrários e técnicas de manuseio da terra, diversidade da culinária e oferta de produtos. Em resumo, serviços turísticos que promovem o contato com a natureza ou com as origens locais.

Primórdios do turismo rural

As práticas turísticas remontam ao início da civilização ocidental, a exemplo das competições esportivas realizadas nas cidades-Estado gregas e das viagens aristocráticas, religiosas, militares e comerciais. Em algumas vilas romanas, também havia atividades voltadas ao turismo e ao lazer. Na Idade Média, muitos membros da nobreza utilizavam alojamentos rurais durante as caçadas. Já nos séculos XVIII e XIX, os europeus pertencentes à classe mais abastada construíam edificações rurais grandiosas, cercadas por jardins ornamentais. Porém, apenas a realeza e/ou proprietários de consideráveis extensões de terra tinham acesso aos denominados palácios rurais. Tratava-se, dessa forma, de um passatempo apenas da elite, que não estava à disposição das demais classes sociais (Lane, 2014).

O segmento, como atividade econômica, somente começou a se desenvolver a partir do século XVIII, na Inglaterra. Os primeiros turistas buscavam atividades prazerosas no campo, com o objetivo de satisfazer a curiosidade, conhecer novas culturas e viver aventuras (Andrade, 2012). Segundo Lane (2014), apenas no século XIX, o turismo moderno começou a crescer a ponto de se tornar massivo. Nesse momento, o principal destino buscado eram as praias ensolaradas, aonde os visitantes iam com o intuito de descansar e se divertir.

O turismo rural moderno, por sua vez, veio da necessidade de um tipo diferenciado de férias, sem a presença das multidões que se reuniam nas praias. O foco estava na imersão na natureza de forma tranquila e serena, experiência perpassada pelas tradições locais e também pela aventura. Essa forma de turismo não teve sua origem de maneira organizada e devidamente informada. Pelo contrário, salvo raríssimas exceções, foram os pequenos agricultores e empreendedores rurais os interessados em criar uma alternativa de renda para contornar possíveis prejuízos nos rendimentos da agricultura. A diversificação de seus negócios de modo a incluir a atividade significava, nesse sentido, a garantia de subsistência. A chegada do setor ao campo emergiu, assim, como alternativa não apenas para agricultores, mas também para visitantes que procuravam novas modalidades de lazer.

Atualmente, o crescimento do turismo vem ocorrendo tanto por iniciativa das próprias comunidades quanto por meio de

Gramado (RS).
Acervo: Museu Municipal Professor Hugo Daros.



órgãos públicos, que buscam, a partir da influência do setor, a dinamização dos nichos agrários. Se devidamente planejado sob a ótica do desenvolvimento local, o segmento pode, como poucos outros, trazer uma série de benefícios de cunho ambiental, cultural, social e econômico. Há, como consequência, uma ressignificação do campo, que deixa de ser visto apenas como um local onde se produzem bens primários e passa a ser reconhecido como um espaço de valores culturais próprios e favorável à conservação ambiental e patrimonial.

Nesse sentido, segundo Zimmermann (1996, p. 28-29), o planejamento do turismo rural deve ser pautado pela valorização dos seguintes aspectos: identidade própria, autenticidade, harmonia ambiental, preservação das raízes culturais, divulgação dos costumes e atendimento familiar. Assim, esse segmento está alicerçado nas particularidades do ambiente rural, ou seja, sua cultura, sua natureza, seu patrimônio.

Gramado: aspectos históricos

Para compreender o potencial turístico de Gramado e os fatores que propiciaram a criação de seus circuitos de turismo rural, é necessário antes discorrer brevemente sobre a história da cidade. A região onde está inserido hoje o município foi a última a ser ocupada por colonizadores no Rio Grande do Sul. Os

descendentes de açorianos foram os primeiros a povoá-la após os indígenas, chegando pela Sesmaria Faxinal, localizada entre o Rio Santa Cruz e as encostas da Serra Geral. Muitas das primeiras posses foram desmembradas até 1880, quando documentos indicam, por força da Lei Estadual nº 601/1850 (Brasil, 1850), inúmeros pedidos de medição e demarcação de terras já ocupadas (Oliveira, 2013).

Segundo Oliveira (2013, p. 10), José Manoel Corrêa foi o primeiro a se estabelecer, em 1845, em terras que depois fariam parte do território de Gramado. Tristão José Francisco de Oliveira e Leonor de Souza também são pioneiros, assim como João Petry, que chegou por volta de 1875 e em 1880 solicitou a demarcação de duas áreas compradas dos primeiros ocupantes, perto do chamado Arroio Quilombo. No início do século XX, elas foram vendidas para famílias alemãs e italianas vindas dos locais que receberam imigrantes no estado.

No que se refere às comunidades rurais do município, a chamada Linha dos Caboclos (atual Moreira) foi uma das primeiras a ter moradores, possivelmente descendentes de portugueses já mesclados com negros e índios, a partir de 1850. Antônio Moreira, capataz de uma serraria, deu nome ao local, que também recebeu muitos alemães (Gramado, 1987, p. 175). Em 1881, os irmãos Henrique e Luiz Bier requereram a medição e demarcação das terras desde o início da Linha Moreira até onde hoje é o centro de Gramado, dividindo-as em várias colônias, que hoje são loteamentos urbanos.

O primeiro morador de Campestre do Tigre foi o alemão Guilherme Scharanck, que lá se instalou em 1863 (Gramado, 1987, p. 162). Foram encontrados registros de colônias germânicas fundadas na Linha Ávila (1879), Linha Marcondes (1880), Linha Araripe (1885), Linha Tapera (1895) e Várzea Grande (1898) (Gramado, 1987, p. 165). Nesses locais, os descendentes de alemães desenvolveram a agricultura e montaram moinhos, ferrarias, fábricas de queijos e estabelecimentos comerciais. Já os imigrantes italianos, vindos especialmente da região de Caxias do Sul pela travessia do Rio Santa Cruz, fixaram-se no final do século XIX e no início do século XX na Linha Furna, Pedras Brancas, Linha Bonita (também de ocupação alemã), Linha Nova, Linha São Roque, Linha Carahá, Morro do Arame, Linha 28 (que antes havia recebido açorianos) e Vale do Quilombo.

Do distrito de Linha Nova, surgiram alguns dos grandes líderes desenvolvimentistas do futuro município. Em 1913, a sede distrital foi transferida para o local onde hoje está situado o centro urbano da cidade. A princípio, o nome escolhido foi Dinizópolis, em homenagem a Diniz Martins Rangel, na época chefe político e intendente de Taquara (Gramado, 1987). Porém, prevaleceu a denominação Gramado, inspirada no antigo nome Campestre, por se tratar de um local recoberto de grama e árvores, utilizado como parada e repouso de tropeiros e aventureiros.

Desenvolvimento econômico e administrativo

Houve, desde o início da ocupação, a preocupação com um desenvolvimento próspero, inclusive pela escolha do local onde se instalaria a sede do futuro município. Um dos principais responsáveis pela decisão

Igreja Matriz São Pedro, Gramado (RS), 2016.
Foto: Cleiton Thiele.
Acervo: Museu Municipal Professor Hugo Daros.

foi José Nicoletti Filho, personagem de grande projeção na história de Gramado. Em 1912, foi indicado por Borges de Medeiros, presidente do estado, para organizar política e administrativamente o distrito, que fazia parte de Taquara (Zatti, 1999, p. 37). No ano seguinte, foram definidos os locais da nova sede e da residência das autoridades, por onde passaria a estrada de ferro (Berhend, 1999), esperança de prosperidade.

Em 1914, foi concluída a construção da primeira capela da cidade para dar abrigo à Paróquia São Pedro, criada em 1917. A Igreja Matriz foi inaugurada apenas em 1935. O desenvolvimento tomou grande impulso em 1918 e 1919, com a chegada da ferrovia, seguida da iluminação elétrica em 1920, fornecida por usina própria. A linha do trem, de Taquara a Gramado, foi construída em condições excepcionais devido à dificuldade de vencer a serra do nordeste do estado, em um trecho bastante íngreme de 48 quilômetros, cujo percurso demorava mais de três horas. Ainda em 1918, foram instalados uma agência de Correio e um escritório do Banco Nacional do Comércio, facilitando os negócios e a vida da população, formada, então, por 3,5 mil habitantes espalhados entre 60 famílias (Gramado, 1987).

Em 1938, o povoado de Gramado foi elevado a vila. Dez anos depois, foi feita a primeira tentativa de emancipação a município. Porém, além de ter havido falhas no processo, o local ainda não apresentava uma economia que justificasse o novo *status* administrativo. Essa foi a motivação para que se formasse a Comissão Pró-Melhoramentos de Gramado, com o objetivo de desenvolver a vila através dos seus potenciais humanos, naturais e econômicos. As ações realizadas visavam ao aprimoramento e à manutenção das belezas naturais de Gramado e, consequentemente, ao incentivo da vinda de veranistas, fomentando a economia.

O trabalho da comissão desencadeou resultados positivos. Após três anos, foi criada a Comissão de Emancipação, que voltou a pleitear, junto ao governo estadual, inclusive por meio de correspondências e visitas a deputados estaduais, a emancipação de Gramado como município, conquista alcançada, enfim, em 1954, pela Lei Estadual nº 2.522 (Rio Grande do Sul, 1954).

Turismo

Além das belezas naturais, do ar puro e do clima, a cidade sempre foi marcada pela hospitalidade de seu povo, pela aptidão e vontade de bem receber. Aliadas ao espírito empreendedor, essas características formaram a base para o desenvolvimento local, que desde os primórdios mostrava vocação para o turismo. Antes de ser considerado um destino turístico, o município já recebia veranistas e pessoas que, por orientação médica, buscavam o ar puro como tratamento auxiliar de doenças pulmonares e respiratórias. Foi para atender a esse público que os primeiros hotéis de Gramado foram construídos.

Com a intenção de diversificar os produtos e serviços oferecidos ao público visitante, Oscar Knorr e Walter Bertolucci realizaram, em 1958, apenas quatro anos após a emancipação do município, a primeira Festa das Hortênsias (Koppe, 2018). Além de ter promovido o nome de Gramado, o evento



foi um dos primeiros marcos na história do turismo organizado no Rio Grande do Sul, junto com a Festa da Uva, realizada em Caxias do Sul.

Marcadamente a partir da década de 1950, a indústria também passou a desempenhar um importante papel na economia da cidade, especialmente os segmentos de calçados, mobiliários, malhas e confecções. No entanto, o produto local que mais se destaca é o renomado chocolate caseiro.

Os traços culturais dos colonizadores portugueses, alemães e italianos continuam presentes em Gramado, características que, aliadas às belezas naturais, transformaram a vila construída em fins do século XIX na acolhedora cidade dos dias atuais. Chamada de Europa brasileira em função de seu clima temperado, arquitetura típica e manifestações culturais, o município conserva vivas suas raízes, história e tradições, especialmente na zona rural, que são o principal insumo do turismo, a base de sua economia.

Segundo principal destino turístico do Brasil, de acordo com o prêmio Travelers' Choice de 2018, do *site* de viagens TripAdvisor (Silveira, 2018), a cidade tem a infraestrutura turística mais completa do estado e recebe anualmente em torno de 6,5 milhões de visitantes (Verticchio, 2016). Além dos eventos do calendário oficial, com destaque para a programação natalina, o município oferece atrativos todos os meses do ano, pois se dedica também ao turismo de negócios, com a promoção de feiras e congressos.

Caza Wilfrido, Gramado (RS), 2017.
Foto: Cibele Selbach.

Turismo rural

O meio rural teve um papel fundamental na origem de Gramado, pois foi nas chamadas linhas que se instalaram os colonos, vindos em busca de terras para a subsistência de suas famílias. Até hoje a agroindústria destaca-se na economia local, empregando famílias inteiras no fabrico artesanal ou semiartesanal de produtos coloniais.

Buscando enaltecer esse aspecto histórico e impulsionar um novo nicho turístico que, em um ciclo virtuoso, fomenta a agroindústria, surgiram os Roteiros de Agroturismo, os quais fazem parte de um leque de investimentos que a administração pública vem realizando para valorizar o campo. O objetivo da iniciativa é levar os visitantes a conhecer a cultura rural, conservada pelos descendentes dos primeiros colonizadores portugueses, alemães e italianos. Aspectos como culinária, arquitetura, sistemas de plantação e produção e os próprios costumes dos moradores e trabalhadores das áreas rurais (vestimentas, sotaque, música etc.) resgatam a história da comunidade gramadense.

Hoje há, na cidade, cinco roteiros de turismo rural. Três deles – o Raízes Coloniais, o Tour no Vale e o Quatrilho – foram criados em 1999 pela administração pública municipal. Alguns anos depois, em 2012, o passeio Linha Bella começou a ser oferecido. Por fim, em 2014, com apoio financeiro do Ministério do Turismo, mais dois foram



incorporados como produtos turísticos, o Caminhos Linha Ávila e o Roteiro Criativo Várzea/Serra Grande, sendo que este último encontra-se inoperante.

Roteiros de Agroturismo

As principais atrações do roteiro Raízes Coloniais são a arquitetura e a culinária típica dos imigrantes italianos e alemães na Linha Bonita e Linha Nova, onde a cidade originou-se. O passeio é formado pela visita a cinco locais. Na Casa Centenária, onde há mais de 120 anos a família Ferrari se assentou, o turista é recebido pela proprietária, que compartilha sua experiência na lida do campo. Já no Moinho Cavichion, encontram-se conservados equipamentos e ferramentas utilizados desde o início do século XX na produção da farinha de milho, que ainda é feita como antigamente. Na Ervateira Marcon, pode-se acompanhar o processo artesanal de fabricação da erva-mate, a matéria-prima do chimarrão, que é degustado ao final da visitação. Desde a infância, o desejo de guardar objetos fascina Nelson Fioreze, que conduz os visitantes pelo Museu Fioreze, contando a história de algumas das relíquias do local. Por fim, na Casa da Família Foss, pães caseiros, geleias de frutas, manteiga, salames e queijos atiçam o paladar do público, que é recebido pela matriarca, Dona Zulmira Foss, ao som de músicas típicas italianas.

No roteiro Linha Bella, o visitante tem a oportunidade não só de conhecer hábitos e costumes herdados dos imigrantes italianos, mas também de contemplar a natureza e observar diferentes espécies da fauna e flora da região. Além do Moinho Cavichion, presente no roteiro anterior, na Vinícola Masotti descobrem-se curiosidades e particularidades de todas as fases da produção de sucos e vinhos. No Velho Casarão, descendentes de Vicenzo Marcon narram a trajetória da família e apontam os vestígios do passado visíveis na arquitetura e na decoração da antiga construção, como no mobiliário e nas ferramentas. A gastronomia típica italiana se faz fortemente presente na Cantina Linha Bella, desde os sabores até a forma de preparar a refeição: a comida se mantém aquecida sobre um fogão a lenha, o que remete o turista à época em que as grandes famílias italianas reuniam-se aos domingos para almoçar na casa da *nonna*.

Estrada de chão, ar puro, natureza, casas coloniais e visita a famílias de origem italiana e alemã marcam o Tour no Vale, realizado no Vale do Quilombo, na Linha 28. São percorridos morros de intensa vegetação, rios e cachoeiras, além de um campo de araucárias e parreiras de kiwi e uva, a bordo de um ônibus tipicamente colonial. A lida do campo é a marca da primeira parada do passeio: o casal Vicente e Fátima Marcon compartilha a história de seus antepassados italianos no memorial da família, mostrando objetos de seus pais, explicando sobre o plantio de milho e o manejo dos animais. Ao final da visita, toma-se suco de uva, acompanhado de pães e geleias produzidos pelos Marcon. Em seguida, o turista vai ao Ecoparque Sperry, onde pode admirar a natureza e conhecer duas cachoeiras em uma trilha ecológica guiada pela proprietária do parque, Tânia Sperry, que conta a história da família. A arte

Vale do Quilombo, Gramado (RS), 2012.
Foto: Cibele Selbach.



Zona rural, Gramado (RS), 2016.
Foto: Cleiton Thiele.

Litografia de rótulo antigo de barrica da erva-mate Leonor, litografado, 40 cm de diâmetro. As importadoras exigiam que a peça remetesse à região onde a barrica foi produzida, o que explica a existência de rótulos feitos no Paraná, mas escritos em espanhol.
Acervo: Museu Paranaense.

de fazer cachaça, graspa[1] e vinho é a atração do Alambique dos Rossa, onde se assiste à produção da cachaça de alambique desde a colheita da cana-de-açúcar até a degustação. Na última parada, o visitante conhece a família Baretta, em uma casa centenária de estilo enxaimel, onde funcionava um salão de *kerb*[2]. Lá é servido um café da tarde com produtos coloniais, como bolos, pastéis, cucas, sucos e cafés.

Último roteiro entre os que são oferecidos atualmente, o Caminhos Linha Ávila põe em relevo os costumes dos primeiros habitantes de Gramado: mesa farta, religiosidade e veia empreendedora. A Casa da Família Wagner é o primeiro ponto de visitação, em que o turista conhece uma plantação de morangos e árvores frutíferas e até participa da colheita, caso esteja na época, além de provar doces e geleias. Na Cantina Nonno Giovanni, a produção de vinho artesanal em estufa de fumo desativada conquista a atenção do visitante, que pode degustar e adquirir também queijos, salames, sucos, conservas, mel e pães caseiros. A Vivenda Schönrhein, por sua vez, apresenta uma experiência diferente: o casal de anfitriões, João Pedro e Rose Marie Rheinheimer, fala sobre sua filosofia de vida, que inclui alimentação orgânica e medicina das ervas, enquanto é possível saborear cervejas artesanais sem álcool e experimentar as terapias holísticas oferecidas no local. No Sítio Tradição, o roteiro encerra-se pondo em destaque

1. Aguardente feita a partir da destilação das borras do vinho.

2. Festa popular de origem alemã.

a cultura e os costumes gaúchos, a vida campeira e a lida com animais, enquanto o público desfruta de um típico costelão na vala, faz passeios a cavalo e pode adquirir produtos artesanais que resgatam técnicas tradicionais da Alemanha e da França.

Conclusão

Um dos resultados do processo de globalização foi o crescimento do turismo, especialmente de segmentos até então pouco explorados, como o rural. Desde suas origens, Gramado apresenta vocação para essa atividade econômica, que, nas últimas décadas, tem sido alvo de esforços da administração pública para desenvolvê-la. Nesse sentido, têm sido oferecidos roteiros e serviços qualificados cada vez mais procurados pelo público visitante, acompanhando as mudanças e tendências do setor.

Referências

ANDRADE, D. Turismo rural: análise dos resultados de um projeto de extensão no âmbito da comunidade. *Observatório de Inovação do Turismo*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 69-80, jul./dez. 2012.

BERHEND, C. Etapas do turismo. *In*: ZATTI, E. B. (Org.). *As raízes de Gramado*. Gramado: Centro de Cultura de Gramado, 1999.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 18 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. *Turismo Rural*: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 3-24, abr. 2010.

GRAMADO. Secretaria Municipal da Educação. *Gramado, simplesmente Gramado*. Gramado: Prefeitura Municipal de Gramado, 1987.

KOPPE, I. *Gramado*: o lago, as hortênsias e o turismo. Caxias do Sul: Lorigraf, 2018.

LANE, B. Turismo rural de segunda geração: prioridades e questões de pesquisa. *In*: CRISTOVÃO, A. *et al.* (Orgs.). *Turismo rural em tempos de novas ruralidades*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014. p. 15-48.

LIMA FILHO, D. O. *et al.* O turismo rural como alternativa econômica para a pequena propriedade rural no Brasil. *Turismo*: visão e ação, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 69-81, jan./abr. 2007.

MANOSSO, F. C.; Salomé, M. V.; Carvalho, A. T. Turismo rural na região norte do estado do Paraná: conceito e prática. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 10, n. 1, 24-35, 2010.

OLIVEIRA, S. F. *Antigos povoadores de Gramado*: um olhar às novas origens. Gramado: Ed. das Hortênsias, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 2.522, de 15 de dezembro de 1954. Cria o município de Gramado. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2002.522.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

SILVEIRA, Laura. Gramado é escolhido o quinto melhor destino turístico da América do Sul. *Portal Gramado News*, 20 abr. 2018. Disponível em: https://portalgramadonews.com.br/gramado-e-escolhida-o-quinto-melhor-destino-turistico-da-america-do-sul/. Acesso em: 10 jul. 2018.

VERTICCHIO, Diego. Gramado: Natal Luz passa inverno como maior temporada. *Panrotas*, 13 set. 2016. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/destinos/2016/09/gramado-natal-luz-passa-inverno-como-maior-temporada_129673.html. Acesso em: 12 jul. 2019.

ZATTI, J. A. Major José Nicoletti Filho. *In*: ZATTI, E. B. (*Org.*) *As raízes de Gramado*. Gramado: Centro de Cultura de Gramado, 1999.

ZIMMERMANN, A. *Turismo rural*: um modelo brasileiro. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.





Zona rural, Gramado (RS), 2016.
Foto: Cleiton Thiele.



Susana Gastal e Ana Maria Costa Beber

Comida e modos de vida: as tramas da italianidade em Antônio Prado

Food and lifestyles: pathways to the Italian heritage in Antônio Prado

Comida y formas de vida: las tramas de la italianidad en Antônio Prado

Resumo

O presente estudo centra-se nas práticas alimentares da comunidade ítalo-brasileira que reside no município de Antônio Prado (RS), descendente de imigrantes que se estabeleceram na região no final do século XIX. Na atualidade, apresenta-se ali um patrimônio material e imaterial associado a tal herança cultural. Para fins desta reflexão, destacam-se as mudanças expressivas que ocorreram na matriz original da alimentação imigrante, impactada, já no momento da chegada ao Brasil, pela necessidade de adaptação ao novo território. A esse novo desenho somaram-se, posteriormente, influências advindas da renovação dos processos agrícolas, da urbanização, de inovações tecnológicas como a energia elétrica e do turismo, em especial aquele associado às festas locais. Metodologicamente, a coleta de dados segue a história oral, tendo sido entrevistadas seis senhoras reconhecidas pela comunidade por suas habilidades na cozinha. Os resultados indicam que, hoje, a culinária tratada no local como "italiana" é uma comida ítalo-brasileira colonial, ou seja, uma comida possível no contexto de adaptações e hibridizações vivenciado ao longo do tempo na cidade.

Summary

This paper examines the dietary practices of the Italian-Brazilian community in the city of Antônio Prado (RS), who descend from immigrants that settled there at the end of the 19th century. Currently the city of Antônio Prado owns material and intangible heritage associated with this cultural heritage. For the purposes of this discussion, we will highlight the significant changes made to the original immigrant dietary tradition as soon as their arrival in Brazil brought the need to adapt to their new country. Subsequently, influences stemming from new farming processes and urbanization and technological innovations such as electricity and tourism, especially with regard to local festivities, were added to their new situation. In terms of methodology, data collection focused on oral history. Six women acknowledged by the community for their cooking prowess were interviewed. The results suggest that, nowadays, the cuisine locally identified as "Italian" is in fact Italian-Brazilian colonial cuisine, i.e., a diet consisting of adaptations and hybrids experienced over time in that city.

Antônio Prado (RS), 1988.
Foto: Eneida Serrano. Acervo: Iphan.

Resumen

Este estudio se centra en las prácticas de alimentación de la comunidad ítalo-brasileña que vive en el municipio de Antônio Prado (RS), descendiente de inmigrantes que se establecieron en la zona a fines del siglo XIX. En la actualidad existe un patrimonio material e inmaterial asociado a dicha herencia cultural. Para el propósito de esta reflexión, destacamos los cambios significativos que ocurrieron en la matriz original de la alimentación inmigrante, impactada, ya desde el momento de su llegada a Brasil, por la necesidad de adaptarse al nuevo territorio. A este nuevo diseño se le sumaron más tarde las influencias provenientes de la renovación de los procesos agrícolas, de la urbanización, de innovaciones tecnológicas como la electricidad y el turismo, especialmente lo que se relaciona con las fiestas locales. Metodológicamente, la recopilación de datos sigue la historia oral. Fueron entrevistadas seis mujeres reconocidas por la comunidad por sus habilidades en la cocina. Los resultados señalan que, hoy en día, la cocina local que se considera "italiana" se trata de una comida ítalo-brasileña colonial, es decir, una comida posible en el contexto de adaptaciones e hibridaciones experimentado a lo largo del tiempo en la ciudad.



Introdução

Na segunda metade do século XIX, importantes fluxos migratórios deixaram a península itálica em direção a diferentes pontos nas Américas, entre eles, o Sul do Brasil. Tais deslocamentos podem ser pensados a partir das mudanças culturais intensas que produziram tanto entre os migrantes quanto nos locais em que eles passaram a se instalar. Com base nesse cenário, este artigo destaca as alterações internas e externas nos modos de vida de famílias ítalo-brasileiras residentes no município de Antônio Prado (RS), considerando suas práticas alimentares.

Os imigrantes chegaram à colônia de Antônio Prado em maio de 1886. Na atualidade, o município[1] se autointitula a "cidade mais italiana do Brasil", atribuição justificada pela herança cultural associada à italianidade[2], expressa no patrimônio material e imaterial local. Em que pese tal exaltação, nos momentos iniciais e ao longo do tempo, as necessidades originadas pela adaptação ao novo espaço geográfico, a urbanização, os contatos interculturais e o turismo, nas décadas finais do século XX, criaram ali um modelo de vida e uma cultura únicos. O dialeto vêneto ainda praticado, o artesanato, a religiosidade, os modos de vida cotidianos e a gastronomia carregam tais marcas. Elas estão presentes, muito especialmente, no acervo arquitetônico composto de 48 edificações em madeira, tombadas em 1990 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Para fins dessa reflexão, destacam-se as práticas alimentares locais, que expressam um diálogo entre inovação e tradição. Elas colocam em perspectiva cotidianos tradicionais e neocotidianos, envolvendo uma rede de significações demarcadoras do lugar, de forma que, através delas, é possível refletir sobre processos sociais mais amplos. Produzir cotidianos equivaleria a produzir cultura (Jameson, 2001), vendo a ambos como um tecido de hábitos costumeiros que formam totalidades e se articulam em sistemas. A vida do dia a dia, submetida à égide cultural urbana e globalizada ou mesmo a outras influências multiculturais – por exemplo, o turismo –, pode ser abalada nesses contextos, pois "é muito fácil destruir esses sistemas culturais tradicionais que incluem a maneira como as pessoas se relacionam com seus corpos, usam a linguagem, lidam com a natureza ou uns com os outros. Uma vez destruído, esse tecido social não pode mais ser recomposto" (Jameson, 2001, p. 54). Ou, numa visão menos drástica, tais tecidos mudariam e se adaptariam como forma de resistência e de resiliência.

De acordo com Certeau (2011), os fazeres cotidianos nas cozinhas são uma forma de unir memória, necessidade, tradições, invenções, rituais, adaptações e encontros sociais, imersos em gostos, cheiros, cores, sabores e gestos, instrumentos e ingredientes. Portanto, a partir da alimentação do dia a dia,

Interior de cantina, Rio Grande do Sul.
Foto: Aldo Toniazzo. Acervo: Instituto Memória Histórica e Cultural – Universidade de Caxias do Sul.

1. Antônio Prado tem uma população de 12.969 habitantes, com taxa de analfabetismo de 4,81% e expectativa de vida de 75,07 anos. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,841, e o produto interno bruto (PIB) *per capita* atinge 38.633 reais (FEE, 2019; IBGE, 2016).

2. Por italianidade compreende-se o imaginário alimentado pela origem italiana, transmitido de geração em geração.



Ferreiros, Antônio Prado (RS). Acervo: Prefeitura de Antônio Prado.

plural nos seus hibridismos, cria-se a sintaxe[3] que será transposta, em Antônio Prado, do âmbito doméstico para o âmbito comercial e turístico. Pesquisas recentes (Beber, Gastal e Sá, 2017; Beber e Gastal, 2017) evidenciam modificações significativas nas práticas culinárias locais, se consideradas a partir dos alimentos consumidos quando da chegada dos imigrantes, até alcançar as práticas contemporâneas. As ações iniciais para estabelecimento no novo território priorizaram a construção de moradias e o preparo do terreno para a agricultura, ainda coberto por mata virgem. Para consumo familiar de subsistência, plantaram milho, trigo, mandioca, verduras e legumes, pois os imigrantes dependiam de uma produção própria, na propriedade rural familiar, incentivando a policultura. Só em momento posterior, o que não se produzia era buscado nos armazéns coloniais, levando, aos poucos, à alteração na composição e sintaxe dos cardápios.

A urbanização, a presença dos meios de comunicação e o turismo – em especial, nas festas paroquiais e naquelas mais propriamente turísticas – promovem, no atual momento do município de Antônio Prado, a ocorrência de mudanças expressivas na matriz original de alimentação dos imigrantes (Beber, Gastal e Sá, 2017; Beber e Gastal, 2017). As narrativas analisadas no contexto desta pesquisa retratam as

3. Segundo Montanari (2013), a sintaxe corresponde à refeição e, nela, ao ordenamento dos pratos de acordo com critérios de sequência, de associação e de relação recíproca.

memórias e os cotidianos, constantemente atualizados, das práticas alimentares locais. Os relatos provêm de entrevistas, seguindo os ditames da história oral, realizadas pelas autoras, com seis senhoras, reconhecidas pela comunidade local por suas habilidades na cozinha. O presente relato resgata, entre as entrevistadas, as falas de Julia, 76 anos; Lina e Gemma, 69 anos; Rosa, 61 anos; Beatriz, 57 anos; e Vera, 53 anos[4]. Informações contidas no projeto Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, realizado na Universidade de Caxias do Sul pelos pesquisadores Cleodes Piazza e José Pozenato (2010), complementam os relatos.

Antônio Prado e suas práticas culinárias

Camponeses vindos de territórios que hoje formam a Itália[5], tais como os vicentinos, beluneses, mantuanos, cremoneses e trentinos, chegaram ao Sul do Brasil a partir de 1875. Por migrações internas, em 1886 e nos anos seguintes, formaram a Colônia de Antônio Prado, sexta e última das chamadas antigas colônias da imigração italiana, no atual estado do Rio Grande do Sul, onde se defrontam com um território a ser apropriado para cultivo. Lá o assentamento demandou a formação de núcleos coloniais, com a construção da capela e a instituição de uma agricultura de subsistência, cenário que favoreceu a criação de um pequeno comércio e uma indústria artesanal, conforme Frosi e Mioranza (2009). Os mesmos autores defendem que as colônias italianas do Sul do Brasil passaram por três momentos: o período de fixação (de 1875 a 1910), o de crescimento da produção (de 1910 a 1940) e o de ampliação da indústria e do comércio (a partir de 1940). Os períodos permitem diálogos com as periodizações propostas por Piazza e Pozenato (2010), para as práticas culinárias.

Em termos de alimentos, o momento inaugural significou identificação, teste e incorporação de produtos e ingredientes como farinha de mandioca, melado de cana, ervas, frutas silvestres, pinhão e amendoim, que veio a substituir a amêndoa. Segue-se a aceitação de hábitos alimentares da tradição local, como o churrasco e o chimarrão. Posteriormente, as famílias são ampliadas através dos casamentos da segunda geração, e os saberes culinários são trocados entre pessoas vindas de diferentes regiões do norte da Itália e, portanto, com práticas distintas (Piazza e Pozenato, 2010).

As mudanças ocorridas se dão em âmbito doméstico, inclusive nas refeições de domingo e nas festas, cujos saberes são transmitidos oralmente. Considerando o aprendizado como prática cotidiana, o interesse pela culinária envolve memórias múltiplas, pois o conhecimento também se transfere através das práticas – os fazeres –, associadas aos gestos, para determinar consistência e quantidades, entre outros aspectos (Giard, 2011). Os hábitos alimentares são objeto de aprendizado precoce, ligados à primeira

4. Os nomes são fictícios, para preservar as entrevistadas, mas a identidade está mantida.

5. Os europeus que emigraram para o sul do Brasil não eram, na realidade, italianos no sentido pleno da nacionalidade. Quando se iniciou o processo de imigração, como decorrência da unificação política da Itália, conjuntura que não completara ainda dez anos, não havia padronização nos hábitos alimentares e nas tradições culturais em âmbito nacional, seja no plano da língua, seja no dos usos e costumes (Piazza e Pozenato, 2010).


Ricordo della festa =
fatta in onore di S. Antonio
Li 15 Agosto 1906 Antonio Pra



Festa de Santo Antônio, Praça Garibaldi, Antônio Prado (RS), 1906.
Acervo: Prefeitura de Antônio Prado.

infância e ao mundo maternal; dessa forma, come-se "o que nossa mãe nos ensinou a comer – ou o que a mãe da nossa mãe nos ensinou a comer" (Giard, 2011, p. 212).

As diferenças territoriais entre o local de partida e o de chegada exigiram a adaptação de técnicas e produtos de cultivo, com a consequente alteração da cultura culinária, gerando uma gastronomia colonial ítalo-brasileira híbrida, ou seja, uma *comida possível*, no contexto dado. As interfaces entre a italianidade herdada como tradição de origem e a produção possível no novo território, associada à policultura colonial "com seu *ethos* camponês" (Seyferth, 2015, p. 146), resultaram em adaptações culinárias praticadas por diferentes grupos de imigrantes, em processos que ultrapassaram o século XIX.

O período de fixação nas colônias e sua agricultura de subsistência é interpretado por Piazza e Pozenato (2010) como o de uma *cozinha de pobreza*, devido à escassez de recursos disponíveis na propriedade. Pobreza, aqui, não deve ser confundida com situação de fome ou miséria, mas como insegurança frente à ameaça permanente de falta de alimentos e aos poucos recursos financeiros disponíveis para a compra de insumos. A comida cotidiana seria simplória, com refeições compostas de um prato único, por vezes acompanhado por verduras ou carnes. Produtos abundantes durante a safra tornavam-se a base da nutrição, complementando a polenta, de consumo diário. Como consequência da pobreza, percebem-se pratos interessantes, como pulmões de porco ou flores de abobrinha fritas, apresentados como aperitivos e entradas. Tais comidas, atravessadas pelas trocas culturais intensas no período de adaptação ao território brasileiro, foram por algum tempo consideradas invenções, porém, ao serem revisitadas, sua origem italiana é reconhecida.

Essa primeira fase, nos termos apresentados, lembra Montanari (2013) ao relatar que, historicamente, quando há carestia e redução na variedade de produtos alimentícios, são desencadeadas estratégias de sobrevivência que têm como regra comum a busca pela permanência, o máximo possível, das práticas costumeiras na cozinha. Em Antônio Prado, verifica-se que a penúria fez com que os imigrantes e migrantes adaptassem a produção agrícola, tendo em vista a substituição de ingredientes e receitas, mas buscando preservar referências às práticas alimentares tradicionais. Nessa situação, encontram-se a polenta e o macarrão, o brodo (uma espécie de caldo), a carne de porco e os embutidos produzidos a partir dela, a galinha, o radite, entre outros.

O milho e o trigo foram as primeiras e principais culturas alimentares produzidas pelos imigrantes, pois as sementes eram distribuídas pelo governo. O milho era moído em moinho hidráulico, e com a farinha era feita a polenta, servida em todas as refeições como prato principal e, em muitos casos, único à mesa. A polenta foi e ainda é o elo entre a Itália e o Brasil, como alimento e como símbolo de identidade, mesmo com as transposições impostas em termos de receita. A farinha de milho também era usada para a feitura do pão, contornando assim a dificuldade inicial na produção do trigo, de cuja farinha eram preparados pães,



Colheita de trigo, Antônio Prado (RS), 2004. Foto: Aldo Toniazzo. Acervo: Instituto Memória Histórica e Cultural – Universidade de Caxias do Sul.

massas e bolachas. O milho ainda servia para os animais domésticos, o porco e a galinha, ocupando o lugar de destaque.

O porco teve papel importante na alimentação do colono. Esse animal fornecia a carne, que era acondicionada em latas da banha e usada na preparação de embutidos como o salame, a linguiça, o presunto, a copa, a morcilha[6], a panceta ou toucinho (*bacon*), o codeguim[7] e o queijo de porco[8]. A banha, seguida do toucinho, era a gordura principal utilizada no preparo das comidas e foi um dos principais produtos comercializados nas colônias. O abate do animal e a produção dos embutidos eram marcados pela ajuda mútua entre familiares e vizinhos, momento de socialização e transmissão do conhecimento.

A galinha também foi importante na composição alimentar dos colonos. Dela se aproveitavam os ovos para preparo de massas, bolos, bolachas e fortaia[9]. A carne, além de ser preparada com molho ou assada, também servia como base para risotos e caldo (brodo) de sopas (de agnolini[10], de pão, de massa, de legumes), do qual resultava a carne lessa[11]. No cenário de policultura, a horta produzia farta variedade de verduras e legumes (radicchio, couve, cenoura, alho, cebola, feijões-de-vagem), temperos (folha de cebola, salsa, louro, alecrim) e chás (manjerona). As frutas marcavam presença na alimentação, vindas de

6. Embutido de carne de porco acrescida de sangue fresco.

7. Embutido feito com couro do porco cozido e moído, acrescido de músculo dos garrões e temperos.

8. Embutido feito com o bucho do porco e couro picado e temperado com alho, cebola e pimenta.

9. Ovos batidos com queijo, similar à omelete.

10. Tipo de massa recheada.

11. Carne de galinha cozida em caldo.



Antônio Prado (RS), 1988.
Foto: Eneida Serrano.
Acervo: Iphan.



pomares comuns, entre elas, laranja, figo, pera e uva, consumidas *in natura* ou processadas em doces e chimia[12].

As entrevistadas ouvidas na pesquisa, referindo-se aos antepassados, salientam que a alimentação habitual do colono se centrava em quatro refeições ao dia. Na primeira delas, muito cedo e antes de ir à área de cultivo (a "roça"), que nem sempre ficava muito perto da residência, servia-se apenas café ou chá mate na chaleira, já misturado com leite, pão e alguma chimia. A segunda, nominada *colación*, era servida no meio da manhã, na roça, e incluía comida de sal, como a polenta, o salame, o queijo ou a fortaia, o melado e, às vezes, um copo de vinho. O almoço, chamado de *pranzo*, era considerado a refeição mais farta do dia, tendo normalmente polenta ou arroz e feijão como prato principal, salada e, raramente, carne.

Algumas famílias serviam uma merenda do meio da tarde, chamada de *merendin*, própria das longas jornadas de trabalho no verão. O jantar, *la sena*, servido no início da noite, tinha como prato tradicional sopa ou minestra (sopa de feijão), polenta brustolada[13] com sobras do almoço. Ainda, destacam-se a ausência de carnes e a presença dos derivados, tais como o salame, os embutidos de carne de porco e o queijo, todos de produção doméstica.

Uma das entrevistadas, Gemma (69 anos), relata assim o cardápio e o ritual do café da manhã e do almoço:

12. Doce à base de frutas, semelhante à geleia, sendo que, em muitos casos, o açúcar é substituído pelo melado de cana.

13. Polenta cortada em fatias e gratinada na chapa, em geral do fogão a lenha.

Sim, tinha dois cafés. Nós levantávamos muito cedo de manhã, nós vendia leite, e como nós morávamos no interior a gente tinha que trazer o leite aqui na cidade, e a gente tinha que colocar o leite nos litros e vir trazer aqui a cavalo. Nós levantava [às] cinco horas da manhã [para] tirar leite das vacas, colocar nos litros. Então, a gente tomava um café cedo. Clareando o dia, a gente ia para a roça, e ali [é] que depois vinha a colación, com polenta, com salame, nem sempre, depende se a gente matava muito porco. Vinha polenta e alguma coisa para acompanhar, então eram umas oito, nove horas da manhã. De meio-dia a turma era grande, a mãe cozinhava uma dúzia de ovos, era um ovo cada um e polenta.

Nota-se que o costume[14] era servir um prato único, em geral complementado por salada e pão (em menor proporção devido ao valor da farinha de trigo). A polenta tinha destaque: era servida mole, feita e consumida na hora; ou brustolada, cortada na linha e preparada na chapa do fogão a lenha. As sopas também eram presentes no cotidiano, com destaque para a de feijão com massa e a de legumes, frequentes na mesa do jantar. Trata-se de "comidas pobres", que, nesse contexto, "por excelência, são as polentas e as sopas de cereais inferiores, […] uma cozinha caracterizada pela necessidade de encher a pança para afastar o fantasma da fome e garantir a sobrevivência diária" (Pertile e Gastal, 2013, s.p.). Contrário a esse costume está a comida de festa e de casamento, bem como a comida de domingo, servidas com maior fartura em quantidade e variedade.

Nessa primeira fase, as adaptações e substituições aconteceram em todos os aspectos da vida dos migrantes, em relação ao uso da terra, ao saber fazer, aos modos de produção, aos tipos de cultivos, aos produtos e ingredientes locais e às relações sociais, entre outros. Dessa maneira, entende-se que o processo de hibridização cultural transformou a culinária tida como *italiana* em ítalo-brasileira, ainda marcada por ruralidades e pela policultura, em um processo de adaptações, substituições e apropriações tanto pelos imigrantes quanto pelos migrantes. A alimentação tinha relação direta com os ingredientes produzidos pela família ou no âmbito local, era elaborada pelas mulheres e mantinha uma relação estreita com a comida de procedência.

Mesmo com troca de ingredientes, se buscava, como sabor da casa, o sabor da Itália. A nostalgia dos sabores passados serve de inspiração para buscar e recriar práticas alimentares atuais: "O mundo das comidas nos leva para casa, para nossos parentes e amigos, para os nossos companheiros de teto e de mesa. Essas pessoas que compartilham intensamente de nossa vida e intimidade" (DaMatta, 1986, p. 53). Nesse sentido, a cultura é um processo de montagem multinacional, uma articulação flexível de partes, uma colagem de traços acessível a todos os que dominem seus códigos (Canclini, 2008).

A segunda fase proposta por Piazza e Pozenato (2010), a de consolidação ou afirmação, perdura de 1930 a 1960-1970, quando a ponte do Passo Zeferino entrou em funcionamento, ligando Antônio Prado a Caxias do Sul. Esse momento permite retomar o segundo período proposto por Frosi e Mioranza (2009), de 1910 a

14. A noção de costume sugere práticas e comportamentos aceitos pelo grupo, associados a uma tradição e aprendidos no curso da socialização (Seyferth, 2015).

1940, para eles marcado pelo aumento de produção do milho, do trigo e das videiras, permitindo a expansão do mercado vinífero e a melhoria na indústria de equipamentos e na infraestrutura básica para a comercialização dos produtos. A ponte permite a integração local com a comunidade regional e nacional e acelera a urbanização.

A repercussão em termos de práticas alimentares envolve a transição da cozinha, do espaço doméstico, para o coletivo, em que a festa de santo, realizada nas capelas, se destaca por reunir a comunidade, receber os "de fora" e reagrupar famílias residentes em locais diversos. Com isso, há a divulgação da comida e a consolidação dos modos de fazer na comunidade e com as famílias distantes. A sintaxe do almoço festivo da região é definida, composta, com poucas variações, por sopa de agnolini ou capeletti, carne lessa com salada, macarrão, frango assado e churrasco. Há, ainda, o consenso quanto a padrões de qualidade, tanto na escolha dos ingredientes como no preparo. A partir disso, alguns locais passam a ser identificados como de referência no bem servir (Piazza e Pozenato, 2010).

A cozinha tradicional, consolidada na década de 1960, sofre impactos: pela ampliação na oferta de insumos, levando a policultura a deixar de ser característica local; pela presença da industrialização e de novas tecnologias; pela mudança drástica nos ingredientes utilizados; pela simplificação no preparo. Todos eles levaram a alterações de sabor dos pratos. A segunda fase é marcada pelos modos de vida do migrante, que, apropriado das mudanças da primeira fase, vivencia o processo de urbanização da vila em cidade, o rural produzindo o urbano e o urbano incorporado no rural, permeado por adaptações culturais, tendo como exemplo as modificações na cadeia produtiva que geraram alterações também na cadeia do consumo. A presença da energia elétrica, a industrialização, tanto alimentar como da agricultura, a mudança do rural para o urbano, a mídia televisiva, entre outros aspectos, criam um novo estilo de vida e de alimentação.

Vale lembrar que os sistemas alimentares apresentam alta capacidade de mudar e regenerar-se com aportes externos, agrupar o novo e incorporá-lo aos processos tradicionais (Montanari, 2013). Trata-se de sistemas simbólicos cujos códigos atuariam de forma a estabelecer e consolidar as relações dos sujeitos entre si e com a natureza (Thies e Thum, 2015), no caso de Antônio Prado, por um imaginário de italianidade. O desenho dessa italianidade refere-se menos à origem geográfica e mais a um imaginário que associa diversos elementos: produção de insumos alimentícios na propriedade pelo núcleo familiar; aproximações, na reprodução de receitas e nos modos de fazer, ao praticado no local de origem do imigrante (uma Itália idealizada); e exaltação da ruralidade como valorização de onde se vive e de onde se veio, mesmo quando praticada no espaço urbano. A cozinha da colônia e de colono[15] é, portanto, territorial.

15. A categoria colono se refere aos imigrantes europeus e seus descendentes e assim aparece também na legislação ao longo do século XIX. Para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização. Também são conceituados como aqueles agricultores que são, além de trabalhadores da terra, indivíduos que se atribuem e reivindicam uma origem diferenciada. No Sul do Brasil, reconhecem-se e são conhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus para quem essa identidade se converte em símbolo de diferenciação étnica (Seyferth, 2015).

Os novos processos atingem inclusive pratos emblemáticos. Por exemplo, o agnolini, ou capeletti, até então considerado comida de festa, de domingo e de rituais, passa a ser industrializado ou produzido em restaurantes urbanos e é servido, também, à mesa doméstica como alimento do dia a dia. A polenta, por sua vez, que era de uso diário, passa a ser consumida em festas e celebrações como comida identitária. Com isso, verifica-se o surgimento de uma culinária emblemática, tratada como italiana, que reproduz no cotidiano refeições de uso anticotidiano e vice-versa, ao mesmo tempo que adiciona novas opções ao uso corrente. Nesse aspecto, Maciel (2001) relata que a cozinha dita como típica não envolve só uma lista de pratos que remetem ao pitoresco, mas também reflete práticas associadas ao pertencimento e, acrescente-se, ao idealmente presente nos imaginários. Além disso, o prato escolhido como típico seria aquele que representa como as pessoas querem ser reconhecidas.

Verificam-se, ainda, mudanças na socialização entre as famílias, nos horários das refeições e nos tipos e origem da comida, que passa a depender da oferta no supermercado e não mais se origina na produção familiar própria, muito embora os que vivam na cidade ainda busquem nela o fornecimento de insumos. Assim, um cardápio híbrido se consolida, com alimentos produzidos em âmbito familiar acrescidos dos comprados em supermercados, em geral industrializados. Nesse caso, une modos de preparo, ingredientes e produtos industrializados e tradicionais (Ramos, 2007).

Como exemplo do saber fazer híbrido, a entrevistada Lina (69 anos) fala sobre o feijão, comida usada no cotidiano e de produção doméstica, que na fase da consolidação passa a ser adquirido no comércio, bem como o toucinho ou o *bacon*. Mas ela mantém o preparo tradicional, herdado da mãe:

> Feijão, agora comprado no mercado e com toucinho, na época se dizia *lardo*, hoje é toucinho, aí [a gente colocava] bem picadinho no tabuleiro, ficava aquela banha com torresminhos, cebolinha verde com salsinha. E quando tava bem fritadinha a mãe jogava […] duas colheres de farinha de trigo, ia fritando e ficava cor-de-rosa. Aquele tempero, [ela] jogava dentro no feijão e engrossava, ficava um cheiro bom.

Nesse mesmo sentido, o relato de Julia (76 anos) descreve o uso da galinha em ambas as fases, mas que, na da consolidação, também passa a ser adquirida no comércio. A entrevistada também destaca a inserção da carne bovina, influenciada pelo desenvolvimento da pecuária regional, em especial na vizinha cidade de Vacaria:

> Como a gente tinha as galinhas, era carne de galinha, o molho era galinha […]. A gente plantava batata, feijão, arroz, trigo. Uva a gente tinha. Então, era o que mais a gente comia. Depois entrava mais carne [gado], quando tinha. As crianças, tinha que alimentar elas bem. A gente não passava tanta dificuldade quanto na época de eu criança [porque agora] a gente tinha como.

O terceiro período descrito por Frosi e Mioranza (2009) corresponde à ampliação tanto de produtividade quanto de intercâmbios, ocasionando o desenvolvimento da indústria e do comércio e a reorganização da estrutura socioeconômica local. No entendimento de Piazza e Pozenato (2010), a terceira fase, designada como





período da expansão, tem duplo movimento. O primeiro deles é o ingresso da cozinha rural e da festa de santo nos restaurantes urbanos, que se dá através do cânone festivo rural do almoço doméstico, cujo cardápio é apropriado pelos restaurantes, com a adição de pratos de procedências diversas, como a polenta brustolada e o churrasco. O segundo movimento é de troca, inclusive no âmbito internacional; nesse sentido, entra em voga um gosto entendido como sofisticado que adiciona e até substitui ingredientes tradicionais, como o azeite de oliva no lugar da banha ou de óleos vegetais e o vinagre balsâmico no lugar do vinagre de vinho.

Tem-se, ainda, a incorporação do galeto como criação urbana e do churrasco[16] como tradição gaúcha. Ainda assim, verifica-se que há continuidade da presença dos pratos tradicionais, ao mesmo tempo que se percebe a influência do comércio e da generalização da presença de tecnologias, decorrente do advento da energia elétrica, que possibilita o uso de freezer para armazenamento, entre outras facilidades.

Os relatos de Rosa e Vera (61 e 53 anos) registram a busca da comida de origem rural, retomando um imaginário da policultura como marca de qualidade, da tradição em compartilhar o alimento com os familiares e da criação de uma rede de comércio familiar que permite a continuidade de saberes culinários e de rituais herdados da fase da construção e consolidação. Rosa destaca essa busca aliada à influência da tecnologia:

> A gente tem muito congelado, então compra as carnes na família, meus amigos, meus parentes. A gente compra uma vaca, a gente divide em três, a gente congela, tem um congelado, então tu tem que pensar, eu tenho uma carne congelada, vou fazer uma massa temperada com carne.

Por sua vez, Vera se manifesta no mesmo sentido: "Como a gente não tem o leite, a gente compra no interior, das minhas

16. Prato nascido na tradição rural da região dos pampas, na fronteira com Uruguai e Argentina.

Filó em Antônio Prado (RS), 2017.
Foto: Aldo Toniazzo.
Acervo: Instituto Memória Histórica e Cultural – Universidade de Caxias do Sul.

Preparo do agnolini por mulheres da comunidade da Capela Nossa Senhora de Monte Bérico para a festa da santa padroeira, Antônio Prado (RS), 2004.
Foto: Aldo Toniazzo.
Acervo: Instituto Memória Histórica e Cultural – Universidade de Caxias do Sul.



Preparo da carne para churrasco, Serra Gaúcha (RS), 2017. Foto: Aldo Toniazzo. Acervo: Instituto Memória Histórica e Cultural – Universidade de Caxias do Sul.

cunhadas, sobrinhas. A puína[17] também. Da minha sobrinha, a mesma que faz o queijo".

Com isso, desenha-se um cardápio híbrido que permite vislumbrar os modos de vida, os hábitos, a identidade e as práticas ítalo-brasileiras através da alimentação cotidiana, incorporada como patrimônio.

Identifica-se, na fala de Beatriz (57 anos), a permanência do hábito de rezar e realizar o filó (Camilotto, 2018). Na fase da construção e consolidação, no meio rural (que continua a ser tratado como colônia), o evento filó era voltado eminentemente ao encontro de socialização, quando uma família recebia vizinhos e parentes em casa para rezar, cantar, jogar, dançar, beber, conversar sobre a vida na Itália, ler cartas de parentes, entre outros afazeres. A reunião também poderia se dar nas capelas. Cada família levava um prato a ser compartilhado com o grupo.

Na fase da expansão, o filó continua ocorrendo, então no espaço urbano e com maior festividade, sendo em alguns casos incorporado ao turismo. Beatriz conta as particularidades da festa:

> Então assim, a gente chegava, vinha à capelinha. Passava todas as famílias, nós fazíamos a novena enquanto fazia o filó, um monte de criança a brincar. Era uma festa. Rezava o terço, cantava as ladainhas e depois era pinhão, pipoca e amendoim. Agora, em Antônio Prado, a gente faz estes filós, em uma capela ou outra. Uma vez por ano. Até [que] este ano não foi feito muitos, mas teve anos que a gente fez vários. Aí cada um leva um prato, grostoli[18], batata-doce, pinhão, amendoim. Essas coisas. Se reúne muita gente, a gente faz na capela.

Em relação à mulher, verifica-se a relevância do papel da mãe (*mama*) ou da avó (*nona*) na cozinha e na família ítalo-brasileira, como protagonista do ato de alimentar, de dar coesão à família, de criar seu próprio estilo e suas especificidades, de se apropriar do saber fazer oriundo da herança cultural, transformando-a em legado, em algo novo, híbrido e identitário. O relato de Julia (76 anos) exemplifica essa situação:

> A mãe era o sistema da *nona*, sempre ela fazia. Quando fazia agnolini, eu sempre ali perto ajudando a moer. Eu via, né? Quando fazia tortéi[19], [eu ficava] também ajudando a fechar, a gente quer ver, quer aprender, [ela] não precisa[va] ficar dizendo, faz isso, faz aquilo. Hoje isso serve

17. Um tipo de ricota.

18. Doce à base de farinha de trigo, semelhante ao conhecido em outros estados do Brasil como cueca virada ou orelha de gato.

19. Massa recheada com abóbora.

para mim. Quando faço, faço que nem ela e se compro tento [fazer] o mais parecido, igual. Igual, nunca mais, não se tem as mesmas coisas, não se cria as galinhas, se compra de um e outro, mas nunca [é] igual.

São esses modos de vida singulares que fazem com que uma sociedade seja diferente da outra, com hierarquias internas e costumes que passam de geração em geração (Certeau, 2011). A comida fala, comunica e manifesta emoções, pertencimentos, significados de uma identidade coletiva que constrói a narrativa da memória social de uma comunidade (Amon e Menasche, 2008). Por essas razões, atualmente a alimentação e os hábitos dos migrantes passaram a ter valor turístico e patrimonial. A etnicidade e suas dimensões simbólicas têm o papel de representar o passado atualizado e, assim, tornam-se atributos culturais e simbólicos com capacidade de referência emblemática da cultura colonial ítalo-brasileira. Como patrimônio herdado, eles aparecem na vida cotidiana, em especial na alimentação, como produto destinado a atrair turistas e promover Antônio Prado.

O desenvolvimento turístico, aliado à mobilização local, busca valorizar as expressões coletivas de identidade através de um olhar contemporâneo e nostálgico do passado, que, de muitas maneiras, está sendo recuperado, reinterpretado e recriado mediante processos de patrimonialização de valores tidos como de autenticidade e tradição. Os produtos turísticos com destaque em Antônio Prado, nesse cenário, são a Noite Italiana e a FenaMassa, eventos que atraem milhares de pessoas em busca de convívio e socialização através da alimentação ítalo-brasileira.

Em relação aos pratos servidos na XXXV Noite Italiana[20], na percepção de Julia (76 anos), se trata de "comida inventada para festa":

Tem gente que come copa, salame, queijo. Na minha casa não tem isso todo dia. Eu não uso copa, salame, toda hora. De pequena não tinha as conservas. Tinha, conforme a época, cebolinha no vinagre e pimentão; pepino, não consigo me ligar dele. Eu acho que eles estão fazendo uma forma de servir. Teve mais diversas, foram mais de 35, foram diversas tentativas de comida, e agora uma comida que não faz mal para ninguém, uma comida que o italiano come. Foi tirado a massa, tem frango, tem queijo, tem salada, tem chimia.

No excerto de Julia, é possível refletir sobre cultura e alimentação através do conceito de Montanari (2013), para quem a cultura é o ponto de intersecção entre tradição e inovação. É tradição por ser formada pelos saberes, pelas técnicas, pelos valores que são transmitidos. É inovação porque os saberes, as técnicas e os valores modificam a posição do sujeito no contexto ambiental, tornando-o capaz de vivenciar novas realidades.

Na festa Noite Italiana, são mantidos pratos que remetem ao ítalo-brasileirismo, tais como a polenta, o salame, o galeto, porém sua escolha está relacionada, em maior medida, à capacidade de prestação dos serviços de alimentação e entretenimento tanto para moradores locais quanto para turistas. Dessa fusão surge não só uma comida híbrida, mas também sujeitos híbridos e plurais, nos diálogos construídos com o local e o global.

20. A intenção da Câmara de Dirigentes Lojistas de Antônio Prado, promotora do evento desde 1980, é reproduzir os costumes originais dos imigrantes italianos.

Encaminhamentos provisórios

Os alimentos compõem narrativas, expressas em códigos apreendidos e aprendidos nas e pelas práticas culinárias. A comida cotidiana, tida como patrimônio vivo, matura-se em processos que, quando estudados, evidenciam acréscimos, trocas e adaptações culturais. Com os imigrantes e migrantes itálicos que se estabeleceram em Antônio Prado, em distintos momentos dos séculos XIX e XX, não foi diferente. Na primeira fase da fixação no território, a alimentação do dia a dia estruturou-se a partir da policultura praticada na propriedade rural das famílias, ou seja, nos insumos ali produzidos.

No mesmo contexto, já houve alterações culturais e adaptações de toda ordem nas formas de conviver, morar, plantar e cozinhar, adaptações necessárias considerando-se um ecossistema natural e cultural diverso daquele vivenciado nos locais de origem dos imigrantes. Não era possível produzir no Brasil alguns alimentos tradicionais na Itália, levando à configuração de um cardápio híbrido, que mesclou pratos e saberes culinários identitários originais com ingredientes e modos de preparo compatíveis com a região Sul do Brasil. Ou seja, desde o princípio há o nascimento de uma *comida ítalo-brasileira colonial*, uma *comida possível*, no contexto vivenciado.

As fases seguintes são marcadas pela passagem do rural para o urbano, pela intensificação do comércio e das técnicas de produção, bem como pela presença da industrialização e de tecnologias contemporâneas, propiciando que experiência e memória pactuassem novos contratos, que associaram a continuidade da tradição e da inovação, em termos de práticas culinárias. Em relação à policultura, base da nutrição do colono no passado, sua reconfiguração contemporânea tem como indicativo a busca pelo alimento de origem rural e pelo *terroir*[21], levando à conformação, nas festas e no(s) turismo(s), de um imaginário que reinventa e atualiza a etnicidade associada à italianidade. Para além do consumo turístico, os modos de vida e outras expressões culturais étnicas são vistos como patrimônio e induzem identidades, em que a comida desempenha papel fundante. Com ela, há a ressignificação do rural e das tradições locais.

No caso de Antônio Prado, as práticas culinárias locais expressam uma cultura ítalo-brasileira colonial, autoimputada como italiana e, nesses termos, presente em festas, tenham elas fins turísticos ou não. Há de se considerar a importância do tombamento, pelo Iphan, do acervo arquitetônico no centro histórico da cidade, composto por 48 casas em madeira, o que colocou em discussão identidades, imaginários e percepções sobre o patrimônio local. Tal fato se apresenta como marca no processo de interesse turístico em torno da etnicidade, manifestada nas tradições e nas atualizações das expressões culturais de Antônio Prado, especialmente, a gastronômica.

21. Conjunto de fatores como ecossistema natural, clima e intervenções humanas que influenciam a produção agrícola e deixam marcas especialmente na textura e no sabor de alimentos e bebidas.

Referências

AMON, Denise; MENASCHE, Renata. Comida como narrativa de memória social. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 13-21, jan./jun. 2008.

CAMILOTTO, Samara. *Relação de hospitalidade/acolhimento no filó doméstico atual*: o caso de Arvorezinha-RS, Brasil. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul-RS, 2018.

CANCLINI, Néstor, Garcia. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 2*: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2011.

BEBER, Ana Maria Costa; GASTAL, Susana. *Turismo gastronômico, cultura e comida de festa.* 2017. Disponível em: http://www.dosalgarves.com/rev/N30/6rev30.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

BEBER, Ana Maria Costa; GASTAL, Susana; SÁ, Felipe de. Turismo gastronômico e Italianidade no município de Antônio Prado/RS. *In*: SEMINTUR, 9; HOSPITALIDADE EM COLÓQUIO: PESQUISA E ENSINO, 2, 2017. *Anais...* Caxias do Sul: UCS, 2017.

DaMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil*? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FROSI, Vitalina; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul:* processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. Caxias do Sul: Educs, 2009.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. *Município:* Antônio Prado. 2019. Disponível em: https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Ant%F4nio+Prado. Acesso em: 10 abr. 2019.

GIARD, Luce. Artes de nutrir. *In*: CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano 2*: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes: 2011. p. 211-233.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Antônio Prado:* panorama. 2016. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/antonio-prado/panorama. Acesso em: 20 mar. 2019.

JAMESON, Fredric. *Cultura do dinheiro.* Petrópolis: Vozes, 2001.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 145-156, 2001.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. São Paulo: Senac, 2013.

PERTILE, Krisciê; GASTAL Susana. Turismo y gastronomía regional. Las voces italianas y la cocina de la inmigración en la Serra Gaúcha (RS/Brasil). *Estudios y Perspectivas en Turismo*, Buenos Aires, v. 22, n. 6, p. 1.182-1.196, 2013.

PIAZZA, Cleodis M.; POZENATO, José C. *Projeto inventário da diversidade cultural da imigração italiana:* o Talian e a Culinária. Caxias do Sul: Iphan; Instituto Vêneto; Fibra-RS; ECIRS-UCS, 2010.

RAMOS, Mariana O. *A comida da roça ontem e hoje:* um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquiné (RS). 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã em Santa Catarina: hábitos alimentares e etnicidade. *In*: MENASCHE, Renata. *Saberes e sabores da colônia:* a alimentação como abordagem para o estudo rural. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 133-160.

THIES, Vania G.; THUM, Carmo. Sabores da colônia: a alimentação como estratégia de memória. *In*: MENASCHE, Renata. *Saberes e sabores da colônia:* a alimentação como abordagem para o estudo rural. Porto Alegre: UFRGS, 2015.



Antônio Prado (RS), 1988.
Foto: Eneida Serrano.
Acervo: Iphan.





Antônio Prado (RS), 1988.
Foto: Eneida Serrano.
Acervo: Iphan.

Oliveira Silveira

Sou[1]

Sou a palavra cacimba
pra sede de todo mundo
e tenho assim minha alma:
água limpa e céu no fundo.

Já fui remo, fui enxada
e pedra de construção;
trilho de estrada de ferro,
lavoura, semente, grão.

Já fui a palavra canga,
sou hoje a palavra basta.
E vou refugando a manga
num atropelo de aspa.

Meu canto é faca de charque
voltada contra o feitor,
dizendo que minha carne
não é de nenhum senhor.

Sou o samba das escolas
em todos os carnavais.
Sou o samba da cidade
e lá dos confins rurais.

1. Poema publicado em *Pelo escuro* em 1977.



Sou quicumbi e maçambique
no compasso do tambor.
Sou um toque de batuque
em casa jeje-nagô.

Sou a bombacha de santo,
sou o churrasco de Ogum.
Entre os filhos desta terra
naturalmente sou um.

Sou o trabalho e a luta
suor e sangue de quem
nas entranhas desta terra
nutre raízes também.



Série Olhos do Pampa, Santana do Livramento (RS), 2012.
Foto: Tadeu Vilani.





Série Olhos do Pampa, Santana do Livramento (RS), 2011.
Foto: Tadeu Vilani.



Série Olhos do Pampa, Santana do Livramento (RS), 2013.
Foto: Tadeu Vilani.




C. M. NAVIGAZIONE
ITALIANA

Jakeline Zampieri

Santa Felicidade: território para o turismo cultural

Santa Felicidade: a place for cultural tourism
Santa Felicidade: un territorio para el turismo cultural

Resumo

O bairro de Santa Felicidade é um símbolo da descendência italiana em Curitiba (PR), reverenciado pela gastronomia local. Contudo, vem perdendo suas características como resultado do inadequado aproveitamento do potencial turístico com foco no patrimônio. Os visitantes não encontram infraestrutura e serviços culturais à altura da região, deixam de conhecer a história local por falta de opções temáticas para visitação e presenciam significativa descaracterização.

Nesse contexto, a preservação pode ser aliada ao incentivo do turismo, como temas que se retroalimentam. Essa associação de objetivos converge para uma dinâmica capaz de gerar recursos, empregos e renda, aumentar a autoestima da população, oferecer espaços adequados para visitação, ampliar a satisfação do turista, sendo também compatível com a preservação do meio ambiente.

Um dos maiores desafios para a gestão patrimonial em sua dimensão turística é como utilizar as virtudes patrimoniais de uma região para viabilizar oportunidades e, nesse caso, o desenvolvimento do turismo, com os encadeamentos produtivos e de serviços que o segmento representa. O que está em pauta é a necessidade de resgatar, revigorar, reinventar e reconstruir a representatividade cultural de Santa Felicidade, associada ao fortalecimento do turismo com base no patrimônio cultural.

O presente artigo traz à tona essa problemática, fazendo uma reflexão sobre a vocação turística do bairro. Além disso, apresenta caminhos, no âmbito da administração municipal, para o resgate da identidade cultural e a apropriação do potencial turístico da localidade.

Antonio Luca, italiano, Santa Felicidade, Curitiba (PR), 1984. Foto: Orlando Azevedo.

Inauguração da Paróquia São José e Santa Felicidade, Curitiba (PR), 1905. Acervo: Arquivo da Paróquia, reprodução do acervo particular da Família Culpi.



Summary

The Santa Felicidade neighborhood is a symbol of Italian descent in Curitiba (PR) whose cuisine has won renown. However, it has begun to lose its characteristic features because of an inadequate use of tourism potential with a focus on heritage. Visitors cannot find satisfactory infrastructure and cultural services in the neighborhood and are not introduced to local history due to the lack of thematic options for visitation, resulting in significant disfigurement.

In this context, conservation can be coupled with tourism incentives, since these are mutually supportive approaches. This aggregation of purposes leads to a process that generates funds, jobs and income, boosts the public's self-esteem, offers suitable venues for visitors, increases tourist satisfaction and is compatible with environmental conservation.

One of the greatest challenges for tourism heritage management is how to maximize the heritage properties of a given area to create opportunities and, in this case, foster tourism development, including the production and service networks that this sector brings. The need to salvage, rejuvenate, reinvent and rebuild the cultural standing that Santa Felicidade represents, which is tied to strengthening cultural heritage-based tourism, is at stake.

This paper addresses the issue by discussing the neighborhood's tourism vocation. It also introduces possibilities for the recovery of cultural identity and ownership of the local tourist potential in the context of municipal government.

Resumen

El barrio Santa Felicidade es un símbolo de la descendencia italiana en Curitiba (PR), venerado por la gastronomía local. Sin embargo, ha ido perdiendo sus características como resultado del uso inadecuado del potencial turístico centrado en el patrimonio. Los visitantes no encuentran infraestructura ni servicios culturales acordes a la zona, dejan de conocer la historia local por falta de opciones temáticas para visitar y son testigos de una significativa descaracterización.

En este contexto, la preservación puede ser una aliada para el fomento del turismo, como temas que se retroalimentan. Esta asociación de objetivos converge hacia una dinámica capaz de generar recursos, empleos e ingresos, aumentar la autoestima de la población, ofrecer espacios adecuados para las visitas, ampliar la satisfacción del turista y también es compatible con la preservación del medio ambiente.

Uno de los mayores retos para la gestión del patrimonio en su dimensión turística es cómo utilizar las virtudes patrimoniales de una zona para viabilizar oportunidades y, en este caso, desarrollar el turismo, con las demandas productivas y de servicio que representa el sector. Lo que está en juego es la necesidad de rescatar, revitalizar, reinventar y reconstruir la representación cultural de Santa Felicidade, asociada con el fortalecimiento del turismo basado en el patrimonio cultural.

Este artículo plantea esta problemática, haciendo una reflexión sobre la vocación turística del barrio. Además, presenta caminos, en el ámbito de la administración municipal, para el rescate de la identidad cultural y la apropiación del potencial turístico de la localidad.

Introdução

Mais que simplesmente um bairro ou um reduto residencial, Santa Felicidade é uma região administrativa situada na parte norte do município de Curitiba (PR), a sete quilômetros do centro da cidade. É composta por 16 bairros, incluindo o próprio Santa Felicidade, que se tornou um espaço turístico, cuja história está alicerçada no patrimônio cultural. A localidade dispõe de antigos casarios, rua de paralelepípedos, árvores frondosas, espaços gastronômicos típicos e hotéis. Quem visita o bairro encontra não apenas os tradicionais restaurantes, mas também lojas de vinhos, queijos, salames, chocolates, doces e outras iguarias coloniais italianas, além de artesanato em vime, objetos de decoração, tapetes e móveis de estilo. Contudo, a falta de preservação das peculiaridades do bairro é preocupante, de modo que, com o passar do tempo, o local vem perdendo suas características culturais.

Historicamente, o trecho da Avenida Manoel Ribas compreendido entre os números 5.199 e 6.655, o eixo central e mais pitoresco do bairro, não recebe melhorias. Ao contrário, a descaracterização do patrimônio é um tema recorrente, de modo que a região vem perdendo sua identidade cultural. Em meio a alguns pontos realmente históricos e turísticos remanescentes, a avenida está repleta de estabelecimentos cujas atividades comerciais não correspondem ao contexto cultural e turístico. A pavimentação está inadequada em parte do trecho, o cabeamento elétrico contribui para a poluição visual, as fachadas históricas estão desvalorizadas ou cobertas por marcas e logotipos. Na prática, Santa Felicidade está a cada dia mais distante de sua tipicidade.

Como a região vem perdendo, aos poucos, suas características culturais, notoriamente vem sendo cerceado o rol de atividades convergentes à conservação de seu patrimônio. É uma via que se retroalimenta, fazendo com que se amplie a distância entre a situação atual e a desejada. A administração municipal pode intervir, criando claros critérios legais de preservação patrimonial e listando as atividades que poderiam ser exercidas pelos comerciantes nesses espaços.

A comparação entre Santa Felicidade e outros destinos evidencia o subaproveitamento da capacidade turística do bairro. A beleza e as origens da região devem ser fonte de inspiração, viabilizando e potencializando os negócios turísticos, como ocorre em diversos locais, no Brasil e no mundo, do ponto de vista do turismo cultural. Se Santa Felicidade valorizar aspectos históricos e buscar garantir que as mudanças provocadas pela atividade não se sobreponham à história local, concatenando elementos do passado com oportunidades do presente, o bairro tem enorme potencial de se tornar um caso de turismo bem-sucedido com base na cultura local.

Contexto histórico

Em meados do século XIX, a expansão do sistema capitalista piorou as condições de vida de muitos europeus, que decidiram apostar na promessa de continuar seu modelo de vida e tradições na América. Muitos deles, em especial os italianos, vieram para o



Casamento em Santa Felicidade, Curitiba (PR).
Acervo particular da Família Culpi.



Brasil. No Paraná, estabeleceram-se, em sua maioria, imigrantes provenientes das regiões do Vêneto e Trento, no norte da Itália. A colônia Alexandra, no litoral paranaense, foi fundada em 1871 com a finalidade de receber o contingente migratório (Trento, 1989). No entanto, a tão almejada prosperidade não foi alcançada.

Em busca de um lugar mais adequado às suas expectativas, os imigrantes desceram a Serra do Mar pela Estrada da Graciosa, como faziam algumas tropas. Ao saber sobre a possibilidade de adquirir terras na cidade de Curitiba, 15 famílias se reuniram para comprar o primeiro lote, dividindo a terra por sorteio. Felicidade Borges, irmã dos portugueses que venderam a terra, intermediou a negociação no que diz respeito à língua, pois não havia um idioma em comum entre as partes interessadas. Ela também auxiliou no que se referia à forma de pagamento, permitindo que os imigrantes utilizassem a produção de seu trabalho, além de outras formas de favorecimento. O auxílio prestado por Felicidade foi tão importante, que os imigrantes se inspiraram em seu nome para denominar o local.

A ocupação ocorreu de forma mais intensa a partir de 1878. Passados quatro anos após a instalação das primeiras 15 famílias de colonos, outras foram chegando, perfazendo um total de 70 famílias. A colônia de Santa Felicidade, em pouco tempo, tornou-se modelo de colonização italiana no estado, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no início. Entre o final do século XIX e o início do XX, cerca de 200 famílias já habitavam a região. A princípio os colonos moravam em casebres ou abrigavam-se em barracas



Família pioneira de Santa Felicidade em casa adornada com parreiras, Curitiba (PR). Acervo particular da Família Culpi.

improvisadas, até que foram construídas as primeiras casas pelas famílias Boscardin e Slompo (Balhana, 1977).

Os primeiros colonos iniciaram a plantação de vinhedos, árvores frutíferas e hortas nos quintais, além da criação de galinhas e porcos. O desenvolvimento da colônia proporcionou a alguns a aquisição de novos terrenos, que, por serem um pouco mais distantes do núcleo central da colônia, foram utilizados para semear milho e cereais. Feito como na região do Vêneto, o cultivo do milho tornou-se a atividade agrícola predominante em terras brasileiras e a base alimentar dessa população, em especial na forma de polenta. Além de milho e vinha, os italianos plantavam centeio, batata, feijão, abóbora, legumes e hortaliças (Balhana, 1958). Prestavam também serviços de lavanderia, fazendo a entrega de "grandes trouxas de roupa lavada de impecável alvura" aos clientes (Féder, 2006, p. 80). Confeccionavam, ainda, cestos e balaios utilizados nas colheitas, prática que instituiu a tradição de fabricar cestos, móveis e artesanatos em vime, presente no bairro até os dias de hoje.

Uma vez que Santa Felicidade estava na rota de passagem dos tropeiros, o momento de descanso e alimentação durante as paradas

das tropas contribuiu para que se formasse uma tradição gastronômica regional. Além de vir ao encontro da hospitalidade do povo italiano, essa gastronomia tornou-se, com o tempo, um dos traços distintivos do bairro.

Administração pública e preservação

Identifica-se, em Santa Felicidade, a ausência de iniciativas por parte não só dos segmentos produtivos e de serviços, mas também da própria administração pública de Curitiba. Não tem ocorrido investimentos na valorização das características culturais do bairro, tampouco ações que denotem preocupação em torná-lo um marco turístico condizente com o seu potencial.

Recentemente, parte do núcleo histórico da Avenida Manoel Ribas passou por reformas. A questão patrimonial, todavia, não foi contemplada, uma vez que a intenção das obras foi melhorar o fluxo de veículos, indo na contramão do que diz a nova lei de zoneamento de Curitiba (2018), encaminhada para votação na Câmara de Vereadores, no sentido de priorizar a mobilidade a pé. É necessária uma política pública específica para tornar Santa Felicidade um polo turístico, ainda que, no próprio Plano Diretor da cidade, não haja diretrizes ou preocupações claras com relação à preservação do bairro.

O Plano Diretor Municipal (Lei nº 14.771/2015) procurou estabelecer critérios com o objetivo de construir uma cidade mais humanizada e compacta, fazendo do desenvolvimento econômico um elemento a contribuir para o crescimento sustentável e o aumento da competitividade. Tais fatores têm implicação direta nos aspectos sociais, no equilíbrio do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida das pessoas. O documento prevê, ainda, a proteção do patrimônio cultural por meio de planejamento de estudos e implementação de ações.

De acordo com Pinheiro (2012), os planos diretores tradicionais apresentam um diagnóstico científico excessivamente extenso da realidade econômica, social e política do município, razão pela qual grande parte deles se transforma em planos demasiado abrangentes, propondo a resolução de todos os problemas municipais envolvendo saúde, emprego, cultura, desenvolvimento econômico e social. Ao adentrar áreas que não estão sob o poder de ação do município – e que seriam objeto de política macroeconômica –, o Plano Diretor se torna uma lista de intenções desprovida de meios para sua concretização. Mesmo que tenha sido desenvolvido com foco em questões exequíveis, corre-se o risco de deixar de contemplar temas importantes para a cidade, como o que está sendo discutido neste artigo.

Além do Plano Diretor, outro instrumento legal que versa sobre o município é a Lei nº 10.257/2001, também denominada de Estatuto da Cidade (Brasil, 2001)[1], que estabelece a normatização de ordem pública e de interesse social a regular o uso da propriedade urbana objetivando o

1. O Estatuto da Cidade tem organização simples, com temas divididos em cinco capítulos em torno das seguintes perguntas: 1. Que cidade queremos? 2. Como alcançar esta cidade? 3. Onde estarão registradas as regras para alcançar esta cidade? 4. Quem estabelece estas regras? Já o capítulo 5 trata de disposições gerais, estabelecendo prazos e sansões para o não cumprimento das normas estabelecidas. As perguntas contribuem para a discussão sobre o modelo de cidade que desejamos e os caminhos para alcançá-lo.



bem coletivo, a segurança e o bem-estar das pessoas, assim como o equilíbrio do meio ambiente (Pinheiro, 2012).

Já a normatização de zoneamento, do uso e da ocupação do solo pode ser vista como um acordo entre o ente público e a sociedade (Mancuso, 1980). Esta última sente-se resguardada em seus interesses pela existência de parâmetros urbanísticos, uma vez que cabe ao poder público a decisão sobre o que fazer, como e onde. Essa lei é o principal instrumento que viabiliza a execução do Plano Diretor na cidade de Curitiba. Por esse motivo, necessita ser readequada ao plano (Paraná Portal, 2016).

Casa dos Gerânios, edificação de 1880, moradia rural da família Boscardin, pioneira em Santa Felicidade, Curitiba (PR), 2019.
Foto: André Vilaron.
Acervo: Iphan.

Apesar das reuniões públicas e da participação popular, o Plano Diretor ainda recebe um tratamento restrito ao âmbito municipal, sendo considerado, assim, um assunto essencialmente técnico. Além disso, sua revisão não vem sendo acompanhada de informações suficientes para a realização de um debate popular de qualidade, havendo a preocupação de que a lei propicie o surgimento de um balcão de negócios relacionados à compra de potencial construtivo, entre outros problemas (Hoshino e Ghisi, 2016). De fato, o conteúdo da lei e a complexidade

técnica dos termos, tabelas, nomenclaturas e códigos dificultam a transparência sobre os reais objetivos da legislação de zoneamento e de sua implantação. A dificuldade da formatação legal pretende justamente acentuar a distância entre as regras da cidade legal e o conhecimento dos cidadãos (Rolnik e Cymbalista, 2000).

Uma proposta de lei encaminhada à Câmara Municipal de Curitiba em agosto de 2018, cuja primeira audiência pública ocorreu em 3 de abril de 2019, contempla a divisão por Zonas de Destinação Específica, segundo suas características e tipos de uso, colocando Santa Felicidade como o item VI – Zona Comercial Santa Felicidade – ZCSF. Lê-se, na Seção VII do projeto de lei, folha 21:

> Art. 84. As Zonas Comerciais Santa Felicidade – ZCSF e Umbará – ZCUM são espaços de relevância histórica e comercial do Município, que compreendem áreas destinadas à implantação de atividades comerciais e de prestação de serviços visando ao atendimento do bairro ou região (Curitiba, 2018).

O bairro, contudo, não é enquadrado efetivamente na Zona Histórica. Sua relevância histórica é mencionada, mas não a questão da cultura e do patrimônio imaterial, estando a região descrita muito mais sob o aspecto comercial geral. Em contrapartida, o que se destaca aqui é a necessidade de exaltar o patrimônio para que sirva de alicerce temático associado aos serviços de turismo. Toda a gama de atividades comerciais seria decorrente da fruição do patrimônio histórico material e imaterial, e não o contrário.

Outra questão em pauta nessa proposta é a equalização dos bairros, não a preservação eficiente do diferencial histórico de Santa Felicidade. No entanto, a maneira como seu patrimônio cultural pode servir à fruição da indústria do turismo, gerando riquezas, deve ser alvo de atenção específica.

Turismo em Santa Felicidade

Investir em Santa Felicidade como espaço turístico e torná-lo atrativo à visitação complementa o rol de opções turísticas da cidade. Curitiba já vem sendo conhecida pelo turismo de negócios, urbanismo (planejamento urbano), arquitetura (a exemplo do Museu Oscar Niemeyer), soluções em transporte público (embora atualmente apresentando certo esgotamento) e preservação do meio ambiente (uma vez que foi pioneira na separação do lixo reciclável no Brasil). No que concerne ao patrimônio cultural, o legado italiano do bairro faz parte desse contexto e se soma às opções turísticas da cidade, tornando-a ainda mais atrativa.

Esse é o pensamento que se invoca para legitimar as ações fundamentadas na preservação patrimonial do bairro de forma a intensificar o turismo e complementar os demais atrativos da cidade. Não está sendo observado o potencial de geração de recursos de Santa Felicidade como mercado turístico, tampouco o que o município perde ao colocar de lado esse segmento produtivo, uma vertente de negócios que não tem sido efetivamente considerada nem mesmo nas análises econômicas.



Fachada de restaurante em Santa Felicidade, Curitiba (PR), 2019.
Foto: Jakeline Zampieri.

Não se leva em conta que a preservação do patrimônio, da história e da cultura pode ser aliada ao incentivo do turismo, como assuntos que se retroalimentam. Essa associação de objetivos cria uma dinâmica capaz de gerar recursos, empregos diretos e indiretos, bem como aumentar a autoestima da população, oferecer espaços adequados para a visitação, ampliar a satisfação do turista, convergindo com o propósito de preservação do meio ambiente. Muitas cidades no mundo tratam o turismo como um negócio, realizando vultosos investimentos com essa finalidade, e chegam a ter no segmento a base de sua economia.

Para que isso ocorra em Santa Felicidade, não se deve tratar o local somente sob a ótica técnica das instituições governamentais, como mais um bairro de Curitiba. Deve-se destacar suas peculiaridades, como um espaço cultural a ser mantido e melhorado. Se as ações isoladas dos agentes conduziram a um período temporal exitoso, hoje se percebem limitações e a necessidade de se buscar uma diretriz que contemple o macrofuncionamento local como uma engrenagem de negócios turísticos.

É preciso, nesse sentido, desenvolver uma nova concepção sobre essa localidade, favorecendo a articulação entre agentes e segmentos produtivos e de serviços de forma unificada, e não como entidades separadas, desarticuladas, e ainda abarcando os interesses públicos e privados. Em outras palavras, deve-se estabelecer diretrizes para a região, vislumbrando a união de esforços

em busca de um objetivo comum: tradição e fortalecimento econômico.

O turismo tem a capacidade de gerar recursos por meio de atividades de baixa degradação do meio ambiente quando comparado a outros ramos produtivos, como o industrial, construção civil (que pode envolver até o desvio de cursos d'água) e processamento de matérias-primas ou transformação. Nesse sentido, pode ser considerado uma indústria limpa, que se apropria das virtudes culturais locais, inclusive o patrimônio, em prol da sociedade. É possível, assim, conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento da atividade turística.

Além disso, mais que uma crescente fonte de renda, o turismo é um tipo de mercado presente na economia de determinada região (Lage e Milone, 2000), relacionando-se com os outros setores econômicos por estabelecer interações sistêmicas, ocasionando encadeamentos de produção e serviços. Estima-se que o segmento continuará a crescer para atender os interesses ligados a lazer, entretenimento e negócios, em decorrência também do aumento da expectativa de vida, que tem impacto direto nas demandas da população de terceira idade por turismo.

Em 2018, no Brasil, segundo dados veiculados por Vieira (2019), o setor respondeu por 8,1% do produto interno bruto (PIB), criando 6,9 milhões de empregos – 7,5% do total de postos de trabalho gerados. Entre os números, 88% dizem respeito ao turismo de lazer e 12% são relativos ao de negócios. Houve um crescimento de 3,9% do setor global de viagens e turismo, batendo recordes anteriores, criando 319 milhões de postos de trabalho no mundo todo. Partindo dessa ótica, os dados confirmam o quão inteligente é apostar nesse setor.

Negócios turísticos sob uma gestão técnica

Santa Felicidade pode ser explorado como um nicho de mercado turístico para que a identidade cultural local seja preservada. Esse espaço precisa ser visto como um patrimônio da cidade, e para isso a administração municipal tem papel fundamental.

O planejamento e a revitalização do legado histórico do bairro podem ser mais bem executados tomando como base as ferramentas de marketing. As melhorias sociais, econômicas e ambientais podem ocorrer pela oferta de programas, serviços e pelo desenvolvimento da infraestrutura. Dessa forma, é possível ampliar o interesse turístico, proporcionando o incremento de receitas dos prestadores de serviços, a elevação da arrecadação de impostos, decorrente do maior número de transações comerciais, e o aumento da satisfação dos usuários.

Outra ferramenta relevante é o conceito de produto ampliado, que diz respeito à inclusão de características e serviços que acrescentem valor à transação e que vão além das expectativas do cliente (Kotler e Lee, 2008). A oferta de um produto ampliado possibilita ao visitante que vai almoçar em um restaurante típico em Santa Felicidade não só aproveitar sua estada naquele espaço turístico, mas também





Preparo manual de polenta para distribuição gratuita aos participantes da Festa da Polenta, Frango e Vinho de Santa Felicidade, Curitiba (PR), 2018.
Foto: still *do documentário* Itálicos, *de Otavio Zucon.*

Membros do Grupo Folclórico Ítalo-Brasileiro de Santa Felicidade servem polenta gigante durante a Festa da Polenta, Frango e Vinho de Santa Felicidade, Curitiba (PR), 2018.
Foto: Geslline Giovana Braga (still *do documentário* Itálicos).

desfrutar de atrações culturais, por exemplo, ou utilizar espaços temáticos agradáveis ao ar livre para registrar seus momentos. O desenvolvimento e a ampliação do produto/serviço disponibilizado devem ser o foco de uma região que deseja atrair visitantes.

Pensando a atuação da gestão pública nesse sentido, pode-se trazer à discussão o conceito de Smart Cities (Cebreiros e Gulín, 2014), cidades com futuro ou, ainda, cidades inteligentes, segundo o qual os dirigentes municipais são desafiados a promover uma

gestão eficiente mediante novas tecnologias, demandas sociais e redução dos recursos. O redesenho de espaços, o ordenamento da oferta de serviços e a utilização adequada dos recursos minimizam as externalidades negativas que compõem o atual modelo de cidade. O objetivo é manter um determinado nível de qualidade de vida mesmo em épocas de redução das receitas municipais.

O ponto mais interessante desse conceito é utilizar, na produção turística de uma localidade, as mesmas ferramentas que servirão para a fruição do patrimônio cultural. Por exemplo, a realidade aumentada[2], como ferramenta, é capaz de acrescentar valor para os visitantes, promovendo o aproveitamento máximo do ambiente cultural e histórico (Cebreiros e Gulín, 2014).

As estratégias que dizem respeito às Smart Cities podem proporcionar maior envolvimento com a identidade das cidades e dos bairros, facilitando a divulgação de sua cultura e patrimônio. Ao mesmo tempo, preconiza-se a personalização de serviços, gerando satisfação no cliente por ampliar a conexão com seus interesses e desejos. Além disso, especial atenção é dada à funcionalidade dos espaços, destacando a responsabilidade de criar áreas públicas de socialização, com foco no atendimento das necessidades emergentes da população e dos visitantes. Todos esses pontos são aplicáveis à área do turismo.

No entanto, diante da falta de integração entre agentes, ações operacionais, processos e projetos, as entidades são conduzidas a resultados indesejados, com baixa eficiência, pouca efetividade e praticamente irrelevantes (Malmegrin, 2012).

Uma das premissas básicas de uma boa administração é ter uma visão ampla do potencial regional de negócios. Nesse contexto, o pensamento sistêmico e a visão de futuro fazem parte das proposições do Modelo de Excelência em Gestão (MEG). De acordo com a Fundação Nacional da Qualidade (FNQ, 2012), o MEG está fundamentado nos seguintes pressupostos: pensamento sistêmico, aprendizado organizacional, cultura de inovação, liderança e constância de propósitos, orientação por processos e informações, visão de futuro, geração de valor, valorização das pessoas, conhecimento sobre o cliente e o mercado, desenvolvimento de parcerias e responsabilidade social.

O sucesso do MEG levou-o a ser incorporado também à agenda pública, diante da crescente demanda por serviços de qualidade e da necessidade de adequação desse setor, buscando elevar o nível de qualidade em gestão e superar as limitações existentes nessa esfera. Seus conceitos norteiam comportamentos que geram resultados eficazes, sob diretrizes consistentes e inteligentes. Nesse sentido, os preceitos do MEG contribuem para uma gestão exitosa.

A complexidade e a incerteza da demanda por serviços públicos são relacionadas a questões contemporâneas, aos conflitos de objetivos e às ambiguidades políticas da administração. Atualmente, não se tolera a ineficiência ou a gestão desprovida de conhecimento. Assim, o controle social

2. Tecnologia que permite a interação entre ambientes digitais e o mundo físico. Um exemplo de sua aplicação no turismo são as etiquetas de QR Code em monumentos e pontos turísticos. Por meio delas, e desde que tenha acesso ao aplicativo correspondente em seu celular, o visitante pode ter acesso a informações sobre o local.





Parreiral da família de Beppe Basso, única plantação ainda encontrada no bairro de Santa Felicidade, destinada ao feitio do vinho pro gasto, Curitiba (PR), 2019. Frame *do documentário* Itálicos, *de Otavio Zucon.*

Vinícola Dall'Armi em Santa Felicidade, Curitiba (PR), 2019. Foto: André Vilaron. Acervo: Iphan.

faz frente ao descaso e acompanha a eficiência dos serviços por meio de portais de transparência, entre outros mecanismos. Por essa razão, é importante a utilização de instrumentos técnicos de gestão, que auxiliam na condução de diferentes temas e na administração pública e privada.

Mas o que fazer, na prática, para proteger o patrimônio e desenvolver o turismo em Santa Felicidade? A construção de um museu no bairro – o Museu Italiano – contribuiria para o propósito de preservação da história local e da cultura típica desse povo. Certamente, há material suficiente

para compor o acervo de um museu de porte que seja convidativo e represente de forma significativa essa cultura. Enfim, seria mais que oportuno criar um dinamismo local e mexer com o imaginário das pessoas (Zampieri, 2016).

Contar a história já não é mais suficiente. Como ela tende a ficar só nos livros e a desaparecer da vida real, precisamos de ações pautadas em uma administração pública efetiva, que lance mão de ferramentas atuais de marketing e gestão e cujos preceitos possam ser aplicados a outros locais do país que estão em similares condições de descaso e desperdício de oportunidades.

Referências

BALHANA, A. P. *Famílias coloniais*: fecundidade e descendência. Curitiba: Cavalcante & Cia., 1977.

BALHANA, A. P. *Santa felicidade*: um processo de assimilação. Curitiba: João Haupt, 1958.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 8 maio 2019.

CEBREIROS, J.; GULÍN, M. P. *Guia Smart Cities "Cidades com futuro"*. Agenda Digital Local Galicia-Norte Portugal. Eixo Atlântico do Noroeste Península, 2014.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. Lei nº 14.771, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba de acordo com o disposto no art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-curitiba-pr. Acesso em: 8 maio 2019.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. Proposta de lei. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no Município de Curitiba e dá outras providências. 2018. Disponível em: http://www.ippuc.org.br/ldz/arquivos/TEXTO/034%20-%20projeto%20de%20lei%20-%20Zoneamento.pdf. Acesso em: 13 maio 2019.

FÉDER, Elsa Maria Stoehr Vieira de Souza. *Santa Felicidade (Curitiba – Paraná)*: na polenta, uma história de hospitalidade. 2006. Disponível em: http://99ebooks.net/by/elsa-maria-stoehr-vieira-de-souza-feder/. Acesso em: 23 nov. 2015.

FNQ – Fundação Nacional da Qualidade. *Rumo à excelência e compromisso com a excelência*. São Paulo: Fundação Nacional da Qualidade, 2012.

HOSHINO, Camilla; GHISI, Ednubia. Revisão da lei de zoneamento de Curitiba pode virar balcão de negócios, diz advogada. *Brasil de Fato*. 2016. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/revisao-da-lei-de-zoneamento-de-curitiba-pode-virar-balcao-de-negocios-diz-advogada/. Acesso em: 10 abr. 2019.

KOTLER, P.; LEE, N. *Marketing no setor público*: um guia para um desempenho eficaz. Porto Alegre: Bookman, 2008.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Org.). *Turismo*: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MALMEGRIN, M. L. *Gestão operacional*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: Capes; UAB, 2012.

MANCUSO, F. *Las experiencias del zoning*. Barcelona: GG, 1980.

PARANÁ PORTAL. Legado de Fruet, lei de zoneamento libera prédios mais altos em seis eixos Leste-Oeste. *Paraná Portal*. 2016. Disponível em: http://paranaportal.uol.com.br/cidades/curitiba-rmc-litoral/legado-de-fruet-lei-dezoneamento-libera-predios-mais-altos-em-seis-eixos-leste-oeste/. Acesso em: 10 abr. 2019.

PINHEIRO, O. M. *Plano diretor e gestão urbana*. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: Capes; UAB, 2012.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R. Regulação urbanística no Brasil: conquistas e desafios de um modelo em construção. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GESTÃO DA TERRA URBANA E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 1, 2000. *Anais...* Campinas: PUCCAMP, 2000. p. 1-19.

TRENTO, A. *Do outro lado do Atlântico*: um século de imigração italiana no Brasil. Barueri: Nobel, 1989.

VIEIRA, Rodrigo. Turismo responde por 8,1% do PIB Brasil; veja dados globais. *Panrotas*. 2019. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/03/turismo-responde-por-81-do-pib-brasil-veja-dados-globais_162774.html. Acesso em: 7 abr. 2019.

ZAMPIERI, J. *Santa Felicidade, mais que um bairro*: como resgatar as virtudes culturais e turísticas de uma



Betina Adams

Territórios patrimoniais como atrativos turísticos: freguesias de Santo Antônio de Lisboa e do Ribeirão da Ilha

Heritage sites as tourist attractions: the parishes of Santo Antônio de Lisboa and Ribeirão da Ilha

Territorios patrimoniales como atractivos turísticos: las feligresías de Santo Antônio de Lisboa y Ribeirão da Ilha

Resumo

O interesse por conhecer outros lugares e culturas mobiliza economias em âmbito mundial. A atividade turística, apesar de proclamada como propulsora de desenvolvimento, nem sempre traz só benefícios. Despontam questões como descontextualização do patrimônio, alterações de escala, usos inadequados, vandalismo, falta de reconhecimento e compreensão dos valores a serem preservados e debates sobre autenticidade. Na prática da preservação das memórias, é essencial definir com clareza que características qualificam o bem, ou seja, que valores e atributos devem ser mantidos. Com relação ao estudo de caso, foram elencados não só os valores que identificam as freguesias de Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha, mas também questões relacionadas ao contexto da Ilha de Santa Catarina e sua inserção na história da América Latina. Apesar de suas trajetórias históricas similares, de suas marcantes belezas naturais, da representatividade de suas tipologias urbano-arquitetônicas e de sua função como polos marítimos comerciais, hoje as localidades enfrentam desafios diversos. O Ribeirão da Ilha, diferentemente de Santo Antônio de Lisboa, se mantém como núcleo predominantemente residencial, e as atividades econômicas são desenvolvidas por sua população nativa.

O processo de adaptação às novas demandas passa pela ressignificação do local a partir dos seus valores e atributos. Faz-se necessário, assim, estabelecer mecanismos de proteção tanto para o sítio quanto para as áreas de entorno. Além da valorização dos elementos integrantes do imaginário popular e do patrimônio imaterial, a identificação das atividades históricas pode potencializar o desenvolvimento futuro. Nesse sentido, a criação de sistemas de informação acerca dos sítios e a definição de mecanismos de redução dos impactos causados pela visitação são fundamentais. E, considerando que o grande eixo do turismo são os bens patrimoniais, sua preservação tem de receber aportes significativos da atividade turística em benefício da conservação e de medidas cautelares para a proteção de seus insumos básicos.

Dona Benta, rendeira da Associação do Bairro de Sambaqui, Florianópolis (SC), 2019.
Foto: Oscar Liberal.
Acervo: Iphan.

Summary

The interest in exploring other places and cultures drives economies worldwide. Despite being touted as a driving force for development, tourism does not always yield only benefits. Issues such as heritage de-contextualization, changes in scale, inappropriate uses, vandalism, lack of acknowledgment and understanding of the values to be preserved and debates about authenticity have been raised. When preserving heritage, it is essential to have a clear understanding of the features that make this heritage unique, i.e., what values and attributes should be safeguarded. Concerning the case study, issues regarding the historical context of the Island of Santa Catarina and its role in the history of Latin America were registered, in addition to the specific attributes that identify the Santo Antônio de Lisboa and Ribeirão da Ilha parishes. Despite their similar historical trajectories, their outstanding natural attractions, the relevance of their urban-architectural typologies and their importance as commercial maritime hubs, today these sites face very different challenges. The Ribeirão da Ilha site, as opposed to Santo Antônio de Lisboa, is predominantly residential, and local citizens pursue its economic activities.

Adaptation to changing demands involves reassigning local meanings based on the site's unique assets and attributes. As such, establishing protection safeguards for each site and their surrounding area is necessary. Besides adding to the importance of components that are part of folklore and intangible heritage, recognizing historical activities can also boost future development. To this end, it is essential to create information systems about these locations and to establish mitigation mechanisms to alleviate the impact caused by tourism activities. Given that heritage assets are the mainstay of tourism, their preservation must be supported by significant contributions from this industry in the interest of conservation, taking preventive measures to protect such essential inputs.





Resumen

El interés por conocer otros lugares y culturas mueve economías de todo el mundo. La actividad turística, aunque se proclame como un motor de desarrollo, no siempre trae solo beneficios. Surgen cuestiones como descontextualización del patrimonio, alteraciones de escala, usos inadecuados, vandalismo, falta de reconocimiento y comprensión de los valores a preservar y debates sobre la autenticidad. En la práctica de la preservación de las memorias es esencial definir claramente qué características cualifican el bien, es decir, qué valores y atributos hay que mantener. Con respecto al estudio de caso, enumeramos no solo los valores que identifican las feligresías de Santo Antônio de Lisboa y Ribeirão da Ilha, sino también cuestiones relacionadas con el contexto de la isla de Santa Catarina y su inserción en la historia de América Latina. A pesar de su trayectoria histórica similar, de su sorprendente belleza natural, de la representatividad de sus tipologías urbano-arquitectónicas y de su papel como polos marítimos comerciales, hoy las localidades enfrentan diversos retos. Ribeirão da Ilha, a diferencia de Santo Antônio de Lisboa, sigue siendo un núcleo predominantemente residencial y las actividades económicas son desarrolladas por su población nativa.

El proceso de adaptación a las nuevas demandas pasa por la resignificación del lugar a partir de sus valores y atributos. Por lo tanto, es necesario establecer mecanismos de protección, tanto para el sitio como para las áreas circundantes. Además de la valorización de los elementos que forman parte del imaginario popular y del patrimonio inmaterial, identificar las actividades históricas puede potenciar el desarrollo futuro. En este sentido, la creación de sistemas de información sobre los sitios y la definición de mecanismos para reducir los impactos causados por las visitas son fundamentales. Y, considerando que el eje principal del turismo son los bienes patrimoniales, su preservación tiene que recibir aportes significativas de la actividad turística en beneficio de la conservación y de medidas cautelares para proteger sus insumos básicos.

Rua Cônego Serpa, Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), década de 1970.
Acervo: Casa da Memória – Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes.

Ponta de Sambaqui, com o edifício da antiga Alfândega, Florianópolis (SC), década de 1970.
Acervo: Casa da Memória – Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes.



Igreja Nossa Senhora das Necessidades, Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2019.
Foto: Oscar Liberal.
Acervo: Iphan.

Introdução[1]

Um dos mais antigos motivadores de viajantes é o interesse por outros lugares e culturas. Para fazer frente a essa demanda, verifica-se, já na Antiguidade, a necessidade de promover a gestão adequada desses fluxos para os centros de grande convergência. Atualmente, a maior facilidade de acesso, em âmbito tanto local quanto global, tem propiciado um crescimento assombroso de deslocamentos turísticos. As novas experiências e a possibilidade de ampliação de conhecimento propiciadas pelo turismo cultural são relevantes, e os fluxos de visitação podem se reverter em renda, oportunidades econômicas e convívios diversificados para os residentes. No entanto, as estruturas físicas desses destinos não são resilientes às pressões causadas por usos e conceitos em rápida transformação, mais intensos e altamente diferenciados, bem como pelo conflito de culturas muito diversas. Assim, o turismo, tão proclamado como propulsor do desenvolvimento e da economia, nem sempre pode ser considerado benevolente e inócuo, em virtude também das questões elencadas a seguir.

A *alteração de escala* física e de usos provocada por um expressivo e, por vezes, excessivo número de visitantes, reflexo do crescimento populacional, pode causar danos irreparáveis. Além da poluição causada pelo lixo remanescente, o uso extremado afeta as estruturas físicas, causando processos de erosão e desgaste, abalos estruturais provocados pelo aumento do número de veículos ou da intensidade sonora. Em situações mais delicadas e específicas, os bens podem ser afetados pela simples condensação provocada por respiração ou outras sujidades inerentes ao trânsito intenso de pessoas.

Já a *descontextualização* do patrimônio protegido, consequência dos novos usos – como o do turismo –, afeta profundamente os significados do bem patrimonial. Para atender a acomodação de novas atividades decorrentes das exigências dos visitantes, os espaços necessitam readequação, que nem sempre reconhece o espírito do lugar.

Outros desafios são os *processos econômicos, a inserção do contemporâneo e o diálogo com o hoje.* O desenvolvimento frequentemente é visto como antagônico à preservação. Edificações são demolidas em prol de novas estruturas, aparentemente mais atuais, modernas e funcionais, ou devido à pressão exercida pelo progresso urbano e econômico. Os imóveis patrimoniais precisam disputar e garantir sua presença em meio a uma realidade de crescente valor imobiliário.

Por sua vez, *a falta de políticas de Estado* e *a escassez de recursos* resultam em consequências danosas tanto para a gestão quanto para a conservação do sítio patrimonial. Isso se deve à constante falta de continuidade na gestão, à ausência de agentes capacitados em manter e gerir o patrimônio e, complementarmente, à carência de recursos e de meios para realizar intervenções adequadas para a conservação, a reabilitação e a integração do bem no cotidiano "revisitado" do lugar.

1. Este artigo teve valiosa contribuição de Marcelo Pereira Seixas (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Icomos-BR/SC) e Manoel Inácio Camilo Carreira, ambos colegas na defesa do patrimônio cultural no âmbito do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (gestão 2017-19). A eles, meu agradecimento.



Outro problema a ser superado está relacionado à *compreensão e assimilação dos valores simbólicos e cidadãos.* O vandalismo é extremamente danoso tanto do ponto de vista material quanto simbólico. Inclui-se aí o grafite, que, muito embora seja uma reconhecida manifestação de arte pública, quando mal-empregado, torna-se prejudicial aos substratos patrimoniais. Além disso, as constantes intervenções irregulares são uma realidade na gestão dos ambientes urbanos e têm seu dano exponencializado em sítios patrimoniais.

Por fim, registre-se que ainda há resistências a ações relacionadas à conservação, vista como um luxo diante de outras demandas emergenciais.

Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2019. Foto: Oscar Liberal. Acervo: Iphan.

Valores e atributos para políticas de proteção

Os valores e atributos identificam os lugares. Na prática da preservação de nossas memórias, é essencial definir com clareza que características qualificam o bem, ou seja, que valores e atributos devem ser mantidos. Com base nessas diretrizes, é possível fazer frente aos desafios. O reconhecimento, a apropriação e a valorização são permeados por aspectos sutis e de difícil apreensão que precisam ser trazidos à consciência pelas próprias comunidades. Posteriormente, faz-se necessário o acolhimento do patrimônio pelas políticas públicas para que seja incorporado em processos de gestão. Trata-se, portanto,

de questões que exigem atenção, delicadeza, práticas de conservação e de reincorporação no "novo" cotidiano do lugar.

De uma maneira expedita, foram identificados alguns valores e atributos relacionados às freguesias de Santo Antônio de Lisboa e do Ribeirão, ambas situadas na Ilha de Santa Catarina. As características singulares que diferenciam esses sítios representam um extraordinário potencial de ressignificação tanto para moradores quanto para visitantes e turistas. Abrangem o contexto histórico da Ilha de Santa Catarina e o papel que exerceu no povoamento e na definição das fronteiras do Brasil Meridional. Há os significativos aspectos da geografia e da paisagem; as referências tipológicas dos assentamentos; os processos socioeconômicos; e os remanescentes das práticas de saberes, fazeres e celebrações, entre outras. Esses valores essenciais devem ser tomados como referência para a política de preservação de ambos os sítios, que são protegidos em âmbito municipal e federal[2].

Atratividade e localização estratégica

A deslumbrante paisagem da Ilha de Santa Catarina exerce grande atratividade já desde a pré-história, como atestam inúmeros sambaquis com datação de até seis mil anos atrás. Essa característica se manteve com as populações nativas de origem Guarani (denominadas de Carijó pelos portugueses) e foi consolidada pelos europeus. A topografia marcada pelas belezas naturais foi largamente propagada já nos relatos dos primeiros viajantes europeus, a partir do século XVI. Essa singularidade geográfica tornou as Baías Norte e Sul, que a separam do continente fronteiriço, um excelente porto natural que desempenhou importante função estratégica para a navegação no Atlântico Sul, atividade que se estendeu até o final da década de 1960, quando ocorreu a desativação do Porto de Florianópolis. Na década de 1920, o seu atributo de apoio logístico foi novamente acionado com a instalação do Campo de Aviação do Campeche, que funcionou como uma das escalas dos voos da empresa francesa de correio aéreo Aeropostale em direção à Argentina e ao Chile. Nos anos 1990, os atributos geográficos e paisagísticos da ilha foram valorizados, exerceram intensa atratividade e resultaram em uma expressiva leva de novos moradores e um grande afluxo de turistas.

Conhecida pelos nativos como Meiembipe, a ilha recebeu os primeiros visitantes europeus no início do século XVI, entre os quais estava Sebastião Caboto, que, atracado na Baía Sul, em 1526 deu à ínsula o nome de Ilha de Santa Catarina (Medina, 1908; Mello, 2005). Estudos estimam que a fundação da antiga Vila de Nossa Senhora do

2. Ambas as freguesias estão tombadas em âmbito federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Em âmbito municipal, Santo Antônio de Lisboa, Ribeirão da Ilha e outras localidades estão protegidas desde 1985, como áreas de preservação cultural (APC), conforme o Plano Diretor da cidade, disposto pela Lei Municipal nº 2.193/1985. Posteriormente, o reconhecimento foi consolidado através da Lei Municipal nº 482/2014, que instituiu o novo Plano Diretor de Urbanismo do Município. O tombamento municipal das duas freguesias foi iniciado em 2013 e ainda não está concluído (Florianópolis, 2013).



Igreja Nossa Senhora da Lapa,
Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2019.
Foto: Oscar Liberal. Acervo: Iphan.



Desterro aconteceu por volta de 1673[3]. Além dessa pequena povoação, as primeiras notícias de ocupação luso-brasileira mencionam a Lagoa da Conceição e Santo Antônio de Lisboa, para onde os primeiros povoadores teriam ido ao sair de São Francisco do Sul, uma das ocupações mais antigas da costa brasileira, datada de cerca de 1553.

Marco histórico na expansão territorial portuguesa

O contexto histórico da Ilha de Santa Catarina não pode ser desvinculado do Tratado de Tordesilhas, acordado em 1494 entre Portugal e Espanha (então Reino de Castela). Esse acordo regulamentou as grandiosas realizações marítimas portuguesas e espanholas do período, que resultaram, entre outros feitos, na chegada ao Novo Mundo e, especificamente, ao Brasil por Pedro Álvares Cabral. A indefinição da localização exata da linha que dividia o mundo conhecido entre as duas potências se manteve por aproximadamente 300 anos[4] e transformou o local em um dos marcos da expansão territorial da coroa portuguesa. A cartografia da época reproduz a disputa territorial: os espanhóis defendem suas divisas passando abaixo de São Vicente, na região de Cananeia (no atual estado de São Paulo), ao passo que os portugueses reivindicam o domínio do Rio da Prata, onde se desenvolvia um intenso comércio vinculado às minas de prata em Potosí, na atual Bolívia. Essa bacia fluvial era também um importante acesso à parte sudoeste da expansão lusitana, ou seja, o território onde hoje se encontram os estados de Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso. Com o fim da União Ibérica, em 1640, Portugal iniciou um intenso esforço, que perdurou até o século XIX, em estabelecer a fronteira meridional do Brasil às margens do Prata. Em 1680, deu-se o marco inicial das medidas administrativas, defensivas e de povoamento nas regiões Sul e Sudeste, com o estabelecimento, pelos portugueses, da Colônia do Santíssimo Sacramento, no atual território uruguaio, objetivando o controle da margem esquerda do Prata, ou seja, *La Banda Oriental*[5]. Só em 1828 (com o Tratado do Rio de Janeiro) e depois, em 1851 (com o Tratado de Limites entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai), o Brasil finalmente renunciou aos direitos territoriais sobre a região, e foi reconhecida a criação do Uruguai como país independente.

Em 1738, foi criada a Capitania de Santa Catarina, e o Brigadeiro José da Silva Paes logo iniciou a implantação de um grandioso sistema defensivo na Ilha de Santa Catarina, política que foi complementada pela estratégia de povoamento do território. Como consequência, a Vila do Desterro, atual Florianópolis, tornou-se a sede da capitania e a ínsula recebeu uma leva de

3. Em 2015, o município de Florianópolis teve alterada a data oficial de sua fundação. O Projeto de Lei nº 15.709/2014 se embasou em parecer do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), que levou em conta pesquisas de historiadores como Pedro Taques, Evaldo Pauli e Nereu do Vale Pereira (G1 SC, 2015).

4. A configuração final das fronteiras, que corresponde aproximadamente ao seu desenho atual, só foi alcançada pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777.

5. *La Banda Oriental* era a denominação dada pelos espanhóis para o território situado ao leste do Rio da Prata, que incorporava parte dos atuais estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

aproximadamente seis mil emigrantes do Arquipélago dos Açores no período de 1748 a 1756 (Piazza, 1992). Esse contingente foi redistribuído pela região, caracterizando-se como um dos maiores movimentos de transferência massiva de colonizadores do século XVIII.

Estratégia colonial de povoamento no século XVIII

A Provisão Régia de 1747 determinou e detalhou esse processo de imigração, de modo que as freguesias e os arraiais da Ilha de Santa Catarina passaram a formar uma polinucleação a partir da Vila do Desterro. A tipologia urbana, típica de assentamentos portugueses do período, se mantém registrada, podendo ser facilmente identificada nos núcleos históricos de Santo Antônio de Lisboa, na Baía Norte, e Ribeirão da Ilha, na Sul. A nucleação ficava junto à baía, tendo o largo frontal à igreja voltado para o mar e, no caso de Santo Antônio de Lisboa, junto à borda d'água. A partir dessa convergência simbólica, ou seja, o referencial religioso e de socialização de ambos os núcleos, partem duas ruas, paralelas ao mar e cortadas por vias transversais. As duas igrejas se localizam em uma pequena elevação, e sua configuração segue o desenho adotado para a Igreja Matriz, na antiga vila. Os casarios térreos, construídos no alinhamento da rua, apresentam feição luso-brasileira, mas muitos de seus antigos quintais foram perdidos por conta da dinâmica econômica que provocou alterações tipológicas nem sempre favoráveis.

Tradições, memórias e patrimônio intangível

Devido à situação geográfica favorável, as regiões de Santo Antônio de Lisboa e Sambaqui, situadas na Baía Norte da ilha, funcionaram como entreposto de abastecimento à navegação do Atlântico Sul. Segundo registros de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX (Berger, 1984), a Praia da Aguada, em Sambaqui[6], era fonte de abastecimento de água e nela se desenvolvia um comércio por meio do escambo a bordo. Na Baía Sul, o Ribeirão da Ilha integrava uma importante rede de comunicação marítima.

No que se refere à atividade econômica, as freguesias em estudo eram porto de escoamento da produção rural do norte e do sul da ilha, a qual era trazida pelos caminhos de barro em carros de boi. Assim, a intermediação comercial com a vila era centralizada nesses locais. A estrada que levava ao norte da ilha, conectada com o Sistema Defensivo da Baía Norte, desde o século XVIII, passava pela freguesia de Santo Antônio de Lisboa, o que favoreceu o comércio e a prosperidade da região.

Ao longo do século XX, os meios de subsistência tradicional básica, notadamente a pesca e a lavoura, sofreram grande retração e praticamente desapareceram. A drástica redução das áreas de cultivo da mandioca, seja porque a prática tornou-se antieconômica, seja porque as lavouras diminuíram, resultou

6. No relato do viajante Amédée François Frézier (*apud* Berger, 1984, p. 18), que aportou em março de 1712, é mencionada uma "aguada muito comoda", próxima à ponta do norte da ilha. No local ainda há vestígios da estrutura de canalização que provia o abastecimento de água para as embarcações.



Casarão e Engenho dos Andrades, Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2019.
Foto: Oscar Liberal. Acervo: Iphan.

na desativação e no desmonte de muitos engenhos de farinha de mandioca, que antes se congregavam para realizar as farinhadas. Uma das poucas unidades remanescentes, em Santo Antônio de Lisboa, é o Engenho dos Andrade, que se encontra tombado em âmbito municipal e estadual[7], desenvolvendo atividades relacionadas à farinhada, mas com caráter mais cultural e didático. No Ribeirão da Ilha, ainda há artífices que dominam a manufatura de barcos, ofício em franca extinção no Brasil. Além disso, a prática das rendas de bilro e das tarrafas continua viva na região.

Ambas as freguesias mantêm atualmente elementos de seu patrimônio imaterial, como os tradicionais "saber fazer", as celebrações e as festividades religiosas. Nesse contexto, ressalta-se a Festa do Divino, bem registrado como patrimônio imaterial ou intangível do município desde 2018 e que se constitui na principal confraternização da comunidade. Trata-se de um legado da cultura açoriana que também permanece nos Açores. Porém, lá apresenta características um pouco diversas, mais populares e menos vinculadas às estruturas religiosas vigentes.

Em Santo Antônio de Lisboa, está preservado o calçamento em estilo pé de moleque feito em 1845 especialmente para a visita de D. Pedro II, acompanhado da Imperatriz Thereza Christina. Localizado na rua transversal central da trama urbana, continua visível, valorizado e presente no imaginário popular. Há também uma antiga área com tanques usados pelas lavadeiras, outro elemento que se diferencia do contexto urbano tradicional e causa curiosidade à primeira vista.

As antigas freguesias hoje[8]

Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha apresentam um percurso similar quanto ao processo histórico, são representativas das tipologias urbanas e arquitetônicas implantadas pelos portugueses no século XVIII e foram importantes polos vinculados à navegação e ao comércio marítimo de sua época. A paisagem ainda pode ser vislumbrada nesses locais, mantendo-se marcante pelas belezas naturais que a emolduram. As duas freguesias estão voltadas para as baías interiores que separam a ilha do continente e deram lugar a atividades econômicas relacionadas à pesca, que, junto com a indústria da farinha de mandioca, era importante para a economia de subsistência dos assentamentos do interior da Ilha de Santa Catarina.

Hoje, a economia de ambas as povoações está centrada na maricultura, em especial o cultivo de ostras, e na oferta de serviços, como os de alimentação, com restaurantes especializados em frutos do mar – tendo por base a gastronomia tradicional reinventada

7. A primeira iniciativa de tombamento da residência e do engenho, situados no Caminho dos Açores, foi realizada a partir de solicitação voluntária do proprietário, Claudio Manoel de Andrade (Florianópolis, 1995).

8. Em maio de 2019, foram colhidos os depoimentos de Francisco do Valle Pereira, historiador e coordenador do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conviveu muito no Ribeirão; Claudio Manoel de Andrade, proprietário do Engenho dos Andrade, em Santo Antônio de Lisboa; Raul Stahnke, gerente da Casa Açoriana Artes e Tramoias, também em Santo Antônio de Lisboa; e os expositores da Feira das Alfaias de Santo Antônio de Lisboa, a saber, Helmo Kolberg Figueira (coordenador) e Rose Maria de Andrade (rendeira), nativa da freguesia.

–, lanchonetes, sorveterias e cafés *gourmet.* Há também estabelecimentos de venda de artesanato, bem como de produção artística mais elaborada. Ainda de maneira incipiente, algumas alternativas de pernoite podem ser encontradas.

As duas localidades, apesar dessas características comuns, enfrentam desafios diferentes. O Ribeirão da Ilha, mais distante e com sua peculiar geografia que restringe a ocupação a uma estreita faixa situada entre a cadeia insular sul de morros e o mar, se mantém como um núcleo residencial. Ali os moradores nativos desenvolveram atividades que, partindo de pequenos empreendimentos no cultivo de ostras e na gastronomia, se tornaram exitosas. A culinária é promovida em consonância com o saber tradicional e com a maricultura. Trapiches possibilitam a vinda de algumas das inúmeras lanchas de passeio que circulam nas baías, estimulando também a vinda de um público elitizado para restaurantes, como Ostradamus, Rancho Açoriano, Porto do Contrato, entre outros.

Santo Antônio de Lisboa, por sua vez, situado mais próximo da antiga vila, desde o século XVIII, se integrava na rede de caminhos que levavam ao norte da ilha, onde foi implantado o Sistema Defensivo da Baía Norte. Essa rota recebeu um grande incremento na década de 1970 com a inauguração da rodovia SC-401, e os consequentes investimentos promoveram um enorme desenvolvimento e uma profunda transformação em toda a região. Essa condição difere radicalmente daquela encontrada no Ribeirão da Ilha. O artista plástico Claudio Manoel de Andrade, responsável pelas atividades no Engenho dos Andrade, propriedade de sua família, considera que hoje, em Santo Antônio de Lisboa, grande parte dos investidores não é de nativos, o que traz um componente "novo", cujo manejo necessita de atenção. Raul Stahnke, gerente da Casa Açoriana Artes e Tramoias, complementa que a facilidade de acesso também colaborou para a promoção de eventos que, por sua escala e pelo impacto dos equipamentos utilizados, podem trazer graves prejuízos ao núcleo histórico. Recentemente, em diversas oportunidades, tem sido instalado um grande palco em uma das ruas que compõem o traçado histórico, o que fere a escala urbana. Especificamente em 2019, essa instalação exigiu a alteração do percurso da tradicional procissão da Semana Santa, afetando, portanto, o patrimônio imaterial da localidade.

Em Santo Antônio de Lisboa, a Feira das Alfaias é um grande atrativo dos finais de semana, complementado pelos inúmeros serviços de alimentação que se estendem por todo o núcleo e sua vizinhança. Segundo o coordenador da feira, Helmo Kolberg Figueira, a Associação dos Moradores de Santo Antônio de Lisboa e a Feira das Alfaias subsistem há aproximadamente duas décadas. A feira foi se ampliando, se diversificando e incluindo não só o artesanato, como também os segmentos das artes e de objetos antigos, entre outros. Hoje está vinculada à Associação dos Artistas e Artesãos de Santo Antônio de Lisboa (Artesal), tem regimento interno e concessão pública para a utilização do espaço. Em função da disponibilidade de área, há uma limitação no número de feirantes, o que resulta em grande demanda para o ingresso de novos expositores. Segundo o depoimento

da rendeira Rose Maria de Andrade, há mais ou menos 30 anos, quando inexistia a feira, ela ali iniciou a venda das suas rendas de bilro, em função de um sonho que teve, em que fazia renda embaixo de uma árvore do calçadão histórico. Ela comenta que, aos poucos, parentes e amigos foram expondo outros produtos locais, como tarrafas, balaios e cerâmicas, e assim foi se formando uma feirinha de artesanato. Como problemas a serem superados, os feirantes mencionam o receptivo turístico e a falta de infraestrutura, como banheiros públicos.

Adaptação e ressignificação

Considerando os valores e atributos de ambas as freguesias da Ilha de Santa Catarina, verifica-se que os grandes eixos do planejamento urbano e da política de preservação devem considerar estes pontos: a valorização, preservação e potenciação da paisagem; a consolidação da multicentralidade dos núcleos, já existente desde o século XVIII; e a reinserção do mar, para uso de lazer e como meio de transporte. A atratividade da Ilha de Santa Catarina é o primordial atributo local, identificado desde a sua pré-história. Esse potencial, resultante das características topográficas e das belezas naturais, necessita ser protegido e ter uma gestão apropriada. Além disso, a localização geográfica da ilha determinou o desenvolvimento de funções como a acolhida, o apoio e a defesa, associadas à navegação, que, por muito tempo, se manteve como o fio condutor de sua história. Assim, a partir dessa percepção da trajetória histórica da Ilha de Santa Catarina, é possível contribuir com algumas reflexões que podem vir a promover seu desenvolvimento sustentável, conforme listamos a seguir.

- Estabelecimento de mecanismos de proteção (sítio, entorno, paisagem, contexto geográfico) e legislação urbana correlata: os instrumentos de proteção devem contemplar não só o sítio em si, mas também o entorno e seu contexto geográfico. A beleza natural da Ilha de Santa Catarina continua exercendo forte atratividade. Em ambas as freguesias, a paisagem é marcada pelas notáveis condições de geografia e relevo, limitadas pelo mar, de onde podem ser vistas, em primeiro plano, as águas da baía e, mais ao fundo, o panorama tanto do relevo continental quanto do centro de Florianópolis. No caso de Santo Antônio de Lisboa, pode ser vislumbrada a antiga Ponte Hercílio Luz, que é uma referência tecnológica mundial de estrutura metálica do gênero. Essas condições exigem um consistente trabalho de preservação das escalas envolvidas, de cuidado quanto à qualidade das novas inserções, além da identificação e proteção da paisagem, dos mirantes, dos belvederes e dos cones de visibilidade.

- Proteção, conservação e manutenção da unicidade do patrimônio material presente na tipologia urbana e arquitetônica do século XVIII, e integração das freguesias de forma planejada, identificada e sinalizada na rede composta pelos antigos caminhos terrestres e marítimos da ilha.

- Valorização e promoção dos elementos integrantes do imaginário popular, das atividades tradicionais e do rico patrimônio imaterial.

- Identificação potencializada de atividades incorporadas ao desenvolvimento ou à razão de ser do sítio.

Historicamente, a navegação é um importante componente do desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina. Com a desativação do porto e a retração da pesca tradicional, a prática hoje está predominantemente voltada para o lazer. Nesse sentido, seriam oportunos o planejamento e o investimento em meios de incentivo e promoção de atividades marítimas, não só referentes a lazer, mas também como modalidade alternativa ao transporte coletivo.

Outras práticas a serem incentivadas são a maricultura, a gastronomia especializada em frutos do mar e a comercialização da produção local de alimentos, artes e artesanato, bem como serviços de hospedagem. Elas devem ser promovidas em conjunto com a manutenção da função residencial, de modo a garantir o uso integrado desses espaços urbanos nos diversos períodos do cotidiano.

Igualmente se faz necessária a criação de sistemas de informação para o reconhecimento dos marcos históricos e das memórias do lugar, com promoção da devida interpretação do sítio *in loco,* complementada por museus, folheterias e painéis informativos. Ressalte-se que a sempre relegada educação patrimonial em escolas e na comunidade é o principal meio para alcançar a conscientização que garantirá a maior proteção dos valores culturais.

Conforme já se afirmou, a Ilha de Santa Catarina é um marco histórico da expansão portuguesa meridional no continente americano. Os elementos relacionados a esse fato, como o sistema defensivo e as antigas estruturas governamentais, precisam ser devidamente apresentados. Nesse sentido, Santo Antônio de Lisboa deve ser compreendida como integrante do ciclo do povoamento inicial, não só da Ilha de Santa Catarina, mas também do litoral sul do Brasil. Por isso, são fundamentais a valorização, o incentivo e a reapropriação dos marcos físicos significativos das localidades, por meio das seguintes ações:

- promoção e garantia do uso público nos antigos largos (praças) e adros das igrejas de ambas as freguesias, como importante local de convívio;

- garantia do acesso público ao mar e às vias fronteiras à praia;

- promoção da adequada realização da Feira das Alfaias, no caso específico do calçadão histórico de Santo Antônio de Lisboa, que deve estar voltada para produtos da cultura popular local (incluindo renda de bilros e cerâmicas utilitárias), os ditos caseiros ou criativos e artísticos, entre outros;

- preservação do Antigo Posto da Alfândega de Sambaqui[9], também em Santo Antônio de Lisboa, onde está exposto o Boi de Mamão e funciona uma feira de arte e artesanato;

- incentivo das atividades do Engenho dos Andrade, bem protegido, como forma de manutenção de uma prática quase extinta;

9. Uma das principais construções de Santo Antônio de Lisboa do início do século XX, o Antigo Posto da Alfândega de Sambaqui teve importante papel no desenvolvimento da freguesia. Controlava e fiscalizava as embarcações, desde aproximadamente 1905, e foi desativado em 1964, com o fechamento do Porto de Florianópolis. Atualmente o edifício tombado é sede da Associação do Bairro de Sambaqui (Florianópolis, 1987).

- ressignificação de antigos espaços do cotidiano, como a área remanescente dos tanques usados pelas lavadeiras.

Outro ponto a ser considerado é a redução do impacto causado pela crescente visitação e pelo incremento da atividade turística, que afetam a dinâmica urbana, com ações voltadas para o controle do tráfego e a atenção aos pedestres. Nesse sentido, o redirecionamento do tráfego de veículos e a criação de áreas exclusivas para pedestres resultam em redução da poluição e da trepidação, agregam ambiência e criam oportunidades para a geração de insumos.

Patrimônio e atividade turística

Patrimônio e turismo são interdependentes, mas cada qual apresenta metas diversas: para o primeiro, preservar e proteger e, para o segundo, conduzir um negócio rentável. No entanto, ambas as atividades podem coexistir de maneira interligada, uma vez que o turismo aporta receitas e as expressões culturais conferem vida e dinamismo, além de agregar à experiência turística outros valores, como o simbólico, o econômico e o cidadão. Dessa forma, os instrumentos de preservação, de planejamento territorial e paisagístico, em consonância com programas de fomento e investimento, poderão ser aliados importantes para alcançar a valorização e o reconhecimento pretendido do patrimônio cultural.

Com a crescente expansão do turismo, a natureza dessa clientela tem se diversificado enormemente, o que resulta na necessidade de adequada interpretação dos sítios a serem visitados e de disseminação do conhecimento. A gestão da atratividade do patrimônio atende basicamente a dois objetivos: educação patrimonial e entretenimento. Isso pode ser obtido seguindo a diretriz de que aprender pode ser divertido, com a narrativa de eventos ou processos por meio da interpretação do sítio, de *tours* guiadas e de eventos de abrangência pública, ou seja, da transmissão e da contação da história. Vale lembrar que a acessibilidade ao patrimônio e à cultura deve contemplar também a questão do atendimento a portadores de necessidades especiais.

O poder público deverá promover a interação entre os agentes envolvidos com a atividade turística e a proteção patrimonial, objetivando alcançar um equilíbrio que considere não só a proteção do sítio, mas também seu uso turístico. As receitas advindas do turismo deverão ser revertidas para a preservação do sítio, que precisa tanto dos visitantes, que promovem sua difusão, quanto de recursos para ser conservado. Sustentabilidade tem sido uma palavra de ordem, e são necessárias soluções que contemplem as transformações possíveis frente aos desafios postos.

A autenticidade, sempre reiterada nas cartas patrimoniais estabelecidas pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos, 1999) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (Pederson, 2005)[10], é outro aspecto que necessita ser observado, embora ainda seja relevante a questão do que é ser autêntico no processo de desenvolvimento e transformações que enfrentamos.

10. As cartas patrimoniais são documentos referenciais elaborados por especialistas que orientam a política de preservação do patrimônio cultural, apresentam abrangência mundial e são continuamente complementados com a atualização dos conceitos.



Considerações finais

Os remanescentes patrimoniais têm sido um dos grandes eixos da atividade turística. Trata-se de um legado insubstituível, e sua preservação deve ser compartilhada entre a comunidade, os empresários, o setor público e os visitantes. A comunidade é a herdeira direta desse patrimônio; os empresários estão envolvidos na promoção de sua dinâmica tanto cultural quanto econômica; o setor público, através da vontade dos governantes e do envolvimento de técnicos comprometidos, representa a responsabilidade do Estado na preservação do patrimônio; e os visitantes usufruem de um legado patrimonial que a todos pertence. No entanto, no contexto aqui apresentado, a preservação tem exercido uma contrapartida mais generosa. Esse processo deve ser revertido não só com aportes significativos para o turismo em benefício da conservação e do tratamento respeitoso dos atrativos turísticos primários, mas também com medidas cautelares para sua proteção.

Os atributos de cada sítio patrimonial precisam ser identificados e reconhecidos. A clara percepção desses valores contribuirá para a compreensão e a proteção do lugar e orientará as prioridades de intervenção, caso seja necessária.

A gestão da preservação deve dialogar com a gestão do turismo, setor em franca expansão. O conceito de preservação dos recursos – insubstituíveis – do acervo

patrimonial é essencial na reflexão sobre seu uso na atualidade, com vistas a sua preservação para as gerações futuras, em um mundo globalizado e em rápida transformação. Trata-se de uma gestão intrinsecamente diferente da de outras categorias de sítios turísticos, tais como centros esportivos, complexos de entretenimento e parques temáticos.

O turismo se impõe, cada vez mais, como um vigoroso vetor econômico mundial e pode contribuir positivamente para o desenvolvimento de economias locais e do bem-estar social. A adequada gestão do turismo cultural pode contribuir decisivamente para a preservação e a conservação do patrimônio, ao mesmo tempo que pode propiciar experiências ou produtos de alta qualidade. É necessário haver um entrelaçamento compatível entre essa gestão e o olhar que perpassa a herança cultural. Isso é vital para dar prosseguimento, com respeito e harmonia, à construção do projeto do amanhã.

Referências

BERGER, Paulo. *Ilha de Santa Catarina*: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC; Assembleia Legislativa, 1984.

FLORIANÓPOLIS. Ipuf – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis; Sephan – Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Município. *Processo de tombamento da Alfândega de Sambaqui*. Florianópolis: Ipuf; Sephan, 1987.

FLORIANÓPOLIS. Ipuf – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis; Sephan – Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Município. *Processo de tombamento do casarão e Engenho dos An*drade. Florianópolis: Ipuf; Sephan, 1995.

FLORIANÓPOLIS. Ipuf – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis; Sephan – Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Município. *Processo de tombamento e enquadramento em categorias de preservação de APC-1 segundo a Lei Municipal nº 2.193/1985*: conjuntos históricos e paisagísticos – freguesia de Santo Antônio de Lisboa e Praia das Flores (Sambaqui). Florianópolis: Ipuf; Sephan, 2013.

G1 SC. *Florianópolis passa a ter oficialmente 53 anos a mais em decisão da Câmara*. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/09/florianopolis-passa-ter-oficialmente-53-anos-mais-em-decisao-da-camara.html. Acesso em: 8 jun. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *International Cultural Tourism Charter*: managing tourism at places of heritage significance. México: Icomos, 1999. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/tourism_e.pdf. Acesso em: 4 jun. 2019.

MEDINA, J. Toribio. *El veneciano Sebastián Caboto al servicio de España*. Estudio Histórico. Santiago de Chile: Imprenta Elzeviriana, 1908. 2 v.

MELLO, A. A. de. *Expedições*: Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos. Florianópolis: Expressão, 2005.

PEDERSON, Arthur. *Gestión del turismo en sitios del Patrimonio Mundial*: manual práctico para administradores de sitios del Patrimonio Mundial. Paris: Centro del Patrimonio Mundial de la Unesco, 2005. (Serie Patrimonio Mundial Manuales – 1.)

PIAZZA, W. F. *A epopeia açórico-madeirense (1747-1756)*. Florianópolis: Editora da UFSC; Lunardelli, 1992.



Calçamento em estilo pé de moleque, feito em 1845. Feira das Alfaias, Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2019.
Foto: Oscar Liberal.
Acervo: Iphan.

Entalhe de onça, Guarani.
Acervo: Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral – Universidade Federal de Santa Catarina.



Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2019.
Foto: Oscar Liberal.
Acervo: Iphan.





Beatriz Araujo e Paula Schild Mascarenhas

Turismo de base comunitária: tradição doceira de Pelotas

Community-based tourism: The Pelotas confectionery tradition
Turismo de base comunitaria: la tradición de fabricación de dulces de Pelotas

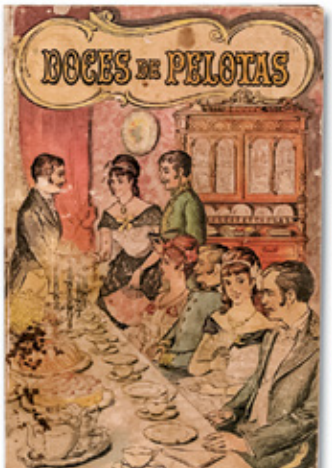
Resumo

O presente artigo explora alguns aspectos de natureza histórico-cultural da tradição dos doces produzidos em Pelotas (RS) e nos municípios denominados como Antiga Pelotas, reconhecida como patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2018. Hoje, a capital do doce recebe centenas de milhares de visitantes anualmente, em especial durante a realização da chamada Fenadoce no final do primeiro semestre de cada ano.

Antes de tecer considerações sobre a tradição doceira regional propriamente dita, é apresentado o trabalho pioneiro feito na cidade para a preservação do patrimônio material pelotense a partir dos anos 1980, visando restaurar casarões, prédios públicos e outras construções seculares. À época, a compreensão da imaterialidade das tradições, como algo a ser estudado, identificado e preservado, ainda era algo distante.

Originalmente vindos da tradição portuguesa e servidos em festas nas charqueadas e nos eventos elegantes da urbe ao longo do século XIX, os doces logo foram ressignificados pelo reforço de ingredientes, receitas e formatos da cultura africana, pois também eram confeccionados como oferta aos Orixás cultuados pelas religiões desse continente. Na mesma época, a tradição doceira também passou a englobar saberes e fazeres trazidos por imigrantes de outras nacionalidades europeias que continuam presentes em Pelotas e seu entorno.

Diante de tanta riqueza cultural, é natural que a referência dos doces atraia visitantes, interessados não só em comprar as iguarias, mas também travar contato direto com as ancestrais tradições das famílias que as produzem. Abrem-se, assim, perspectivas reais e cada vez mais estimulantes para o chamado turismo de base comunitária, o qual, sem pretender antagonizar o turismo tradicional, busca espaços para se inserir como alternativa sustentável de comércio, cultura e novas sociabilidades.



Fervura da calda para doce, Pelotas (RS), 2006.
Foto: Jordão Costa.
Acervo: Iphan.

Capa do livro Doces de Pelotas, *de Alice Kramer Amaral* et al., *1959.*

Summary

This article examines a number of historical and cultural facets of the traditional confectionery products from Pelotas (RS) and from the municipalities collectively known as the Old Pelotas, which were listed as Brazilian cultural heritage by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) in 2018. Currently, the confectionery capital hosts hundreds of thousands of visitors annually, especially during the celebration of an event called Fenadoce, which takes place yearly at the end of the first semester.

Before discussing the regional confectionery tradition itself, we present the pioneering work done in Pelotas to preserve the city's material heritage since the 1980s, where houses, public buildings and other secular buildings were restored. At that time, awareness that intangible traditions should be studied, identified and preserved was still a long way off.

These Portuguese-tradition candies were enjoyed at parties in the charqueadas[1] and in the city's most elegant events during the nineteenth century. They were soon reinterpreted and reinforced with African ingredients, recipes and culture as offerings to the Orixá deities worshiped by African-matrix faiths. At that time the confectionery traditions also embraced skills and customs brought by immigrants from other European countries whose traditions are still found in Pelotas and neighboring areas.

In light of so much cultural diversity, it is only natural to attract visitors who are interested not only in buying the delicacies, but also in establishing direct contact with the ancestral traditions of the families that produce them. This creates real and increasingly stimulating perspectives for community-based tourism. Without attempting to undermine traditional tourism, community-based tourism pursues opportunities to become a sustainable alternative for commerce, culture and new kinds of sociability.

1. Charqueadas: *covered sheds where beefjerky is salted and dried* (N. da T.).

Resumen

Este artículo explora algunos aspectos de la naturaleza histórica y cultural de la tradición de los dulces que se producen en Pelotas (RS) y en los municipios denominados Antiga Pelotas, reconocida como patrimonio cultural por el Instituto de Patrimonio Histórico y Geográfico Nacional (Iphan) en 2018. Hoy la capital de los dulces recibe cientos de miles de visitantes anualmente, especialmente durante la feria de dulces llamada Fenadoce, que se realiza al final del primer semestre de cada año.

Antes de hacer consideraciones sobre la tradición regional en sí, se presenta el trabajo pionero realizado en la ciudad para la preservación del patrimonio material pelotense de la década de 1980, con el objetivo de restaurar grandes casas, edificios públicos y otras construcciones seculares. En aquella época, la comprensión de la inmaterialidad de las tradiciones como algo para ser estudiado, identificado y preservado todavía era algo lejano.

Originarios de la tradición portuguesa y servidos en fiestas en las "charqueadas" y los elegantes eventos de la ciudad a lo largo del siglo XIX, los dulces pronto se resignificaron mediante el refuerzo de ingredientes, recetas y formatos de la cultura africana, pues también se hacían como una ofrenda a los Orishas adorados por religiones africanas. En esa misma época, la tradición de fabricación de dulces empezó a incluir saberes y prácticas aportadas por inmigrantes de otras nacionalidades europeas que todavía están presentes en Pelotas y sus alrededores.

Ante tanta riqueza cultural, es natural que la referencia de los dulces atraiga visitantes, interesados no solo en comprar los manjares, sino también en entablar contacto directo con las tradiciones ancestrales de las familias que los producen. Se abren así perspectivas reales y cada vez más estimulantes para el llamado turismo de base comunitaria que, sin pretender contraponerse al turismo tradicional, busca espacios para insertarse como una alternativa sostenible de comercio, cultura y nuevas sociabilidades.

Introdução

Apenas mais recentemente, coisa de umas poucas décadas, o Brasil começou a despertar para o que se poderia chamar de oportunidades e desafios decorrentes de políticas públicas e/ou de iniciativas particulares destinadas à identificação e à preservação do patrimônio histórico espalhado pelas diversas regiões. Fazer a gestão de tais oportunidades e desafios já foi – e continua sendo – um passo adiante, identificando áreas temáticas e nichos que possam ser caracterizados como novas dimensões que robusteçam tal patrimonialidade, tanto do ponto de vista material quanto imaterial.



Cartaz da primeira edição da Fenadoce, Pelotas (RS), 1986.
Acervo: Marisa de Lucia.

No Brasil e, mais especificamente, na Região Sul, a questão do patrimônio histórico, devidamente identificado, catalogado e formalmente protegido, tem na dimensão turística uma interface das mais interessantes, especialmente pelo amplo e múltiplo leque de possibilidades que o acoplamento entre patrimônio e turismo pode representar. Sendo o turismo um conceito naturalmente amplo, o presente artigo intenta fazer considerações sobre um tipo mais específico, o turismo de base comunitária (TBC), tomando como referência o caso peculiar da chamada tradição doceira da cidade de Pelotas, no extremo meridional do Rio Grande do Sul. A tradição geográfica local e regional para a produção de diversos tipos de doce (realidade histórica e agora já formalmente reconhecida), cotejada com as possibilidades, antes insuspeitas, que agora começam a se descortinar com o TBC, permite que se possa começar a perceber uma relação de imbricada costura que remete a aspectos culturais e socioeconômicos bastante interessantes e promissores, com repercussão na sustentabilidade ambiental e no fortalecimento de vínculos comunitários até então fragilizados ou em vias de desintegração.

Preservação do patrimônio histórico em Pelotas

Em uma das paredes perto da entrada do Theatro Sete de Abril, no centro histórico em Pelotas, há uma placa de metal que assinala a reabertura daquela casa ao público, datada de 3 de dezembro de 1983. Incorporado ao



Theatro Sete de Abril, Pelotas (RS). Foto: Cristiano Mascaro. Acervo: Iphan.

patrimônio municipal no final da década de 1970, o Sete de Abril, um dos teatros mais antigos e bonitos do país, com quase 200 anos de história desde o início de sua construção e aberto ao público na quarta década do século XIX, funcionou, em evidente estado de decadência, nos anos 1960 e 1970 como cinema, mas já há muito não abria suas portas como teatro. A data de 3 de dezembro de 1983 não ocorreu por acaso, pois a recuperação e a reabertura daquela casa de arte e cultura pode ser interpretada como consequência da aprovação do II Plano Diretor da cidade, no início da década de 1980, introduzindo os primeiros conceitos de preservação em nível municipal.

Por que fazer referência a isso quando o objeto central deste texto é o TBC e a tradição doceira de Pelotas? Para mostrar que, bem antes da formalização de tal tradição como patrimônio imaterial, houve em Pelotas um avanço importante em termos de patrimônio arquitetônico. O enfoque preservacionista da época era nitidamente material, e a maior parte dos técnicos envolvidos no trabalho eram arquitetos por formação. Foi um começo. A Lei nº 2.708/1982 (Pelotas, 1982) criou o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (Comphic). Durante a atuação do conselho, foram analisados 10 mil prédios, sendo 1.189 cadastrados no inventário

de bens patrimoniais e 236 tombados em caráter provisório em 1987. Posteriormente, com a alteração da lei, somente 16 foram definitivamente protegidos (tombados), sendo que, desses, quatro são tombados em âmbito federal: o próprio Theatro Sete de Abril e os casarões número 2, 6 e 8 do entorno da Praça Coronel Pedro Osório. A título de informação, vale recordar que, em 2014, o Theatro Sete de Abril teve sua cobertura totalmente recuperada e deverá ser novamente reaberto ao público até o final de 2020, inteiramente restaurado.

Por volta de meados da década de 1980, mesmo que já se estivesse a apenas uma década e meia do final do século XX, o conceito de patrimônio imaterial do sul do Brasil era algo distante ou inexistente. Sua articulação com algo como o turismo soaria certamente como um dado ainda desconectado da realidade, tendo em vista que a luta quotidiana dos pioneiros era manter em pé prédios centenários e impedir sua irrecuperável descaracterização.

A Fenadoce

Em 1986, o então prefeito, Bernardo de Souza, resolveu organizar em Pelotas, em parceria com algumas entidades empresariais e comunitárias, a Primeira Festa Nacional do Doce, que seria o embrião das feiras seguintes, já com a denominação consagrada de Fenadoce. Foi uma festa até certo ponto modesta e improvisada, tendo por local um ginásio de esportes da Universidade Católica de Pelotas, na Praia do Laranjal. Mas deu para perceber que a ideia era boa. A aceitação do público e a presença de turistas surpreenderam, e assim estava lançada a semente de uma iniciativa que contribuiria muito para, nos âmbitos estadual, nacional e internacional, consagrar Pelotas como a Capital do Doce.

A Fenadoce deambulou nos anos seguintes por alguns locais, até chegou a ser descontinuada, mas, a partir de meados dos anos 1990, passou às mãos da iniciativa privada, mais especificamente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas, e fixou-se em definitivo no ponto onde hoje está, no Centro de Eventos, na confluência da BR-116 com a BR-392. É realizada durante um período de pouco mais de duas semanas, em data móvel próxima ao final do primeiro semestre. O número de visitantes – do Brasil inteiro e de diversos países – ultrapassa a casa de centenas de milhares. Na Fenadoce, coexistem harmonicamente os mais diferentes tipos de tradições doceiras de Pelotas e de seu entorno.

Uma reflexão essencial a ser feita sobre a Fenadoce reside no seguinte: embora a festa seja hoje talvez o objeto concreto mais visível e vistoso da tradição doceira pelotense, não é correto supor que foi tal iniciativa que criou a cultura do doce na região. Ocorreu justamente o contrário: a Fenadoce foi idealizada, consolidou-se, expandiu-se e virou um sucesso nacional e internacional justamente porque já havia a tradição, o conhecimento e as demais condições para que Pelotas pudesse confeccionar e apresentar seus quitutes ao mundo. Além disso, serviu para estimular e valorizar o trabalho muitas vezes anônimo das doceiras, verdadeiras virtuoses na arte de dialogar com o açúcar, o fogo, a farinha, as frutas.

O conceito preservacionista

Conforme já se assinalou, não só em Pelotas, mas também no restante do estado do Rio Grande do Sul e no Brasil, o influxo inicial do trabalho preservacionista envolvia o aspecto físico de prédios tidos como históricos, quase sempre isoladamente considerados. Aos poucos, a própria visão do patrimônio, a ser identificado, protegido e divulgado, experimentou uma salutar ampliação, chegando ao espaço urbano como um todo. Deve-se lembrar que programas como o Monumenta e o PAC Cidades Históricas já passaram a tratar da restauração e qualificação de praças, ruas e equipamentos urbanos, além de edificações isoladas.

No final do século e início deste milênio, começa-se a perceber a existência de uma expansão do espaço referente à futura proteção do patrimônio imaterial. De fato, por volta do ano 2000, começaram a ser discutidos temas correlatos, que já retratavam uma evidente preocupação com a descaracterização cultural de algumas tradições. No caso dos doces pelotenses, entre situações que podem ser lembradas, figuram fatos como novas exigências da vigilância sanitária, desfavoráveis, por exemplo, ao uso ancilar de tachos de cobre ou de colheres de madeira para a confecção dos doces, o que compromete seriamente aspectos como a aparência, o odor e até o gosto dos doces. Era preciso, de certa forma, reagir para proteger receitas mais do que centenárias e padrões de confecção artesanal que remontavam a tempos imemoriais.

E foi assim, depois de muitos anos, que, em 2018, as tradições doceiras de Pelotas e da Antiga Pelotas – que inclui também os municípios de Morro Redondo, Turuçu, Capão do Leão e Arroio do Padre, todos emancipados de Pelotas – se tornaram patrimônio imaterial, por decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autorizando o registro do modo de fazer os doces no Livro dos Saberes. Significa dizer que, a partir de então, de forma oficial, tais bens de natureza imaterial são reconhecidos e valorizados em seu dinâmico processo de evolução, o que enseja sua compreensão e apreensão entre os contextos pretérito e presente.

Esse reconhecimento se tornou possível através do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que pode ser caracterizado por um conjunto de procedimentos ou de metodologias desenvolvidos pelo Iphan para resgatar e produzir conhecimento sobre os diversos domínios do tecido social, atribuindo a eles valores e sentidos capazes de configurar referências de identidade e marcos para determinados grupos sociais. O reconhecimento do patrimônio imaterial dos doces também está diretamente associado a significações históricas e usos que podem ser percebidos como referências culturais presentes em determinado território.

É importante aqui observar que o INRC desenvolvido para tal patrimônio imaterial tornou-se realidade a partir do destacado interesse da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas e da Secretaria Municipal de Cultura, que sempre viram no processo uma forma de valorizar os doces como referência cultural do município e da região. Em tal contexto, também é imperioso lembrar o



papel do Iphan, do Programa Monumenta e da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) no inventário que logrou documentar como um bem cultural a trajetória da tradição doceira, sua ocorrência e os sentidos que seus detentores lhe atribuíram.

A DOCE IMATERIALIDADE DE VÁRIAS TRADIÇÕES

A essa altura, é inteiramente cabível que se pergunte como pode uma tradição doceira surgir e consolidar-se de maneira tão consistente em uma região que não produz um único grama de açúcar? Talvez a hipótese de uma certa antítese ajude a explicar isso. Notoriamente Pelotas foi, durante o século XIX e até o começo do século XX, uma espécie de capital do charque, que usa o sal como principal insumo para conservar a carne. O enriquecimento de muitas famílias com a indústria saladeiril possibilitou o refinamento cultural, com hábitos e costumes muitas vezes trazidos de elegantes salões europeus. Em tal cenário, os chamados doces finos, ou doces de bandeja, preparados por sinhás e mucamas, passaram a ser elementos de sociabilidade nas festas da época e presença obrigatória em casamentos, jantares, saraus e batizados.

A origem da maioria das famílias era lusitana e, portanto, nada mais normal que, entre os bocados servidos, figurassem pastéis de Santa Clara, camafeus e fatias de Braga, ao lado de outros, quase sempre utilizando ovos,

Casas nos 2 e 6 da Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas (RS), 2006.
Acervo: Iphan.

insumo abundante na região, já que se constituíam em adaptações de receitas trazidas da África e de Portugal ou inventadas aqui mesmo no Brasil. Açucarados e delicados, tais doces, digamos, mais urbanos, tinham (e têm ainda hoje) um aspecto estético que lhes permitia circular com desenvoltura e ser apreciados em salões mais requintados, combinando com o ambiente para os quais eram produzidos. Era como se o açúcar – mesmo não produzido no Sul e vindo de longe, geralmente do Nordeste – estivesse ali para contrabalançar o sal e o gosto menos requintado pelo charque, de aparência mais rústica.

É necessário sublinhar a presença dos doces nos rituais das religiões de matriz africana, que têm presença marcante em Pelotas. Constituía – e isso se mantém até os dias atuais – prática comum nos terreiros de umbanda e religiões afins o oferecimento de doces como o quindim aos orixás. Nesses ritos, a iguaria estabelece um novo "patamar de civilidade" (Kosby, 2015), pois se trata de um presente, um agrado às divindades relacionadas a arquétipos como a fertilidade e a doçura. Os doces de origem portuguesa, portanto, em Pelotas, ganharam sabores, cores e conotações vindas diretamente da herança cultural africana, imantada na cidade pela presença dos escravizados e seus descendentes.

Ao lado desses doces mais finos, de confecção urbana e quase sempre feitos a partir de algum tipo de combinação de ovos, farinha e açúcar, a região de Pelotas viu surgir, em meados do século XIX, em sua zona colonial, outro tipo de tradição doceira trazido pelos colonos europeus de diferentes etnias, especialmente alemães e pomeranos e, posteriormente, italianos, franceses, espanhóis. Tal tradição, presente nas pequenas propriedades dos imigrantes, era uma espécie de empreendimento familiar para consumo próprio, escambo ou pequeno comércio e que se constituía no aproveitamento de frutas colhidas no entorno de suas glebas. Embora a criação de suínos, aves e cabras, as pequenas lavouras de grãos e alguma produção de leite fossem os sustentáculos maiores do orçamento familiar, o aproveitamento de espécies frutíferas, como pêssego, marmelo, goiaba, figo e pera, entre outras, acabaram propiciando, ao longo das décadas, a produção de doces de massa (tipo pessegada ou marmelada), compotas (doces em calda), passas e cristalizados, utilizando receitas ancestrais ou adaptando a produção dessas pequenas unidades familiares aos insumos disponíveis e às condições possíveis.

Observe-se que, no mais das vezes, e até hoje, tais doces obedecem a um ritual simples – mas nem por isso menos eficiente e gostoso – da combinação de frutas com açúcar e cocção no fogo (doces em pasta, compotas) ou exposição ao sol (passas, cristalizados). Receitas simples e eficientes, feitas para aproveitar as frutas existentes, ter em casa o "luxo" das sobremesas, diversificar a renda familiar e adoçar um pouco a difícil vida dos imigrantes no interior do Sul do Brasil no século XIX.

O reconhecimento da tradição doceira de Pelotas como patrimônio imaterial inclui tanto os doces finos, inspirados na origem lusitana combinada com a africana, quanto aqueles oriundos da produção colonial. Todo o processo que se desencadeou em torno da busca por esse reconhecimento tratou de dar início à primeira diretriz elencada no parecer técnico constante dos autos do processo





Processo de abertura da massa do pastel de Santa Clara, Pelotas (RS), 2006.
Acervo: Iphan.

Pastéis de Santa Clara antes de irem ao forno, Pelotas (RS), 2006.
Acervo: Iphan.



Quindins em quarto de santo como oferenda à orixá Oxum, Pelotas (RS), 2006.
Acervo: Iphan.

administrativo de registro e citada por Márcia Sant'Anna (2018, p. 52). Em seu belo parecer como relatora do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, a arquiteta aponta "a necessidade de desconstrução da ideia que vincula a produção de doces finos exclusivamente a uma aristocracia local, o que torna invisível a produção dos doces coloniais e também o papel desempenhado pelos afrodescendentes em sua consolidação e ressignificação".

O sabor doce irmanou e tornou una e indistinta, como patrimônio cultural de todos, a confecção que antes era urbana ou rural e fez com que os delicados docinhos de bandeja, servidos às elites em elegantes salões ou ofertados aos orixás em terreiros e praças, fossem hoje tão popularizados e consumidos quanto os doces produzidos nos tachos, menos requintados – mas nem por isso menos gostosos –, que vêm da zona colonial. Pessegada, camafeu, bem-casado, figo cristalizado, marmelada, quindim, ninho, queijadinha, tortinha, olho de sogra, abóbora cristalizada, pastel de Belém, doce de batata-doce e tantas outras iguarias formam hoje um conjunto de opções verdadeiramente inigualáveis em qualquer outra parte.

Geografia una e plural

Da mesma forma que os portugueses, no século XIX, ocuparam principalmente a região do atual município de Pelotas, mas não apenas esse território, o mesmo ocorreu com os primitivos imigrantes, especialmente germânicos, que se instalaram no Brasil meridional há quase dois séculos. Assim, embora a tradição doceira seja conhecida como a de Pelotas, em verdade a geografia do doce envolve vários outros municípios próximos, especialmente quatro deles, que se emanciparam a partir dos anos 1980: Capão do Leão, Morro Redondo, Arroio do Padre e Turuçu. Nesses locais, que há poucas décadas faziam parte do território do município de Pelotas, havia e continua a subsistir a tradição dos doces. Assim, ao falar na geografia do doce, incluímos esse conjunto pela designação de Antiga Pelotas.

Os APLs e a tradição doceira

Antes de ingressar na articulação propriamente dita entre o TBC e o caso da tradição doceira pelotense, é importante abrir um espaço para gizar a existência na região dos chamados Arranjos Produtivos Locais (APLs). Tais arranjos se afiguram como uma estratégia muito importante para manter e até estimular a manutenção de tradições e vocações como a doceira, na medida em que contribuem para garantir a produção de matérias-primas utilizadas no fabrico dos doces.

Os APLs podem ser vistos como articulações entre empresas, trabalhadores, governos e instituições científicas e tecnológicas de um município e região. Eles reforçam os vínculos de produção, interação e aprendizagem em determinado território, com o objetivo de alcançar patamares superiores de desenvolvimento. O APL Alimentos está situado na região sul do estado do Rio Grande do Sul e é voltado especialmente para o processamento de frutas e hortaliças, abrangendo também produtos como mel e condimentos.

Até o meio da década de 1970, cerca da metade da população de Pelotas habitava os dez distritos da chamada zona colonial de Pelotas. O número de eleitores da zona rural, por exemplo, era semelhante ao da zona urbana. Com as emancipações e a crescente migração das famílias para os centros urbanos, a população da zona colonial de Pelotas, atualmente, gira em torno de apenas 20 mil pessoas. A área total do município cultivada com pêssego, por exemplo, a principal fruta processada, tem diminuído a cada ano. Espécies como marmelo já não são mais encontradas. A redução da população e das unidades produtivas – apesar de incrementos de produtividade – faz diminuir a produção de frutas e coloca sob risco o fabrico dos doces coloniais. Grande parte do morango utilizado para consumo in natura ou para produção de geleias vem de outras regiões ou estados (embora, tecnicamente, o morango não seja considerado uma fruta, ele é importante no segmento de doces). Nesse sentido, o APL direcionado às frutas tradicionalmente cultivadas na região contribui para amparar e incitar a produção do insumo básico dos doces coloniais, estimulando a sustentabilidade, brecando a

tentação de usar pequenas propriedades para produção de culturas de exportação (como a soja) e evitando o êxodo rural. O APL em questão tem contribuído não só para a garantia da oferta dos insumos, mas também para o enaltecimento de aspectos da tradição histórica do território, a preservação do conhecimento, a valorização dos produtores, a agregação de renda e o estabelecimento de laços de cooperação e confiança entre as comunidades coloniais.

Turismo rural

No caso da região de Pelotas, não há como falar em TBC sem, antes, lançar um olhar dedicado ao chamado turismo rural, pois é nesse espaço que estão plantadas as maiores possibilidades de interação entre visitantes externos e a tradição doceira. É claro que doces podem ser produzidos tanto em ambiente urbano quanto rural. A maior parte das doceiras, operando individualmente ou em cooperativas, atua ao longo do ano em espaços urbanos e, mesmo nos casos da produção agroindustrial de doces, já são escassas as plantas localizadas no interior do município.

É possível a um visitante que deseje conhecer a região de Pelotas aventurar-se pelo interior e não ter contato com a tradição doceira regional? Em tese, sim. O turismo rural pode ser definido como qualquer atividade turística não urbana, e isso pode incluir modalidades como ecoturismo, turismo histórico, esportivo ou de aventura. Muitas vezes, essas atividades estão juntas e se intercomplementam. No caso de Pelotas e seu entorno, em face da significativa extensão do município, de suas múltiplas belezas naturais, de opções que podem incluir zonas de matas pouco exploradas, praias (como a do Laranjal) ou áreas serranas (como as do distrito da Cascata), é possível imaginar um fluxo turístico ou um perfil de turista que não esteja prioritária ou necessariamente interessado em turismo gastronômico. Consideramos, entretanto, tal possibilidade como francamente minoritária, ou seja, quem viaja para conhecer determinada região, sozinho ou em companhia de familiares ou amigos, acaba se dispondo a conhecer o conjunto daquilo que a expedição pode lhe oferecer, ou seja, a paisagem, com sua fauna, flora e outros atrativos naturais, os recursos de hospedagem, a história e os costumes locais. Então, nesse contexto – até porque o turista é curioso e também precisa comer e beber –, dificilmente deixará de se interessar pela culinária regional, especialmente se tiver aspectos gastronômicos peculiares. E é justamente a partir disso que a tradição doceira de Pelotas tem tudo para se inscrever e seguir crescendo como fator indutor do TBC.

Em outras palavras, assim como se pode ir a um restaurante para pedir determinado prato ou visitar uma vinícola para degustar e adquirir esse ou aquele vinho, nada mais natural que as pessoas visitem determinado distrito para comprar certo tipo de doce que ali – e muitas vezes apenas ali! – é produzido e vendido. O TBC tem a capacidade de articular a combinação entre saberes e sabores, entre sabores e saberes que se transformam em desejos e doces experiências.



Turismo de base comunitária e tradição doceira

Genericamente, pode-se dizer que o TBC é a modalidade de turismo desenvolvida pelos próprios moradores de um lugar, os quais passam a articular atividades, empreendimentos e operações comunitárias destinados a atrair visitantes diversos e com diferentes tempos de permanência e interação com a comunidade. É uma forma de preservação e também de resistência. Sabe-se que o perfil do turista que procura tal tipo de visita não se enquadra no padrão comum de quem busca apenas lazer ou mero passatempo. O TBC supõe pessoas que procuram agregar conhecimentos ou novas experiências fora dos circuitos tradicionais, interagindo com valores culturais e naturais oriundos de comunidades que preservam sua originalidade. Esse tipo de turista tem, normalmente, consciência ecológica acima da média e sabe que as comunidades com as quais interage, ainda que às vezes alicerçadas em padrões de existência e convivência bastante simples e modestos, preservam valores de vida, belezas naturais e utilizam – às vezes solidariamente – a renda auferida com o produto que vendem para melhorar o bem-estar dos moradores.

O que é ofertado aos turistas costuma ser produto da mão de obra familiar e,

Origone secando ao sol, Pelotas (RS), 2006.
Foto: Neusa Cardoso.
Acervo: Iphan.

nesse tipo de interação, sem terceiros ou atravessadores, a comunidade encontra-se associada para atender os visitantes e divulgar e vender seus produtos, o que contribui para tornar longevos os conceitos e os princípios contidos naquilo que comercializam. Cada doce leva consigo não apenas fruta ou açúcar, mas também história e tradição, o cuidado de quem preservou a receita e o talento e o carinho de quem o preparou. O turismo tradicional – embora inegavelmente uma atividade econômica importante – tende a ser concentrador de renda, gerador de desigualdades, produtor de segregação socioespacial e problemas ambientais. Isso não acontece com o TBC, que tem gestão comunitária, economia solidária, comércio justo (margens de lucro não exorbitantes) e desenvolvimento sustentável.

A pluralidade de opções turísticas no entorno de Pelotas até permitiria que se falasse em qualificadas e diferentes opções de turismo não gastronômico. Caso se pretendesse evidenciar a gastronomia, o município e a região também oferecem alternativas muito ricas e variadas, incluindo, por exemplo, peixes e frutos do mar, no II Distrito de Pelotas (Colônia de Pescadores Z-3), ou a diversidade de pratos salgados e doces preparados com arroz. Entretanto, sem dúvida alguma, os doces de Pelotas são a marca e a referência mais poderosa, e o reconhecimento de tal tradição doceira como patrimônio imaterial conferiu à produção e ao comércio de doces um *status* extraordinário, hoje conhecido e reconhecido nacional e internacionalmente e que, a cada ano, atrai mais visitantes para a região.

Receita de pessegada das irmãs Cordeiro, Pelotas (RS), 2014.
Acervo: Iphan.

É interessante notar que é recorrente o pedido para que se levem doces de Pelotas para outros lugares, principalmente quando há pessoas que não podem ir à cidade e sabem que algum parente ou amigo vai se deslocar para lá. Talvez hoje já se possa dizer que, quando alguém de Pelotas se dirige a outro quadrante qualquer, o modo mais garantido de agradar seu anfitrião ou amigo é levar consigo uma caixa de doces sortidos para presentear, sejam coloniais, sejam portugueses – ou ambos. Isso permite uma abstração interessante: a tradição doceira é tão verdadeira e consistente que ela mesma é reconhecida e convocada de longe, viaja e cumpre seu papel de, docemente, divulgar a cultura da doçaria pelotense.

Ainda que não se disponha de dados comparativos oficiais, a verdade é que, mesmo empiricamente, sabe-se e sente-se que está aumentando o interesse pelo TBC ligado à tradição dos doces. Embora qualquer morador da cidade ou visitante tenha hoje muitos e qualificados espaços urbanos para provar e comprar uma boa provisão dos doces locais – em confeitarias e lancherias, no Mercado Público, em feiras livres ou supermercados –, nota-se, mesmo entre os habitantes locais, uma disposição cada vez maior de ir ao interior e "descobrir" de onde vêm e como são feitos. Pode-se afirmar, sem nenhum medo de errar, que a relação entre TBC e patrimônio imaterial dos doces pelotenses, ainda que incipiente, é extremamente promissora. O interesse e as possibilidades vão crescer na medida em que, junto aos centros de manufatura artesanal dos doces, também houver, por exemplo, possibilidades de hospedagem, contribuindo

Pecegada

se os pecegos e peza se crú a
si para a agua para u
de pecego meja de assucar z
final bota se meio kilo m

kilos de pecego crú 8 de assucar
Kilo " " " meio de " bem

Doce de Pecego

os pecegos depois de pelados
1 Kilo de pecego meio de
r feito em calda

Doce de uva

de escolhidas e lavadas as uvas
e uma porção e passa se em



Detalhe da Fonte das Nereidas, Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas (RS), 2014.
Foto: Gustavo Vara.

Doces tradicionais, Pelotas (RS), 2008.
Foto: Gustavo Vara.

para ampliar a perspectiva gastronômica para muito além da doçaria e permitindo alargar o tempo da visita do turista.

O público do TBC é alguém que não deseja apenas comprar o doce no bar da esquina e saboreá-lo, mas conhecer o local onde a iguaria é produzida, saber como é fabricada, de onde vem sua matéria-prima e até observar a existência ou não de cuidados ambientais e de boas práticas. Em Pelotas, quem produz doces e sabe do fascínio e do interesse que isso é capaz de despertar nas pessoas, também tem suficiente sensibilidade para receber bem esse tipo de turista, tirar dúvidas e mostrar o que aprendeu com suas avós. É óbvio que as comunidades precisam ainda ser mais estimuladas e estar mais bem organizadas para isso, inclusive com formação de recursos humanos e treinamentos. Ao poder público, incumbirá sempre garantir meios infraestruturais (boas estradas, sinalização etc.) para que a tradição doceira como patrimônio imaterial seja capaz de levar o turista até o mais distante rincão em que se faz aquela passa de pêssego ou aquele figo cristalizado que não se encontra em nenhum outro lugar.

Considerações finais

A caminhada do TBC rumo à tradição doceira de Pelotas e da Antiga Pelotas está apenas começando. O cheiro da calda dos fios de ovos e das figadas de tacho está se encarregando de levar os visitantes até as comunidades de onde saem os quitutes. Se eles se perderem, será fácil achar o caminho:



pelas estradinhas do interior, é só seguir um discreto rastro de açúcar e ir olhando a fumaça que indica de onde pode estar saindo, ainda quente, a pessegada mais próxima.

Em tal processo, ainda há muito a ser sistematizado, organizado e aperfeiçoado. Por isso mesmo, as perspectivas são excelentes. Trata-se de incentivar situações e pessoas que estão à espera de estímulos. E, em tudo isso, não há como deixar de mencionar que o reconhecimento da tradição doceira como patrimônio imaterial, além de fazer justiça a um dado cultural inelutavelmente ligado à história dessa região, cria uma perspectiva robusta de que esse patrimônio será perenizado, amparado na força e no significado coletivo que o tempo lhe deu e, agora, especialmente, na salvaguarda concreta representada pela formalização, pelo poder público federal, de sua importância no âmbito da cultura brasileira.

Referências

KOSBY, M. F. *Nós cultuamos todas as doçuras:* as religiões de matriz africana e a tradição doceira de Pelotas. Porto Alegre: Après Coup – Escola de Poesia, 2015.

PELOTAS. Prefeitura Municipal de Pelotas. Lei nº 2.708, de 10 de maio de 1982. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural do município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/1982/270/2708/lei-ordinaria-n-2708-1982-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-e-cultural-do-municipio-de-pelotas-e-da-outras-providencias. Acesso em: 17 maio 2019.

SANT'ANNA, Márcia. *Região doceira de Pelotas e antiga Pelotas.* Parecer da Relatora do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Processo 01450.016835/2009/92. Brasília: Iphan, 2018.



Gladys Dinah Sievert

Rota do Enxaimel: patrimônio e turismo em Pomerode

The "Enxaimel" Circuit: patrimony and tourism in Pomerode

La Ruta del Entramado de Madera y la relación entre patrimonio y turismo en Pomerode

Resumo

Este artigo tem a intenção de relacionar a criação da Rota do Enxaimel, no Conjunto Rural de Testo Alto, à preservação do patrimônio histórico e ao turismo em Pomerode. De forma sucinta, são descritos aspectos importantes da imigração pomerana na região, da construção da colônia e de sua evolução. Em seguida, discute-se o desenvolvimento da atividade turística na cidade, que se estabeleceu como destino cultural no contexto da preservação de seu legado material e imaterial. Nesse sentido, o conjunto de edificações em técnica enxaimel existente no município tem importância turística fundamental. Finalmente, demonstra-se o papel do turismo como ferramenta para mudar o pensamento dos proprietários dos edifícios, que se transformam em agentes da preservação orgulhosos da cultura e da história de seu patrimônio.

Summary

This paper examines the creation of the Timber-Frame ("Enxaimel") Circuit in the Testo Alto Rural Complex against the backdrop of historical heritage and tourism in Pomerode. A brief description of key facets of local Pomeranian immigration and information on settlement and its evolution are given. Subsequently, we address the growth of tourism in Pomerode, since it became a cultural destination because of the conservation of its material and intangible legacies. In this sense, the set of buildings that display "enxaimel" building techniques is of key interest for local tourism. Lastly, the role of tourism as a tool to change the mindset of building owners, who become proud agents of the conservation of culture and of their heritage history, is demonstrated.

Sido Ramthun, produtor rural, Pomerode (SC), 2013.
Foto: Valdemir Cunha.

Abertura de estrada, Pomerode (SC), 1934.
Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Fundação Cultural de Blumenau.



Resumen

Este artículo tiene la intención de relacionar la creación de la Ruta del Entramado de Madera, en el Conjunto Rural de Testo Alto, con la preservación del patrimonio histórico y el turismo en Pomerode. Brevemente, se describen aspectos importantes de la inmigración pomerana en la zona, de la construcción de la colonia y de su evolución. A continuación, se discute el desarrollo de la actividad turística en la ciudad, que se ha establecido como un destino cultural en el contexto de la preservación de su legado material e inmaterial. En este sentido, el conjunto de edificaciones que usan la técnica del entramado de madera en el municipio tiene una importancia turística fundamental. Por último, se demuestra el papel del turismo como una herramienta para cambiar el pensamiento de los propietarios de los edificios, que se convierten en agentes de la preservación, orgullosos de la cultura y la historia de su patrimonio.



Contexto histórico

No pequeno município de Pomerode, os jardins floridos das casas, as pedras que revestem as ruas, os sulcos na terra arada para receber as sementes, as rugas no rosto do povo revelam a história e a memória dos emigrantes alemães que, em 1863, saíram da Pomerânia, região que hoje se divide entre o norte da Alemanha e a Polônia. Em sua trajetória, enfrentaram lutas diárias para vencer obstáculos, como o grande oceano, a Mata Atlântica densa, a ameaça representada pelos animais, o embate com os índios e a falta de ferramentas para facilitar o trabalho de construção de uma nova vida, em um novo mundo.

A cidade, assim, formou-se em torno da cultura trazida na bagagem dos imigrantes. Para estabelecerem-se no local de forma segura, mantiveram-se unidos, formando mutirões para construir a escola, a igreja e instituições recreativas. Essa interdependência gerou uma sociedade coesa, com fortes laços culturais, adaptados da cultura alemã, e pouco aberta a influências externas (Zimmer, 2002, p. 118).

Com o passar dos anos, Pomerode foi se desenvolvendo e, em 1959, emancipou-se como município, deixando de pertencer a Blumenau. Naquela época, pequenas propriedades rurais dedicadas à policultura de subsistência eram a base da economia. Aos poucos, parte da população residente em áreas rurais começou a trabalhar no meio urbano em indústrias e empresas, o que poupou a cidade do crescimento desordenado típico das regiões em franca industrialização. A pioneira foi a Indústria e Comércio Hermann Weege S.A., fundada em 1901, além de pequenos empreendimentos de laticínios, linguiçarias e serrarias. Em 1946, as atividades da Porcelana Schmidt S.A. tiveram início. Na década de 1970, foram instaladas na cidade a Indústria de Plásticos Pedrini e a Indústria de Máquinas Netzsch do Brasil.

Em 1983, a Prefeitura Municipal criou o Serviço de Cultura e Turismo de Pomerode, atendendo à política estadual de desenvolvimento turístico incentivada naquela década. Com a intenção de aumentar o fluxo de visitantes, realizou-se um levantamento das peculiaridades da localidade. Assim, foram identificados alguns elementos que comprovam a ascendência pomerana como origem comum da maioria da população:

> O uso acentuado do alemão no município, o protestantismo de origem luterana como religião predominante, o alto índice de alfabetização da população, a mão de obra qualificada, o grande número de construções enxaiméis, dezesseis sociedades de caça e tiro e o grande número de bandas musicais (Zimmer, 2002, p. 58).

A cultura alemã, que foi tão duramente reprimida no movimento nacionalista de Getúlio Vargas, passa a ser valorizada. Ocorre um grande empenho na recuperação das tradições culturais, silenciadas no processo de nacionalização. As manifestações culturais, as festas e as construções típicas são consideradas os maiores bens imateriais do município, responsáveis por colocar Pomerode em uma posição singular no contexto da maioria das cidades brasileiras.

Pomerode (SC).
Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Fundação Cultural de Blumenau.



Eventos como alicerce do turismo cultural

Desde a década de 1980, Pomerode transformou-se e consolidou-se como um destino de turismo cultural. Ao longo dos anos, a Secretaria de Turismo criou diversos eventos oficiais motivados pelo mesmo ideal: promover o resgate, a apresentação, a divulgação e, por consequência, a preservação das tradições dos antepassados alemães.

Nesse contexto, a Festa Pomerana surgiu em 1984 "para incrementar a atividade turística no município" e mostrar "o povo, a cultura e as tradições locais para o público visitante, reforçando sua identidade étnica" (Zimmer, 2002, p. 62). No evento, vários atrativos encantam os visitantes: desfiles, concursos culinários, competições, apresentações de danças folclóricas, grupos vocais, peças de teatro e encenações de antigas tradições, sempre acompanhados pelo som de bandinhas de música típica alemã (Knaesel, 2005).

Em 2009, também surgiu a Ostermarkt, que, depois do terceiro ano, passou a se chamar Osterfest. Nela são celebradas as tradições ligadas à Páscoa. Hoje, em sua décima primeira edição, o evento consolidou-se como o maior da cidade em número de visitantes.

O Festival Gastronômico de Pomerode, que ocorreu pela primeira vez em 2005, de igual modo, foi formatado com base no resgate da gastronomia local, com receitas antigas de família, e na promoção da cozinha

alemã contemporânea. Está na sua décima quinta edição.

Além dos eventos oficiais, há também alguns organizados pela iniciativa privada, que, da mesma forma, primam em apresentar os diversos aspectos da cultura local, como a gastronomia, a música, a dança folclórica. Nesse rol de eventos de alcance estadual e nacional, estão: Encontro Nacional de Carros Antigos, Pomerode Bierfest, Volksfriends (encontro de Fuscas), Encontro de Tornearia e Arte em Madeira e Weihnachtsfest (festa de Natal).

Técnica enxaimel

A técnica construtiva enxaimel, de origem medieval, é baseada em uma estrutura de peças de madeira unidas por encaixes talhados que formam tramos de espaçamento regular, costumeiramente evidenciada no exterior dos edifícios, em contraste com as vedações dos interstícios em tijolos. Sua estética típica é sinônimo da presença dos imigrantes alemães em solo brasileiro. Utiliza-se o enxaimel em substituição ao blocausse, em que toras de madeira são empilhadas horizontalmente; contudo, apesar de mais simples, esse método construtivo logo se provou inviável economicamente ao colono.

O esmero da técnica erudita do enxaimel é percebido na capacidade dos artesãos em produzir peças numeradas (numerais romanos, gravados na madeira) que se acomodam com precisão em um sistema autônomo e de montagem. Os telhados altos, com estrutura em caibros armados, abrem espaço para sótãos amplos – ora utilizados como quarto das crianças, ora como espaço para a secagem de grãos.

A planta baixa das edificações em enxaimel é bastante similar, composta por volumetria retangular que abriga a sala e os aposentos. O mais comum é, no entanto, que haja um quarto só – quartos múltiplos surgem nas edificações de porte maior e mais recentes. Em ambos os casos, os corredores são inexistentes e as portas abrem-se todas diretamente para a sala. Os alpendres são bastante comuns e muito provavelmente uma adaptação climática da técnica, visto que não aparecem nas construções mais antigas.

A cozinha raramente está inserida no mesmo volume, sendo tradicionalmente separada devido ao risco de incêndio ou acomodada como anexo à gaiola principal. Esse cômodo, inclusive, ajuda a caracterizar o desenho mais reconhecível dos telhados: a quebra de ângulo que se dá entre o alto telhado da casa e a extensão de menor inclinação das cozinhas, ou deflexão, que acentua a verticalidade do volume principal e lhe confere traço distinto em meio à paisagem rural. Contudo, o contexto do enxaimel em Santa Catarina é lotado de edificações excepcionais, cuja singularidade é a própria demonstração da versatilidade da técnica e da criatividade dos construtores.

No Brasil, o decorativismo na arquitetura enxaimel é relativamente restrito se comparado ao desenvolvimento da técnica na Europa, sendo difícil extrair dele menção a estilos específicos. Com certa frequência, são usados tijolos de diferentes tons para formar desenhos geometrizados nos tramos (cruzes, losangos, espinhas de peixe e muitos outros), bem como peças em cerâmica vazadas para o desenho dos guarda-corpos. Usam-se, eventualmente, elementos em madeira, como guarnições trabalhadas e lambrequins.

Moradores locais, Pomerode (SC).
Acervo: Iphan.

Mesmo assim, a composição do exterior é geralmente austera, ainda que sempre muito elegante e plenamente arquitetônica. Internamente, foi comum o uso de pinturas de máscara como elementos de ornamentação, especialmente em forma de barrados, sendo as pinturas artísticas raras no contexto da imigração em Santa Catarina.

A arquitetura enxaimel é ainda bastante sensível à influência de outros povos no Brasil, principalmente os italianos, dos quais provêm o uso de arcos plenos em alpendres e também a técnica da alvenaria autoportante, que acaba sendo utilizada por imigrantes de ambas as ascendências. Mais italiano ainda é o costume de deixar a cozinha como volume lateral (sendo este geralmente o volume original, que é procedido da construção da nova casa, maior e mais confortável), destacado do corpo da casa, geralmente unido a ela por pequenas coberturas.

Em Pomerode e arredores, ainda é possível perceber especificidades da técnica dos pomeranos, cujo costume de edificar gaiolas com dois travamentos horizontais, formando tramos quadrados, em oposição à proporção retangular gerada por um travamento único, é um elemento que induz o observador à história particular do povo que construiu a cidade. A distância entre Pomerode e os grandes centros do país contribuiu para que a arquitetura dos imigrantes se desenvolvesse mais livremente.

O fim do ciclo do enxaimel no Brasil se dá a partir do "progressivo predomínio da técnica de tijolos autoportantes, que pouco a pouco foi substituindo as construções enxaimel, até se tornar absoluta nas primeiras décadas do século XX" (Vieira Filho e Weissheimer, 2011, p. 150). Várias edificações foram rebocadas no mesmo período, seja para assemelharem-se aos novos costumes em voga, seja para silenciar seu acento germânico na época de perseguições da Era Vargas.

Entretanto, segundo a arquiteta Roseana Lunghard, que por vários anos trabalhou como Gerente da Divisão de Patrimônio Histórico da cidade, ainda se constrói em enxaimel no município, mesmo havendo grande custo devido ao uso da madeira. Porém, para ela, o real motivo pelo qual a técnica tem caído em desuso é que "no fundo elas não são mais viáveis economicamente" (Tronco, 2009, p. 48).

Conjunto enxaimel de Pomerode

Pomerode tem um dos maiores e mais qualificados patrimônios teuto-brasileiros do país, distribuído em todo o município, entre as áreas urbanas, rurais ou urbano-rurais. Sobrevivem cerca de 233 edificações em técnica enxaimel na região, sendo este o maior conjunto do estilo no país e, possivelmente, um dos maiores do mundo fora da Europa. Destas, 12 construções são tombadas individualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 13 são tombadas pela Fundação Catarinense de Cultura, e todas são protegidas pela legislação municipal.

A maioria expressiva dos imóveis tem função residencial. O caráter privado das propriedades é, provavelmente, um dos fatores que levaram à sobrevivência do grande número de casas. Nas mãos de gerações



de detentores em núcleos familiares bem delineados, é costume serem herança. As exceções são os edifícios de comércio e salões, mais portentosos, e os edifícios para uso educacional.

No centro da cidade, sua presença acontece pontualmente nos antigos caminhos que foram transformados em ruas, hoje concentrando a maior parte das atividades comerciais desenvolvidas no município. Não é incomum, entretanto, que o ritmo urbano seja subitamente interrompido pela paisagem dos vales e que nele se revelem, em uma clareira em meio à vegetação, uma casa enxaimel e seu jardim – oferecendo ao observador um retrato vivo da Pomerode de outros tempos.

É na área rural do município, entretanto, que ainda se mantêm as características pequenas propriedades que se estabelecem cortando perpendicularmente os vales dos rios, marcadas individualmente pelos telhados altos das residências de estilo enxaimel e seus ranchos. Mesclam-se às roças de cultivo, aos pastos e aos jardins. Estes últimos, inclusive, são objetos de grande esmero das *omas*, ou avós, que se orgulham de suas coleções de roseiras e outras plantas ornamentais dispostas de forma orgânica ao redor da casa.

O Conjunto Rural de Testo Alto, tombado pelo Iphan em 2007, é onde os exemplares de estilo enxaimel localizam-se em maior concentração. Cinquenta e duas edificações da técnica estão espalhadas pelo Vale do Rio do Testo,

Casa enxaimel, zona rural de Pomerode (SC), 2013.
Foto: Valdemir Cunha.





onde a política de preservação estabelecida pelo órgão materializa-se na arquitetura típica, que, fundida à natureza brasileira, dá origem a um dos mais distintos panoramas rurais da imigração em Santa Catarina. Tais edificações ainda dividem espaço com um número relevante de construções em alvenaria autoportante, mais recentes, mas que também favorecem a ambientação do bem tombado.

A sua relevância extrapola o âmbito nacional, tendo significativa expressividade nos laços entre o Brasil e a nação de origem dos imigrantes. A preservação de suas especificidades exalta a diversidade e a riqueza das manifestações culturais no país, sendo a valorização do processo de salvaguarda a garantia da perpetuação do admirável sentimento de pertencimento e do desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

A Rota do Enxaimel de Pomerode

Desde a década de 1930, percebe-se a presença de turistas em Pomerode, atraídos pela abertura do zoológico em 1932, o terceiro mais antigo do Brasil. No entanto, as práticas turísticas começaram a se organizar somente a partir da criação da Diretoria de Turismo no organograma da Prefeitura Municipal, em 1983. Foram implementadas políticas públicas para fomentar essa atividade econômica, que resultaram, por exemplo, na já citada Festa Pomerana. Para organizá-la, foi realizado um planejamento estratégico que apontasse as oportunidades com potencial turístico. Os aspectos relacionados à cultura local apresentaram-se como o maior tesouro a ser oferecido como produto aos visitantes.

Carpinteiros de casas em estilo enxaimel, Santa Catarina, 2013.
Foto: Valdemir Cunha.



A partir disso, foi feito um trabalho de conscientização da população, de valorização do patrimônio material e imaterial e de divulgação desses valores entre a comunidade. Na rede escolar, o tema foi discutido intensamente com os alunos, desde que a Lei nº 1.840/2005 (Pomerode, 2005) instituiu o programa de iniciação ao turismo nas escolas, cujo mote principal era promover a educação patrimonial e ambiental.



O turismo, como atividade econômica, não pode se basear apenas em eventos. Para que os empreendimentos sejam economicamente viáveis, há que se formatar também atrativos que garantam o fluxo de visitantes o ano inteiro. A Secretaria de Turismo, com o incentivo do Conselho Municipal de Turismo (Comtur) e em parceria com a Secretaria de Agricultura e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), elaborou um planejamento estratégico com o objetivo de criar atrativos para que o turista permanecesse por um período de tempo mais longo na cidade. Assim, foram criadas quatro rotas a serem promovidas no interior do município: enxaimel, agroturismo, museus e mirantes.

Nesse contexto, em maio de 2002, por decisão do Comtur, a Rota do Enxaimel foi a primeira a ser implantada. Em suas edificações tombadas que preservam "o método construtivo da estrutura que une esquadrias em madeira e tijolos à vista" (Riffel, 2008, p. 39), o turista pode fazer uma viagem na história e na memória, com a contemplação do estilo arquitetônico e da paisagem do entorno, além da visita a algumas casas. Seu principal atrativo é a presença de quantidade considerável de casas no modelo enxaimel em bom estado de conservação, bem como a beleza da paisagem do entorno.

Localizada no Conjunto Rural de Testo Alto, a rota é composta por duas ruas principais, a Testo Alto e a Progresso, que delimitam o trajeto de 16 quilômetros a ser percorrido. Entre elas, corre o Rio do Testo, assim chamado desde a época da ocupação da localidade, pois "conta a tradição que um dos primeiros colonos teria achado no rio um pote de cerâmica feito pelos indígenas e que estes silvícolas chamavam 'testo', daí a denominação 'Rio do Testo'" (Zimmer, 2002, p. 24).

Acesso a Testo Alto, com exemplares da arquitetura teuto-brasileira, Pomerode (SC).
Acervo: Iphan.

Foi necessário um trabalho de conscientização da comunidade, para estimular os moradores e proprietários das casas a participar do projeto. Nesse sentido, a Epagri e a Secretaria de Agricultura foram muito atuantes, orientando senhoras da comunidade a buscar renda extra através da fabricação de bolachas, doces, geleias artesanais e outros produtos. A secretaria, além disso, ficou responsável pela sinalização e pela criação de material de divulgação.

Algumas famílias participaram e passaram a comercializar produtos na rota. A comunidade, em sua maioria, porém, não aceitou bem a proposta. Sentia-se invadida e com sua liberdade cerceada. A área total do bairro Testo Alto, onde está localizada a rota, estava protegida por regulamentação especial do Plano Diretor Municipal[1] (Lei Complementar nº 162/2008). Moradores e pessoas que tinham a intenção de construir casas ou empreendimentos na região encontraram dificuldades, pois havia muitas restrições na lei. Houve problemas com a divisão de terras herdadas, com lotes maiores que proprietários queriam dividir entre os filhos. Obras que provocariam interferência visual negativa no espaço e na paisagem foram embargadas, e os arquitetos tiveram que adequar os projetos à legislação, provocando descontentamento, insatisfação e até revolta entre a população.

Apesar desses entraves, a iniciativa tem cumprido seu propósito. Muitas casas abrem suas portas para os visitantes. A principal delas é a Casa Siewert, construída em 1913, onde a família homônima vive há seis gerações. O casal proprietário, Rogério e Adriana, conduz os recém-chegados em uma interessante visita pela edificação e conta sobre a trajetória dos pomeranos que fundaram a cidade. Ao final da apresentação, é oferecida uma degustação de produtos caseiros, como o doce de melado e frutas elaborado artesanalmente, seguindo a receita tradicional dos imigrantes alemães. Já a Casa Wachholz transformou-se em uma agradável pousada. Construída em 1867, é a edificação enxaimel mais antiga de Pomerode e recebe os visitantes com a típica acolhida do interior, em um ambiente com móveis antigos da família.

Outra atração da rota é o Circuito Vale Europeu[2], o primeiro de cicloturismo do Brasil, criado há mais de dez anos. Planejado e organizado especialmente para ser percorrido de bicicleta, é o principal destino dos cicloturistas brasileiros. Seu itinerário inclui a Rota do Enxaimel e outros atrativos turísticos da região, como cachoeiras e exemplares de arquitetura colonial, passando por estradas de terra tranquilas.

No momento, a administração de Pomerode é o principal parceiro na implementação de políticas patrimoniais na região. A cidade encaminha-se para consolidar a cultura como seu principal produto de desenvolvimento econômico e social, por ser um forte destino de turismo do estado de Santa Catarina.

1. O Plano Diretor Municipal é o instrumento orientador básico e estratégico da política de desenvolvimento e expansão do município, determinante para os agentes públicos e privados que atuam no território. Seu principal objetivo é ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade rural e urbana.

2. Mais informações sobre o circuito podem ser encontradas na página oficial: http://cicloturismo.circuitovaleeuropeu.com.br/.

Nos dias atuais, com o crescimento do fluxo de turistas em Pomerode e na região da Rota do Enxaimel, mesmo aqueles moradores mais resistentes à sua implantação perceberam que o regramento previsto no Plano Diretor Municipal e as intervenções realizadas pelo Iphan fizeram com que o patrimônio local se transformasse em uma excelente oportunidade de negócios. Por um lado, as edificações históricas de estilo enxaimel tornaram-se fonte de renda para a comunidade, dando lugar a empreendimentos comerciais como lojas ou pousadas.
Por outro, através do turismo, cria-se a consciência do patrimônio, o que contribui para a sua preservação e sustentabilidade.

Referências

KNAESEL, Gladys Dinah Sievert. *Perfil da Festa Pomerana*: Pomerode, SC. 2005. 93 f. Monografia (Especialização) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

POMERODE. Lei Complementar nº 162, de 12 de dezembro de 2008. Institui o código urbanístico, que define princípios, políticas, estratégias e instrumentos para o desenvolvimento municipal e para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade no Município de Pomerode, também denominado Plano Diretor, bem como estabelece as normas de parcelamento, uso e ocupação do solo, o sistema viário e providências complementares. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-pomerode-sc. Acesso em: 8 jul. 2019.

POMERODE. Lei Ordinária nº 1.840, de 7 de outubro de 2005. Cria o Programa de Iniciação Turística Escolar e dá outras providências. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sc/p/pomerode/lei-ordinaria/2005/184/1840/lei-ordinaria-n-1840-2005-cria-o-programa-de-iniciacao-turistica-escolar-e-da-outras-providencias?q=1840. Acesso em: 24 jul. 2019.

RIFFEL, Bettina. *Oásis Erinnerungen*: lembranças do Oásis. Blumenau: Nova Letra, 2008.

TRONCO, Selma. *Rota do Enxaimel*: uma trilha de histórias em Pomerode. Pomerode: Edição do Autor, 2009.

VIEIRA FILHO, Dalmo; WEISSHEIMER, Maria Regina. *Roteiros Nacionais de Imigração*: Santa Catarina. Florianópolis: Iphan, 2011. v. 1.

ZIMMER, Roseli. *Pomerode*: manifestações de germanidade em uma festa brasileira. Santa Maria: Pallotti, 2002.



Casa Siewert, Pomerode (SC).
Acervo: Iphan.





Colonos, Irati (PR).
Foto: Augusto Weiss.
Acervo: Instituto Moreira Salles.

Notas biográficas

ADONAI AIRES DE ARRUDA FILHO
Diretor do Núcleo de Turismo da holding Higi Serv, um dos maiores grupos empresariais do Paraná. Foi presidente do Curitiba e Região e Convention & Visitors Bureau (CCVB) e é presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos e Culturais (ABOTTC). Já recebeu as seguintes honrarias: Profissional do Ano no Prêmio Panorama do Turismo; Personalidade do Turismo do Estado do Paraná; e Guerreiro do Comércio pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) do Paraná.

ANA MARIA COSTA BEBER
Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestra em Turismo e graduada em Turismo e Hotelaria pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Faz estágio pós-doutoral com pesquisa sobre gastronomia no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da UCS.

ANDRÉ LUÍS SOUTO SOUZA
Mestre em Economia do Setor Público pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Conjuntura Econômica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Orçamento Público pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Bacharel em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É gerente do Departamento de Gestão Pública de Municípios e Inclusão Produtiva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Trabalhou como analista nas Secretarias de Orçamento Federal (SOF) e do Tesouro Nacional (STN).

BEATRIZ ARAUJO
Secretária de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul. Foi assessora da Presidência na Fundação de Cultura, Lazer e Turismo de Pelotas e atuou na direção do Theatro Sete de Abril. Coordenou projetos culturais de diversos segmentos, com predominância em memória e patrimônio. Foi secretária de Cultura de Pelotas, tendo criado o Conselho Municipal de Cultura, o Sistema Municipal de Museus e o Dia do Patrimônio, oficializado posteriormente em todo o Rio Grande do Sul.

BETINA ADAMS
Arquiteta e urbanista, mestra em Geografia. É coordenadora do Comitê de Povoações Históricas e do Núcleo Estadual de Santa Catarina e atua no Instituto Histórico e Geográfico e na Associação Catarinense de Conservação e Restauro. Trabalhou por 39 anos no Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Florianópolis. É consultora e membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), tendo participado da direção nacional do Icomos-BR, e vice-presidente do Comitê de Paisagens Culturais.

CHRISTIANA DE SALDANHA DA GAMA DE MOURA
Pós-graduada em Marketing pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ). Especialista em Políticas Públicas pelo Instituto de Economia da mesma universidade. Graduada em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). É gerente de Patrocínios da Vale. Coordenou os programas sociais da Fundação Vale. Foi assessora técnica e oficial de projetos no escritório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Rio de Janeiro.

CLÁUDIA SOUSA LEITÃO
Doutora em Sociologia pela Sorbonne (França) e mestra em Sociologia Jurídica pela Universidade de São Paulo (USP). É consultora, professora e pesquisadora do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará (Uece). É, ainda, sócia do Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, diretora do Observatório de Fortaleza, no Instituto de Planejamento da Prefeitura de Fortaleza (Iplanfor), e presidente da Câmara Setorial de Economia Criativa na Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece).

EDSON HUMBERTO NÉSPOLO
Graduado em Geografia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). É presidente da Gramadotur, empresa pública responsável pelos grandes eventos realizados na cidade. Foi vereador de Caxias do Sul. Esteve à frente da Secretaria Municipal da Educação e Cultura do município, do Gabinete do governo municipal e da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana. Foi, ainda, presidente da Festa Nacional da Uva.

EDUARDO BIZZO DE PINHO BORGES
Mestre em Administração Pública pela Fundação Getulio Vargas. Bacharel em Economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Especialista em Gestão Ambiental. É gerente do Departamento de Educação e Cultura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

GLADYS DINAH SIEVERT
Especialista em Turismo e Lazer pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação e pela Universidade Regional de Blumenau (INPG/Furb). É vice-prefeita e secretária de Turismo e Cultura de Pomerode. Foi secretária de Turismo, vice-prefeita do município e atuou como diretora da antiga Secretaria de Desenvolvimento Regional.

IVANE MARIA REMUS FÁVERO
Mestra em Turismo e especialista em Gerenciamento do Desenvolvimento Turístico pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) e especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). MBA em Planejamento e Marketing do Turismo pela Universidade George Washington (EUA). É presidente da Associação Internacional de Enoturismo (Aenotur). Foi secretária de Turismo de Bento Gonçalves e de Turismo e Cultura de Garibaldi, bem como gestora de Turismo do Sebrae Serra Gaúcha e consultora do Sebrae Brasil.

JAKELINE ZAMPIERI
Pós-graduada em Gestão em Finanças e Controladoria, em Gestão de Empresas Públicas e em Gestão Pública Municipal. Graduada em Ciências Econômicas e em Administração Pública pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É economista em uma empresa pública federal e autora do livro Santa Felicidade, mais que um bairro, publicado em 2016 pelas Novas Edições Acadêmicas (NEA).

JOB RODRIGUES TEIXEIRA JUNIOR
Bacharel, mestre e doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ex-professor de Microeconomia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É membro do Conselho Nacional do Turismo. Trabalhou no Departamento de Cultura e atualmente é gerente de Estudos Setoriais do Departamento de Bens de Consumo, Comércio e Serviços do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA

Mestre em Desenvolvimento, especialista em Administração e engenheiro. Foi professor universitário, representante brasileiro na Reunião Especializada em Turismo do Mercado Comum do Sul (Mercosul) (RET-Mercosul), diretor de Desenvolvimento da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul (Setur-RS), um dos fundadores do Ministério do Turismo e vice-prefeito de São Miguel das Missões. É palestrante, escritor e pesquisador sobre a área de desenvolvimento, com artigos apresentados em diversos eventos e publicados em revistas científicas nacionais e internacionais.

LUCIANA LIMA GUILHERME

Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestra em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) e graduada em Administração pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professora de graduação e pós-graduação da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Rio) e pesquisadora associada do Laboratório Economia Criativa, Desenvolvimento e Território (LEC/ESPM). Atua também como consultora em políticas públicas de cultura e economia criativa.

LUCIANE GORGULHO

Mestra e bacharela em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com MBA Executivo pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ). Em 1992, ingressou no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde é chefe do Departamento de Educação e Cultura. No âmbito do patrimônio cultural, o departamento busca a valorização da economia da cultura para o desenvolvimento econômico do país, estimulando iniciativas estruturantes no setor.

MARCELO BRITO

Arquiteto e urbanista. É diretor do Departamento de Cooperação e Fomento (Decof) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Coordena, tendo como ponto focal os sítios culturais brasileiros junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), as atividades relacionadas à aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, em especial nos processos de reconhecimento e gestão dos bens culturais inscritos na lista do Patrimônio Mundial.

MÁRCIA SANT'ANNA

Mestra e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB). É professora da Faculdade de Arquitetura e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. É, ainda, professora colaboradora do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), onde foi servidora, tendo sido coordenadora regional e diretora do antigo Departamento de Proteção e do Departamento do Patrimônio Imaterial.

MARGARETH DE CASTRO AFECHE PIMENTA

Pós-doutora pela Universidade de La Rochelle (França). Doutora em Geografia pela Universidade de Paris IV-Sorbonne (França). Mestra em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe-UFRJ). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. É professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenou a edição de três livros e publicou diversos artigos sobre planos diretores, paisagens históricas, paisagens culturais, patrimônio, desenvolvimento urbano e regional.

Banco zoomorfo (anta) das Missões. Madeira, 34 x 80 cm, século XVII.
Acervo: Museu Julio de Castilhos.

MARGARITA BARRETTO

Pós-doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Educação pela Universidade de Campinas (Unicamp). Graduada e especialista em Museologia e graduada em Turismo. É professora voluntária aposentada na UFSC e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É também docente convidada no Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural da Faculdade de Arquitetura, Desenho e Urbanismo da Universidade de Buenos Aires (Argentina).

MARIA ARAUJO PARREIRAS

Mestra em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Finanças pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ). Bacharela em Economia pela UFRJ. É economista do Departamento de Educação e Cultura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Foi assessora da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro e trabalhou em diferentes áreas do BNDES.

PAULA SCHILD MASCARENHAS

Doutora e mestra em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professora adjunta da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Foi presidente do Instituto João Simões Lopes Neto. Foi, ainda, coordenadora da Bancada do Partido Popular Socialista (PPS) na Assembleia Legislativa e chefe de Gabinete do Prefeito de Pelotas. Em 2012, elegeu-se vice-prefeita e, em 2016, prefeita do município, sendo a primeira mulher na história a ocupar esses cargos políticos

RENATA BUARQUE GOULART COUTINHO

Doutora, mestra e bacharela em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Especialista em Comércio Exterior pelo Institute of Export (Inglaterra). Graduada em Artes e Design pela School of Arts and Design (Inglaterra). É administradora do Departamento de Bens de Consumo, Comércio e Serviços Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde foi também membro da Comissão de Ética e executiva em diferentes áreas.

SUSANA GASTAL

Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e mestra em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (PPGTURH/UCS). Foi diretora científica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (Anptur), que, em 2013, a elegeu como Destaque em Pesquisa.



Executive biographies

ADONAI AIRES DE ARRUDA FILHO

A. Arruda is head of the Tourism Unit at Higi Serv holding, one of the largest business groups in Paraná. Former president of the Curitiba and Regional Council and Convention & Visitors Bureau (CCVB) and currently president of the Brazilian Association of Tourist and Cultural Train Operators (ABOTTC). The State of Paraná and Trade Warrior by the Paraná Federation of Goods, Services and Tourism Trade (Fecomércio) have awarded Mr. Arruda Filho the following honors: Expert of the Year at the Panorama Tourism Awards and Tourism Specialist.

ANA MARIA COSTA BEBER

M. Beber holds a PhD in Rural Development from the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and a MSc and BA in Tourism and Hospitality from the University of Caxias do Sul (UCS). She is currently pursuing a post-doctoral internship on gastronomy at the Tourism and Hospitality Graduate Program at UCS (PPGTURH/UCS).

ANDRÉ LUÍS SOUTO SOUZA

Mr. Souza holds a Masters in Public Sector Economics from the Federal University of Ceará (UFC) and post-graduate degrees in Economic Scenarios from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and in Public Budget Administration from the National School of Public Administration (Enap). He has a Bachelor's degree in Economics from Federal Fluminense University (UFF). Mr. Souza is head of the Municipality Public Management and Productive Inclusion Department at the National Bank for Economic and Social Development (BNDES). He worked as an analyst at the Federal Budget Offices (SOF) and at the National Treasury (STN).

BEATRIZ ARAUJO

Current Culture Secretary of State for Rio Grande do Sul. Former advisor to the Chair of the Pelotas Foundation for Culture, Recreation and Tourism and director of the Theatro Sete de Abril Theater. M. Araujo coordinated cultural projects in a number of fields, mostly involving memory and heritage. As the former Pelotas Secretary of Culture, she created the Municipal Culture Board, the Municipal Museum System and the Heritage Day, which later became official in the entire state of Rio Grande do Sul.

BETINA ADAMS

B. Adams is an architect and urban planner with an MSc in Geography. Coordinator of the Historical Settlements Board and of the Santa Catarina State Center. Member of the Historical and Geographic Institute and of the Santa Catarina Association for Conservation and Restoration. She worked 39 years at the Florianópolis Municipal Urban Planning Institute. M. Adams is a consultant and member of the International Council of Monuments and Sites (Icomos), and formerly the Icomos-BR national director and vice-president of the Cultural Landscapes Committee.

CHRISTIANA DE SALDANHA DA GAMA DE MOURA

C. Moura holds a Post-graduate degree in Marketing from the Institute of Graduate Studies and Research in Administration of the Federal University of Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ). She has a Specialization degree in Public Policy from the UFRJ Institute of Economics and a BA in Civil Engineering from Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-RJ). She is the Sponsorship Manager at Vale and formerly coordinated the social programs of the Vale Foundation. She was a technical advisor and project officer at the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) office in Rio de Janeiro.

CLÁUDIA SOUSA LEITÃO

C. Leitão holds a PhD in Sociology from the Sorbonne (France) and a Masters in Legal Sociology from the University of São Paulo (USP). She is a consultant, professor and researcher for the Associate Master›s Degree in Tourism Business Management at the State University of Ceará (Uece). She is also a member of the Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, director of the Fortaleza Observatory at the Fortaleza City Hall Planning Institute (Iplanfor), and president of the Sectorial Chamber of Creative Economy at the Ceará State Development Agency (Adece).

EDSON HUMBERTO NÉSPOLO

E. Néspolo holds a BA in Geography from the University of Caxias do Sul (UCS). He is president of Gramadotur, a state-owned company charged with holding major events in Caxias do Sul. Previously, he served as a city council member for Caxias do Sul. He was head of the local Municipal Education and Culture Office, the City Cabinet and the Urban Planning and Traffic, Transportation and Urban Mobility Municipal Office. He also presided the National Grape Festival.

EDUARDO BIZZO DE PINHO BORGES

Mr. Borges holds a Master's degree in Public Administration from Getúlio Vargas Foundation and a Bachelor's degree in Economics from Rio de Janeiro State University (UERJ). He specializes in Environmental Management. Currently he is the manager of the Department of Education and Culture of the National Bank for Economic and Social Development (BNDES).

GLADYS DINAH SIEVERT

G.Sievert holds a Specialist degree in Tourism and Recreation from the National Postgraduate Institute and from Blumenau Regional University (INPG / Furb).She is vice-mayor and Secretary of Tourism and Culture of Pomerode. Previously she served as Secretary of Tourism, Deputy Mayor and director of the former Secretary of Regional Development.

IVANE MARIA REMUS FÁVERO

I. Favero has a Master's Degree in Tourism and a specialization degree in Tourism Development Management from the University of Caxias do Sul (UCS). She also holds a Specialization Degree in Municipal Public Management from the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and a MBA in Tourism Planning and Marketing from George Washington University (USA). She is Chairperson of the International Association of Wine Tourism (Aenotur). Formerly served as Bento Gonçalves' Secretary of Tourism and as Garibaldi's Secretary of Tourism and Culture, besides Tourism Manager at Sebrae Serra Gaúcha and consultant at Sebrae Brazil.

JAKELINE ZAMPIERI

J. Zampieri holds post-graduate degrees in Finance, Comptrollership Management, Public Management and in Municipal Public Management. She also holds a BA in Economics and Public Administration from the Federal University of Paraná (UFPR). M. Zampieri is an economist at a federal public company and has written a book called Santa Felicidade, mais que um bairro (Santa Felicidade, more than a neighborhood) that was published in 2016 by Novas Edições Acadêmicas (NEA).

JOB RODRIGUES TEIXEIRA JUNIOR

M. Teixeira Junior earned his bachelor's, masters and doctoral degrees in Economics from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). Former professor of Microeconomics at the Multidisciplinary Institute of the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ). Currently a member of the National Tourism Council. He worked in the Department of Culture and today manages Sectoral Studies in the Department of Consumer Goods, Trade and Services of the National Bank for Economic and Social Development (BNDES).

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA

J. Oliveira holds an MSc in Development, a specialization degree in Administration and a BA in Engineering. He was a university professor and formerly the Brazilian representative at the Southern Common Market (Mercosur) Specialized Meeting on Tourism (RET-Mercosul), Currently the Director of Development at the Tourism Office of the State of Rio Grande do Sul (Setur-RS), he is one of the founders of the Ministry of Tourism and Deputy Mayor of São Miguel das Missões. He is a lecturer, writer and researcher on the matter of development, having presented papers at various events. He is a published author in national and international scientific journals.

LUCIANA LIMA GUILHERME

L. Guilherme holds a PhD in Public Policy, Strategies and Development from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), a Masters in Administration from the State University of Ceará (Uece) and a BA in Administration from the Federal University of Ceará (UFC). She is a professor of undergraduate and graduate studies at the School of Marketing and Communications (ESPM-Rio) and an associate researcher at the Creative Economy, Development and Territory Laboratory (LEC/ESPM). She is also a consultant on public policies for culture and creative economy.

LUCIANE GORGULHO

M. Gorgulho holds Masters and Bachelor degrees in Economics from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and an Executive MBA from the Institute of Graduate Studies and Research in Administration of the Federal University of Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ). She began her career at the National Bank for Economic and Social Development (BNDES) in 1992 where she is currently head of the Education and Culture Department. With regard to cultural heritage, this Department has sought to ensure the growth of culture-related economy as a means of promoting Brazil's economic development by fostering sector-structuring initiatives.

Lenço da Revolução Farroupilha, doação de Vera Stedile Zattera, século XIX. Acervo: Museu Julio de Castilhos.

MARCELO BRITO

M. Brito is an architect and urban planner. He is head of the Cooperation and Development Department (Decof) at the National Historical and Artistic Heritage Institute (Iphan), where he coordinates World Heritage Convention projects, notably concerning the identification and management of cultural patrimony on the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) World Heritage list, focusing on Brazilian cultural sites.

MÁRCIA SANT'ANNA

M. Sant'Anna holds an MSc and a PhD in Architecture and Urbanism from the Federal University of Bahia (UFBA and a BA in Architecture and Urbanism from the University of Brasília (UnB). She is a professor at the Faculty of Architecture and a tenured professor at the UFBA Architecture and Urbanism Graduate Program. She is also an invited professor at the Associate Master's Degree in Heritage Conservation at the Institute of National Historical and Artistic Heritage (Iphan), where she was the regional coordinator and director of the former Conservation Department and of the Intangible Heritage Department.

MARGARETH DE CASTRO AFFECHE PIMENTA

M. Pimenta holds a post-doctoral degree from the University of La Rochelle (France), a PhD in Geography from the University of Paris IV-Sorbonne (France) and a Master's Degree in Urban and Regional Planning from the Alberto Luiz Coimbra Institute of Post-Graduation and Engineering Research (Coppe-UFRJ). She earned a Bachelor's degree in Architecture and Urbanism from the University of São Paulo. M. Pimenta is a full professor at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). She coordinated the publication of three books and published several articles on master plans, historical landscapes, cultural landscapes, heritage, and urban/regional development.

MARGARITA BARRETTO

M. Barretto pursues a post-doctoral fellowship in Social Anthropology at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). She holds a PhD in Education from the University of Campinas (Unicamp). She is also a Museology and Tourism Graduate and Specialist. M. Barretto is a retired volunteer professor at UFSC and a researcher at the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). She is an invited lecturer at the Master's Degree in Cultural Heritage Management of the School of Architecture, Design and Urbanism of the University of Buenos Aires (Argentina).

MARIA ARAUJO PARREIRAS

M. Parreiras has a Master's degree in Economics from the University of São Paulo (USP). She is a Finance Specialist at the Institute of Graduate Studies and Research in Administration of the Federal University of Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ), with a B.A. in Economics from UFRJ. She is an economist at the Education and Culture Department of the National Bank for Economic and Social Development (BNDES). Former advisor to the Rio de Janeiro State Department of Finance, she has worked at several BNDES departments.

PAULA SCHILD MASCARENHAS

P. Mascarenhas earned Doctor and Master of Arts degrees at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). She is an associate professor at the Federal University of Pelotas (UFPel). Formerly president of the João Simões Lopes Neto Institute, coordinator of the Socialist People's Party representatives at the Legislative Assembly and Chief of Staff of the Mayor of Pelotas. In 2012, she was elected vice-mayor and, in 2016, mayor of the municipality, becoming the first woman in history to hold these political offices.

RENATA BUARQUE GOULART COUTINHO

R. Coutinho holds a Ph.D., an M.Sc. and a B.A. in Business Administration from Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio). She has a specialization degree in Foreign Trade from the Institute of Export (England) and a B.A. in Arts and Design from the School of Arts and Design (England). She is the head administrator at the Department of Consumer Goods, Commerce and Services - National Bank for Economic and Social Development (BNDES), where she was also a member of the Ethics Committee and an executive officer in several different areas.

SUSANA GASTAL

M. Gastal has a PhD in Communication from the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS) and an MSc in Visual Arts from the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). She is a professor and researcher at the Tourism and Hospitality Graduate Program at the University of Caxias do Sul (PPGTURH/UCS). Formerly Science Director of the National Association of Research and Graduate Studies in Tourism (Anptur), which, in 2013, elected her Outstanding Researcher.



Notas biográficas

ADONAI AIRES DE ARRUDA FILHO

Director del Centro de Turismo de la holding Higi Serv, uno de los mayores grupos empresariales de Paraná. Fue presidente de Curitiba e Região e Convention & Visitors Bureau (CCVB) y es presidente de la Asociación Brasileña de las Operadores de Trenes Turísticos y Culturales (ABOTTC). Ha recibido los siguientes honores: Profesional del año en el Premio Panorama del Turismo; Personalidad Turística del Estado de Paraná; y Guerrero del Comercio por la Federación del Comercio de Bienes, Servicios y Turismo (Fecomércio) de Paraná.

ANA MARIA COSTA BEBER

Doctora en Desarrollo Rural por la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS), Máster en Turismo y licenciada en Turismo y Hotelería por la Universidad de Caxias do Sul (UCS). Hace una pasantía posdoctoral con investigación en gastronomía en el Programa de Posgrado en Turismo y Hospitalidad de la UCS (PPGTURH/UCS).

ANDRÉ LUÍS SOUTO SOUZA

Máster en Economía del Sector Público por la Universidad Federal de Ceará (UFC). Especialista en Coyuntura Económica por la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ) y en Presupuesto público por la Escuela Nacional de Administración Pública (Enap). Licenciado en Economía por la Universidad Federal Fluminense (UFF). Es gerente del Departamento de Gestión Pública de Municipios e Inclusión Productiva del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES). Trabajó como analista en las Secretarías de Presupuesto Federal (SOF) y del Tesoro Nacional (STN).

BEATRIZ ARAUJO

Secretaria de Estado de Cultura de Rio Grande do Sul. Fue asesora de la Presidencia en la Fundación de Cultura, Ocio y Turismo de Pelotas y actuó como directora del Theatro Sete de Abril. Coordinó proyectos culturales de diversos sectores, con predominio en memoria y patrimonio. Fue Secretaria de Cultura de Pelotas, donde creó el Consejo Municipal de Cultura, el Sistema Municipal de Museos y el Día del Patrimonio, que luego se oficializó en todo el estado de Rio Grande do Sul.

BETINA ADAMS

Arquitecta y urbanista, Máster en Geografía. Es coordinadora del Comité de Poblaciones Históricas y del Núcleo Estadual de Santa Catarina y trabaja en el Instituto Histórico y Geográfico y la Asociación Catarinense de Conservación y Restauración. Trabajó durante 39 años en el Instituto Municipal de Planificación Urbana de Florianópolis. Es consultora y miembro del Consejo Internacional de Monumentos y Sitios (Icomos), habiendo participado en la dirección nacional de Icomos-BR y como vicepresidenta del Comité de Paisajes Culturales.

CHRISTIANA DE SALDANHA DA GAMA DE MOURA

Posgraduada en Marketing por el Instituto de Estudios de Posgrado e Investigación en Administración de la Universidad Federal de Río de Janeiro (Coppead/UFRJ). Especialista en Políticas Públicas por el Instituto de Economía de la UFRJ. Licenciada en Ingeniería Civil por la Pontificia Universidad Católica de Río de Janeiro (PUC-RJ). Es gerente de Patrocinios de la compañía Vale. Coordinó los programas sociales de la Fundación Vale. Fue asesora técnica y oficial de proyectos en la oficina de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) en Río de Janeiro.

CLÁUDIA SOUSA LEITÃO

Doctora en Sociología por la Sorbonne (Francia) y Máster en Sociología Jurídica por la Universidad de São Paulo (USP). Es consultora, profesora e investigadora del Máster Profesional en Gestión de Negocios Turísticos de la Universidad Estadual de Ceará (Uece). También es socia del Centro Celso Furtado de Políticas de Desarrollo, directora del Observatorio de Fortaleza en el Instituto de Planificación de la Ciudad de Fortaleza (Iplanfor) y presidenta de la Cámara Sectorial de Economía Creativa de la Agencia de Desarrollo del Estado de Ceará (Adece).

EDSON HUMBERTO NÉSPOLO

Licenciado en Geografía por la Universidad de Caxias do Sul (UCS). Es presidente de Gramadotur, una empresa pública que se encarga de los principales eventos celebrados en la ciudad. Fue concejal de Caxias do Sul. Estuvo a cargo de la Secretaría Municipal de Educación y Cultura del municipio, del Gabinete del Gobierno Municipal y de la Secretaría Municipal de Planificación Urbana y de Tráfico, Transporte y Movilidad Urbana. También fue presidente del Festival Nacional de la Uva.

EDUARDO BIZZO DE PINHO BORGES

Máster en Administración Pública por la Fundación Getulio Vargas. Licenciado en Economía por la Universidad del Estado de Río de Janeiro (UERJ). Especialista en Gestión Ambiental. Es gerente del Departamento de Educación y Cultura del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES).

GLADYS DINAH SIEVERT

Especialista en Turismo y Ocio por el Instituto Nacional de Posgrado y por la Universidad Regional de Blumenau (INPG/Furb). Es vicealcaldesa y secretaria de Turismo y Cultura de Pomerode. Fue secretaria de Turismo, vicealcaldesa del municipio y se desempeñó como directora de la antigua Secretaría de Desarrollo Regional.

IVANE MARIA REMUS FÁVERO

Máster en Turismo y especialista en Gestión del Desarrollo Turístico por la Universidad de Caxias do Sul (UCS) y especialista en Gestión Pública Municipal por la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). MBA en Planificación y Marketing del Turismo por la Universidad George Washington (EE. UU.). Es presidenta de la Asociación Internacional de Enoturismo (Aenotur). Fue Secretaria de Turismo de Bento Gonçalves y de Turismo y Cultura de Garibaldi, además de gestora de Turismo del Sebrae Serra Gaúcha y consultora del Sebrae Brasil.

JAKELINE ZAMPIERI

Posgraduada en Gestión en Finanzas y Control, en Gestión de Empresas Públicas y en Gestión Pública Municipal. Licenciada en Ciencias Económicas y Administración Pública por la Universidad Federal de Paraná (UFPR). Es economista en una empresa pública federal y autora del libro Santa Felicidade, mais que un bairro, publicado en 2016 por Novas Edições Acadêmicas (NEA).

JOB RODRIGUES TEIXEIRA JUNIOR

Licenciado, Máster y Doctor en Economía por la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ). Ex Profesor de Microeconomía del Instituto Multidisciplinario de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro (UFRRJ). Es miembro del Consejo Nacional de Turismo. Trabajó en el Departamento de Cultura y actualmente es gerente de Estudios Sectoriales del Departamento de Bienes de Consumo, Comercio y Servicios del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES).

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA

Máster en Desarrollo, especialista en Administración e ingeniero. Fue profesor universitario, representante brasileño en la Reunión Especializada de Turismo del Mercado Común del Sur (Mercosur) (RET-Mercosur), Director de Desarrollo de la Secretaría de Turismo del Estado de Rio Grande do Sul (Setur-RS), uno de los fundadores del Ministerio de Turismo y Vicealcalde de São Miguel das Missões. Es conferenciante, escritor e investigador en el campo del desarrollo, con artículos presentados en diversos eventos y publicados en revistas científicas nacionales e internacionales.

LUCIANA LIMA GUILHERME

Doctora en Políticas Públicas, Estrategias y Desarrollo por la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ), Máster en Administración de Empresas por la Universidad Estadual de Ceará (Uece) y licenciada en Administración de Empresas por la Universidad Federal de Ceará (UFC). Es profesora de grado y posgrado de la Escuela Superior de Propaganda y Marketing (ESPM-Rio) e investigadora asociada del Laboratorio de Economía Creativa, Desarrollo y Territorio (LEC/ESPM). También actúa como consultora en políticas públicas de cultura y economía creativa.

LUCIANE GORGULHO

Máster y licenciada en Economía por la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ), con MBA Ejecutivo del Instituto de Posgrado e Investigación en Administración de la Universidad Federal de Río de Janeiro (Coppead/UFRJ). En 1992 ingresó al Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES), donde es jefa del Departamento de Educación y Cultura. En el ámbito del patrimonio cultural, el departamento busca la valorización de la economía de la cultura para el desarrollo económico del país, estimulando iniciativas de estructuración en el sector.

MARCELO BRITO

Arquitecto y urbanista. Es director del Departamento de Cooperación y Fomento (Decof) del Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (Iphan). Coordina, teniendo como punto central los sitios culturales brasileños, junto a la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), las actividades relacionadas con la aplicación de la Convención del Patrimonio Mundial, especialmente en los procesos de reconocimiento y gestión de los bienes culturales inscritos en la lista del Patrimonio Mundial.

MÁRCIA SANT'ANNA

Máster y Doctora en Arquitectura y Urbanismo por la Universidad Federal de Bahía (UFBA). Licenciada en Arquitectura y Urbanismo por la Universidad de Brasília (UnB). Es profesora de la Facultad de Arquitectura y profesora permanente del Programa de Posgrado en Arquitectura y Urbanismo de la UFBA. Asimismo, es profesora colaboradora del Máster Profesional en Preservación del Patrimonio del Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (Iphan), donde, como funcionaria, se desempeñó como coordinadora regional y directora del antiguo Departamento de Protección y del Departamento del Patrimonio Inmaterial.

MARGARETH DE CASTRO AFECHE PIMENTA

Posdoctora por la Universidad de La Rochelle (Francia). Doctora en Geografía por la Universidad de París IV-Sorbonne (Francia). Máster en Planificación Urbana y Regional por el Instituto Alberto Luiz Coimbra de Posgrado e Investigación en Ingeniería (Coppe-UFRJ). Licenciada en Arquitectura y Urbanismo por la Universidad de São Paulo. Es profesora titular en la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordinó la publicación de tres libros y publicó varios artículos sobre planes urbanísticos, paisajes históricos, paisajes culturales, patrimonio, desarrollo urbano y regional.

Litografía de rótulo antigo de barrica da erva-mate Elysito, 40 cm de diâmetro. As importadoras exigiam que a peça remetesse à região onde a barrica foi produzida, o que explica a existência de rótulos feitos no Paraná, mas escritos em espanhol.
Acervo: Museu Paranaense.

MARGARITA BARRETTO

Posdoctora en Antropología Social por la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC). Doctora en Educación por la Universidad de Campinas (Unicamp). Licenciada y especialista en Museología y licenciada en Turismo. Es profesora voluntaria jubilada en la UFSC e investigadora en el Consejo Nacional para el Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq). También es profesora invitada en el Máster en Gestión del Patrimonio Cultural de la Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo de la Universidad de Buenos Aires (Argentina).

MARIA ARAUJO PARREIRAS

Máster en Economía por la Universidad de São Paulo (USP). Especialista en Finanzas por el Instituto de Estudios de Posgrado e Investigación en Administración de la Universidad Federal de Río de Janeiro (Coppead/UFRJ). Licenciada en Economía por la UFRJ. Es economista del Departamento de Educación y Cultura del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES). Fue asesora de la Secretaría de Finanzas del Estado de Río de Janeiro y trabajó en distintas áreas del BNDES.

PAULA SCHILD MASCARENHAS

Doctora y Máster en Letras por la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). Es profesora adjunta de la Universidad Federal de Pelotas (UFPel). Fue presidente del Instituto João Simões Lopes Neto. Asimismo, fue coordinadora de la Bancada del Partido Popular Socialista (PPS) en la Asamblea Legislativa y Jefa de Gabinete del Alcalde de Pelotas. En 2012 fue elegida Vicealcaldesa y en 2016 Alcaldesa del municipio, siendo la primera mujer en la historia en ocupar estos cargos políticos.

RENATA BUARQUE GOULART COUTINHO

Doctora, Máster y Licenciada en Administración de Empresas por la Pontificia Universidad Católica de Río de Janeiro (PUC-Rio). Especialista en Comercio Exterior por el Institute of Export (Inglaterra). Licenciada en Artes y Diseño por la School of Arts and Design (Inglaterra). Es administradora del Departamento de Bienes de Consumo, Comercio y Servicios del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES), donde también fue miembro de la Comisión de Ética y ejecutiva en diferentes áreas.

SUSANA GASTAL

Doctora en Comunicación por la Pontificia Universidad Católica de Rio Grande do Sul (PUCRS) y Máster en Artes Visuales por la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). Es profesora e investigadora en el Programa de Posgrado en Turismo y Hospitalidad de la Universidad de Caxias do Sul (PPGTURH/UCS). Fue directora científica de la Asociación Nacional de Investigación y Posgrado en Turismo (Anptur), que en 2013 la eligió Destaque en Investigación.







Campo Mourão (PR), 1987.
Foto: Orlando Azevedo.



Dinarte Garret, tropeiro,
São Luiz do Purunã (PR),
1987.
Foto: João Urban.



Pausa para cigarro,
Chácara Arara,
Londrina (PR), 1945.
Foto: Haruo Ohara.
Acervo: Instituto Moreira Salles.



Maria Ã Xetá, Reserva Indígena Marrecas, Turvo (PR), 2006.
Foto: Orlando Azevedo.



Ervateiros, Paraná.
Foto: Augusto Weiss. Acervo: Instituto Moreira Salles.

A publicação da *Revista do Patrimônio* não seria possível sem a inestimável colaboração das instituições representadas por seus dirigentes e servidores que, com dedicação e profissionalismo, nos permitem acessar seus acervos e utilizar documentos e imagens para o enriquecimento das matérias veiculadas. Queremos agradecer a estes profissionais e instituições que lidam diretamente com os acervos.

Arquivo Histórico de Joinville
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Fundação Cultural de Blumenau
Ashmolean Museum – Oxford (Reino Unido)
Associação de Municípios do Vale do Sousa – Rota do Românico (Portugal)
Associação do Bairro do Sambaqui
Casa da Memória – Fundação Cultural de Curitiba
Casa da Memória – Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes
Casa da Memória – Ponta Grossa
Casarão e Engenho dos Andrades
Consejería de Cultura y Patrimonio Histórico – Junta de Andalucía
Fundação Biblioteca Nacional – Brasil
Fundação Iberê Camargo
Fundação Museu do Homem Americano
Grupo de Ciudades Patrimonio de la Humanidad de España
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Rio Grande do Sul)
Instituto Memória Histórica e Cultural – Universidade de Caxias do Sul
Instituto Moreira Salles
Museu ao Ar Livre Princesa Isabel
Museu Casa Alfredo Andersen
Museu Casa de Cora Coralina
Museu da Comunicação Hipólito da Costa
Museu da Imagem e do Som do Paraná
Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade Federal de Santa Catarina – Professor Oswaldo Rodrigues Cabral
Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade Federal do Paraná
Museu de Arte de Santa Catarina
Museu de Arte do Rio Grande do Sul
Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo
Museu Julio de Castilhos
Museu Municipal Professor Hugo Daros (Gramado)
Museu Paranaense
Museu Victor Meirelles
Museus Castro Maya
Pinacoteca Aldo Locatelli
Pinacoteca de São Paulo
Programa Revive – Reabilitação, Patrimônio e Turismo (Portugal)
Projeto Brusque Memória
Secretaria de Turismo e Comércio de Antônio Prado
Secretaria Municipal de Turismo de Bento Gonçalves
Viceministerio de Turismo del Ministerio de Comercio, Industria y Turismo – Republica de Colombia

Esta revista foi composta nas tipografias Adobe Garamond (texto) corpo 10/15 e Frutiger Bold (títulos)17/25,5, papel eurobulk 100g (miolo). Tiragem de 2.800 exemplares. Impressa em outubro de 2019.

Apoio

ipsis gráfica e editora

VALE

Apoio institucional

IPHAN

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

MINISTÉRIO DO TURISMO

GOVERNO FEDERAL

Nº 40
2019

Revista do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional



Neste número

Adonai Aires de Arruda Filho
Beatriz Araujo e Paula Schild Mascarenhas
Betina Adams
Equipe BNDES
Christiana de Saldanha da Gama de Moura
Cláudia Leitão e Luciana Guilherme
Gladys Dinah Sievert
Edson Humberto Néspolo
Ivane Maria Remus Fávero
Jakeline Zampieri
José Roberto de Oliveira
Marcelo Brito
Márcia Sant'Anna
Margareth de Castro Afeche Pimenta
Margarita Barretto
Susana Gastal e Ana Maria Costa Beber

Edições IPHAN